



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE APOIO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

RIO DE JANEIRO/2013



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE APOIO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

RIO DE JANEIRO/2013

SUMÁRIO

	PÁG
<u>INTRODUÇÃO</u>	10
<u>1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO</u>	16
<u>1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO</u>	16
<u>1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE</u>	18
<u>1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL</u>	24
<u>1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS</u>	27
<u>1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO</u>	31
<u>1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS</u>	32
<u>2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES</u>	33
<u>2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA</u>	33
<u>2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</u>	36
<u>2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES</u>	43
<u>2.4 INDICADORES</u>	47
<u>3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO</u>	72
<u>3.1 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS</u>	72
<u>3.2 SISTEMA DE CORREIÇÃO</u>	74
<u>3.3 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU</u>	74
<u>4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</u>	74
<u>4.1 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ</u>	74
<u>4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA</u>	92
<u>5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</u>	95
<u>5.1 INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS</u>	95
<u>5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</u>	95
<u>5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS</u>	96
<u>5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS</u>	96
<u>5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ</u>	97
<u>6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS</u>	97
<u>6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS</u>	97
<u>6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS</u>	105
<u>7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO</u>	111
<u>7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS</u>	111
<u>7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO</u>	115
<u>8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO</u>	123
<u>8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)</u>	123
<u>8.2 ANÁLISE CRÍTICA</u>	125
<u>9. GESTÃO AMBIENTAL DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</u>	125
<u>9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS</u>	125
<u>9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA</u>	128
<u>10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS</u>	129
<u>10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO</u>	129
<u>10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA</u>	128

<u>10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....</u>	128
<u>10.4 MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV...</u>	129
<u>11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</u>	129
<u>11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....</u>	129
<u>12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....</u>	129
<u>12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....</u>	129

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

A-1	Aeronave Caa-Bombardeiro (AMX)
AF	Afonso
AFIT	Air Force Institute of Technology
BEI	Básico – Elétrica e Instrumentos
BET	Básico – Eletrônica
BID	Base Industrial de Defesa
BMA	Básico – Mecânico de Aeronaves
BMB	Básico – Material Bélico
BR	Brasília
BSP	Básico – Suprimento
CAAAD/MN	Companhia de Artilharia Antiaérea de Autodefesa de Manaus
CABE	Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa
CABW	Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington
CASNAV	Centro de Análise de Sistemas Navais
CCA	Centro de Computação da Aeronáutica
CDCP	Centro de Distribuição e Controle de Publicações
CECAN	Centro do Correio Aéreo Nacional
CELOG	Centro Logístico da Aeronáutica
CENCIAR	Centro de Controle Interno da Aeronáutica
CGU	Controladoria Geral da União
CIPE-BINFAE	Companhia de Infantaria de Pronto Emprego do Batalhão de Infantaria da Aeronáutica Especial
CJU	Consultoria Jurídica da União
CLS	Contrato – Logistic Support
COJAER	Consultoria Jurídica Adjunta do Comando da Aeronáutica
COMAER	Comando da Aeronáutica
COMARA	Comissão de Aeroportos da Região Amazônica
COMGAP	Comando-Geral de Apoio
COMGAR	Comando-Geral de Operações Aéreas
COMGEP	Comando-Geral de Pessoal
COMREC	Comissão de Recebimento de Material ou Serviços
COPAC	Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate
CTIR.FAB	Centro de Tratamento de Incidentes de Segurança de Rede de Computadores
CTLA	Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica
DARJ	Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro
DCAP	Diretriz do Comando-Geral de Apoio
DCTA	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DEA	Sistema de Distribuição de Esforço Aéreo
DEPENS	Departamento de Ensino da Aeronáutica
DIRENG	Diretoria de Engenharia da Aeronáutica
DIRMAB	Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico
DSM-MN	Destacamento de Suprimento e Manutenção de Manaus
DSUP	Dias de Suprimento de Material Bélico
DTI	Diretoria da Tecnologia da Informação
EAS	Equipamento de Apoio de Solo
EEAR	Escola de Especialistas da Aeronáutica
EMA	Esquadrão Móvel de Apoio

EMAER	Estado-Maior da Aeronáutica
EMGAP	Estado-Maior do Comando-Geral de Apoio
EMP	Equipamentos de Medida de Precisão
END	Estratégia Nacional de Defesa
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
ESM	Esquadrão de Suprimento e Manutenção
FAB	Força Aérea Brasileira
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMS	Foreign Military Sales
FUNCATE	Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologia Espaciais
GITE	Grupo de Instrução Tática e Especializada
GL	Galeão
H/h	Homem/hora
ICA	Instrução do Comando da Aeronáutica
ILA	Instituto de Logística da Aeronáutica
IME	Instituto Militar de Engenharia
INFRAERO	Empresa de Infraestrutura Aeroportuária
INTRAER	Rede Interna do Comando da Aeronáutica
ITA	Instituto de Tecnologia da Aeronáutica
LOA	Lei Orçamentária Anual
LS	Lagoa Santa
MAA-CA	Míssil Ar-Ar de Curto Alcance
MPOG	Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão
MTA	Módulo de Trabalho Anual
NSCA	Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica
OCI	Órgão de Controle Interno
ODS	Órgão de Direção Setorial
OM	Organização Militar
PAMA	Parque de Material Aeronáutico
PAMB	Parque de Material Bélico
PCA	Plano do Comando da Aeronáutica
PCA	Plano do Comando da Aeronáutica
PCRH	Plano de Capacitação de Recursos Humanos
PEMAER	Plano Estratégico Militar da Aeronáutica
PGB	Plano Global de Aquisição de Material Bélico
PIB	Produto Interno Bruto
PIMO	Programa de Instrução e Manutenção Operacional
PLAMENS	Plano de Missões de Ensino no Brasil e no Exterior
PLAMTAX	Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMO	Plano de Manutenção Operacional
PO	Plano Orçamentário
POMA	Sistema de Planejamento Operacional de Missões Aéreas
PPA	Plano Plurianual
PT	Plano de Trabalho
QG	Quartel General
QOEARM	Quadro de Oficiais Especialistas em Armamento
QOEAV	Quadro de Oficiais Especialistas em Aeronaves

QOESUP	Quadro de Oficiais Especialistas em Suprimento
QSS	Quadro de Suboficiais e Sargentos
RADA	Regulamento de Administração da Aeronáutica
RF	Recife
RH	Recursos Humanos
ROCA	Regulamento de Organização do Comando da Aeronáutica
SAD	Sistema de Apoio à Decisão
SAUTI	Sistema de Atendimento ao Usuário da Tecnologia da Informação
SDDP	Subdepartamento de Desenvolvimento e Programas
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIGADAER	Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica
SIGMAER	Sistema de Gerenciamento Militar de Armas da Aeronáutica
SIGPES	Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal
SILOMS	Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços
SISCON	Sistema Contraincêndio
SISENG	Sistema de Engenharia
SISMA	Sistema de Material da Aeronáutica
SISMA/B	Sistema de Material Aeronáutico/Bélico
SISMAB	Sistema de Material Bélico da Aeronáutica
SISMAERO	Sistema de Mobilização Aeroespacial
SISPAT	Sistema de Controle Patrimonial
SISTRAN	Sistema de Trânsito
SP	São Paulo
SSS	Segurança, Salvamento e Sobrevivência
STI	Sistemas Corporativos de Tecnologia da Informação
SUAUD	Subsecretaria de Auditoria da SEFA
TAB	Tabela de Aquisição de Material Bélico
TCU	Tribunal de Contas da União
TDA	Tabela de Distribuição de Aeronaves
TDB	Tabela de Distribuição de Material Bélico
TI	Tecnologia da Informação
TLB	Tabela de Lotação de Material Bélico
UCTI	Unidade Celular da Tecnologia da Informação
UJ	Unidade Jurisdicionada
USP	Universidade de São Paulo
VANT	Veículo Aéreo Não Tripulado
VAT	Visita de Assistência Técnica

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

TÍTULO	PÁGINA
Quadro A.1.2 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado	16
Figura 1.3.1 – Organograma COMGAP	24
Gráfico 2.2.5.5.1 – Média de Pagamentos – CELOG	42
Tabela 2.3.3.1 – Resultados Obtidos – Sistemas Corporativos – DTI	44
Tabela 2.3.3.2 – Simuladores Mantidos – DTI	45
Tabela 2.3.4.1 – Restos a Pagar – CELOG	46
Gráfico 2.3.4.2 – Comparativo Empenhado x Empenhado Não Pago x Pago – CELOG	46
Gráfico 2.3.4.3 – Comparativo Inscrição RP X RP Pago até 31/12	46
Gráfico 2.4.1.1 – Execução do Planejamento – DIRMAB	49
Gráfico 2.4.1.2 – Variabilidade e Meta do Planejamento – SISMA – DIRMAB	49
Gráfico 2.4.1.3 – Variabilidade e Meta do Planejamento SISMA – DIRMAB	50
Gráfico 2.4.1.4 – Variabilidade e Meta do Planejamento COMBLUB – DIRMAB	50
Gráfico 2.4.1.5 – Resultado Esperado – DISP. AERONAVES – DIRMAB	51
Tabela 2.4.1.6 – Indicadores Projetos – DIRMAB	51
Gráfico 2.4.1.7 – Resultado Esperado – DISP. MAT. BÉLICO - DIRMAB	53
Tabela 2.4.1.8 – Indicadores MAT. BÉLICO – DIRMAB	53
Gráfico 2.4.1.9 – Resultado Esperado – COMBLUB – DIRMAB	55
Tabela 2.4.1.10 – Indicadores COMBLUB – DIRMAB	55
Gráfico 2.4.1.11 – Disponibilidade de RH – DIRMAB (SISMA)	56
Gráfico 2.4.1.12 – Disponibilidade de RH – DIRMAB (SISMA)	56
Gráfico 2.4.2.1 – Execução do Planejamento – DIRENG	57
Gráfico 2.4.2.2 – Execução do Planejamento por Ação Orçamentária – DIRENG	58
Gráfico 2.4.3.1 – Execução do Planejamento – DTI	58
Gráfico 2.4.3.2 – Variabilidade e Meta do Planejamento – STI – DTI	59
Gráfico 2.4.3.3 – Variabilidade e Meta do Planejamento – SIMULADORES – DTI	59
Gráfico 2.4.3.4 – Resultado Esperado – DISPONIBILIDADE PROJETOS – DTI	60
Gráfico 2.4.3.5 – Resultado Esperado – Realização da Meta do Projeto – DTI	60
Gráfico 2.4.3.6 – Resultado Esperado – DISP. PROJ. – SIMULADORES - DTI	61
Gráfico 2.4.3.7 – Resultado Esperado – DISPONIBILIDADE DE SIMULADORES - DTI	61
Gráfico 2.4.3.8 – Realização da Meta do Projeto – Cursos voltados para TI – DTI	62
Gráfico 2.4.3.9 – Disponibilidade de RH – Sistemas Corporativos – DTI	62
Gráfico 2.4.3.10 – Disponibilidade de RH – Simuladores – DTI	63
Gráfico 2.4.3.11 – Funcionamento da Infraestrutura de Apoio – DTI	63
Gráfico 2.4.3.12 – Funcionamento da Infraestrutura de Apoio – DTI	64
Gráfico 2.4.4.1 – Execução do Planejamento – CELOG	64
Gráfico 2.4.4.2 – Variabilidade do Planejamento por Projeto – (em R\$) – CELOG	65
Gráfico 2.4.4.3 – Variabilidade do Planejamento por Projeto – (em R\$) – CELOG	65
Gráfico 2.4.4.4 – Resultado Esperado – Prontidão logística – CELOG	66
Gráfico 2.4.4.5 – Realização da Meta – Funcionamento da Infraestrutura – CELOG	66
Gráfico 2.4.4.6 – Disponibilidade de RH – CELOG	67
Gráfico 2.4.4.7 – Comp. Rec. Disponibilizado X Empenhado X Executado – CELOG	67
Gráfico 2.4.4.8 – Comp. Rec. Disponibilizado X Empenhado X Executado – CELOG	68
Gráfico 2.4.4.9 – Comp. Rec. Disponibilizado X Empenhado X Executado – CELOG	68
Gráfico 2.4.4.10 – Comp. Rec. Disponibilizado X Empenhado X Executado – CELOG	68
Gráfico 2.4.5.1 – Execução do Planejamento – ILA	69
Gráfico 2.4.5.2 – Variabilidade e Meta do Planejamento – CAPACITAÇÃO – ILA	70
Gráfico 2.4.5.3 – Variabilidade e Meta do Planejamento – PESQUISA – ILA	70
Gráfico 2.4.5.4 – Resultado Esperado – CAPACITAÇÃO – ILA	71
Gráfico 2.4.5.5 – Resultado Esperado – PESQUISA – ILA	71
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	72
Quadro A.4.3 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ	75

Quadro A.4.4.1 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	76
Quadro A.4.4.2 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	75
Quadro A.4.4.3 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	76
Quadro A.4.4.4 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	77
Quadro A.4.4.5 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	78
Quadro A.4.4.6 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	78
Quadro A.4.4.7 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	79
Quadro A.4.4.8 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	82
Quadro A.4.4.9 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	83
Quadro A.4.4.10 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	84
Quadro A.4.4.11 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	84
Quadro A.4.4.12 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	85
Quadro A.4.4.13 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	86
Quadro A.4.4.14 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ	87
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	92
Quadro 4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	93
Quadro A.4.15 – Despesas Totais por Grupo e ED – Créditos de Movimentação	94
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	95
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	97
Quadro A.6.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12	98
Quadro A.6.3 – Detalhamento Estrutura Cargos em Com. Funções Grat. da UJ em 31/12	99
Quadro A.6.4 – Qtd. Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação apurada em 31/12	99
Quadro A.6.5 – Qtd. Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação em 31/12	99
Quadro A.6.6 - Quadro de Custos de Pessoal no Exer. de Referência e nos Dois Anteriores	99
Quadro 6.1.8.1 – Faixa Etária	104
Gráfico 6.1.8.2 – Faixa Etária	104
Quadro 6.1.8.3 – Nível de Escolaridade	105
Gráfico 6.1.8.4 – Nível de Escolaridade	105
Quadro A.6.17.1 – Ctt. Prestação de Sv. de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	106
Quadro A.6.17.2 – Ctt. Prestação de Sv. de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	106
Quadro A.6.17.3 – Ctt. Prestação de Sv. de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	107
Quadro A.6.17.4 – Ctt. Prestação de Sv. de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	108
Quadro A.6.17.5 – Ctt. Prestação de Sv. de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	108
Quadro A.6.17.6 – Ctt. Prestação de Sv. de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	109
Quadro A.6.17.7 – Ctt. Prestação de Sv. de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	110
Quadro A.6.17.8 – Ctt. Prestação de Sv. de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	110
Quadro A.6.18 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	111
Quadro 7.1.1 – Qtd Total de Veículos Ativos e Idade Média da Frota por Código TDV	112
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial Bens Imóveis de Uso Esp. de Propriedade da União	115
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Esp. Locados de Terceiros	121
Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	123
Quadro A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	125
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	127
Quadro A.10.4 – Sit. das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício	128
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	128

INTRODUÇÃO

a. Este Relatório de Gestão está estruturado de modo que se identifiquem os macroprocessos finalísticos e de apoio relacionados ao cumprimento da missão do Comando-Geral de Apoio (COMGAP), os objetivos estratégicos da UJ a serem alcançados, as ações gerenciais adotadas e as principais realizações da gestão no exercício de 2012.

Cumpra ressaltar que a UJ COMGAP possui, em sua estrutura organizacional, 19 (dezenove) Unidades Administrativas de Aeronáutica subordinadas, o que ensejou a consolidação dos dados da gestão ligados a determinado macroprocesso finalístico ou de apoio. Neste mister, verifica-se que algumas unidades subordinadas realizaram a gestão de atividades específicas, cujas ações estão evidenciadas e individualizadas no presente relatório.

b. Conforme padronizado pelo Órgão de Controle Interno do COMAER, estão relacionados, a seguir, os tópicos e respectivos itens, na sequência numérica do documento, que não se aplicam à realidade desta UJ e que, apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não possuem conteúdo a ser declarado no exercício de referência, a saber:

3.3 – CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU;

4.1.1 – INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ;

4.1.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OBJETIVOS VINCULADOS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ;

4.1.5 – INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ;

4.1.6 – INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES VINCULADAS À PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ;

4.2.2 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS;

4.2.2.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES;

4.2.2.2 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL;

4.2.2.3 – RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA;

4.2.2.4 – ANÁLISE CRÍTICA;

4.2.3 – MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA;

5.1 – INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS;

5.1.1 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS;

5.1.2 – ANÁLISE CRÍTICA;

5.3 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS;

5.3.1 – RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO;

5.3.2 – QUANTIDADES DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS;

- 5.3.3 – INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE PERMANECERÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEQUINTE;
- 5.3.4 – INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE;
- 5.3.5 – INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE;
- 5.3.6 – ANÁLISE CRÍTICA;
- 5.4 – SUPRIMENTO DE FUNDOS;
- 5.4.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS;
- 5.4.1.1 – SUPRIMENTO DE FUNDOS – VISÃO GERAL;
- 5.4.1.2 – SUPRIMENTO DE FUNDOS – CONTA TIPO “B”;
- 5.4.1.3 – SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF);
- 5.4.1.4 – UTILIZAÇÃO DA CONTA TIPO “B” E DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO PELA UJ;
- 5.4.1.5 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS;
- 5.4.1.6 – ANÁLISE CRÍTICA;
- 5.5 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ;
- 6.1.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS;
- 6.1.4.1 – CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA;
- 6.1.4.2 – DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA;
- 6.1.5 – ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS;
- 6.1.6 – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS;
- 6.1.7 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO;
- 6.1.7.1 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC;
- 6.1.7.2 – ATOS SUJEITOS À REMESSA AO TCU EM MEIO FÍSICO;
- 6.1.7.3 – INFORMAÇÕES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI) SOBRE OS ATOS;
- 6.2.1 – INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO;
- 6.2.2 – INFORMAÇÕES SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO;
- 6.2.3 – AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS;
- 6.2.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS;

7.1 – GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS – SUBITEM: FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES A SERVIÇO DA UJ, MAS CONTRATADA DE TERCEIROS;

11.1 – INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.

Vale destacar que os referidos itens se mantêm no corpo do relatório e na sua posição da sequência numérica do documento, bem como está declarado, de maneira sucinta, o motivo de sua não aplicação à UJ.

c. No exercício de 2012, dentre outras, podem-se destacar como principais realizações do COMGAP e de suas OM subordinadas as listadas de forma resumida a seguir:

c-1 - Ajuste racional da frota de aeronaves e implantação de novos projetos

Devido aos programas de aquisição e modernização de aeronaves, estabelecido por meio do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica – PEMAER, em 2012, a UJ propôs ao EMAER o ajuste da frota, fazendo com que aeronaves julgadas desnecessárias por aquele órgão pudessem ser alienadas ou contabilizadas como suprimento de peças de reposição, de maneira a minimizar a falta de recursos estabelecidos na LOA frente às necessidades operacionais e ao atendimento eficaz de todas as demandas de suprimento e manutenção da frota.

Além disto, a UJ investiu na tarefa de implantação e manutenção sustentada de novos projetos como o AH-2, o P-3M e o VANT.

c-2 - Complementação de serviços de manutenção de 3º nível por intermédio da capacidade instalada da Indústria Nacional

O PEMAER demonstrou a necessidade de se focar os recursos humanos da FAB nas atividades fins, otimizando a mão de obra existente na Força Aérea. Da mesma forma, mediante o desenvolvimento da indústria aeronáutica nacional, foi implementada uma política de aumento das parcerias com o setor privado na provisão dos meios para a realização dos serviços de manutenção. Em consequência, foram contratados serviços às empresas aeronáuticas da Base Industrial de Defesa (BID), pela conveniência de complementação de parte do programa de trabalho que tenha excedido a capacidade produtiva dos Parques de Material Aeronáutico e Bélico.

c-3 - Aperfeiçoamento da cadeia de suprimento e dos processos de manutenção

Ainda, segundo o previsto no PEMAER, estabeleceu-se um processo de reorganização dos Parques de Material Aeronáutico indicando as metas a serem atingidas para a desativação do Parque de Material Aeronáutico de Recife, em 2015, e do Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos, em 2017, quando as oficinas serão redistribuídas, tornando mais racionais os serviços de manutenção.

Houve incremento no processo de catalogação de itens de suprimento, proporcionando um melhor controle dos estoques.

c-4 - Aperfeiçoamento do SILOMS

A UJ, por intermédio de suas OM subordinadas, DIRMAB e DTI, iniciou o trabalho de depuração do banco de dados e de desenvolvimento de novos módulos para o SILOMS,

como o de controle de contratos e o de gestão orçamentária, buscando um gerenciamento unificado do material aeronáutico e bélico e o aprimoramento da mencionada ferramenta no apoio à decisão.

c-5 - Cumprimento da missão constitucional

A UJ deu suporte de suprimento e manutenção, atingindo o número de 340 aeronaves montadas, com uma disponibilidade média de 274 aeronaves do seu acervo de 648 existentes. Não obstante a carga de horas de voo imposta às aeronaves disponibilizadas, cerca de um terço da frota, conseguiu-se cumprir as metas estabelecidas, previstas na ICA 55-66 (Programa Anual de Atividade Aérea), de 158.900 horas de voo. Deve-se considerar que aos recursos provenientes do Tesouro Nacional foram acrescidos Destaques para participação brasileira em missões de paz no Haiti, apoio aéreo na região da Calha Norte, apoio a Copa das Confederações, dentre outros.

c.6 - Apoio ao Programa de Instrução e Manutenção Operacional e reposição da Reserva de Guerra

Dentro do cenário orçamentário vigente, para a manutenção da capacidade de treinamento de emprego armado da FAB (aéreo e terrestre) foram adquiridos meios relativos a 40% das necessidades planejadas pelo Comando-Geral de Operações Aéreas. Vale citar que as compras feitas em 2012 serão aplicadas em 2014, considerando-se o tempo de aquisição e recebimento do material pela indústria.

Não foi possível a reposição dos estoques ideais da Reserva de Guerra, já que a prioridade foi a de manter o treinamento do efetivo operacional do COMAER.

c.7 Implantação de Novos Sistemas Bélicos

Foram adquiridos materiais e serviços para suportar os projetos estratégicos constantes do PEMAER 2010-2031.

c.8 Reorganização das Unidades Subordinadas

A UJ concluiu o processo de implantação do Grupamento de Apoio Logístico, com o objetivo de otimizar e reestruturar a administração, aumentar a focalização do produto, garantir eficácia na gestão dos processos logísticos e aprimorar a excelência dos profissionais do Grande Comando.

Abordando a questão dos modais de transporte logístico, realizou-se o processo de desativação do CECAN e a mudança de denominação do DARJ para CTLA. Assim, aqueles modais foram reunidos sob uma única gestão, racionalizando a administração dos meios e especializando o efetivo envolvido.

c.9 Criação da Consultoria Logística no ILA

Foi criado o Núcleo de Consultoria Logística, dentro da Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento do ILA, com a finalidade de apoiar as pesquisas e as análises dos problemas pontuais dos diversos sistemas logísticos. O apoio se dará por meio do fomento e da concentração de recursos humanos com elevado nível de capacitação intelectual, ou seja, mestres e doutores com competências para pesquisar, avaliar e priorizar as necessidades de novas tecnologias e processos para a UJ.

c.10 Criação de Empresa Pública

Foi realizado estudo sobre a criação de empresa pública vinculada ao COMAER, no sentido de reduzir custos e permitir uma maior agilidade administrativa à área logística. O trabalho foi enviado à SEFA para ser analisado e integrado a uma proposta final abrangendo toda a FAB.

c.11 Modernização dos Postos CAN

No intuito de aprimorar a movimentação de cargas – especificamente no modal transporte aéreo – reduzindo o tempo de manipulação e, conseqüentemente, de permanência da aeronave no pátio, realizou-se a modernização dos postos CAN das áreas norte e nordeste (Manaus, Porto Velho, Recife, por exemplo).

c.12 Aquisição de Viaturas pelo PAC Equipamentos

Graças à iniciativa do Governo Federal, o COMAER recebeu recursos para aquisição de viaturas pesadas. Os recursos disponibilizados contribuíram para a renovação da frota de caminhões do COMAER com mais de 10 (dez) anos de uso, de modo a recuperar parcela da tabela de dotação de veículos nas Organizações Militares.

c.13 Unificação dos Serviços de Transporte de Superfície na Guarnição do Galeão

Em continuidade às ações estabelecidas na diretriz do COMGAP, com foco na racionalização dos meios de transportes terrestres alocados as diversas OM subordinadas à UJ, localizadas na área do Galeão (PAMAGL, PAMBRJ, DIRMAB, CCARJ, DTI, COMGAP, DARJ e CECAN), foi implementada a centralização e unificação dessas diferentes seções de transporte no antigo DARJ (CTLA), obtendo significativas melhorias no atendimento, entre outras: ampliação do número de usuários, realocação e redução da quantidade de motoristas atuando em cada rota e redução no consumo de combustível.

c.14 – Apoio Logístico de Combustíveis e Lubrificantes de Aviação

Durante o período, a UJ adquiriu seis carretas de abastecimento, com capacidade de 6 m³, para apoio de operações de emergência e 137.405 m³ combustíveis de aviação para atender ao Esforço da Frota, de 158.900 horas de voo. Ainda, foi possível contratar serviços de transportes de combustíveis e lubrificantes de aviação para suprir às diversas operações especiais (em locais não atendidos por contrato) e para a operação na localidade de Fernando de Noronha.

c.15 Desenvolvimento da nova versão do SIGADAER

Esta nova versão já se encontra em teste e disponibilizará a assinatura digital nos documentos a serem tramitados entre Organizações Militares (OM), proporcionando economia de meios materiais e redução do tempo de expedição e recebimento dos documentos nas OM de destino.

c.16 Criação e Implantação da Unidade Celular de TI (UCTI)

Foram realizados estudos para a criação da UCTI, cuja finalidade é atender às missões militares em todo o território nacional, proporcionando infraestrutura de TI e

apoio de conectividade a todos os sistemas da FAB. Sua primeira utilização, como piloto, foi na Operação Mineirinho, que ocorreu no Estado de Minas Gerais, no período de 23 de julho a 10 de agosto de 2012.

c.17 Aprimoramento do Índice de Governança de TI

A situação da governança de TI é avaliada pelo TCU, em períodos de dois anos, a partir da coleta de informações em questionário disponibilizado para instituições representativas de diversos segmentos da Administração Pública Federal. O COMAER, a partir do levantamento realizado em 2010, obteve um valor para o indicador de Governança de TI (iGovTI) de 0,27, o que representa o nível inicial. Em 2012, houve melhoria deste indicador, passando o COMAER para o nível intermediário de Governança de TI (iGovTI = 0,52).

c.18 Estudo para Estabelecimento de Parceria Público-Privada (PPP)

Para a consecução do objetivo de maior disponibilidade das aeronaves, foi encaminhado à SEFA um estudo contendo uma proposta de Parceria Público-Privada – PPP, na modalidade de concessão administrativa, para implantar um Programa de Suporte Logístico Integrado para aeronaves e itens bélicos, por períodos mais extensos, com redução de custos para a Administração e de riscos para o empreendedor privado.

d. No presente exercício orçamentário, a Unidade Jurisdicionada – aqui consideradas todas as frações que compõem a UJ – encontrou, como principais dificuldades para realização dos objetivos traçados:

d.1 Recursos Orçamentários Insuficientes

Os recursos orçamentários aprovados na LOA, para a Ação 20SA em 2012, foram aquém das necessidades apontadas pelos Gerentes de Projetos Estratégicos de TI, o que ocasionou a redução da capacidade de desenvolvimento dos módulos e consequente atraso no cronograma destes projetos.

A falta de recursos suficientes para atender às demandas da frota da FAB (ação orçamentária 2048) tem gerado processos de retirada controlada de itens de aeronaves estocadas, para atender a meta de disponibilidade. Há aeronaves obsoletas e de elevado custo de manutenção, cuja avaliação do custo-benefício aponta para a sua desativação.

Os valores aprovados pela LOA 2012, nas Ações 2868, 2890 e 3123, não atingiram o patamar solicitado pelo COMAER (Proposta Orçamentária 2012), para custear os meios necessários ao cumprimento de sua missão.

O aumento do custo de combustível de aviação dificultou a execução do planejamento das atividades aéreas, em função da necessidade de canalização dos destaques provenientes de outros Ministérios quase que integralmente para aquisição de combustíveis e lubrificantes, quando sua destinação deveria atender, também, a manutenção das aeronaves.

Na questão da manutenção patrimonial das várias Unidades da UJ, os recursos destinados não foram suficientes para atendimento da demanda definida no Plano Plurianual de Obras.

d.2 Rotatividade de Recursos Humanos

Em 2012, ocorreu perda significativa de pessoal qualificado, na área de TI, em especial oficiais do quadro de Engenharia de Computação e oficiais temporários,

Analistas de Sistemas. Este cenário, que provoca êxodo do conhecimento, prejudica, diretamente, em especial, a elaboração dos levantamentos iniciais dos projetos constantes no PEMAER e a elaboração dos projetos básicos para os simuladores da FAB.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

1.1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

QUADRO A.1.4 – IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Defesa		Código SIORG: 41066/48		
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora				
Denominação Completa: Comando-Geral de Apoio				
Denominação Abreviada: COMGAP				
Código SIORG: 68		Código na LOA: 52111		Código SIAFI: 120130
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00394429003207		
Principal Atividade: DEFESA		Código CNAE: 8422-1/00		
Telefones/Fax de Contato: (021) 3545-9490		(021) 3393-8445	(021) 3545-9475	
Endereço Eletrônico: comandante@comgap.aer.mil.br				
Página na Internet: http://www.comgap.aer.mil.br				
Endereço Postal: Estrada do Galeão, 3300 - Ilha do Governador. CEP: 21941-352 - Rio de Janeiro - RJ				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	Código SIAFI	CNPJ	Situação	Código SIORG
DIRMAB	120038	003944290030-45	Ativa	69
DIRENG	120099	003944290035-50	Ativa	70
CELOG	120071	003944290116-50	Ativa	010373
DTI	120032	003944290169-61	Ativa	107148
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas				
Número de Ordem: 1				
Denominação Completa: Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington				
Denominação Abreviada: CABW				
Código SIORG: 10399		Código na LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 120090
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 003944290041-06		
Principal Atividade: DEFESA		Código CNAE: 8422-1/00		
Telefones/Fax de Contato:		00(XX) 1 202 483 4031	00(XX) 1 202 518 7326	00(XX) 1 202 518 7325
E-mail: cabw@cabw.org				
Página na Internet: http://www.cabw.org				
Endereço Postal: 1701 22nd Street, N. W., Washington-DC, 20008-1931, USA.				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas				
Número de Ordem: 2				
Denominação Completa: Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa				
Denominação Abreviada: CABE				
Código SIORG: 69134		Código na LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 120091
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 003944290042-89		
Principal Atividade: DEFESA		Código CNAE: 8422-1/00		
Telefones/Fax de Contato:		00(XX) 44020-7440 4321	00(XX) 44020-7243 3642	
E-mail: cabe@bace.org.uk				
Página na Internet: http://www.bace.org.uk				
Endereço Postal: 16 Great James Street, London WC1N 3DP UK.				
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				

COMGAP - Decreto nº. 60.521, de 31 mar. 1967;	
DIRMAB - Decreto nº. 4.549, de 27 dez. 2002, Portaria nº. 496/GM3, de 18 jun. 1993, publicada no DOU nº. 116, de 22 jun. 1993, e Portaria 633/GC3, de 21 ago. 2008, publicada no DOU nº. 162, de 22 ago. 2008;	
DARJ - Decreto-Lei nº. 14.881, de 29 out.1942;	
CELOG - Decreto nº. 6.834, de 30 abr. 2009, publicado no DOU nº 82, de 04 maio 2009;	
CABW - Decreto nº. 19.477, de 21 ago. 1945;	
CABE - Decreto nº. 70.303, de 20 mar. 1972;	
DIRENG - Decreto nº. 81.199, de 09 de JAN 1978;	
DTI - Decreto nº. 7.069, de 20 janeiro de 2010.	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
COMGAP - Portaria nº. 319/GC3, de 16 mar. 2005 e Portaria 39/3EM, de 18 jul. 2005;	
DIRMAB - Portaria COMGAP nº. 251/3EM, de 24 out. 2008 (RICA 21-86/2008).	
CELOG - Portaria nº. 458/GC3, de 22 maio 2009, publicada no DOU nº. 97 S-1, de 25/05/2009 e Portaria COMGAP nº. 222/3EM, de 29 set. 2008, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº. 186, de 1º out. 2008;	
CABW - Portaria CELOG nº. 1/SPCO, de 04 jul. 2008 aprovou o Regimento Interno da CABW;	
CABE - Portaria CELOG nº. 302/SLPC, de 16 out. 2009 - Aprovou o Regimento Interno da CABE;	
DIRENG - Portaria COMGAP nº. 010/2EM de 03 ABR 1998, que aprovou o Regimento Interno 20-27;	
DTI - Portaria nº. 548/GC3, de 9 de agosto de 2010 que aprovou o Regulamento da Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Consolidadora, Agregadas e Consolidadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
120038	Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico
120035	Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro
120071	Centro Logístico da Aeronáutica
120026	Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa
120068	Parque de Material Aeronáutico de São Paulo
120049	Parque de Material Aeronáutico do Galeão
120046	Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos
120020	Parque de Material Aeronáutico de Recife
120047	Parque de Material Bélico do Rio de Janeiro
120130	Comando-Geral de Apoio
120090	Comissão Aeronáutica em Washington
120091	Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa
120032	Diretoria de Tecnologia da Informação
120128	Centro de Computação da Aeronáutica - RJ
120150	Centro de Computação da Aeronáutica - SJ
120105	Centro de Computação da Aeronáutica - BR
120160	Centro do Correio Aéreo Nacional
120099	Diretoria de Engenharia da Aeronáutica
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
120038	00001
120035	00001
120071	00001
120026	00001
120068	00001
120049	00001
120046	00001
120020	00001
120047	00001
120130	00001
120090	00001
120091	00001
120032	00001
120128	00001
120150	00001
120105	00001
120160	00001

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O COMANDO-GERAL de Apoio (COMGAP), de acordo com seu Regulamento – ROCA 20-2, é a Unidade do Comando da Aeronáutica cuja finalidade é prover capacitação e apoio logístico de Material Aeronáutico, Material Bélico, Engenharia, Transporte de Superfície, Contraincêndio, Patrimônio, Despacho Aduaneiro, Transporte Logístico e Tecnologia da Informação, a fim de atingir os objetivos da Aeronáutica.

Para melhor entendimento dos conceitos aqui expostos, tem-se, como definição de apoio logístico, o conjunto de atividades relativas à previsão e à provisão dos recursos de toda a natureza, que visam assegurar a satisfação das necessidades referentes a um serviço específico.

Neste escopo, compete ao COMGAP:

I - planejar em alto nível, dirigir, coordenar, supervisionar e controlar todas as atividades relacionadas com o apoio logístico de material, de patrimônio, da tecnologia da informação e de serviços correlatos;

II - elaborar, aprovar e atualizar, na sua esfera de responsabilidade, normas, planos e programas administrativos ou técnicos, que visem à homogeneidade estrutural e funcional dos órgãos de apoio logístico de material, de patrimônio, da tecnologia da informação e de serviços correlatos;

III - gerenciar os programas de aquisição, modernização e de desenvolvimento de sistemas informatizados e materiais aeronáuticos, bélicos e da tecnologia da informação afetos ao COMGAP;

IV - supervisionar as atividades de desenvolvimento e de coordenação industrial, relacionadas aos Sistemas cujo Órgão Central seja o COMGAP;

V - orientar os órgãos subordinados quanto às atividades logísticas que lhe são afetas, estabelecendo a coordenação entre estes;

VI - estabelecer a ligação com as demais organizações do COMAER para a compatibilização das atividades de apoio logístico de material, de patrimônio, da tecnologia da informação e de serviços correlatos, desenvolvidas no âmbito interno ou externo do COMAER;

VII - estabelecer a ligação com os órgãos da Administração Federal diretamente relacionados com as suas atribuições;

VIII - orientar, coordenar e consolidar as propostas orçamentárias anuais e plurianuais, bem como a do plano de obras das organizações subordinadas;

IX - orientar, coordenar e consolidar as propostas de planos e programas de cursos e estágios, no país e no exterior, visando ao aperfeiçoamento técnico-profissional do pessoal da área de apoio logístico de material, de patrimônio, da tecnologia da informação e de serviços correlatos;

X - coordenar e consolidar, por intermédio de plano específico, a necessidade de recursos humanos, do recomplementamento e da movimentação de pessoal do COMGAP e das organizações subordinadas;

XI - orientar e supervisionar as atividades relacionadas à Tecnologia da Informação no âmbito do COMAER;

XII - supervisionar as atividades de procura, de compra, de recebimento e contratação de serviços, bem como as atividades necessárias à nacionalização do material

aeronáutico e bélico, de forma a assegurar o pronto emprego das aeronaves da Força Aérea Brasileira;

XIII - orientar e supervisionar, em alto nível, as atividades relacionadas à engenharia de infraestrutura aeroportuária, à engenharia de edificações, à engenharia de campanha, ao patrimônio, ao transporte de superfície e ao contraincêndio afetas ao COMAER;

XIV - executar as atribuições de Elo do Sistema de Mobilização Aeroespacial (SISMAERO), de acordo com a legislação específica; e

XV - acompanhar a implantação de projetos em sua área de responsabilidade.

Para o exercício ora em apreço, o COMGAP considerou, conjunturalmente, o destaque brasileiro no concerto das Nações, graças à pujança de seu desenvolvimento econômico, tendo-se tornado a sexta economia do mundo.

Todavia, embora o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro tenha atingido tal patamar, é importante considerar que ainda existe no País uma grande quantidade de cidadãos que vivem na faixa de pobreza, razão pela qual o Governo tem priorizado e investido em programas sociais, visando erradicar tal situação de nossa sociedade.

Também, é relevante considerar que a economia mundial, em especial a dos Estados Unidos da América e do Mercado Comum Europeu, vive momentos de insegurança, observando-se que, paulatinamente, diversas dessas economias têm tido seu grau de risco aumentado e, em consequência, têm visto seus graus de investimentos reduzidos pelas agências internacionais que avaliam estes parâmetros.

Nesta realidade e considerando a interdependência dentro dos mercados internacionais, bem como a grande probabilidade de o Brasil ser afetado por tais aspectos, torna-se cada vez mais importante o fortalecimento do mercado interno, como forma inexorável de reduzir as influências externas na economia nacional.

Outro foco importante é a busca da autoridade monetária brasileira em garantir que a inflação permaneça em patamares razoáveis, que permitam o crescimento econômico sem, todavia, recrudescer o fenômeno inflacionário, o que fatalmente iria repercutir em redução do poder de compra da população, prejuízos para as exportações e possíveis desvalorizações inadequadas da moeda brasileira.

Neste compasso, insere-se a Força Aérea Brasileira e toda a indústria de suporte aeroespacial, as quais, em igual medida, estarão certamente vulneráveis às oscilações orçamentárias, que irão repercutir em restrições nos seus respectivos planos de trabalho e nas incertezas quanto ao aporte de recursos para os contratos de suporte à frota de aeronaves da FAB.

Contudo, é preciso planejar. Assim, dentro deste contexto, o COMAER produziu o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), o qual contempla em seu bojo uma série de Projetos que norteiam os trabalhos dos diversos setores da FAB.

Também, é importante destacar a feitura, por parte do Ministério da Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa (END), que aponta as ações estratégicas das Forças Armadas, enfatizando, dentre elas, a premente necessidade de apoio à Base Industrial de Defesa, como forma de garantir a capacidade de combate, de mobilização e tecnológica, bem como a saúde financeira daquelas indústrias julgadas de cunho estratégico-militar.

Do ponto de vista interno da Logística na Força Aérea Brasileira, vale ressaltar que a aquisição de aeronaves mais modernas, com planos de manutenção cada vez mais diferenciados e o crescente aumento de unidades militares na área amazônica e no oeste brasileiro criam desafios ao reordenamento da estrutura logística existente, seja nos aspectos operacionais e de suprimento e manutenção, como também nas áreas de formação profissional, engenharia e comando e controle.

1.2.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP

Observado o cenário do Brasil e considerando os objetivos traçados pelo Comando da Aeronáutica, torna-se importante para o Comando-Geral de Apoio estabelecer sua Estratégia Logística, de maneira a buscar atender aos anseios da Organização.

Assim, ficam estabelecidos os seguintes Objetivos Estratégicos do COMGAP:

- a - Otimização e reestruturação administrativa;
- b - Fomento à Indústria de Defesa Nacional;
- c - Redução da dependência logística externa;
- d - Capacitação de Recursos Humanos;
- e - Fomento à Tecnologia da Informação;
- f - Focalização do Produto;
- g - Satisfação dos usuários do Sistema;
- h - Excelência tecnológica nos sistemas do COMGAP;
- i - Eficácia na gestão dos processos logísticos; e
- j - Excelência dos profissionais do COMGAP.

A fim de que os objetivos estratégicos da Unidade Jurisdicionada fossem alcançados pelos demais órgãos da Logística durante o exercício em apreço, o COMGAP emitiu as seguintes orientações, conforme a Diretriz de Comando DCAP 1-CMDO:

1.2.2 ORIENTAÇÕES GERAIS

a - Aplicar, na sua plenitude, sistemas de Tecnologia da Informação, buscando-se substituir o homem por instrumentos computacionais, visando, não só, reduzir a quantidade de recursos humanos, como também sistematizar e agilizar os processos no âmbito do COMGAP. Esses sistemas devem funcionar como ferramentas de planejamento, controle e execução, inclusive na implementação de sistemas de Segurança Eletrônica.

b – Analisar e implementar uma política de otimização dos recursos disponíveis, tendo por foco aproveitar melhor os meios existentes e, ao mesmo tempo, ampliar a capacidade administrativa do COMGAP, mediante uma reestruturação administrativa, além de uma gestão baseada em processos.

c - Observar o controle contínuo dos gastos dos setores do COMGAP, buscando-se ser criterioso na aplicação dos recursos da Administração, com critérios e justificativas plausíveis. Também, neste sentido, não deverão ser utilizados os recursos de diárias e ajudas de custo como elemento motivacional.

d – Discutir, analisar e formular as situações sistêmicas oriundas do COMGAP, mediante anterior assessoramento dos órgãos intervenientes. Após a tomada de decisão, perseverar na implementação de tais tarefas na íntegra, considerando uma gerência pautada na honestidade de propósitos, lealdade e disciplina intelectual.

e – Dar especial atenção às condições de trabalho para os recursos humanos do COMGAP, buscando criar um ambiente harmonioso entre a área técnica e a administrativa.

f – Implementar uma política de capacitação dos Recursos Humanos, visando adequá-la às reais necessidades da Organização.

g – Fomentar a troca de informações entre as Organizações homólogas, visando a melhorar os processos administrativos.

h – Estimular, dentro das lideranças do COMGAP, uma visão empresarial da Instituição, focada essencialmente no produto e no usuário, de forma que as ideias visem a propor negócios de sucesso, inclusive com parcerias junto à Indústria Nacional.

i – Elaborar normas que estabeleçam a padronização e os prazos para a feitura e cronologia de ações atinentes à elaboração de contratos de toda ordem (projeto executivo, projeto básico, licitações, etc).

j – Estudar e propor critérios, em coordenação com o COMGEP, para as transferências dos militares no âmbito do COMAER, visando garantir a captação de recursos humanos, a capacitação e a especialização profissional dos recursos humanos nas Organizações Logísticas do COMGAP.

k – Implementar o Plano Estratégico do QG do COMGAP, com toda a documentação decorrente, até o nível de Indicadores de Gestão, de maneira a propiciar um Relatório de Gestão adequado às normas do Governo Federal.

l – Estudar e implementar Sistemas de Comando e Controle (C2) e de Sistemas de Apoio à Decisão (SAD) que acelerem as informações estratégicas para a tomada de decisão do COMGAP.

m – Implantar e customizar, para todas as OM do COMGAP, a ferramenta Módulo de Trabalho Anual (MTA). Ao final de 2012, espera-se que todas as Diretorias, CELOG e ILA estejam com o módulo em pleno funcionamento e pessoal capacitado.

n - Estudar e criticar os processos existentes no SILOMS, na busca de novas funcionalidades que acelerem a visualização de dados. Neste sentido, todo o histórico do ciclo de obtenção deverá estar mapeado e atualizado.

1.2.3 ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS

1.2.3.1 DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO (DIRMAB)

a - Formalizar as necessidades logísticas baseadas em contratos, utilizando-se de requisições apenas em caráter emergencial.

b - Elaborar cenários que considerem os projetos em modernização, cujos custos não repercutam diretamente na disponibilização de horas de voo.

c - Incentivar a Indústria Nacional, fazendo parcerias e praticando a terceirização como forma complementar aos serviços de manutenção executados pelos Parques de Material Aeronáutico.

d - Manter contínuo contato com os fabricantes e fornecedores, visando conhecer novas soluções logísticas e possíveis problemas empresariais, de modo a antecipar crises e medidas contingenciais.

e - Criar mecanismos que propiciem à Administração estar sempre alerta a possíveis problemas com determinada frota, visando eliminar ou reduzir efeitos adversos que venham a reduzir o esforço aéreo.

f - Elaborar as tarefas de forma a assegurar a efetiva disponibilidade do Produto, pensando sempre no usuário, não divagando nas ações logísticas, levando em conta os recursos existentes e buscando estar sempre à frente de possíveis óbices.

g - Conhecer, analisar e fiscalizar o esforço em H/h, inserido no SILOMS, de maneira a parametrizar os custos, os recursos humanos e o material necessário,

para a elaboração de um planejamento factível e um real acompanhamento da execução das tarefas.

h - Fomentar a visão empresarial no Negócio, sendo empreendedor, fiscalizando, conhecendo os custos e os obstáculos.

i - Manter um conjunto de RH, em todos os níveis, treinado e preparado periodicamente, para cenários adversos e fiscalização e controle das ações externas à organização, para aqueles projetos terceirizados, mediante inclusão de cláusula contratual específica sobre o assunto.

j - Conhecer as necessidades e a capacitação dos RH de cada projeto ou atividade, bem como as necessidades administrativas básicas, de maneira a garantir o número de formação de RH adequado, bem como a excelência dos trabalhos.

k - Estudar e propor, em conjunto com o EMAER e o COMGAR, a sistemática e os parâmetros para as quantidades de armazenamento e aquisição do armamento aéreo e terrestre.

l - Identificar e implementar, em coordenação com o EMAER, EMGAP e DCTA (COPAC), as aplicações das cláusulas de “off-set”, nos processos de aquisição de novos sistemas de armas, bem como estabelecer uma política para estas contrapartidas no âmbito do COMGAP.

1.2.3.2 DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA (DTI)

a - Estudar, planejar e implantar o SILOMS – MTA para todas as OM subordinadas ao COMGAP, mediante coordenação do EMGAP.

b - Estudar, preparar e implantar uma política de TI para a FAB.

c - Estudar, fomentar e implementar o módulo Administração do SILOMS para todas as OM do COMAER.

d - Estudar e implementar softwares livres em todos os sistemas do COMAER.

e - Estudar e implementar, em coordenação com a DIRMAB, uma atualização no SILOMS dos processos de manutenção e suprimento do SISMA/B.

f - Estudar e propor a constituição dos meios necessários para compor a Unidade Celular de Tecnologia da Informação (UCTI), dentro da estrutura dos EMA.

g - Elaborar um planejamento que vise a dimensionar os meios necessários para garantir a capacidade operacional dos simuladores das aeronaves do COMAER.

1.2.3.3 DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA (DIRENG)

a - Estudar e rever, com exatidão, os recursos necessários ao Sistema de Contraincêndio.

b - Estudar e implementar novos softwares de elaboração de Projetos de Engenharia.

c - Estudar e propor uma reestruturação organizacional da DIRENG, em conjunto com o EMGAP.

d - Estudar e propor os meios necessários de Engenharia de Campanha, quanto aos módulos de recuperação de pista e preparação de desdobramentos, visando a constituir a Unidade Celular de Engenharia (UCE), dentro dos EMA.

e - Estudar e instituir um programa, em conjunto com o COMGAR (COMARA), para desenvolver as atividades de engenharia de campanha em apoio a operações desdobradas.

f - Estudar e elaborar um planejamento da utilização das áreas sob a responsabilidade do COMAER, verificando eventuais necessidades de regularização e as áreas passíveis de permuta ou de devolução para o Governo Federal.

g - Estudar e dimensionar a frota ideal de viaturas (transporte e contraincêndio) do COMAER.

h - Implantar no SILOMS o controle de disponibilidade de viaturas e de combustível automotivo.

i – Estudar, em conjunto com o EMAER e o DEPENS, a reativação da Especialidade de Bombeiro na EEAR.

1.2.3.4 CENTRO LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA (CELOG)

a - Estudar e propor uma nova estruturação do CELOG, voltada diretamente para a atividade-fim.

b - Estudar e propor soluções para a contratação de pessoal especializado pelo CELOG.

c - Estudar e propor, em conjunto com o EMGAP, uma estrutura que concentre a feitura dos Contratos Logísticos da área do COMGAP.

d – Estudar em conjunto com o EMGAP e implementar, caso julgado adequado, um Centro de Suprimento único para material de Aviação, de preferência, aproveitando as áreas ociosas de São Paulo.

e - Estudar em conjunto com o EMGAP e implementar, caso julgado adequado, um Centro de Suprimento único, no DARJ, para os itens de uso geral, de produtos especiais, de tintas e de lubrificantes.

f - Estudar a possibilidade, em coordenação com a DIRMAB, de criação de uma seção de alienação de material aeronáutico no DARJ, com a finalidade de padronizar e acelerar os processos de alienação.

g - Estudar e elaborar planejamento que promova o desenvolvimento e a capacitação das indústrias e das empresas nacionais, para a produção de itens e de serviços, visando à diminuição da dependência tecnológica externa no apoio à atividade-fim da Força Aérea.

h - Elaborar normas e critérios que estabeleçam formas e alternativas ao transporte aéreo via FAB, para atender às situações em que estes recursos sejam escassos, inadequados e/ou antieconômicos.

i – Estudar e propor a junção das atividades de transporte em órgão único, transformando o CECAN e o DARJ em Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica – CTLA.

1.2.3.5 INSTITUTO DE LOGÍSTICA DA AERONÁUTICA (ILA)

a - Estudar, estabelecer e propor um Plano de Carreira para os militares da área Logística.

b - Estudar, estabelecer e propor os perfis profissionais adequados às posições funcionais do COMGAP, bem como propor a adequação dos currículos das escolas de formação do COMAER, de modo a atender tais objetivos.

c - Estudar e propor ações que visem a incrementar a sinergia do COMGAP com as escolas de formação e pós-formação do COMAER, de modo a preparar e motivar os seus recursos humanos para trabalhar na área logística, realçando a importância desta área no contexto da FAB, a fim de captar pessoal qualificado e eficiente.

d - Criar um núcleo intelectual no ILA, com a finalidade de apoiar as pesquisas e as análises dos problemas da Logística, por meio do fomento e concentração no ILA competências para pesquisar, avaliar e priorizar as necessidades de novas tecnologias e processos para o COMGAP.

e - Planejar e elaborar simpósios e pesquisas que tenham por fito o estudo das estruturas de Logística de Combate, inclusive aquelas utilizadas por outras Forças Aéreas, de modo a atualizar os mecanismos atualmente empregados, visando a aprimorar a eficiência do apoio logístico às operações desdobradas da FAB.

f - Incrementar a cooperação científica e tecnológica entre o ILA e instituições no Brasil (ITA, IME, FGV, USP e CASNAV) e exterior (AFIT), para desenvolver soluções logísticas integradas.

g - Estudar e propor uma atualização da Política de Ensino para o COMGAP.

h - Consolidar o plano de aperfeiçoamento contínuo, através de cursos e estágios na área de logística, apoiado no ensino semipresencial e à distância, com o emprego de tecnologia de informação e estrutura pedagógica adequada.

i - Estudar e implementar no GITE, em conjunto com o COMGAR, cursos logísticos relacionados à área operacional.

j - Analisar e propor, em coordenação com o EMGAP, a quantidade e a especificação dos recursos humanos necessários para trabalharem nos processos de treinamento e de gerência de pessoal, a fim de promover o profissionalismo da gestão de RH nas organizações do COMGAP.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O organograma funcional do COMGAP é o que segue:



Figura 1.3.1 – Organograma COMGAP

Formalmente, estrutura-se da seguinte maneira:

- **COMANDO-GERAL de Apoio (COMGAP)**, Unidade responsável pelo planejamento estratégico, em conformidade com a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), a fim de prover apoio logístico de material, de patrimônio, da tecnologia da informação e de serviços correlatos. Para desenvolvimento desta tarefa, o COMGAP dispõe da seguinte estrutura subordinada:
 - **Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)** – Unidade responsável por gerenciar o emprego da tecnologia da informação, a fim de garantir a efetividade do Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER. Por macroprocessos finalísticos, a DTI é responsável pelo apoio logístico de sistemas corporativos de tecnologia da informação (STI) e pelo apoio logístico de suprimento e manutenção de simuladores. Estão diretamente subordinados à DTI os seguintes Centros de Computação da Aeronáutica (CCA), tendo como responsabilidades específicas:
 - CCA-RJ – Unidade Rio de Janeiro, que gerencia: o Sistema de Atendimento aos Usuários da Tecnologia da Informação (SAUTI), o Centro de Tratamento de Incidentes de Segurança em Redes de Computadores (CTIR.FAB), o Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços (SILOMS), e o Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES).
 - CCA-BR – Unidade Brasília, que tem por atribuições: disponibilizar os dados corporativos e a infraestrutura de processamento necessária, além de desenvolver projetos de TI, voltados ao apoio à decisão da alta administração da Força; prover a manutenção e o apoio aos sistemas legados, sob sua responsabilidade, até o final do ciclo de vida dos mesmos; atuar como Centro de Excelência em Software Livre; dar continuidade ao Projeto AC-Aer e às futuras atividades decorrentes da sua implantação, até que sejam tomadas as decisões estratégicas pertinentes e dar suporte ao SIAFI na INTRAER.
 - CCA-SJ – Unidade São José dos Campos, que provê apoio logístico aos simuladores da FAB, participando do processo de confecção de cenários visuais, do assessoramento ao COMAER quanto à aquisição de simuladores e à contratação de suporte logístico, também contribuindo ao adequado treinamento de seus militares. Gerencia ainda: o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica (SIGADAER), o ambiente simulado para a aplicação do Processo de Planejamento do Comando (MARTE), que é composto pelo Sistema de Planejamento Operacional das Missões Aéreas (POMA-COAT e POMA-EMO), o Sistema de Comando e Controle no Nível de Decisão (HÉRCULES), o Sistema de Comando e Controle no Nível de Execução (ÓPERA) e o Sistema de Distribuição de Esforço Aéreo (DEA).
 - **Diretoria de Engenharia da Aeronáutica (DIRENG)** – Unidade responsável pela orientação normativa, execução, coordenação e controle das atividades de Engenharia de Infraestrutura Aeroportuária, de Engenharia de Edificações, de Engenharia de Campanha, de Patrimônio, de Transportes de Superfície e de Contraincêndio. Como macroprocessos

finalísticos, identificam-se o apoio logístico de suprimento e manutenção de material contraincêndio; o apoio logístico para adequação de instalações militares; o apoio logístico para adequação de infraestrutura aeroportuária; o apoio logístico de Engenharia de Campanha; o apoio logístico de transporte de superfície, e a administração patrimonial de bens imóveis da União sob jurisdição do COMAER.

- **Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB)** – cuja missão precípua é identificar necessidades de recursos humanos, materiais e financeiros para o atendimento das necessidades de suprimento e de manutenção de material aeronáutico (SISMA) e bélico (SISMAB), priorizando os recursos de acordo com as diretrizes emanadas dos órgãos superiores, visando à melhor utilização possível para o preparo e o emprego da Força Aérea Brasileira (FAB). Para tanto, a DIRMAB estabelece diretrizes para as organizações subordinadas quanto à aplicação dos recursos e quanto à prioridade a ser considerada para os diversos sistemas apoiados, coordenando a execução do apoio logístico no âmbito do SISMA e do SISMAB. Quando necessário, estabelece normas para os processos realizados no âmbito do SISMA e do SISMAB, realizando auditorias técnicas e administrativas nas organizações de sua área de competência. A Diretoria agrega sob si as organizações de atuação direta, as fábricas na logística aeronáutica. Seus macroprocessos finalísticos são: apoio logístico de suprimento e manutenção de material aeronáutico (SISMA); apoio logístico de suprimento e manutenção de material bélico (SISMAB), e apoio logístico de combustíveis e lubrificantes. Estão diretamente subordinadas à DIRMAB as seguintes organizações:
 - Parque de Material Aeronáutico do Galeão
 - Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos
 - Parque de Material Aeronáutico de Recife
 - Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa
 - Parque de Material Aeronáutico de São Paulo
 - Parque de Material Bélico do Rio de Janeiro
 - Destacamento de Suprimento e Manutenção de Manaus
- **Instituto de Logística da Aeronáutica (ILA)** – Unidade de ensino voltada para a preparação do pessoal da Logística, desenvolvendo as capacidades técnicas e gerenciais dos profissionais do COMAER por intermédio das atividades de ensino e pesquisa. Identificam-se os seguintes macroprocessos finalísticos: capacitação (disponibilizar recursos humanos possuidores das competências adequadas às necessidades operacionais) e pesquisa (implantação de processos de gestão que assegurem condições logísticas adequadas às necessidades operacionais).
- **Centro Logístico da Aeronáutica (CELOG)** – Unidade que tem por finalidade executar as atividades de aquisição de material e de serviços, bem como a nacionalização do material aeroespacial e dos equipamentos de apoio necessários ao preparo e emprego da Força Aérea Brasileira (FAB). Como macroprocessos finalísticos, a Unidade desenvolve o transporte logístico intermodal, cujo resultado esperado é prover mobilidade adequada, de recursos humanos e materiais, às necessidades

operacionais (prontidão logística) e a obtenção de material e serviços, visando disponibilizá-los de acordo com as necessidades operacionais. O CELOG conta com as seguintes Organizações para implemento das operações:

- Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington (CABW) – aquisições;
 - Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa (CABE) – aquisições;
 - Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro (DARJ) – transporte logístico, e
 - Centro do Correio Aéreo Nacional (CECAN) – transporte logístico.
- **Grupamento de Apoio Logístico (GAL)** – criado em 2012, tendo-se tornado efetivo em 2013. A criação desta Unidade atende diretamente a vários objetivos estratégicos estipulados para o COMGAP, como otimização e reestruturação administrativa, focalização do produto, eficácia na gestão dos processos logísticos e excelência dos profissionais do Grande Comando. Busca-se a excelência administrativa, numa gestão voltada para o processo, para o produto e, ulteriormente, para a satisfação do cliente – que é a área de operações da Força Aérea.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Tendo em vista a missão do COMGAP, as diretrizes traçadas para o exercício e a própria estrutura da UJ, conforme já explicitado, deve-se considerar, também que os macroprocessos finalísticos das organizações que compõem o Grande Comando são *os mesmos* da Unidade Jurisdicionada, conforme observado a seguir:

- **APOIO LOGÍSTICO DE SISTEMAS CORPORATIVOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI)**
- **DEFINIÇÃO:** atividades relativas à disponibilidade de sistemas, destinados a fornecer as informações necessárias a todos os níveis de decisão do COMAER.
 - **AÇÃO:** Foram mantidos os investimentos anteriores para atualização tecnológica, efetuados em redes, ativos, estações de trabalho e nos Centros de Computação. Foram realizadas ações de adequação, manutenção evolutiva e corretiva de sistemas de informação de TI para as áreas operacional, logística e administrativa, além de contratação de profissionais e empresas para o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal da área de TI;
- **APOIO LOGÍSTICO DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DE SIMULADORES**
- **DEFINIÇÃO:** atividades destinadas a prover apoio logístico em materiais e serviços de manutenção às Organizações Militares que operem simuladores e equipamentos associados.
 - **AÇÃO:** foram realizados investimentos para aquisição de material de consumo e de equipamentos e contratação e execução de serviços para a manutenção preventiva e corretiva dos simuladores e dos equipamentos acessórios, bem como o gerenciamento dos contratos de suporte logístico (CLS) em vigor,

além da realização das Visitas de Apoio técnico aos simuladores (VATSIM);

- APOIO LOGÍSTICO DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL CONTRAINCÊNDIO
 - DEFINIÇÃO: visa a aquisição, manutenção e conservação de materiais e equipamentos específicos para preservação, proteção e combate a incêndios, bem como o adestramento de pessoal para a execução dessa atividade.
 - AÇÃO: a meta prevista para o macroprocesso era o atendimento a 40 (quarenta) Unidades do COMAER, tendo sido alcançado o número de 45 Organizações Militares.

- APOIO LOGÍSTICO PARA ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES MILITARES
 - DEFINIÇÃO: visa o gerenciamento das atividades de Engenharia de edificações, instalações e de fiscalização de competência da DIRENG.
 - AÇÃO: executaram-se os levantamentos técnicos necessários para elaboração de Termos de Referência, a fim de viabilizar a contratação dos serviços especializados para elaboração de estudos preliminares, projetos básicos e projetos executivos. Foi atingido o índice de 70% das metas pré-estabelecidas.

- APOIO LOGÍSTICO PARA ADEQUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
 - DEFINIÇÃO: visa o gerenciamento das atividades de Engenharia nas áreas de sinalização e infraestrutura aeroportuária, de interesse do COMAER.
 - AÇÃO: na gestão deste macroprocesso, foram adquiridos os materiais para atendimento aos aeroportos e aeródromos apoiados (luminárias solares, sistema luminoso regulador e farol rotativo, dentre outros), de acordo com o planejamento realizado.

- APOIO LOGÍSTICO DE ENGENHARIA DE CAMPANHA
 - DEFINIÇÃO: tem por objetivo a implementação, adestramento e operacionalidade das Unidades Celulares de Engenharia.
 - AÇÃO: destaca-se a participação da Unidade Celular de Engenharia e o Estágio de Engenharia de Campanha no exercício Operação Minerva.

- APOIO LOGÍSTICO DE TRANSPORTE DE SUPERFÍCIE
 - DEFINIÇÃO: visa o gerenciamento centralizado das atividades do Sistema de Transporte de Superfície do COMAER.
 - AÇÃO: apesar dos recursos do Plano de Ação se mostrarem insuficientes para a consecução dos objetivos inicialmente propostos, houve uma complementação, através das Ações 14N3 e 14N6, possibilitando ultrapassarmos as metas previstas para o exercício, especificamente no que diz respeito à aquisição de veículos pesados.

- ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL DE BENS IMÓVEIS DA UNIÃO SOB JURISDIÇÃO DO COMAER
 - DEFINIÇÃO: visa o gerenciamento central das atividades do Sistema de Patrimônio Imobiliário do COMAER.
 - AÇÃO: na condução deste macroprocesso, a DIRENG realizou, como principais atividades, a análise topográfica de processos, a emissão de Pareceres Técnicos, a elaboração de Laudos de Avaliação, a realização de Levantamentos Topográficos, a atualização de Mapas de Tombos e a manutenção e atualização do cadastro dos imóveis jurisdicionados ao COMAER.

- APOIO LOGÍSTICO DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL AERONÁUTICO (SISMA)
 - DEFINIÇÃO: aquisição de equipamentos, suprimentos e materiais para apoio e manutenção de aeronaves, contratação de serviços de manutenção, transporte, armazenagem e embalagem.
 - AÇÃO: a DIRMAB seguiu as estratégias estabelecidas pelo PCA 11-1 da UJ, atingindo a média de disponibilidade de 274 aeronaves, sendo que algumas metas específicas de projetos de aeronaves não foram alcançadas por motivos técnicos ou da conjuntura orçamentária. Elaboração do Programa de Trabalho da DIRMAB (ICA 400-8), definindo metas a alcançar pelas Organizações subordinadas e o consequente monitoramento do desenvolvimento da gestão.

- APOIO LOGÍSTICO DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL BÉLICO (SISMAB)
 - DEFINIÇÃO: adquirir e distribuir materiais, de acordo com o planejamento, prioridades e parâmetros estabelecidos na DCA 135-1, Parâmetros para Obtenção e Utilização de Material Bélico na Aeronáutica, emitido pelo EMAER.
 - AÇÃO: a DIRMAB seguiu o planejamento consolidado e aprovado pelo COMGAP, limitado pelas restrições orçamentárias impostas por contingenciamentos.

- APOIO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES
 - DEFINIÇÃO: o referido macroprocesso tem a finalidade de adquirir e distribuir, por meio do CELOG, os combustíveis e lubrificantes de aviação para uso nas operações aéreas da FAB, controlando os saldos físicos e contábeis para realização dos ajustes necessários à manutenção da operacionalidade da Força nos teatros de operação exigidos.
 - AÇÃO: a DIRMAB seguiu o previsto na ICA 55-66 Programa Anual de Atividades Aéreas e apoiou as horas a serem voadas em sua totalidade (158.900 horas). Foi necessário contar com os Destaques das missões realizadas para complementar a demanda imposta pelo montante de horas previsto.

- CAPACITAÇÃO
 - DEFINIÇÃO: disponibilizar recursos humanos possuidores das competências adequadas às necessidades operacionais.

- AÇÃO: conduzido por meio da execução dos cursos previstos na Tabela de Cursos do COMGAP para 2012 (TCA 37-11). Ainda, por intermédio das atividades de planejamento pedagógico, processo de melhoria contínua de cursos, avaliação do discente, entre outras. No decorrer do exercício, foram criados diferentes cursos e outros sofreram um processo de atualização, resultado da atividade de melhoria contínua.
- PESQUISA
 - DEFINIÇÃO: implantação de processos de gestão que assegurem condições logísticas adequadas às necessidades operacionais.
 - AÇÃO: na condução deste macroprocesso, foram realizadas consultorias e assessorias a Organizações da logística, tendo sido apresentadas propostas de soluções pontuais nos eventuais problemas dos sistemas logísticos. Ainda, novos cursos e disciplinas foram estabelecidos em atendimento à detecção de novas necessidades de treinamento.
- TRANSPORTE LOGÍSTICO INTERMODAL
 - DEFINIÇÃO: prover mobilidade adequada, de recursos humanos e materiais, às necessidades operacionais (prontidão logística).
 - AÇÃO: na consecução deste macroprocesso, fez-se uso do modal rodoviário dentro do município do Rio de Janeiro, no transporte de contêineres de 20 e 40 pés dos portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí (Sepetiba), que acondicionam os materiais adquiridos e retornados do exterior. O processo de despacho aduaneiro é realizado pela Divisão de Suprimento do DARJ. Também, houve missões interestaduais repassadas pelo Centro do Correio Aéreo Nacional (CECAN) para cumprimento do DARJ. Os pontos de origem e destino permeiam as rotas abrangidas em todo território nacional onde existam OM do Comando da Aeronáutica, ressaltando a região norte, pois as carretas do DARJ vão somente até Porto Velho/RO e Belém/PA na constante busca favorável do custo/benefício. Neste contexto, Manaus/AM e Boa Vista/RR, por exemplo, são contempladas pelo modal aéreo.
- OBTENÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS
 - DEFINIÇÃO: prover disponibilidade de acordo com as necessidades operacionais.
 - AÇÃO: no desenvolvimento deste macroprocesso, realizaram-se processos licitatórios nas diversas modalidades existentes. Os processos de aquisição consistiram, resumidamente, na contratação de serviços para nacionalização de itens aeronáuticos, aquisição de pneus, viaturas, armamento, combustível de aviação e automotivo, produtos químicos, tintas e gases de emprego aeronáutico e suprimentos de aviação. Além disso, o CELOG supervisionou os processos de aquisição internacionais nas suas duas Comissões de compra no exterior, a CABW e CABE. Nota: No caso específico deste macroprocesso, pela relevância da tarefa, identificou-se como necessária a elucidação específica do seguinte processo:

▪ NACIONALIZAÇÃO

DEFINIÇÃO: garantir o ressurgimento de material aeronáutico, por intermédio da capacitação de indústrias nacionais para a produção de itens, mormente quando não é possível a obtenção por meio de aquisição no mercado. O processo de nacionalização é composto por diversas fases, tais como elaboração de requisitos técnicos, garantia da qualidade junto a fornecedores, acompanhamento de ensaios, especificações de requisitos de ensaios e catalogação, entre outras.

AÇÃO: foram cadastradas 10 novas empresas no período. A atividade de Certificação desenvolveu-se pelo acompanhamento de ensaios críticos de itens de alta complexidade. Destacam-se os ensaios de impacto de pássaro, qualidade óptica e choque térmico, referentes ao desenvolvimento do parabrisa do A-1. O desenvolvimento desse item trouxe significativo aporte tecnológico ao País e independência quanto ao fornecimento regular do mesmo. O desenvolvimento de itens estruturais de responsabilidade primária necessitou de esforços em pesquisa de ligas componentes, levantamento dimensional condicionado ao espectro de esforços solicitantes, modelagem computacional, fabricação de protótipos, ensaios comparativos, estabelecimento de cargas para avaliação de vida em fadiga e ensaios próprios conduzidos no DCTA e estabelecimento do nível e frequência de inspeções para a vida operacional do item. Destaca-se o desenvolvimento do Tubo Giratório do TPA do C-95.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Para análise dos macroprocessos de apoio, deve-se ter em mente a grandeza da UJ, tanto no que se refere à importância da missão institucional, quanto no que tange ao tamanho físico e à dispersão geográfica das várias organizações subordinadas. Ainda, o leitor deve considerar a variedade de assuntos tratados nos diversos escalões.

Desta forma, os macroprocessos de apoio são variados – e às vezes díspares, tendo sido apontados no trabalho àqueles que melhor auxiliam os principais macroprocessos finalísticos da UJ COMGAP.

- CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL – mesmo tendo-se em conta tratar-se de macroprocesso finalístico na esfera do Instituto de Logística da Aeronáutica (ILA) e do próprio COMGAP, a capacitação profissional aqui referida abarca a esfera “não-logística”, de preparação do profissional para desenvolvimento de competências genéricas. Desta forma, no âmbito do COMGAP, diversos cursos profissionalizantes foram desenvolvidos, como, por exemplo: treinamento no novo CPR, curso de SIAFI operacional e gerencial, curso para Fiscais de contrato, cursos de Sistema de Gestão da Qualidade, Curso de Gestão de Pessoal, Curso de Preparação de Auditores do Sistema de Qualidade, Curso de FMS (compras junto ao Governo Americano) e Curso de Atividades Alfandegárias, entre outros.
- TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – à exemplo do macroprocesso de apoio anteriormente citado, o apoio de tecnologia da informação não deve ser confundido com o macroprocesso finalístico de APOIO LOGÍSTICO DE SISTEMAS CORPORATIVOS DE TECNOLOGIA

DA INFORMAÇÃO (STI), voltado para sistemas corporativos que permeiam todo o Comando da Aeronáutica. O serviço de TI aqui referido ampara o dia-a-dia administrativo, provendo, entre outros apoios, o acesso às redes Internet e Intraer, serviços de e-mail, provimento e manutenção de editores de dados e de texto, ferramentas antivírus, além de imporem as políticas de TI emanadas pelos órgãos superiores. Assim, a aquisição ou modernização de equipamentos, atualização de softwares corporativos, serviços de lançamento de cabos, entre outras ações, caracterizaram a gestão deste macroprocesso na UJ.

- GESTÃO DE PESSOAL – clássico macroprocesso de apoio, ele permeia a administração, buscando disponibilizar recursos humanos possuidores das competências adequadas às necessidades gerenciais e de mão de obra. Mais uma vez, não deve ser confundido com o macroprocesso finalístico de CAPACITAÇÃO, cuja função é disponibilizar recursos humanos possuidores das competências adequadas às necessidades **operacionais**, em um sentido *latu*. A GESTÃO DE PESSOAL, no exercício, lidou com a transferência de pessoal entre as várias Organizações, atendendo à política de pessoal do Comando-Geral cristalizada na Diretriz do Comandante; com a seleção e matrícula de pessoal da logística nos cursos de aprimoramento; com a indicação dos militares para posições no exterior, Comando de Organizações e Fiscalização de Contratos no país e no exterior, entre outras ações.
- ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS – conduzido por intermédio da contratação de concessionárias de serviços públicos, tais como telefonia, água e esgoto, como também serviços comuns, entre os quais a limpeza das instalações, manutenção da infraestrutura das Organizações, pagamento de pessoal, e demais.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

No âmbito do COMAER, para a consecução dos objetivos constantes dos macroprocessos finalísticos e de apoio, houve a participação relevante do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER) e da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA).

Menciona-se, com especial destaque, o CENCIAR (antiga SUAUD) pelas apropriadas orientações, no que se refere às atividades de controle interno, o que contribuiu para a correta condução da gestão dos recursos desta UJ no exercício.

Ademais, houve, também, de maneira sistêmica, a participação efetiva de toda a estrutura de suprimento e manutenção dos demais ODS, em especial do Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR), suas Unidades Aéreas e Bases Aéreas e do Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS), com suas Unidades de instrução.

No âmbito externo, menciona-se a fundamental contribuição da Advocacia Geral da União, por intermédio das Consultorias Jurídicas da União, nos vários estados da Federação onde o COMGAP atua, e da Consultoria Jurídica Adjunta do COMAER (COJAER), no Distrito Federal. A sua participação ocorre na análise dos diversos e complexos Processos Administrativos de Gestão, com o fito de aprová-los, em cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666, de 1993. Sem esta contribuição, a UJ não poderia levar avante as inúmeras contratações necessárias para o cumprimento da missão institucional do COMGAP.

Ainda no âmbito externo, a participação da INFRAERO, principalmente junto à DIRENG, mostrou-se fundamental no êxito alcançado pelo Sistema de Contraincêndio, na preparação dos recursos humanos (treinamento) e das instalações (adequações e modernizações) para combate a eventuais sinistros nas áreas aeroportuárias.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

O planejamento das ações da Unidade Jurisdicionada ocorreu em consonância com a sistemática de planejamento utilizada pela estrutura da alta administração do Comando da Aeronáutica, e detalhou, dentre outros, os parâmetros norteadores de maior relevo e balizadores da gestão logística a ser observada por toda a estrutura do Comando-Geral de Apoio, para o biênio de 2012 e 2013.

Desta forma, a UJ COMGAP elencou como objetivos do planejamento estratégico:

- a) Gerenciar o processo de substituição e modernização das aeronaves e sistemas bélicos (de acordo com as alíneas III e XII do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE; com as letras “b”, “c” e “h” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP; com as letras “c”, “e”, “j” e “s” do item 1.2.3.1 DIRMAB e com as Ações Orçamentárias 20IH e 8969 do PPA, cuja coordenação é responsabilidade do Presidente da COPAC);
- b) Manter uma logística adequada para atender a disponibilidade pretendida/necessária das aeronaves e sistemas bélicos, de acordo com a TDA e TDB, respectivamente (de acordo com as alíneas I, II, V, VI, VII, XII do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE; com as letras “f”, “g” e “i” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP e com as Ações Orçamentárias 2048 e 2890 do PPA);
- c) Gerenciar o processo de manutenção das aeronaves e seus sistemas, de forma a assegurar a capacidade de pronto emprego da FAB (de acordo com as alíneas I, II, III e XII do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE; com as letras “b”, “c”, “f”, “g” e “i” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP e com as Ações Orçamentárias 2048 e 2923 do PPA);
- d) Ajustar a frota de aeronaves e sistemas bélicos à demanda operacional (de acordo com as alíneas I, II e VI do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE; com as letras “b”, “c”, “f”, “g” e “i” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP e com as Ações Orçamentárias 2048, 2923, 2890 e 3123 do PPA);
- e) Manter/recuperar a frota de aeronaves e sistemas bélicos, visando ao atendimento, no mínimo, das TDA/TDB, com os respectivos ajustes que se fizerem necessários (de acordo com as alíneas I, II, V, VI, VII, XII do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE; com as letras “f”, “g” e “i” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP e com as Ações Orçamentárias 2048, 2923 e 2890 do PPA);
- f) Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade logística (de acordo com as alíneas I, II, e V do item 1.2

FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE e com as letras “a”, “f”, “g” e “i” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP);

g) Ampliar a participação da Base Industrial de Defesa nos Sistemas Logísticos do COMAER (de acordo com as alíneas III, IV e XII do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE; com as letras “b” e “c” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP e com as Ações Orçamentárias 2048, 2923, 2890 e 3123 do PPA;

h) Promover e ampliar os processos de nacionalização como fator estratégico de suportabilidade logística das aeronaves e sistemas bélicos (de acordo com as alíneas III, IV e XII do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE, com as letras “b” e “c” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP e com as Ações Orçamentárias 2048, 2923, 2890 e ação 3123 do PPA;

i) Consolidar a aplicação da política de “Offset” como fator de aprimoramento e capacitação da indústria nacional (de acordo com as alíneas III, IV e XII do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE e com as letras “b” e “c” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP);

j) Promover a participação da Base Industrial de Defesa na terceirização da manutenção para as aeronaves e seus sistemas (de acordo com as alíneas III, IV e XII do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE, com as letras “b” e “c” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP e com as Ações Orçamentárias 2048, 2923 e 2890 do PPA;

k) Aperfeiçoar a cadeia de suprimento e os processos de manutenção (de acordo com as alíneas I, II e IX do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE, com as letras “a”, “f” e “i” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP e com as Ações Orçamentárias 2048, 2923, 2868, 20SA, 8970, 2757, 2890 e 2896 do PPA);

l) Aperfeiçoar e ampliar os processos de catalogação de materiais dos sistemas apoiados (de acordo com as alíneas I, II e IX do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE; com as letras “a”, “f” e “i” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP e com as Ações Orçamentárias 2048, 2923, 20SA e 2890 do PPA;

m) Ampliar a estrutura e a capacidade operacional da engenharia de campanha (de acordo com as alíneas I e XIII do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE e com as letras “a”, “f” e “g” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP);

n) Aprimorar a estrutura do transporte logístico e de superfície (de acordo com as alíneas I, II, VI, XIII e XIV do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE; com as letras “a”, “f”, “g” e “i” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP e com a Ação Orçamentária 2896 do PPA;

o) Contribuir para a busca da interoperabilidade entre os sistemas logísticos (de acordo com as alíneas I, II, III, VI e XI do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE; com as letras “a”, “e”, “f”, “g”, “h” e “i” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP e com a Ação Orçamentária 20SA do PPA);

p) Gerenciar o preparo e o emprego da Mobilização e da Desmobilização Aeroespacial, em complemento à Logística do COMAER (de acordo com as alíneas I, II, V, VI, VII e XIV do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE; com as letras “f”, “g” e “i” dos

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP e com as Ações Orçamentárias 2048, 2923, 20SA e 2896 do PPA;

q) Atualizar e manter funcional a infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, que esteja sob a jurisdição do COMAER (de acordo com as alíneas I, II, VI, VII e XIII do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE; com as letras “a”, “f”, “g” e “i” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP e com a Ação Orçamentária 2756 do PPA);

r) Aperfeiçoar e normatizar os processos de alienação de material (de acordo com as alíneas I, II, V e XII do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE e com as letras “a”, “f”, “g” e “i” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP);

s) Assegurar a permanente capacitação técnica dos recursos humanos (de acordo com as alíneas I, IX e X do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE; com as letras “d”, “f” e “j” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP);

t) Aprimorar a sistemática de capacitação técnica dos recursos humanos, a partir da criação de um Plano de Capacitação para cada função constante dos Regimentos Internos das OM subordinadas ao COMGAP (de acordo com as alíneas I, IX e X do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE e com as letras “d”, “f” e “j” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP);

v) Elaborar um mecanismo de levantamento/mapeamento das deficiências relativas a recursos humanos, levando-se em consideração o cumprimento da missão de cada Organização logística, de modo a aperfeiçoar a distribuição e o controle dos efetivos de pessoal (de acordo com as alíneas I, IX e X do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE e com as letras “d”, “f” e “j” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP);

w) Aprimorar a distribuição dos efetivos, particularmente no âmbito dos PAMA, no sentido de eliminar o direcionamento de profissionais para exercerem funções para as quais não foram formados. Tal cultura tem permeado as soluções adotadas nos últimos 10 anos e tem gerado dificuldades significativas no dimensionamento real da força produtiva de trabalho nas OM logísticas (de acordo com as alíneas I, IX e X do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE e com as letras “d”, “f” e “j” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP);

x) Gerenciar os recursos de Tecnologia da Informação existentes (de acordo com as alíneas I, II, III, VIII, XI e XII, do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE; com as letras “a”, “e”, “f”, “g” e “i” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP e com a Ação Orçamentária 20SA do PPA);

y) Reduzir os impactos socioambientais negativos causados pela execução de todas as atividades administrativas e operacionais, no âmbito do COMGAP (de acordo com as alíneas I, II e V do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE e com as letras “a”, “g” e “i” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP);

z) Atualizar e aperfeiçoar o Sistema de Patrimônio Imobiliário, de Transporte de Superfície e de Engenharia (de acordo com as alíneas I, II e XIII do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE; com as letras “a”, “f”, “g” e “i” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP e com as Ações Orçamentárias 20SA e 2896 do PPA); e

aa) Aperfeiçoar o controle e contribuir na busca da regularização da situação dos bens patrimoniais imobiliários (de acordo com as alíneas I, II, VI, IX e XIII do item 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE e com as letras “a”, “g” e “i” dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMGAP).

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Tendo em vista a complexidade dos objetivos traçados para a UJ no exercício em apreço, a necessidade de coordenação com as esferas interna (Organizações da Logística) e externa, como, por exemplo, o EMAER, a SEFA ou outros Grandes-Comandos, atuando como coordenadores de Ações Orçamentárias que permeiam a gestão dos macroprocessos do COMGAP, foi necessário avaliar as ameaças e as oportunidades no ambiente, as forças e as fraquezas da Logística, existentes ou potenciais, a fim de estabelecer a estratégia de atuação para o exercício.

Desta forma, segue a análise da Situação Setorial do COMGAP:

2.2.1 – PONTOS FORTES

- a) Existência de focos de excelência em conhecimentos especializados nas áreas de ensino, pesquisa, engenharia, transporte logístico e Tecnologia da Informação;
- b) Existência do SILOMS como sistema corporativo informatizado, em pleno funcionamento e largamente utilizado, que propicia, por meio de suas funções, o planejamento e o controle das Atividades Logísticas, em todos os seus níveis, incluindo: equipamentos, recursos humanos, recursos materiais, fornecedores e distribuidores;
- c) Existência do ILA como organização voltada para o treinamento, a pesquisa e o desenvolvimento da Logística;
- d) Sistema logístico estruturado em pleno funcionamento e já enraizado na cultura da FAB;
- e) Busca constante de soluções técnico-administrativas, advindas de contingenciamentos orçamentários;
- f) Redução das intervenções de nível parque, aliada à manutenção centrada na confiabilidade, aquisição de projetos com novos conceitos de manutenção e serviços e ao monitoramento dos sistemas em tempo real;
- g) Capacidade de mobilização industrial; e
- h) Consolidação da DTI no COMGAP, coordenando todas as atividades do STI do COMAER.

2.2.2 – PONTOS FRACOS

- a) Dificuldade na gestão de estoques de material aeronáutico;
- b) Dificuldade em manter a atualização técnico-profissional dos recursos humanos da UJ, em função da rápida evolução tecnológica que envolve a atividade logística;
- c) Parques de Material com instalações antigas e equipamentos desatualizados;
- d) Necessidade de aprimoramento do Transporte Logístico, em sincronismo com as prioridades dos diversos elos;

- e) Engenharia de Campanha incipiente;
- f) Dificuldade no encadeamento sistêmico dos elos do SISENG, SISTRAN, SISPAT e SISCON, e
- g) Dificuldades orçamentárias para o cumprimento dos cronogramas de implantação do suporte necessário aos novos projetos e das obras de infraestrutura.

2.2.3 – AMEAÇAS

- a) Frequentes cortes e ajustes de planejamentos dos macroprocessos, devido à insuficiência rotineira de recursos orçamentários;
- b) Contingenciamentos históricos nas Ações Orçamentárias de material bélico, diminuindo sensivelmente os estoques de segurança do país;
- c) Aumento crescente dos custos relacionados às necessidades das frotas atuais (mais modernas e dispendiosas), à infraestrutura e à capacidade de manutenção destes meios;
- d) Dependência tecnológica externa; e
- e) Evasão de Oficiais engenheiros, com inevitável decréscimo da quantidade de mão de obra especializada disponível.

2.2.4 – OPORTUNIDADES

- a) Utilização dos acordos de compensação (“Offset”), a fim de suprir as necessidades evidenciadas pelo COMAER para investimentos e acesso a novas tecnologias;
- b) Aquisição de suporte logístico (CLS), como forma de reduzir a necessidade de infraestrutura, pessoal e estoques imobilizados;
- c) Chegada e estabelecimento de empresas no Brasil, por ocasião de contratação de novos tipos de aeronaves;
- d) A Política de Mobilização Militar (MD41-P-01) contribui para a não degradação dos recursos existentes para a operação em situação de normalidade;
- e) Uma maior aproximação entre a Indústria de Defesa Nacional e o COMAER;
- f) Política do MD para aumento da interoperabilidade, gerando, dentre outros benefícios, o incremento de aquisições padronizadas e em lotes mais econômicos;
- g) Implantação de ações visando atender à Estratégia Nacional de Defesa, fortalecida pelo entendimento da importância da Defesa Nacional, por parte da sociedade brasileira;
- h) Redirecionamento para outras atividades da mão de obra disponibilizada, especializada em manutenção aeronáutica, com o emprego do CLS, priorizando o emprego do pessoal militar na atividade operacional da FAB, e
- i) Desenvolvimento do transporte logístico, por meio do incremento do uso dos modais de maneira planejada e coordenada.

2.2.5 – ESTRATÉGIA ADOTADA

2.2.5.1 – COMGAP

Em cumprimento à Diretriz do Comandante-Geral de Apoio na busca de otimização dos recursos humanos e materiais, a fim de melhor aproveitar os meios disponíveis e ampliar a capacidade administrativa do COMGAP, realizou-se, numa primeira etapa, a ativação do Grupamento de Apoio Logístico (GAL), buscando prover o apoio administrativo às seguintes OM, sediadas no Rio de Janeiro: COMGAP, DIRMAB, DIRENG, DTI, PAMA-GL, PAMA-AF, CTLA (antigo DARJ), PAMB-RJ e CCA-RJ. Como resultado, a maioria das funções administrativas passou a ser conduzida pelo GAL, tais como: celebração de contratos e convênios, pagamento de pessoal e procedimentos da execução orçamentária, financeira e patrimonial, possibilitando expressiva economia de escala.

Numa segunda etapa, iniciou-se o processo de fusão de duas organizações que atuavam com diferentes modais de transporte logístico – o DARJ e o CECAN – em apenas uma Unidade, o Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica (CTLA), consolidada em janeiro de 2013. Assim, todos os modais de transporte estão colocados sob uma única gestão, racionalizando a administração dos esforços e especializando o efetivo envolvido.

Foi realizado um estudo visando reduzir os estoques nos armazéns de suprimento de itens aeronáuticos. Como resultado, por solicitação da UJ, a SEFA emitiu novas orientações acerca do processo de desfazimento de material, o que possibilitará reduzir os estoques.

As Diretrizes e Metas estabelecidas pela UJ buscaram alinhar a Logística da Força Aérea Brasileira à Estratégia Nacional de Defesa, ao contratar empresas integrantes da BID para complementar os serviços de manutenção, não atendidos pela capacidade instalada.

2.2.5.2 – DIRMAB

Os valores aprovados pela LOA ficaram aquém do solicitado pelo COMAER (Proposta Orçamentária 2012) para custear os meios necessários ao cumprimento de sua missão.

Os recursos disponibilizados – considerando-se os Destaques – mantiveram-se num patamar que permitiu disponibilizar entre 40% e 45% do total de aeronaves da Força Aérea. Caso sejam mantidos os níveis orçamentários atuais, a médio prazo, há uma expectativa de queda desta disponibilidade, comprometendo a capacidade de apoio ao cumprimento da missão constitucional.

Na Ação 2048 - Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico, apontou-se, durante o planejamento, para uma necessidade de R\$ 902.631.869,00 (novecentos e dois milhões, seiscentos e trinta e um mil, oitocentos e sessenta e nove reais). Em contrapartida, o valor efetivamente descentralizado para o exercício em apreço foi de R\$ 440.802.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões, oitocentos e dois mil reais), para manter as metas estabelecidas no Macroprocesso Apoio Logístico de Suprimento e Manutenção de Material Aeronáutico (SISMA).

Durante o ano de 2012, foi solicitado um aporte emergencial de recursos, dentro do projeto A-1, de R\$ 76.900.000,00, o que não pôde ser priorizado. A necessidade inadiável de assinatura de contratos internacionais para sustentação daquela frota fez com que cerca de R\$ 33.000.000,00 fossem realocados de parcelas contratuais de outros projetos, com compromisso para 2013, o que deverá repercutir negativamente no referido ano.

Na Ação 2868, para atender ao Macroprocesso de Apoio Logístico de Suprimento e Manutenção de Combustíveis de Aviação, a necessidade planejada atingiu o montante de R\$ 423.938.576,00. Ressalte-se, como aspecto positivo, o total descontingenciamento do crédito no exercício, bem como a descentralização de Destaques ao longo do ano, o que permitiu uma redução do déficit orçamentário anual.

Nas Ações 2890 e 3123, para atender ao Macroprocesso de Apoio Logístico de Suprimento e Manutenção de Material Bélico (SISMAB), houve cortes na LOA, além de contingenciamento dos créditos previstos, o que culminou, conseqüentemente, no replanejamento das metas, implicando na redução da aquisição dos materiais necessários para utilização no treinamento operacional da Força nos exercícios seguintes.

Os recursos para a Ação 2890 no Plano de Ação aprovado para 2012 foram, inicialmente, de R\$ 41.962.079,56, de uma PPO de R\$ 100.000.000,00. Com o contingenciamento, o montante recebido foi de R\$ 36.711.766,72, acrescidos de mais R\$ 4.000.000,00 no final do exercício financeiro, resultando em um total de R\$ 40.711.766,72 para a referida Ação.

Ressalta-se que os itens bélicos apresentam tempo de produção e de entrega superiores a 12 meses, sendo os resultados das aquisições refletidos no exercício seguinte.

Em virtude do exposto, com o recurso recebido em 2012, foi possível adquirir 40% das necessidades do programa de instrução e manutenção operacional a ser realizado em 2013.

Assim sendo, de forma recorrente, vem-se consumindo o estoque da Reserva de Guerra para atender às necessidades de treinamento.

2.2.5.3 – DIRENG

A análise de situação realizada pela UJ, sob a perspectiva de atuação da Diretoria de Engenharia da Aeronáutica – DIRENG, evidenciou, sobretudo, a necessidade de aprimoramento da articulação entre a Diretoria e os elos integrantes dos sistemas nas áreas sob sua responsabilidade.

A referida análise também indicou a necessidade de emprego de ferramentas de gestão mais adequadas à complexidade e à dinâmica dos processos que envolvem a DIRENG no âmbito da Força Aérea. Assim sendo, a principal estratégia desta fração funcional da UJ, para o exercício em tela, foi a realização de uma reorganização da estrutura e de seus principais processos como órgão central do COMAER nas áreas de Patrimônio, Contraincêndio, Transporte de Superfície, infraestrutura civil e Engenharia de Campanha.

Durante o exercício de 2012, várias ações contribuíram para a implementação dessa estratégia. Os estudos relacionados com revisão da estrutura organizacional indicaram a necessidade de retirar, do órgão central, as atividades de execução técnica, de tal forma que fosse priorizado, neste, o acompanhamento e controle das referidas atividades.

Assim, foi concebida a criação do Centro de Estudos e Projetos – CEP, como unidade subordinada à DIRENG e com a finalidade de atuar na execução de atividades técnicas, cujo porte e complexidade viessem a transcender a atuação das unidades regionais do Sistema. Nessa Organização Militar serão desenvolvidas as competências técnicas essenciais dos sistemas acima citados, incluindo o desenvolvimento especializado de recursos humanos e os laboratórios correspondentes.

Quanto à reestruturação dos processos, destaca-se, no exercício em pauta, a concepção inicial do estabelecimento de um processo de Ciclo de Vida das Obras do

COMAER. Este disciplinará o faseamento de um empreendimento, desde sua necessidade operacional até sua eventual demolição.

Outro processo que teve a concepção de modernização estudada foi o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da Aeronáutica (SIGPIMA). Neste sentido, três diferentes abordagens foram analisadas: a adequação, para emprego no COMAER, do Sistema OPUS, pertencente ao Exército Brasileiro; o emprego de um sistema aberto, utilizado pelo Governo de Minas Gerais, ou a contratação de uma empresa privada para a implementação de um sistema próprio para o COMAER. No início de 2013, será concluído o processo decisório com relação a essas alternativas.

No Sistema de Contraincêndio, a ação estratégica específica foi a participação da DIRENG na reestruturação dos Cursos de Especialização em Combate a Incêndio e Salvamento, além da atualização das instruções ICA 92-2 e ICA 92-4.

Quanto ao Sistema de Transporte de Superfície, a principal ação estratégica foi a ativação gradual de uma Seção Técnica, visando apoiar a elaboração de especificações técnicas, fiscalização da produção de veículos e estudos inerentes ao plano de manutenção da frota, entre outras atividades relacionadas.

Quanto à Engenharia de Campanha, a ação estratégica executada em 2012 foi aumentar a atuação nos exercícios operacionais da Força, além da concepção de exercícios específicos de adestramento das técnicas de engenharia. Nesse sentido, destacou-se a participação na Operação Mineirinho e a realização da Operação Minerva.

No exercício de 2012, também houve ações no sentido de promover maior integração entre os elos dos sistemas vinculados à DIRENG. Neste sentido, destaca-se a realização do III Encontro Nacional de Engenharia da Aeronáutica. Na oportunidade, foram abordadas questões fundamentais relacionadas à atuação da engenharia do Comando da Aeronáutica, tais como a formação e progressão de carreira do engenheiro e as peculiaridades da atuação da engenharia nos Órgãos Setoriais do COMAER. Esta ação veio contribuir com a mitigação de um dos aspectos de fragilidade na atuação do órgão central de engenharia da FAB, conforme mencionado no início desta seção – a articulação entre os órgãos do sistema.

2.2.5.4 – DTI

A consolidação da DTI, como Órgão Central do Sistema de TI do COMAER, no COMGAP, coordenando todas as atividades do STI, incluindo nesse cenário todos os projetos estratégicos, setoriais e simuladores, levou à necessidade de uma nova estrutura organizacional, adequando-a à consecução de seus objetivos.

No decorrer de 2012, a fim de consolidar essas modificações, foi necessário adequar o organograma da Diretoria e dos Centros de Computação (CCA) à estrutura de pessoal, tecnológica e imobiliária.

Como Coordenadora da Ação 20SA, a DTI priorizou os recursos recebidos, considerando ter recebido recursos suficientes para atender apenas 50% das necessidades dos 23 Projetos (19 Estratégicos e 4 Setoriais) e 1 Atividade, conforme informado pelos Gerentes de Projetos. Em face do corte dos recursos, os prazos estabelecidos para as tarefas, previstos para 2012, foram realocados para 2013.

Os recursos recebidos na ação 2757 foram suficientes para honrar os pagamentos dos 4 contratos em vigor, atendendo aos 12 simuladores em operação: A-1(3), F-5(2), T-27(2), A-29(5).

Em 2012, foram realizados estudos para a regionalização de serviços de TI, em alguns pontos do território nacional, buscando economia de recursos humanos, de TI e de apoio logístico em geral, em especial, onde não há essa disponibilidade.

Foram implementadas ações no sentido de adquirir equipamentos para os Centros de Computação, buscando equipá-los para atuarem como estruturas regionais de TI mais robustas. No caso do CCA-RJ e do CCA-BR, já foram implementadas as ações para a centralização de alguns serviços, tais como: correio eletrônico, hospedagem de páginas, fornecimento de link de INTERNET, centralização de servidores de arquivo e de banco de dados dos projetos corporativos (SIGPES, SILOMS, SIGADAER, SIGAMEH e HERCULES).

2.2.5.5 – CELOG

Durante a Gestão de 2012, semanalmente, os Chefes de Divisões e Assessorias, discutiram nas reuniões da Direção todas as informações com potencial de impacto no alcance dos objetivos estratégicos da Unidade, a fim de auxiliar a tomada de decisões.

O Plano Diretor e o Plano de Obras da Organização foi atualizado e encaminhado para as ODGS para aprovação.

Estudos voltados para a evolução da estrutura organizacional da OM, visando à acomodação da tendência de crescimento das compras centralizadas, foram realizados e propostos ao Comando Superior.

Foram realizadas significativas adequações nas estruturas administrativas, garantindo melhor distribuição de pessoal nos setores, colaborando para melhoria do ambiente de trabalho.

Divulgação continuada ao efetivo dos objetivos a serem cumpridos pelo CELOG, com a conexão do seu conteúdo às principais missões e operações do COMAER no contexto nacional.

No que se refere à distribuição e transporte logístico geral da FAB, missão de competência de duas organizações subordinadas, buscou-se estrategicamente uma otimização contínua da seleção de modal para movimentação de cargas, com redução sensível do emprego desnecessário do custoso transporte aéreo militar, pela alocação combinada e coordenada com todas as demais alternativas de modal de transporte. Ainda nesse sentido e no prosseguimento natural e lógico do processo racional que vem ocorrendo para a adequação da estrutura logística do COMAER, foi implementada a fusão da Unidade responsável pelo transporte aéreo, o CECAN, com a OM responsável pelos demais modais, o DARJ, passando-se a adotar, com a ativação do Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica, o CTLA, um gerenciamento centralizado e mais eficiente da função logística de transporte, incluídas aí as alternativas terceirizadas dos modais terrestre, aéreo e marítimo, com a cabotagem.

Incremento da transparência do macroprocesso de obtenção de materiais e serviços por meio da divulgação sistemática em página eletrônica das orientações referentes ao processo de Compras Centralizadas, às Unidades parceiras do CELOG.

Analisando os reflexos gerados pelo incremento do item acima, comparativamente aos anos de 2010 e 2011, a média dos pagamentos mensais superou os dois anos anteriores, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

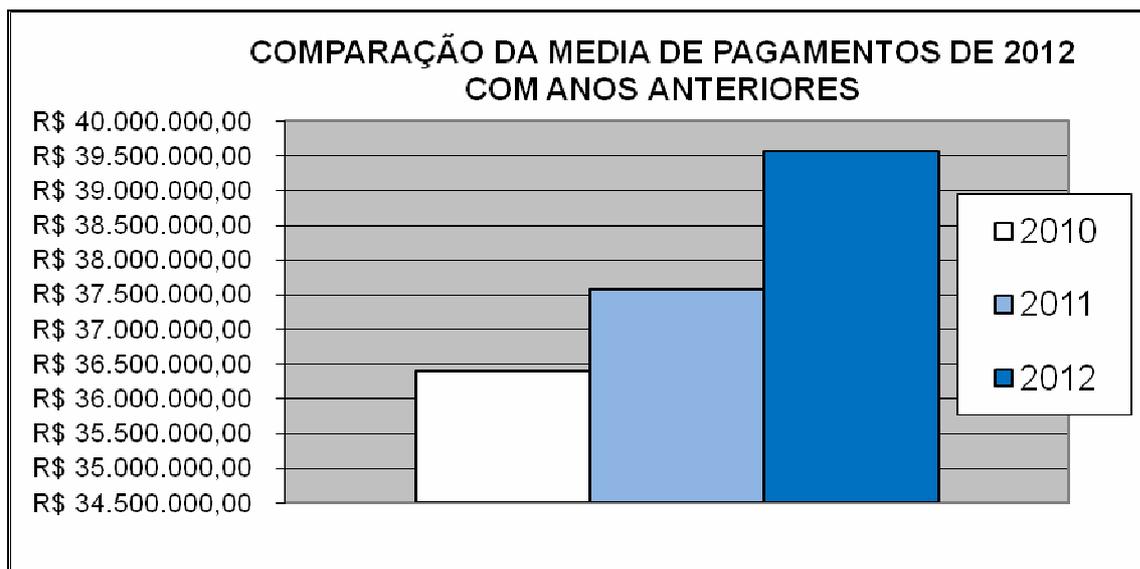


Gráfico 2.2.5.5.1 – Média de Pagamentos Mensais – CELOG

2.2.5.6 – ILA

No exercício de 2012, a carga de trabalho do ILA dobrou, devido à assunção da coordenação dos 06 cursos da área de Contraincêndio, anteriormente sob a responsabilidade da Diretoria de Engenharia da Aeronáutica (DIRENG), tendo sido realizadas 29 edições destes cursos ao longo do exercício.

O aumento da demanda provocou a revisão dos processos internos de gestão, a fim de conferir-lhes maior eficiência, para possibilitar a manutenção da qualidade dos trabalhos realizados, com a mesma quantidade de pessoas.

Os resultados obtidos confirmam que o Instituto atingiu seus objetivos de ensino para 2012, visto que foram realizadas 81 edições de capacitação, distribuídas em 48 cursos, constantes na TCA 37-11/2012. Destes, 29 na Modalidade Presencial, 07 na modalidade Semipresencial e 12 na modalidade de Ensino a Distância (EAD).

Ressalta-se que, acompanhando a tendência mundial de buscar redução de custos, o Instituto, por meio do ILAVIRTUAL, plataforma de EAD, tem aumentado, anualmente, a quantidade de cursos nas modalidades EAD e semipresencial, em substituição aos cursos presenciais.

Cálculos realizados demonstram que, em média, o curso na modalidade EAD proporciona uma redução de 75% do custo na capacitação de recursos humanos do SISMA/SISMAB. Além desta economia, o ILAVIRTUAL, disponível 24h por dia, nos 07 dias da semana, permite a flexibilidade na condução dos estudos e, também, possibilita aos alunos realizarem cursos quando deslocados em missões pelo Brasil, ou até mesmo no exterior, ou ainda, no conforto de seu lar, no horário que lhe convier.

A eficiente gestão dos recursos no processo de capacitação garantiu a composição de um corpo docente da mais alta qualidade, uma vez que foram acionados os melhores instrutores e tutores pertencentes ao efetivo de diversas OM do COMAER.

Com a modernização da frota de aeronaves da FAB, aquisição de novos equipamentos, além da implementação de novos sistemas de armas, tornou-se imperioso buscar a capacitação e o treinamento com vistas a manter a operacionalidade e o pronto emprego da Força. Por isso, foi realizado o 1º Simpósio de Logística da Aeronáutica, organizado pelo COMGAP, em novembro de 2012, no ILA. Este evento contou com presença de renomados palestrantes de diversos países (Brasil, Canadá, EUA, França, Itália, Israel, Portugal e Suécia), os quais transmitiram experiências de gestão logística adquiridas no gerenciamento, tanto da aviação militar, quanto da aviação civil. Como

convidados estiveram presentes representantes do COMAER e da Indústria Nacional de Defesa.

2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

2.3.1 – DIRMAB

Os recursos alocados na Ação Orçamentária 2048 foram utilizados para o apoio a uma frota com 456 aeronaves distribuídas, com o objetivo de atingir uma disponibilidade média de 60% ao longo de 2012. Conseguiu-se manter uma média de 274 aeronaves disponíveis ao longo desse período, o que superou a meta prevista de 245 aeronaves disponíveis. Entende-se que as novas diretrizes implantadas, bem como a celebração de contratos de suporte de frotas das aeronaves de transporte, facilitaram a superação dessa meta.

Foram voadas no período todas as horas previstas na ICA 55-66 - Programa Anual de Atividades Aéreas (158.900 horas).

Com a liberação dos recursos do Plano de Ação e eventuais Destaques recebidos, medidas foram adotadas para atender aos compromissos incompressíveis e às requisições dos Parques, observando a aplicação adequada dos créditos e a conclusão das licitações nas Comissões, no CELOG e nos Parques, de acordo com as orientações emanadas.

A meta prevista da Ação 2868 foi atingida com recursos da LOA 2012, Destaques e suplementações.

Quanto à Ação 2890, as limitações no orçamento ocorridas a cada exercício, inclusive em 2012, afastam o estoque de material bélico do COMAER do parâmetro ideal preconizado pela DCA 135-1. Contudo, em virtude da existência de material remanescente de anos anteriores, bem como restrições impostas no treinamento de pilotos e tropas, tem-se conseguido manter algum treinamento das Organizações Militares da FAB.

Se considerarmos que, mesmo com restrições operacionais para emprego desse armamento, o consumo vem sendo maior do que a reposição, as reservas vêm sendo constantemente degradadas.

Como justificativa de créditos em Restos a Pagar, ressalta-se que uma grande quantidade de itens bélicos possui tempo de produção e entrega superiores a 12 (doze) meses, o que provoca tal atraso na liquidação desses créditos.

O PIMO (Programa de Instrução e Manutenção Operacional) 2012 foi atendido completamente.

2.3.2 – DIRENG

A DIRENG ativou gradualmente a Seção Técnica da Subdiretoria de Patrimônio, com o fito de apoiar a elaboração de especificações técnicas, fiscalização da produção de veículos, estudos inerentes ao plano de manutenção da frota, entre outras atividades.

Foi alterado o critério para distribuição de veículos, buscando atender, prioritariamente, as OM com TDV abaixo de 70%, em coordenação com o COMGAP e os Grandes Comandos.

Houve a aquisição de 21 dos 22 veículos previstos no Plano de Ação, em virtude da substituição da aquisição de caminhões por ônibus e microônibus, com valor agregado superior.

Por intermédio das ações 14N3 e 14N6, foram adquiridos 563 caminhões, superando em 30% a meta estabelecida de 442 veículos e ainda, a aquisição adicional de 229 veículos, com recursos descentralizados por outras OM (MD - Defesa Civil e Rio+20).

Visando atender, principalmente, as necessidades geradas pelo PAC Equipamentos, foram revisadas 77 especificações técnicas, relativas a veículos especializados, transporte de carga e pessoal.

Ocorreu a reestruturação dos cursos de Especialização de Oficiais e Graduados em Contraincêndio e Salvamento e de Especialização em Combate em Incêndio e Salvamento Módulos 1 e 2, visando à otimização dos recursos humanos e financeiros, bem como a formação de mais instrutores para o SISCON.

Procedeu-se a atualização das ICA 92-2 e 92-4 do SISCON, visando à adequação das necessidades e, conseqüentemente, o aumento da operacionalidade do Sistema.

Desenvolveu-se e implantou-se o núcleo de um laboratório de geoprocessamento para o tratamento de informações obtidas nos levantamentos topográficos de terrenos do COMAER e geração de imagens.

Foram realizados os procedimentos iniciais para a modernização do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da Aeronáutica – SIGPIMA.

Implantou-se nova sistemática de análise de processos administrativos, envolvendo bens imóveis, com a substituição de dois pareceres técnicos por um único relatório técnico conjunto.

Realizou-se a revisão da Norma de Patrimônio (NSCA 87-1) no que tange à tramitação dos processos de demolição e à apresentação de minutas de plantas e memoriais descritivos, para apreciação e possíveis sugestões de correções, antes do encaminhamento do processo. Tais procedimentos objetivaram proporcionar celeridade aos processos de demolição de benfeitorias e incorporação e desincorporação de bens imóveis.

2.3.3 – DTI

Como Coordenadora da Ação 20SA, embora com recursos insuficientes para atender as necessidades dos Projetos Estratégicos e Setoriais, a DTI conseguiu apresentar os seguintes resultados com os recursos recebidos:

PROJETO	APLICAÇÃO DE RECURSOS
SILOMS	Solução de 6.271 chamados de usuários através do SAUTI, abrangendo manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas. As manutenções evolutivas no Módulo para o gerenciamento do Bem Móvel Permanente para todas as Organizações do COMAER.
SIGPES	Foram desenvolvidos os módulos: Fundo de Saúde, Pagamento de Pessoal, Gestão e Controle do Pessoal Civil e Boletim.
SIGAMEH	Fase 1 do projeto concluída, constando dos módulos SAME, ADM SIGPES, Material de Saúde, Almoxarifado, Enfermagem, Ambulatório, Faturamento, SARAM, ADM Geral, Financeiro, e Gerencial. Aquisição de parte dos servidores.
SIGADAER	Implantação da nova versão com o controle do trâmite entre as Unidades com assinatura digital. Aquisição de servidores para suprir as OM.
E-PLANTAX	Foi desenvolvido o módulo planejamento e parte dos módulos execução e controle.
REVITALIZAÇÃO DA INTRAER	Foram adquiridos os equipamentos para implantação de 3 de um total de 13 regionais.

Tabela 2.3.3.1 – Resultados Obtidos – Sistemas Corporativos – DTI

Fonte: DTI

Além destes projetos, passou a ser gerida pela DTI a Ação 2757 – Desenvolvimento e Manutenção de Simuladores, com acompanhamento de todos os simuladores da FAB, incluindo o desenvolvimento de cenários visuais.

Os recursos recebidos foram aplicados nos contratos de manutenção de 12 simuladores em operação:

SIMULADOR	QUANTIDADE E LOCAL DE INSTALAÇÃO (BASE AÉREA)
A-1	(2) SANTA MARIA, (1) SANTA CRUZ
A-29	(2) NATAL, (1) PORTO VELHO, (1) CAMPO GRANDE, (1) BOA VISTA
F-5	(1) SANTA CRUZ, (1) CANOAS
T-27	(2) ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

Tabela 2.3.3.2 – Simuladores Mantidos – DTI

Fonte: DTI

Foram realizados estudos para a regionalização de serviços de TI, em alguns pontos do território nacional, buscando economia de recursos humanos, de TI e de apoio logístico em geral, em especial onde hoje não há essa disponibilidade. Foram implementadas ações no sentido de adquirir equipamentos para os Centros de Computação, buscando equipá-los para atuarem como estruturas regionais de TI mais robustas. No caso do CCA-RJ e do CCA-BR, já foram implementadas as ações para a centralização de alguns serviços, tais como: correio eletrônico, hospedagem de páginas, fornecimento de link de INTERNET, centralização de servidores de arquivo e de banco de dados dos projetos corporativos (SIGPES, SILOMS, SIGADAER, SIGAMEH e HERCULES).

Foram iniciadas as ações para a implantação da gestão de pessoas por competências e da governança de TI no COMAER.

2.3.4 – CELOG

Foram empenhados R\$ 611.945.554,33 e pagos R\$ 409.472.876,43 na obtenção de materiais e serviços referentes à atividade finalística estipulada dentro das diretrizes do COMGAP, impactando, para o ano de 2013, a execução dos Restos a Pagar no valor de R\$ 202.472.677,90.

AÇÃO	RP (R\$)	OBJETO	DPE	OM
2868	1.614.279,17	VIATURAS	JUN/13	DIRMAB
14N3	89.453.888,00	VIATURAS	JUN/13	DIRENG
14N6	39.000.000,00	VIATURAS	JUN/13	PAC
2000	16.490.657,77	COMB/VIATURAS/MAT PERM.	MAR/13	COMAER
2048	7.525.838,26	VIAT / MAT CONS /SERV	SET/13	DIRMAB
20G3	9.693.899,00	VIATURAS	JUN/13	DIRMAB
2923	2.827.440,64	SIMULADOR / VIATURAS	JUN/13	DCEA
2890	22.499.122,07	MAT.BEL / MAT.CONC	DEZ/13	DIRMAB
2C06	384.861,99	VIATURAS	JUN/13	CELOG/DIRMAB/COMGAR
20S9	300.000,00	VIATURAS	JUN/13	FAYS
2460	349.027,00	VIATURAS	JUN/13	DIRENG
2756	631.571,70	VIATURAS	JUN/13	DIRENG
2913	649.016,00	VIATURAS	JUN/13	DIRENG
20SF	8.308.014,00	VIATURAS	MAI/14	DIRENG
8970	1.674.253,00	VIATURAS	JUN/13	DIRENG
2916	156.909,30	SIMULADOR	JUL/13	COMGAR

3133	413.900,00	VIATURAS	JUN/13	DIRENG
3123	500.000,00	MATERIAL BÉLICO	SET/13	DIRMAB

Tabela 2.3.4.1 – Restos a Pagar – CELOG

Fonte: SIAFI

Isso pôde ser conseguido, em grande parte, devido à execução dos pagamentos referentes a empenhos do exercício, ou seja, do ano de 2012, que com exceção dos recursos extraordinários recebidos na ação 14N3 e 14N6, foram pagos em 85%, conforme gráfico a seguir (ainda comparando-se com a execução do exercício em 2010 e 2011). Isso demonstra que, apesar do significativo aumento de créditos recebidos, os valores absolutos pagos tiveram um aumento de quase 100 milhões no ano (R\$ 405.277.764,43 – R\$ 314.346.063,45).

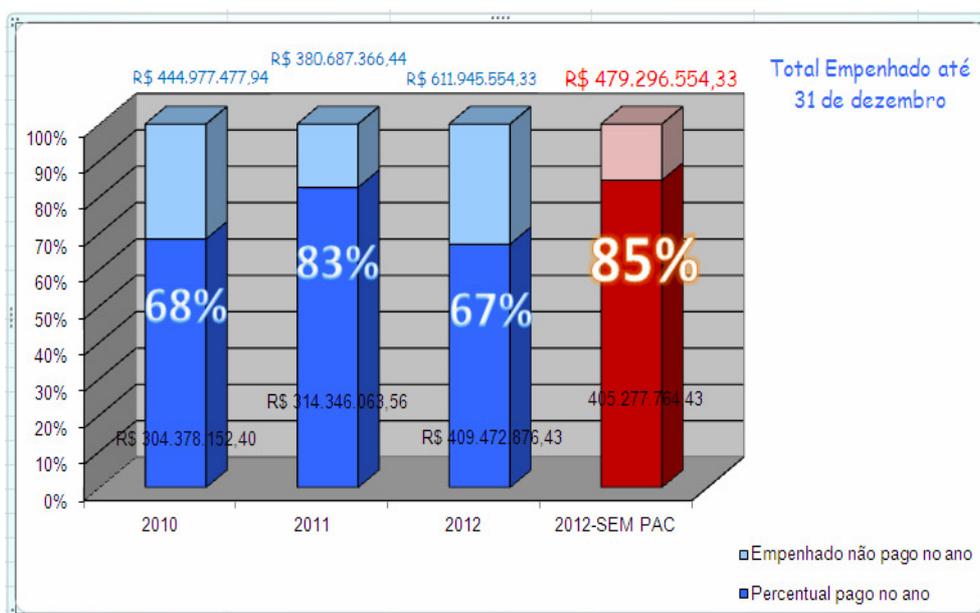


Gráfico 2.3.4.2 – Comparativo EMPENHADO X EMPENHADO NÃO PAGO X PAGO – CELOG

Deve-se considerar no item anterior que, do total de créditos recebidos - R\$ 611.945.554,33, vinte e quatro por cento (24%), foram descentralizados para o CELOG no último trimestre. Grande parte dos recursos para compra de viaturas do “Programa de Aceleração do Crescimento” foram recebidos no mês de julho, e não houve tempo hábil para que esses caminhões fossem licitados e entregues dentro do exercício já que os prazos de execução desses contratos variam de 4 a 6 meses.

Além disso, considerando-se o valor de Restos a Pagar a Liquidar inscritos em janeiro de 2012, foram pagos mais de 83% desse valor, conforme gráfico a seguir:

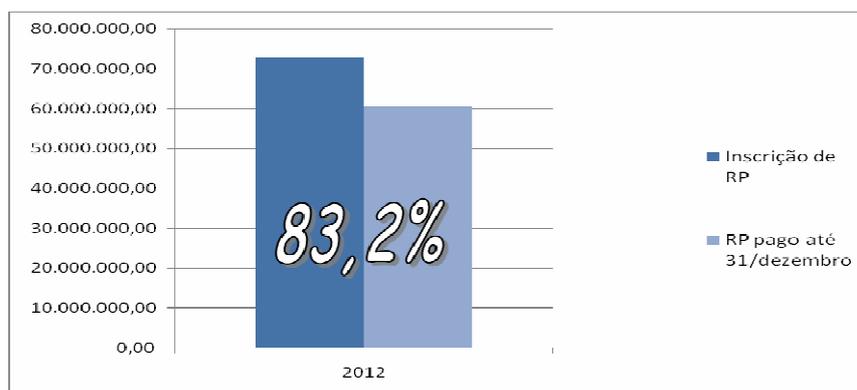


Gráfico 2.3.4.3 – Comparativo Inscrição RP X RP Pago até 31/12

Na área da Nacionalização, foram realizados 45 Projetos Técnicos de Nacionalização (totalizando 159 desenhos de itens e subitens) que envolveram atividades de conferência de dados técnicos preliminares, análise de viabilidade, anteprojeto, levantamento dimensional, especificação dimensional e especificação de material, cujo esforço estimado foi de 9.675 (H x h). O esforço de recebimento técnico conforme o item anterior somou 2.842 (H x h). Tomando-se por base preços históricos e cotações atualizadas, no País e no exterior, a estimativa de redução de custo foi de R\$ 5.412.372,87 em 67 lotes referentes a novos itens, aliando-se também o grande aporte ao País em termos de capacitação do parque industrial no fornecimento de itens aeronáuticos.

2.3.5 – ILA

Em 2012, foram capacitados 2.224 alunos, de um total de 2.647 vagas disponíveis, número estabelecido na TCA 37-11. Pode-se afirmar que o Instituto obteve êxito na execução do macroprocesso Capacitação, uma vez que atendeu a 100% da demanda real e, ainda, programou e executou vários cursos novos e extras à TCA 37-11, com resultados de grande importância para os sistemas logísticos.

2.4 INDICADORES

A fim de possibilitar uma análise da gestão da Unidade Jurisdicionada, no contexto de seus macroprocessos finalísticos e de apoio foram estabelecidos indicadores para o processo de planejamento e para a execução da gestão.

Desta maneira, há que se conhecer a visão e a missão almejadas na condução de todas as suas ações:

Visão do COMGAP – assegurar as condições logísticas para que a Força Aérea Brasileira disponha de elevado grau de prontidão e de reconhecida capacidade operacional, para defender os interesses brasileiros em qualquer cenário de emprego.

Missão do COMGAP – prover capacitação e apoio logístico de Material Aeronáutico, Material Bélico, Engenharia, Transporte de Superfície, Contraincêndio, Patrimônio, Despacho Aduaneiro, Transporte Logístico e Tecnologia da Informação, a fim de atingir os objetivos da Aeronáutica.

Os índices considerados quando da análise do planejamento são os que se seguem, tendo em conta a pré-proposta orçamentária (**PPO**) como o orçamento total referente à necessidade planejada para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados (PPO = 100% da necessidade).

1. Índice IOA = porcentagem da PPO referente a todo o orçamento aprovado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados.
2. Índice Orçamento Disponibilizado (LOA + destaques) = porcentagem da PPO referente a todo o orçamento disponibilizado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados.
3. Índice Execução do Planejamento (LOA + destaques/PPO) = porcentagem da PPO referente à parcela de todo o orçamento disponibilizado, destinada à execução das medidas necessárias atribuídas sobre os processos que contribuem para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados.

4. Variabilidade – Analisa a execução das medidas necessárias atribuídas sobre os processos que contribuem para alcançar o resultado esperado do macroprocesso finalístico/apoio, em que valores são redistribuídos para o atendimento às necessidades mais prementes dos diversos projetos.

2.4.1 – DIRMAB

ANÁLISE DO PLANEJAMENTO:

1. Índice IOA = 54,06%
2. Índice Orçamento Disponibilizado (LOA + destaques): IOD = 60,33%
3. Índice Execução do Planejamento (LOA + destaques/PPO): IEP = 59,99% (corresponde a 99,44% do IOD; portanto, praticamente todas as medidas executadas estavam contempladas no planejamento prévio existente na PPO).

Ao estratificarmos os índices acima, por ação orçamentária, verificam-se os possíveis prejuízos à execução das atividades relacionadas à finalidade prevista de cada ação. Por exemplo, a ação 2048, que tem a finalidade de “possibilitar a manutenção e o suprimento da frota de aeronaves”, apresenta os seguintes índices: IOA = 28,97%; IOD = 30,68%; IEP = 30,52%, sendo a necessidade planejada na PPO = 59,25%. Isto significa que somente 51,51% ($IEP/PPO=30,52\%/59,25\%$) da necessidade planejada na PPO contaram com orçamento disponibilizado.

A situação descrita, agravada, ainda, por contingenciamentos, resulta em um impacto que é notado por meio da variabilidade imposta à execução das medidas necessárias, atribuídas sobre os processos que contribuem para alcançar o resultado esperado (disponibilidade de aeronaves adequada às necessidades operacionais) do macroprocesso finalístico “apoio logístico de suprimento e manutenção de material aeronáutico (SISMA)”. Neste diapasão, valores foram redistribuídos constantemente para o atendimento às necessidades mais prementes dos diversos projetos (aeronaves/materiais).

Apesar dos bons resultados obtidos em relação às metas de disponibilidade estipuladas, e, ainda, como o custo da hora voada pode corresponder a gastos logísticos anteriores e posteriores à sua realização, inclusive em exercícios orçamentários distintos, deve-se ressaltar que a situação orçamentária descrita, para a ação 2048, proporciona sérias distorções nos planejamentos futuros, com necessidades crescentes, mesmo que se mantenham constantes as metas de disponibilidade.

De um modo geral, as considerações acima se aplicam a todos os gráficos de variabilidade relativos aos seus respectivos macroprocessos.

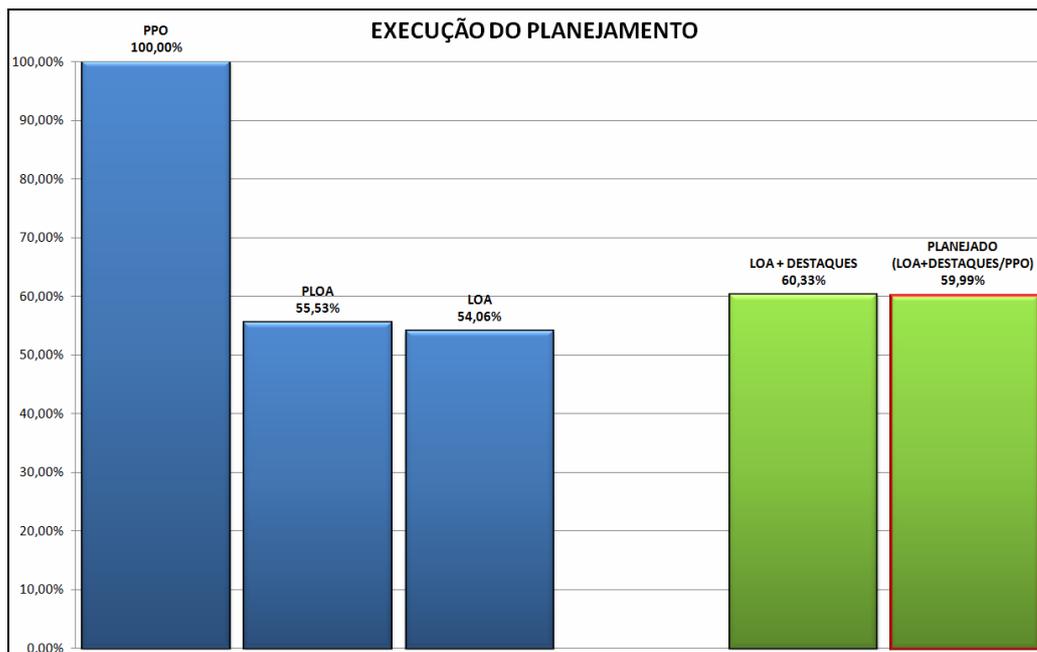


Gráfico 2.4.1.1 Execução do Planejamento – DIRMAB
 Fonte: 3ª Subchefia do EMGAP

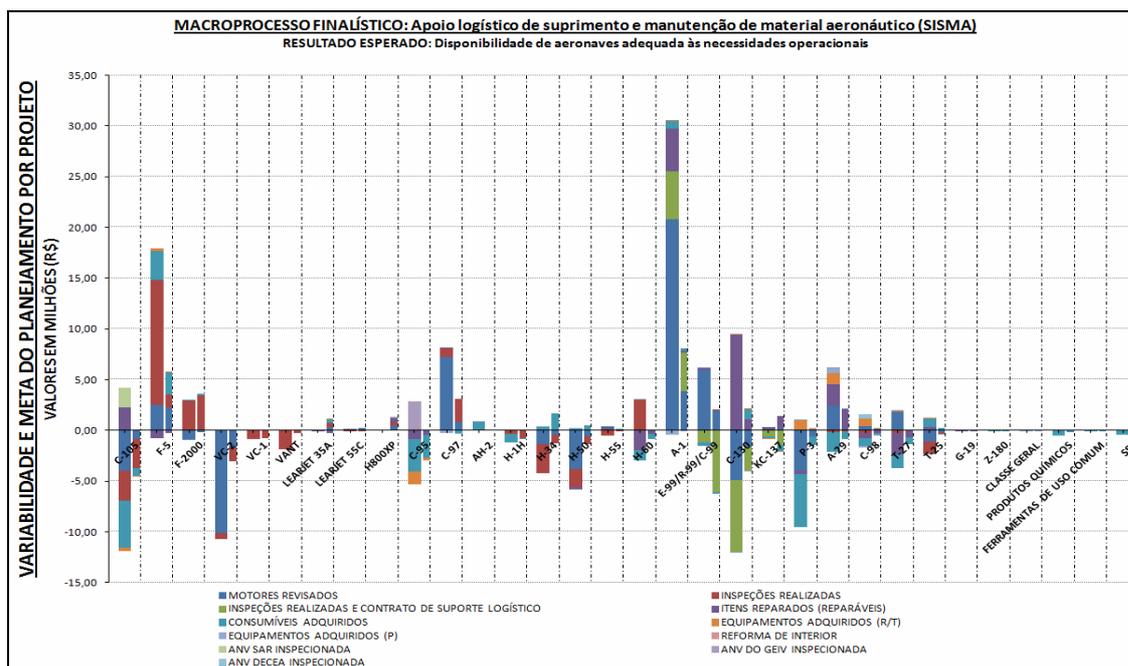


Gráfico 2.4.1.2 Variabilidade e Meta do Planejamento SISMA – DIRMAB. Em cada série, as barras mais finas correspondem à meta estipulada de 15% de variabilidade, para mais e para menos, da diferença entre o valor creditado e o valor orçamentário disponibilizado (LOA + DESTAQUES), sendo o melhor resultado o valor zero.
 Fonte: 3ª Subchefia do EMGAP

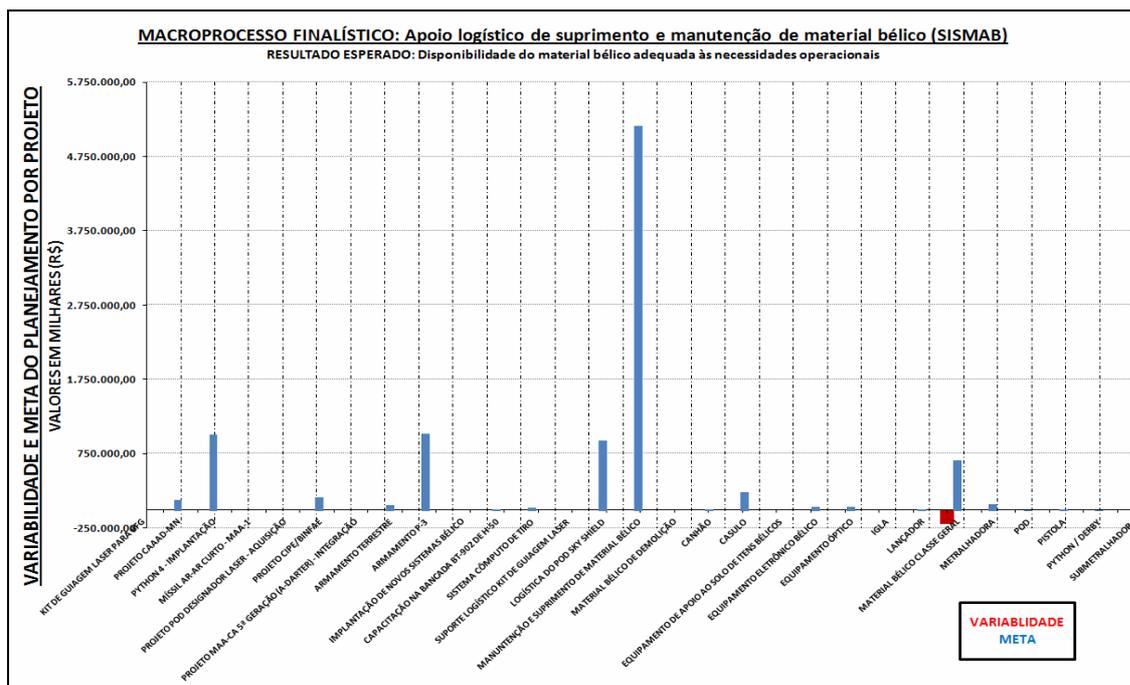


Gráfico 2.4.1.3 Variabilidade e Meta do Planejamento SISMAB – DIRMAB
 Fonte: 3ª Subchefia do EMGAP

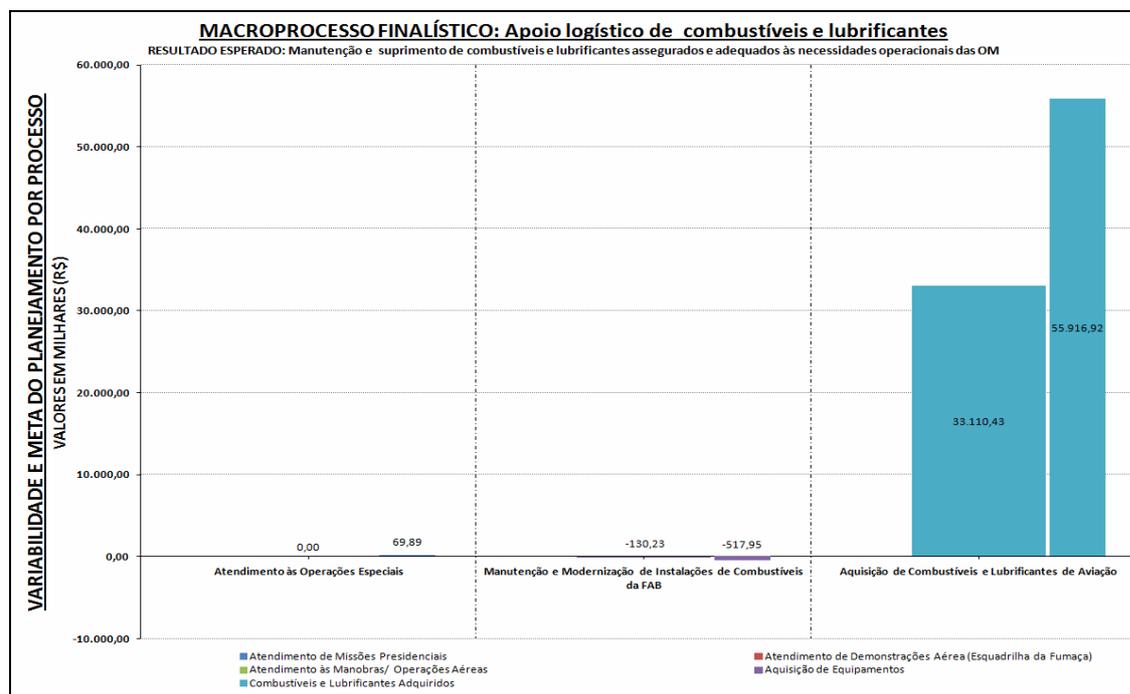


Gráfico 2.4.1.4 – Variabilidade e Meta do Planejamento COMBLUB – DIRMAB. Em cada série, as barras mais finas correspondem à meta estipulada de 15% de variabilidade, para mais e para menos, da diferença entre o valor creditado e o valor orçamentário disponibilizado (LOA + DESTAQUES), sendo o melhor resultado o valor zero.
 Fonte: 3ª Subchefia do EMGAP

MACROPROCESSO FINALÍSTICO – APOIO LOGÍSTICO DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL AERONÁUTICO (SISMA) – resultado esperado: disponibilidade de aeronaves adequada às necessidades operacionais.

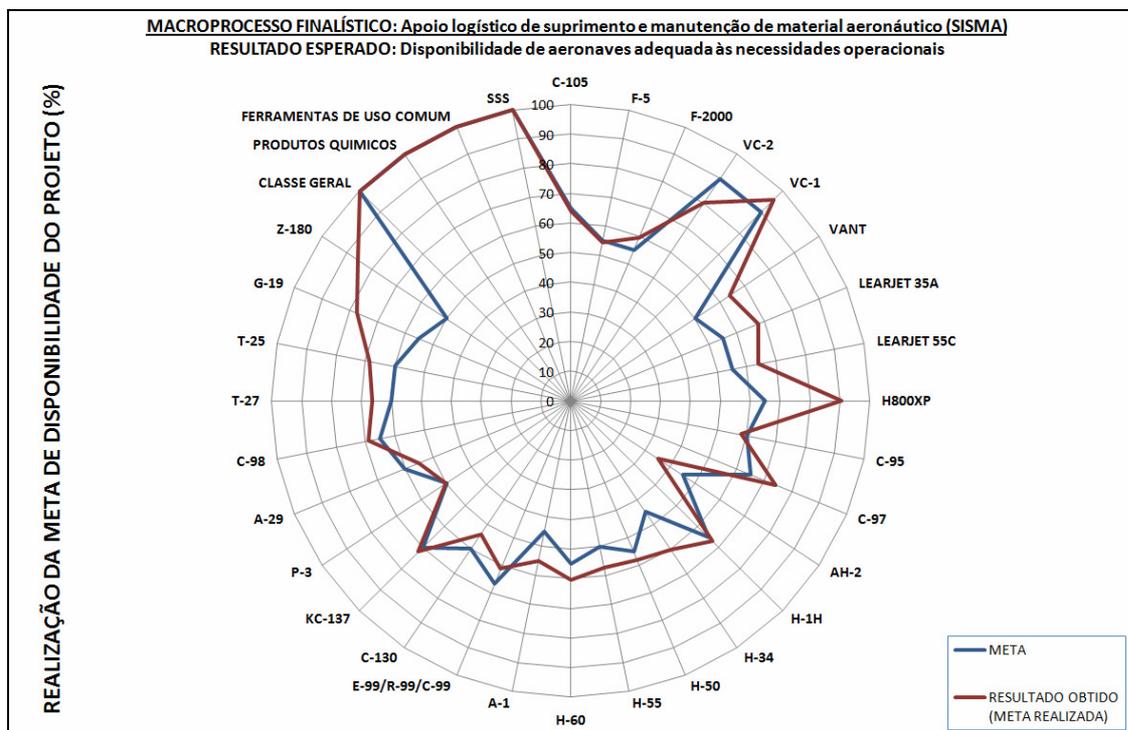


Gráfico 2.4.1.5 – Resultado Esperado – DISPONIBILIDADE AERONAVES – DIRMAB

Fonte: 3ª Subchefia do EMGAP

INDICADOR DE AERONAVES DISTRIBUÍDAS NO PERÍODO – IADP	
Objetivo da Mensuração	Verificar a quantidade de aeronaves distribuídas em relação ao previsto na Tabela de Dotação de Aeronaves (TDA).
Identificação das Variáveis	QADP = Quantidade de Aeronaves Distribuídas no Período QTDA = Quantidade Prevista na Tabela de Dotação de Aeronaves.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IADP = QADP/QTDA \times 100 = (456 / 464) \times 100$
Periodicidade	MENSAL
Meta para o Ano	100% da quantidade prevista na Tabela de Dotação de Aeronaves (TDA)
Data e Valor da Última Medição	25/01/2013 IADP = 98,28
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Apesar das restrições orçamentárias, o desempenho da Organização foi satisfatório, auxiliado pelo recebimento de recursos oriundo da Ação 2923 e Destaques.
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	SILOMS
INDICADOR DO CUMPRIMENTO DA META DE DISPONIBILIDADE DE AERONAVES NO PERÍODO – IDAP	
Objetivo da Mensuração	Verificar se a disponibilidade média alcançada para a frota está compatível com a meta estabelecida para a disponibilidade média anual da frota calculada pelo SILOMS (60%).

Identificação das Variáveis	DMAR = Disponibilidade Média Anual, obtida dos Indicadores Gerenciais do SILOMS; MDAP = Meta de Disponibilidade de Aeronaves no Período.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IDAP = DMAR/MDAP \times 100 = (61,89/600) \times 100$
Periodicidade	MENSAL
Meta para o Ano	Disponibilidade média anual estabelecida para a frota (SILOMS) - 60%
Data e Valor da Última Medição	25/01/2013 IDAP = 103,15%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	As disponibilidades estabelecidas pela Administração foram plenamente atingidas.
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	SILOMS
INDICADOR DO CUMPRIMENTO DO ESFORÇO AÉREO NO PERÍODO – ICEP	
Objetivo da Mensuração	Verificar o esforço aéreo realizado em relação ao esforço previsto na ICA 55-66 (PROGRAMA ANUAL DE ATIVIDADES AÉREAS)
Identificação das Variáveis	EERP = Esforço Aéreo Realizado no Período EEPP = Esforço Aéreo Previsto no Período
Fórmula do Indicador de Desempenho	$ICEP = (EERP/EEPP) \times 100 = (158901/156469) \times 100$
Periodicidade	MENSAL
Meta para o Ano	100% do previsto na ICA 55-66 (PROGRAMA ANUAL DE ATIVIDADES AÉREAS)
Data e Valor da Última Medição	25/01/2013 ICEP = 101,55%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	O esforço aéreo atingido foi satisfatório.
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	SILOMS
Tabela 2.4.1.6 – Indicadores Projetos – DIRMAB	

Os indicadores IADP, IDAP e ICEP tiveram utilização efetiva nos processos de tomada de decisão da DIRMAB. Uma vez observado que um tipo de frota está abaixo da disponibilidade, buscou-se saber as causas e se seria necessário aporte maior de créditos para a manutenção e suprimento dessa aeronave.

Até 31 de dezembro de 2012 (dados extraídos do SILOMS em 25 de Janeiro de 2013), cumpriu-se um esforço aéreo de 158.901 horas, o que equivaliu a 101,55% do planejado (156.469 horas) e uma disponibilidade média anual de 61,89%, que correspondeu a 103,15%, da meta fixada para a frota (60%).

No que se refere à quantidade de aeronaves distribuídas, manteve-se uma distribuição média de 456 aeronaves, atingindo-se cerca de 98,28% da meta estabelecida (TDA) de 464 aeronaves.

Todavia, cabe a consideração de que a frota do COMAER no final de 2012 era de 648 aeronaves, existiam 190 aeronaves em serviços de manutenção, aguardando recursos financeiros para retornarem as condições de voo. Outro aspecto importante é que os índices de disponibilidade alcançados consideram somente as aeronaves distribuídas e não o acervo total do COMAER. Deve-se observar que os índices de disponibilidade alcançados referem-se somente às aeronaves distribuídas, e não ao acervo total do COMAER.

MACROPROCESSO FINALÍSTICO – APOIO LOGÍSTICO DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL BÉLICO (SISMAB) – resultado esperado: disponibilidade do material bélico adequada às necessidades operacionais.

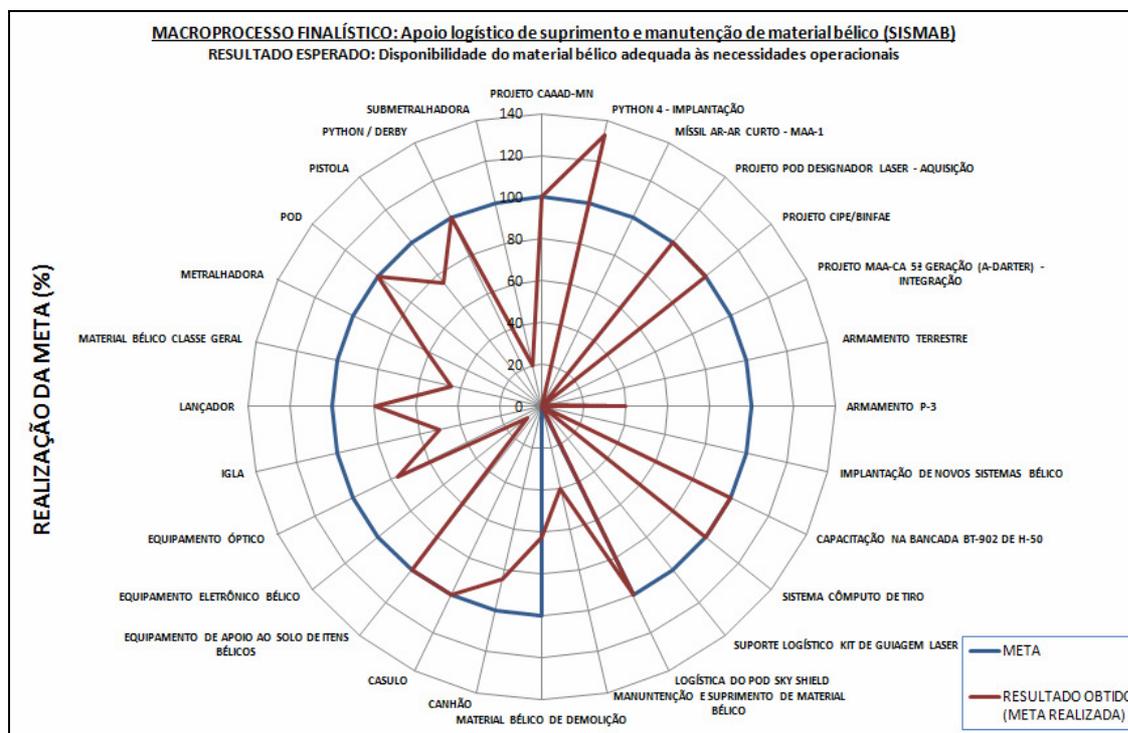


Gráfico 2.4.1.7 – Resultado Esperado – DISPONIBILIDADE MAT. BÉLICO – DIRMAB

Nota: Realização da Meta = 0 corresponde aos projetos não contemplados com recursos orçamentários.

INDICADOR DE REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE SISTEMAS DE MATERIAL BÉLICO – DIRMAB	
Objetivo da Mensuração	Indicar do valor global constante da Proposta Orçamentária (PO), dos recursos oriundos da LOA destinados a atender o Plano de Ação e dos contingenciamentos ocorridos; o afastamento ou a aproximação do COMAER das condições ideais de reaparelhamento e adequação dos sistemas bélicos ao longo do exercício considerado.
Identificação das Variáveis	PA = total dos recursos, em reais, oriundos da LOA, CONT = total, em reais, dos contingenciamentos que ocorreram na Ação 3123 e PO = total, em reais, dos recursos a serem despendidos para se alcançar as condições ideais de reaparelhamento e adequação dos sistemas, que figuram na Proposta Orçamentária
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	Plano de Ação / SIAFI
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IRASMB = \frac{(R\$) [PA] - (R\$) [CONT]}{(R\$) [PO]} \times 100 = \frac{23.200.000,00}{88.550.000,00} \times 100 = 26,19\%$
Periodicidade	Mensal
Meta para o Ano	Acima de 70%
Data e Valor da Última Medição	31/12/2012 – 26,19%

Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Os recursos disponibilizados por meio da LOA ao longo de cada exercício mantêm-se numa constância que não é suficiente para atender a demanda de necessidades a serem suportadas pela referida Ação, o que tem refletido nos resultados alcançados, postergando-se para os anos subsequentes, afastando o COMAER das condições ideais de reaparelhamento e adequação de sua missão operacional.
INDICADOR DE ÍNDICE DE PREPARO E EMPREGO DA FORÇA - IDPEF	
Objetivo da Mensuração	Demonstrar o percentual atingido no preparo e emprego de 309 Organizações Militares do COMAER, levando em consideração os parâmetros da DCA 135-1, os estoques remanescentes e as limitações da LOA.
Identificação das Variáveis	TAB = Valor total (R\$) da Tabela de Aquisição de Material Bélico; PGB = Valor total (R\$) do Plano Global de Material Bélico.
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	Plano de Ação / SIAFI
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IDPEF = \frac{(TAB/PGB)}{(40.709.594.20/491.039.667,76)} \times 100 = 8,29\%$
Periodicidade	Mensal
Meta para o Ano	Acima de 50%
Data e Valor da Última Medição	31/12/2012 – 8,29%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	O contingenciamento ocorrido no exercício de 2012 acarretou a não aquisição de alguns itens prioritários ao preparo e emprego da Força Aérea, como também ocasionou a redução das quantidades de itens adquiridos. Esses óbices afetaram diretamente o desenvolvimento dos programas de instrução e manutenção operacional aéreo e terrestre, impossibilitando o adequado adestramento dos efetivos e equipagens operacionais das Organizações do COMAER.
Tabela 2.4.1.8 – Indicadores MATERIAL BÉLICO – DIRMAB	

MACROPROCESSO FINALÍSTICO – APOIO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES – resultado esperado: manutenção e suprimento de combustíveis e lubrificantes assegurados e adequados às necessidades operacionais das OM.

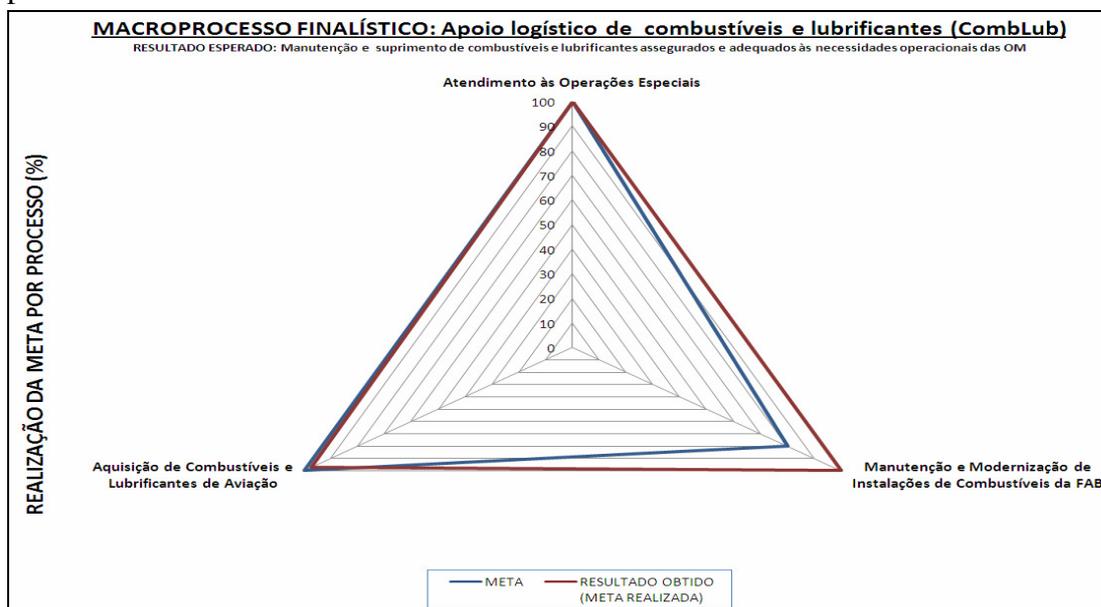


Gráfico 2.4.1.9 – Resultado Esperado – COMBLUB – DIRMAB

INDICADOR DATA LIMITE DE VOO – IDLV	
Objetivo da Mensuração	Representa a data estimada até onde é possível voar com os Recursos da LOA + Destaques + Suplementação.
Identificação das Variáveis	LOA=Lei de Orçamento Anual, DR=Destaques, SUP=Suplementação, CDF=Custo Diário da Frota
Origem dos Dados Empregados na Fórmula	SILOMS
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IDLV = (LOA + DR + SUP) / CDF = 402.567.118,44 / 1.102.923,61 = 338$ dias
Periodicidade	Mensal
Meta para o Ano	365 dias
Data e Valor da Última Medição	31/12/2012 - 338 dias
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	A Administração, durante o período, efetuou contatos com o COMGAP e indicou a necessidade de suplementação de recursos destinados à ação, a fim de cumprir os compromissos contratuais e atingir o cumprimento do esforço aéreo previsto.

Tabela 2.4.1.10 – Indicadores COMBLUB – DIRMAB

MACROPROCESSO DE APOIO – GESTÃO DE PESSOAL – resultado esperado: estabelecer perfis profissionais, dimensionar a quantidade e propor capacitação dos RH

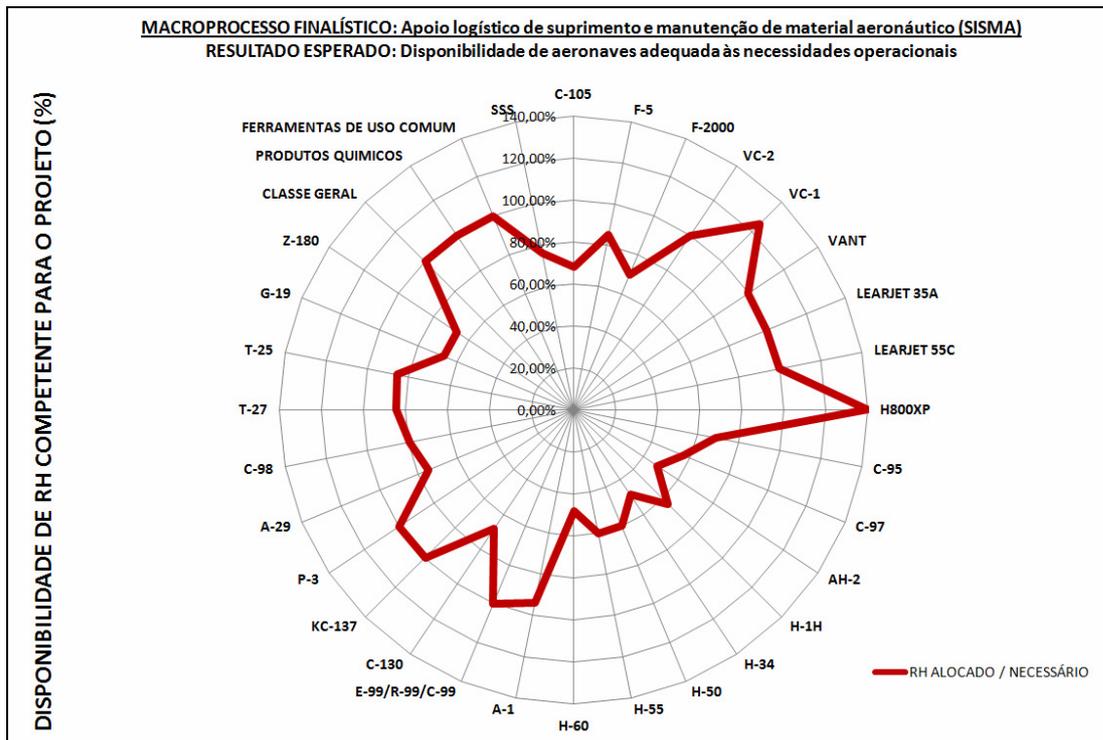


Gráfico 2.4.1.11 – Disponibilidade de RH – DIRMAB (SISMA), voltada para o macroprocesso finalístico de apoio logístico de suprimento e manutenção de material aeronáutico.

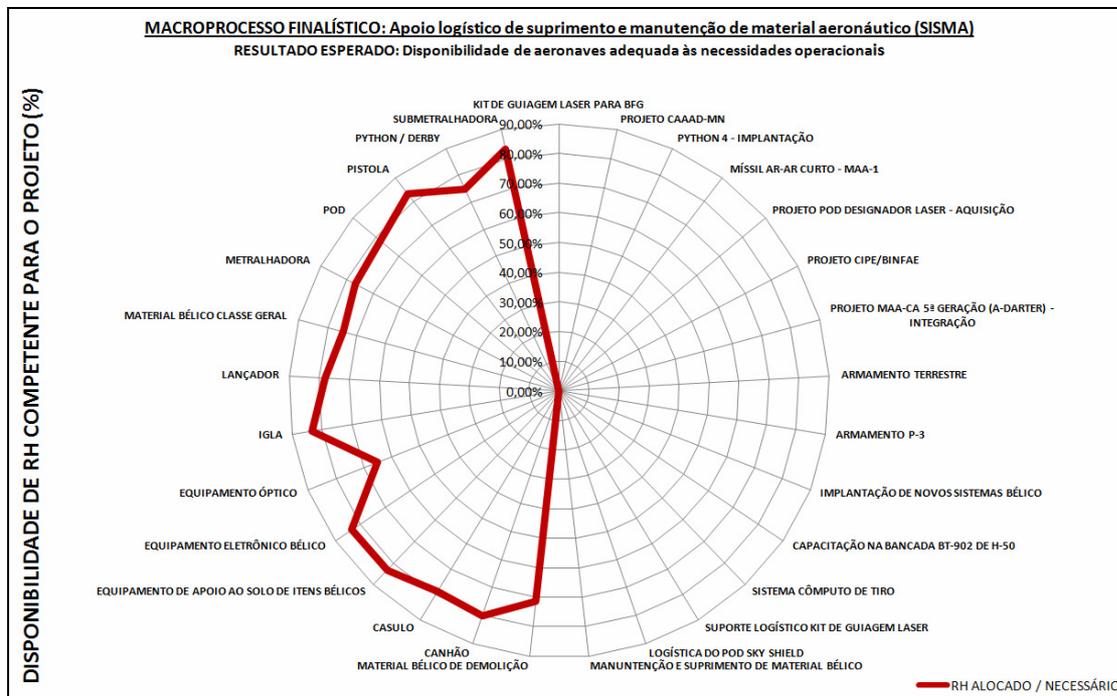


Gráfico 2.4.1.12 – Disponibilidade de RH – DIRMAB (SISMA)

2.4.2 – DIRENG

ANÁLISE DO PLANEJAMENTO:

Considere-se a **PPO** como o orçamento total referente à necessidade planejada para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados (PPO = 100%).

1. Índice IOA = 21,60%
2. Índice Orçamento Disponibilizado (LOA + destaques) = 289,81%
3. Índice Execução do Planejamento (LOA + destaques/PPO) IEP = 7,45%
(corresponde a 7,45% do IOD; portanto, grande parte das medidas executadas NÃO correspondem ao planejamento prévio existente na PPO).

Ao estratificarmos os índices acima, por ação orçamentária, verificam-se os possíveis prejuízos à execução das atividades relacionadas à finalidade prevista de cada ação. Chama a atenção a ação 8970, que previa um montante de 98,50% de todo o necessário na PPO, tendo IOA = 4,55%, sem mais acréscimos orçamentários. Enquanto isso, a ação 14N3 teve disponibilizado, por meio de destaques, um orçamento de 189,62% em relação à PPO, inteiramente destinado à execução de medidas não previstas, porém necessárias, atribuídas sobre os processos que contribuem para alcançar o resultado esperado do macroprocesso finalístico “Apoio Logístico de Transporte de Superfície (SISTRAN)”.

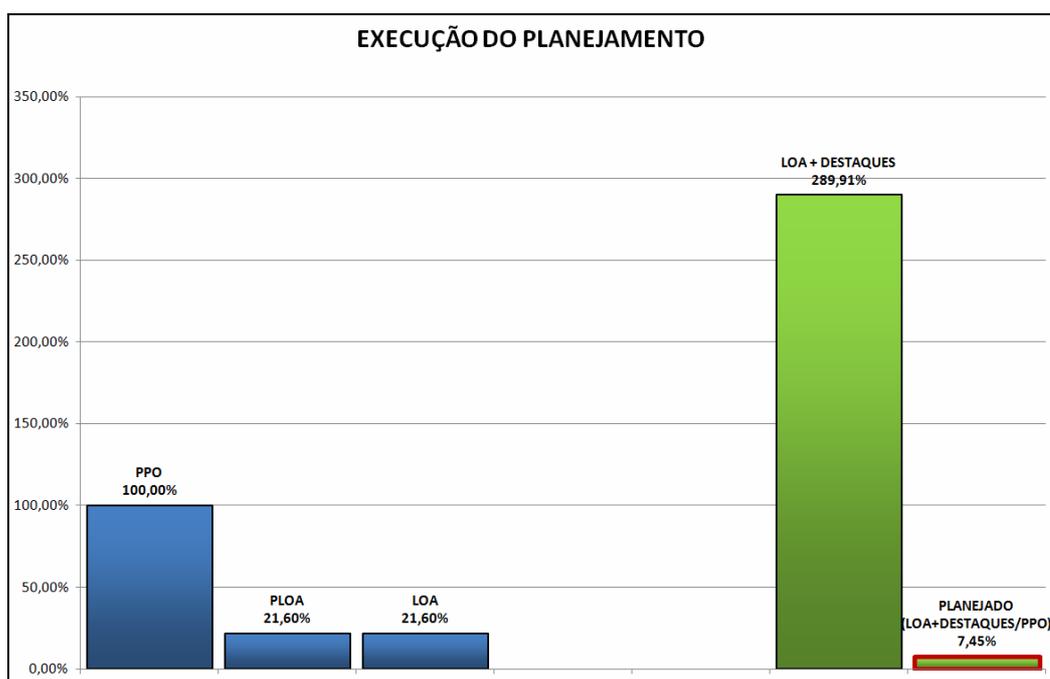


Gráfico 2.4.2.1 – Execução do Planejamento – DIRENG

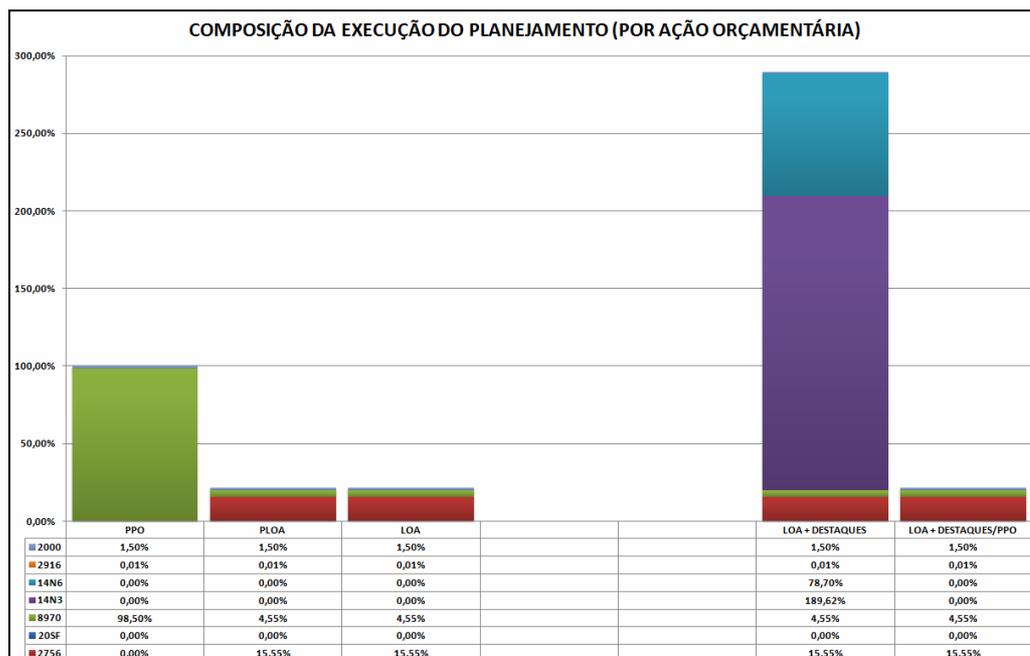


Gráfico 2.4.2.2 – Execução do Planejamento por Ação Orçamentária – DIRENG

2.4.3 – DTI

ANÁLISE DO PLANEJAMENTO:

1. Índice IOA = 100%
2. Índice Orçamento Disponibilizado (LOA + destaques) IOD = 100%
3. Índice Execução do Planejamento (LOA + destaques/PPO) IEP = 100% (corresponde a 100% do IOD; portanto, todas as medidas executadas correspondem ao planejamento prévio existente na PPO).

Ao estratificarmos os índices acima, por ação orçamentária, verificam-se os possíveis prejuízos à execução das atividades relacionadas à finalidade prevista de cada ação.

A Ação 20SA, apesar do índice IOA=100%, contou apenas com 62,88% do total creditado, com um contingenciamento de 42,72%. Houve variabilidade imposta à execução das medidas necessárias, atribuídas sobre os processos que contribuem para alcançar o resultado esperado do macroprocesso finalístico “apoio logístico de sistemas corporativos de tecnologia da informação (STI)”, impactando seu desempenho negativamente.

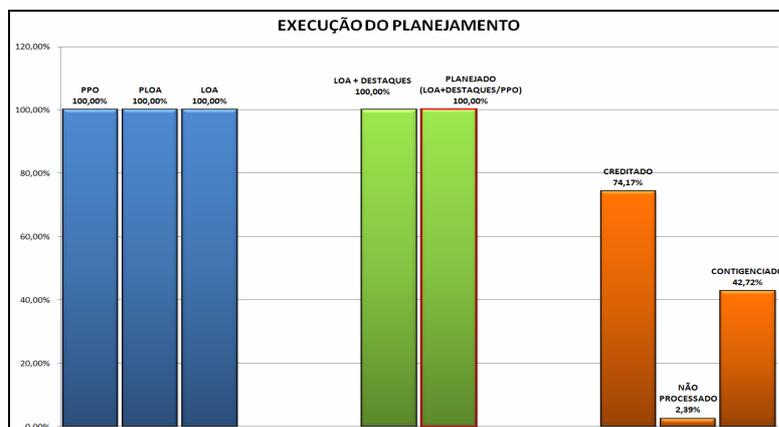


Gráfico 2.4.3.1 – Execução do Planejamento – DTI

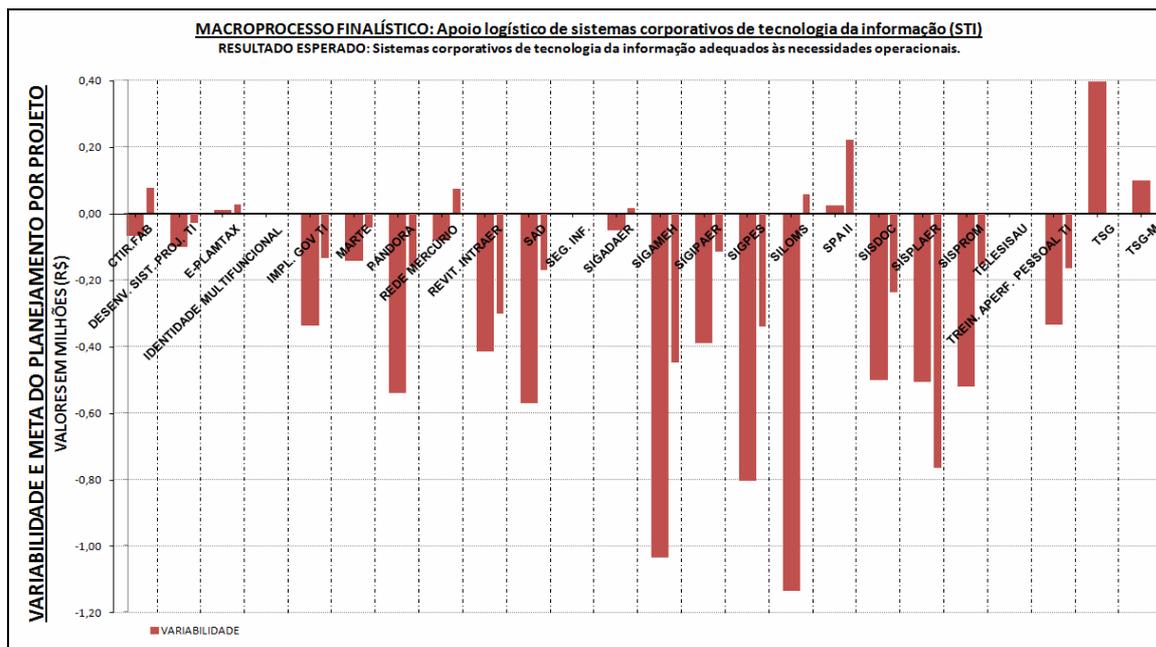


Gráfico 2.4.3.2 – Variabilidade e Meta do Planejamento – STI – DTI. Em cada série, as barras mais finas correspondem à meta estipulada de 15% de variabilidade, para mais e para menos, da diferença entre o valor creditado e o valor orçamentário disponibilizado (LOA + DESTAQUES), sendo o melhor resultado o valor zero.

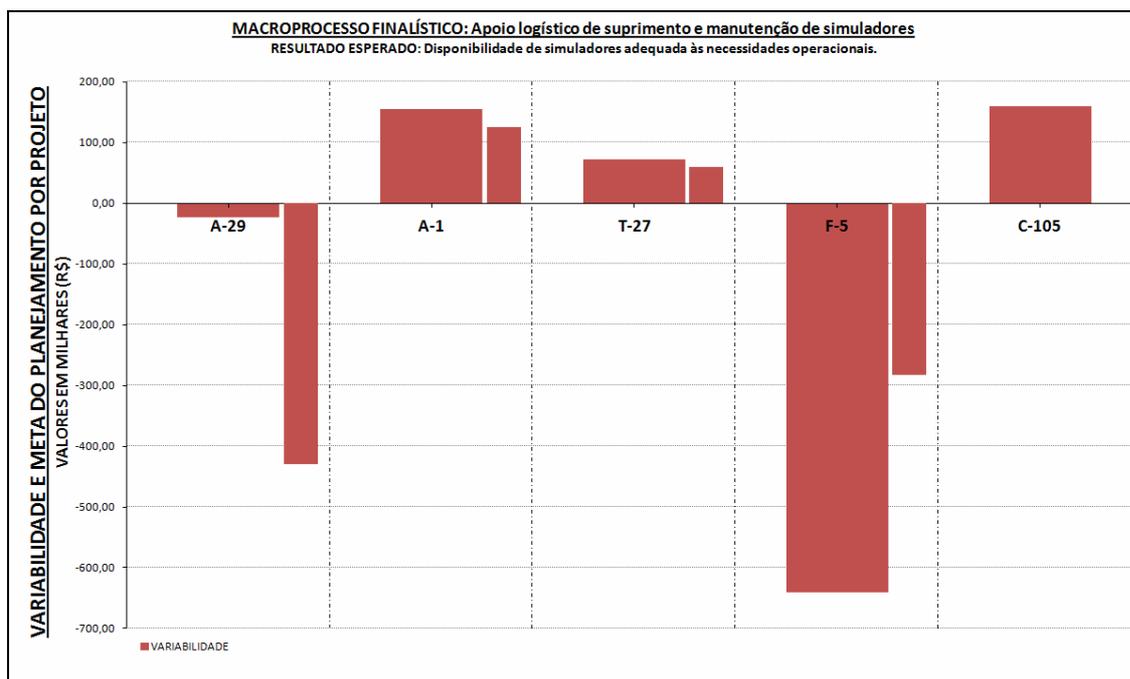


Gráfico 2.4.3.3 – Variabilidade e Meta do Planejamento – SIMULADORES – DTI. Em cada série, as barras mais finas correspondem à meta estipulada de 15% de variabilidade, para mais e para menos, da diferença entre o valor creditado e o valor orçamentário disponibilizado (LOA + DESTAQUES), sendo o melhor resultado o valor zero.

MACROPROCESSO FINALÍSTICO – APOIO LOGÍSTICO DE SISTEMAS CORPORATIVOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI) – resultado esperado: sistemas corporativos de tecnologia da informação adequados às necessidades operacionais.

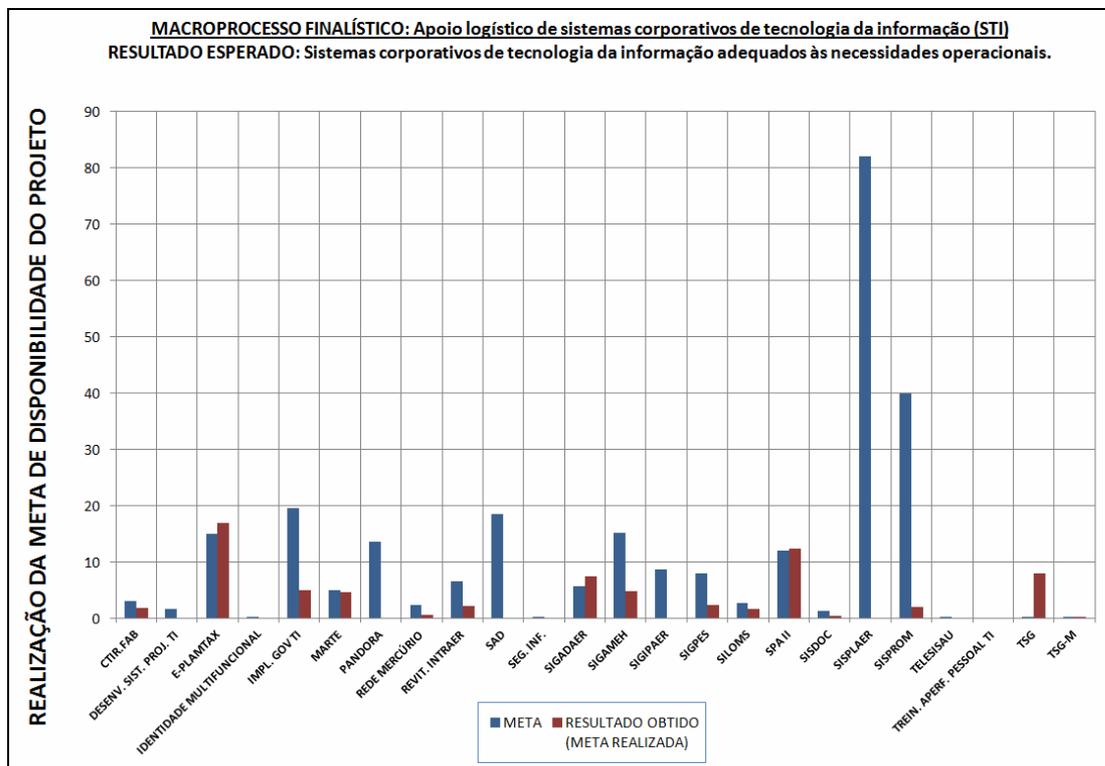


Gráfico 2.4.3.4 – Resultado Esperado – Disponibilidade Projetos – DTI

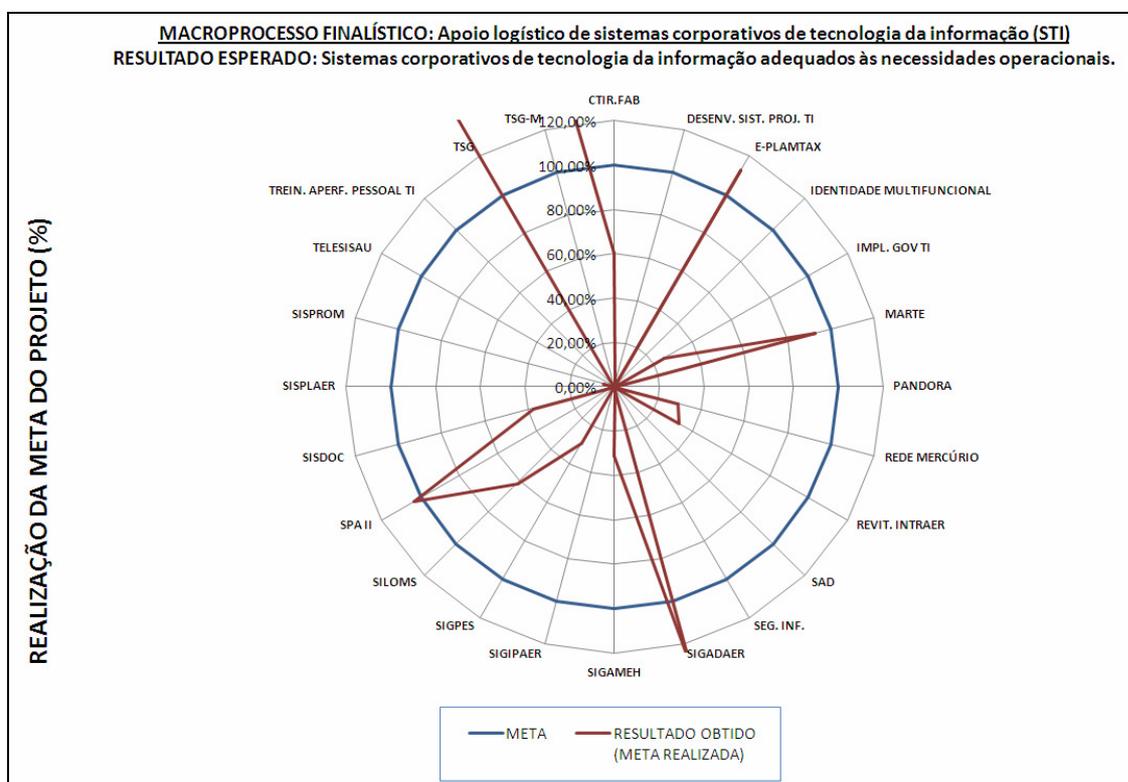


Gráfico 2.4.3.5 – Resultado Esperado – Realização da Meta do Projeto – DTI

MACROPROCESSO FINALÍSTICO – APOIO LOGÍSTICO DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DE SIMULADORES – resultado esperado: disponibilidade de simuladores adequada às necessidades operacionais.

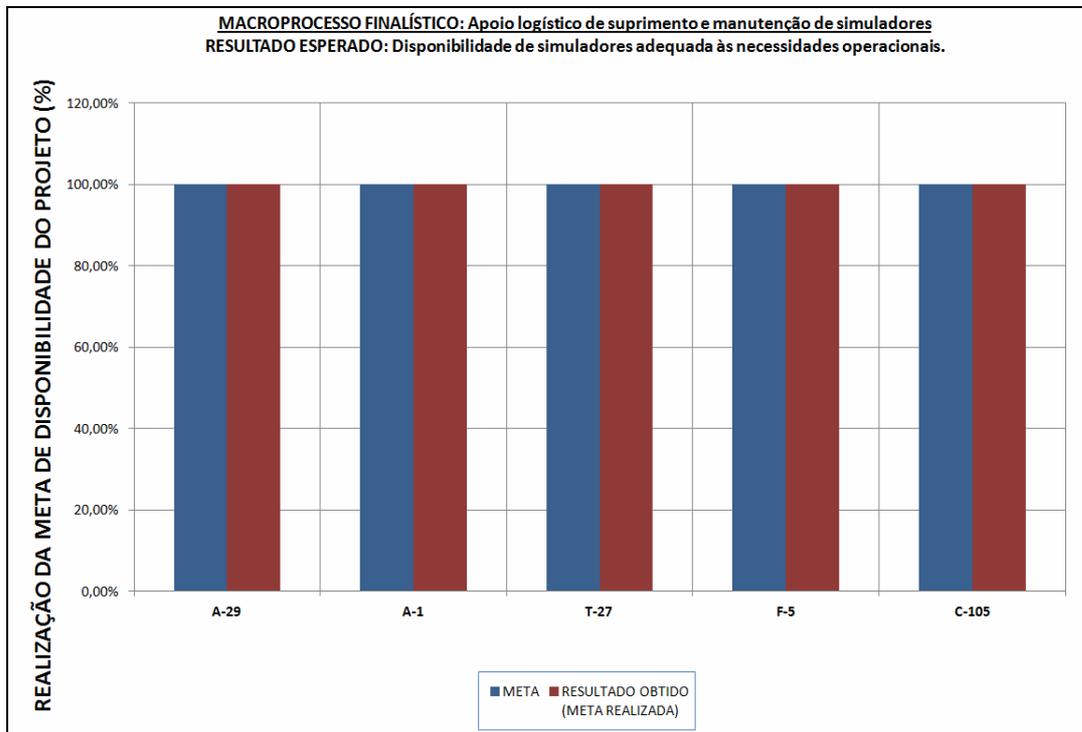


Gráfico 2.4.3.6 – Resultado Esperado – DISPONIBILIDADE PROJETOS – SIMULADORES – DTI

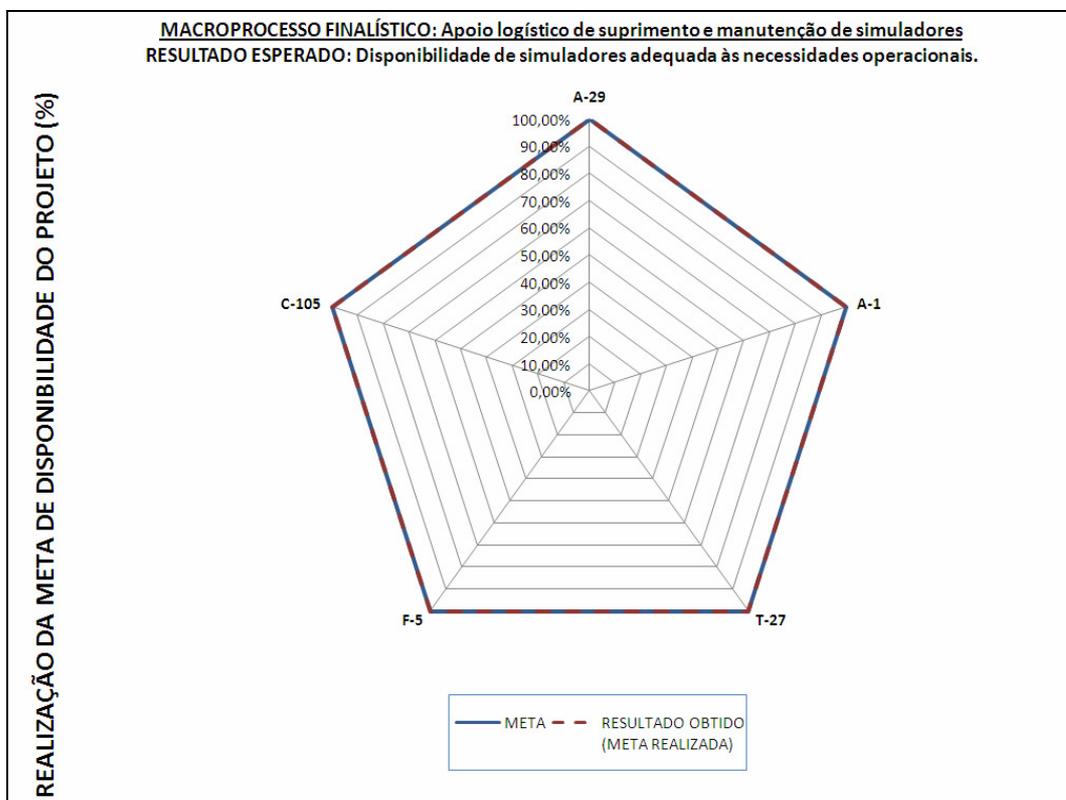


Gráfico 2.4.3.7 – Resultado Esperado – DISPONIBILIDADE DE SIMULADORES – DTI

MACROPROCESSO DE APOIO – GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS (PESSOAL) NA ÁREA DE TI – resultado esperado: estabelecer perfis profissionais, dimensionar a quantidade e propor capacitação dos RH, visando atender às novas metodologias e tecnologias a serem aplicadas no STI

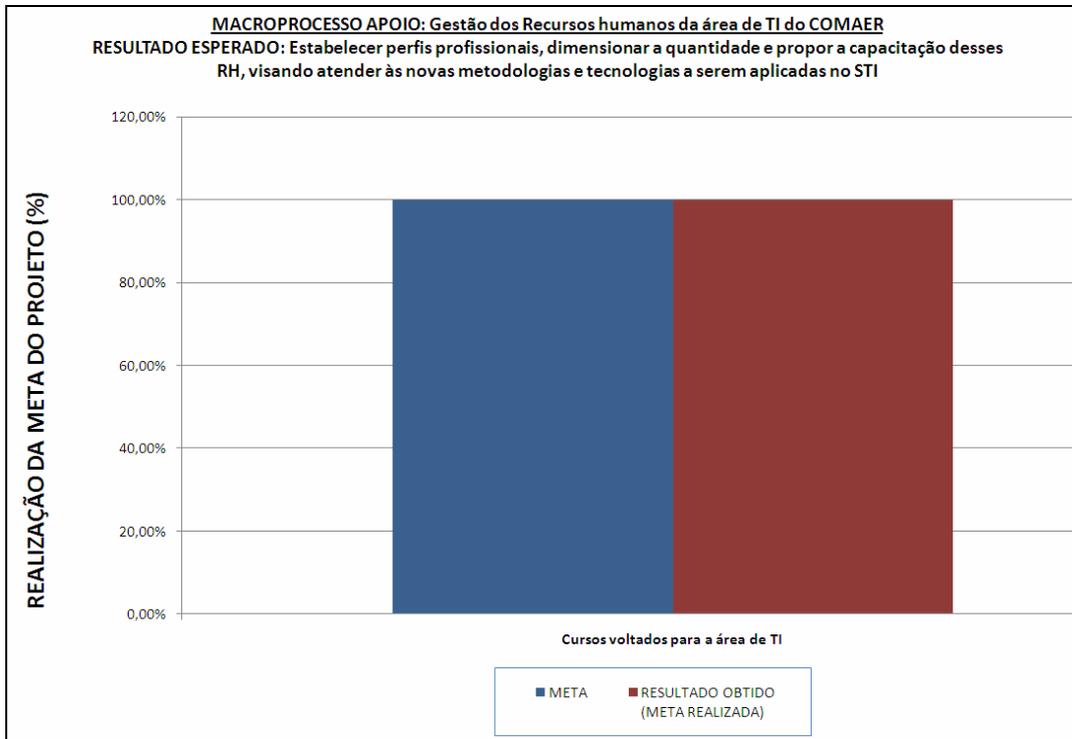


Gráfico 2.4.3.8 – Realização da Meta do Projeto – Cursos voltados para TI – DTI

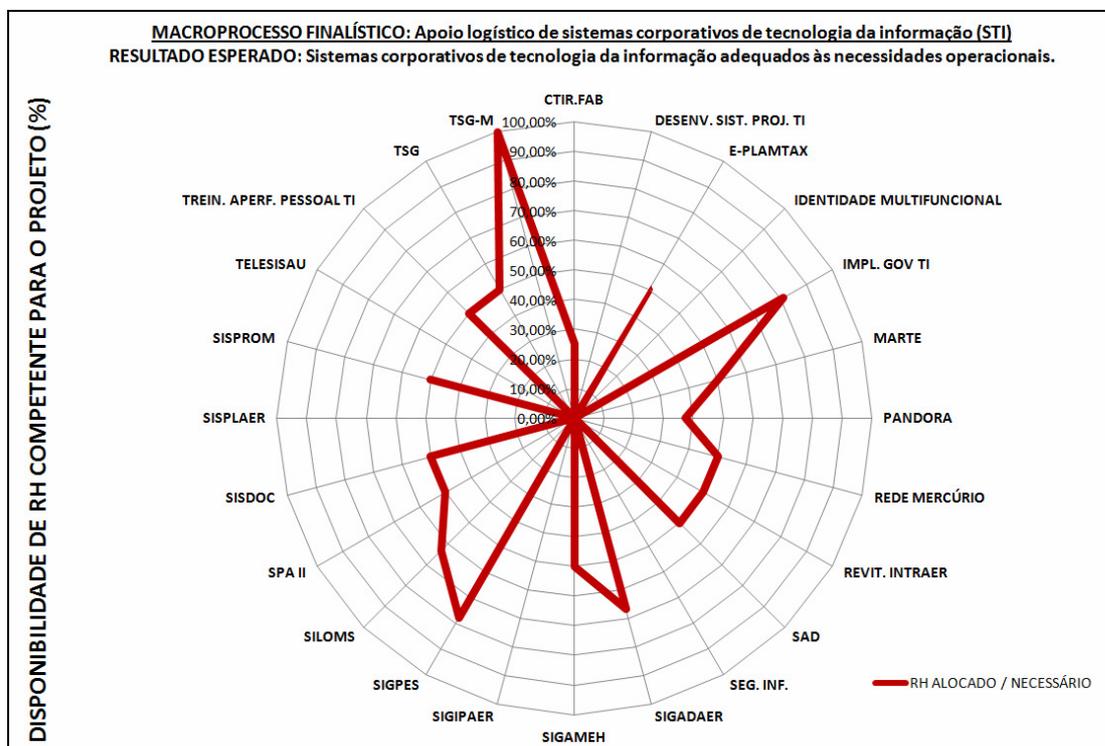


Gráfico 2.4.3.9 – Disponibilidade de RH – Sistemas Corporativos – DTI

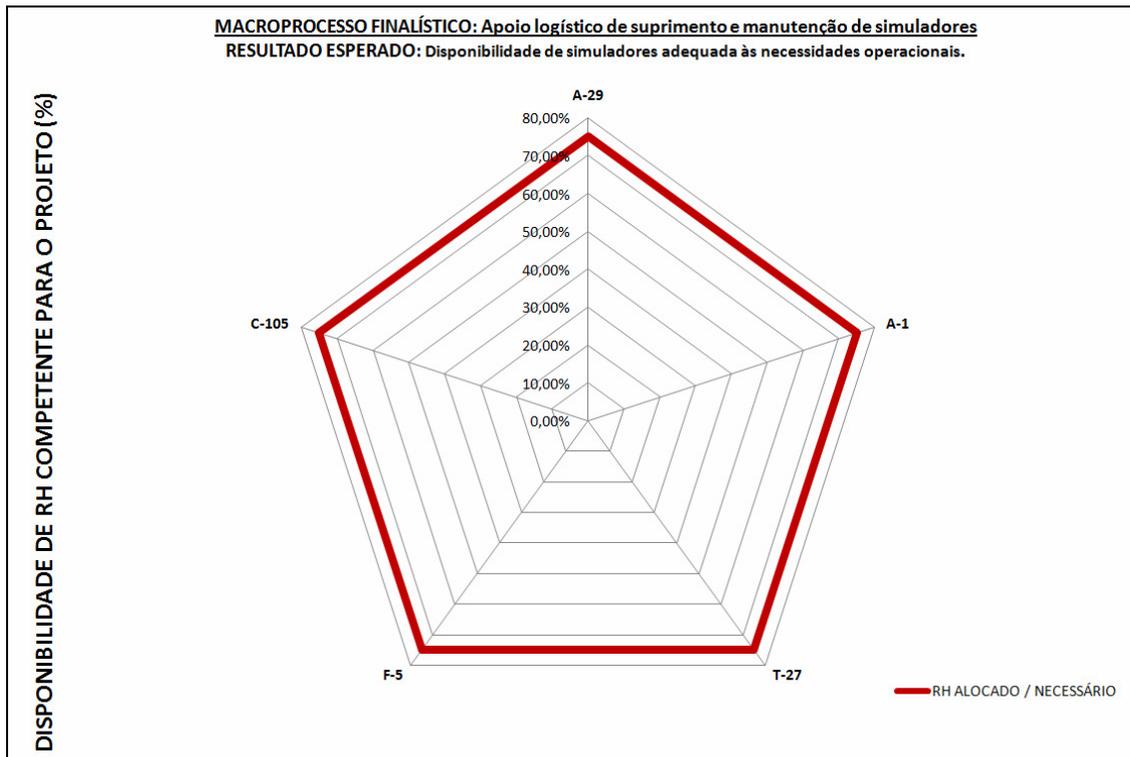


Gráfico 2.4.3.10 – Disponibilidade de RH – Simuladores – DTI

MACROPROCESSO DE APOIO – ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS –
resultado esperado: manter o funcionamento da infraestrutura de apoio

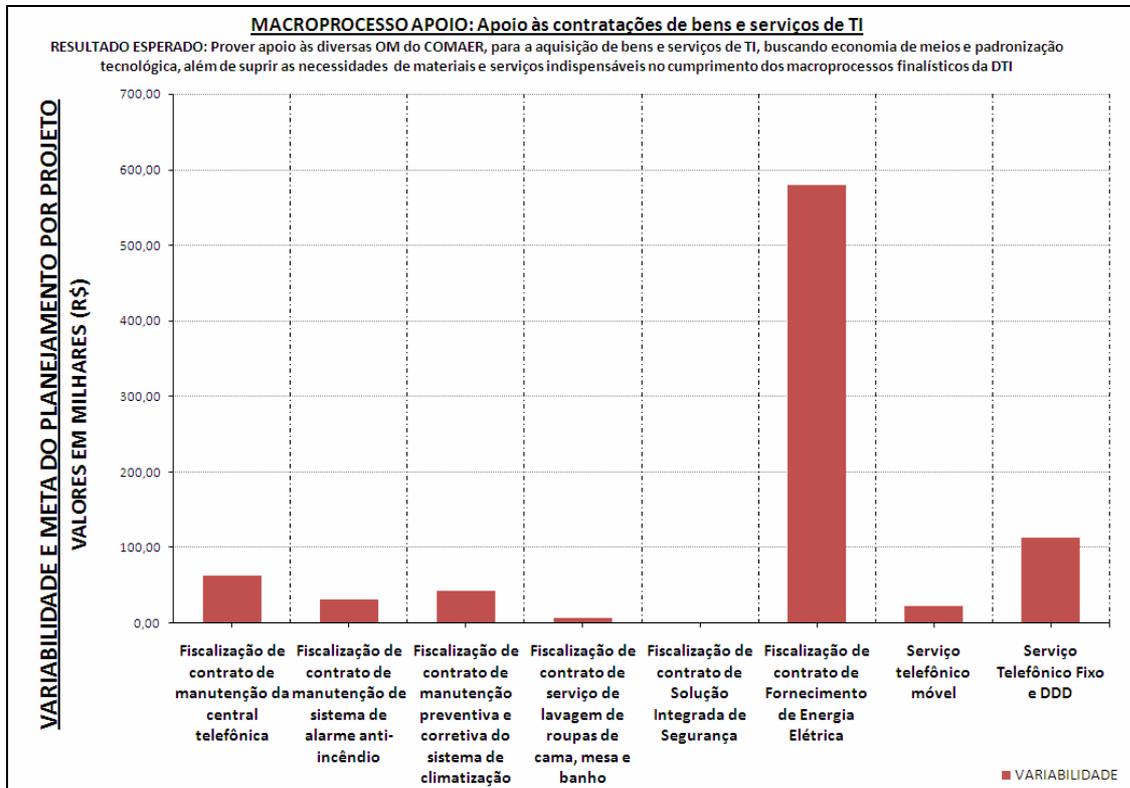


Gráfico 2.4.3.11 – Funcionamento da Infraestrutura de Apoio – DTI

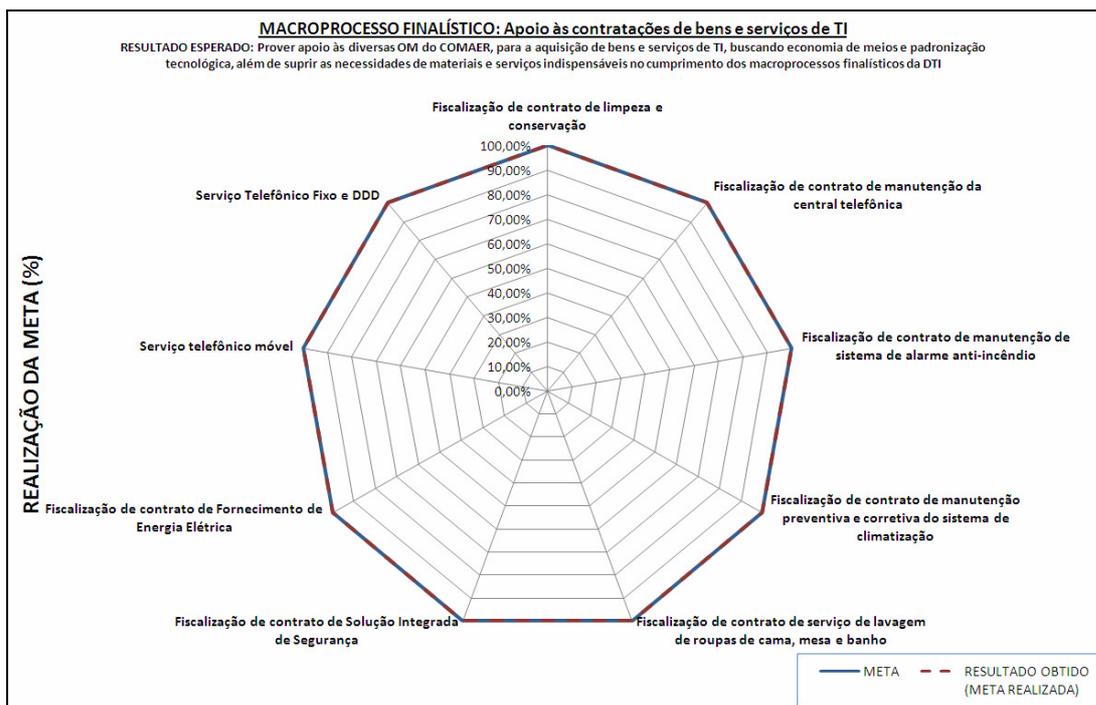


Gráfico 2.4.3.12 – Funcionamento da Infraestrutura de Apoio – DTI

2.4.4 – CELOG

ANÁLISE DO PLANEJAMENTO:

1. Índice IOA = 62,83%
2. Índice Orçamento Disponibilizado (LOA + destaques) IOD = 97,66%
3. Índice Execução do Planejamento (LOA + destaques/PPO) IEP = 97,47%
(corresponde a 95,70% do IOD; portanto, praticamente todas as medidas executadas correspondem ao planejamento prévio existente na PPO).

Ao estratificarmos os índices acima, por ação orçamentária, verificam-se os possíveis prejuízos à execução das atividades relacionadas à finalidade prevista de cada ação. A ação 2896, que previa um montante de 46,47% de todo o necessário na PPO, tendo IOA=16,51%, teve disponibilizado um orçamento (LOA + destaques) de 48,04% em relação à PPO, sendo que 43,85% destinaram-se à execução das medidas necessárias, atribuídas sobre os processos que contribuem para alcançar o resultado esperado do macroprocesso finalístico e de apoio.

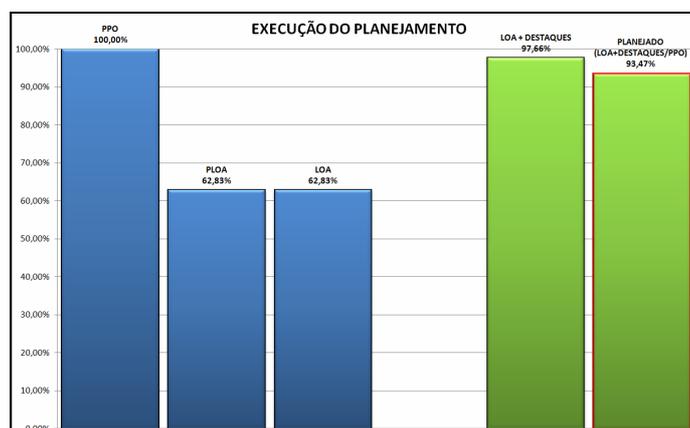


Gráfico 2.4.4.1 – Execução do Planejamento – CELOG

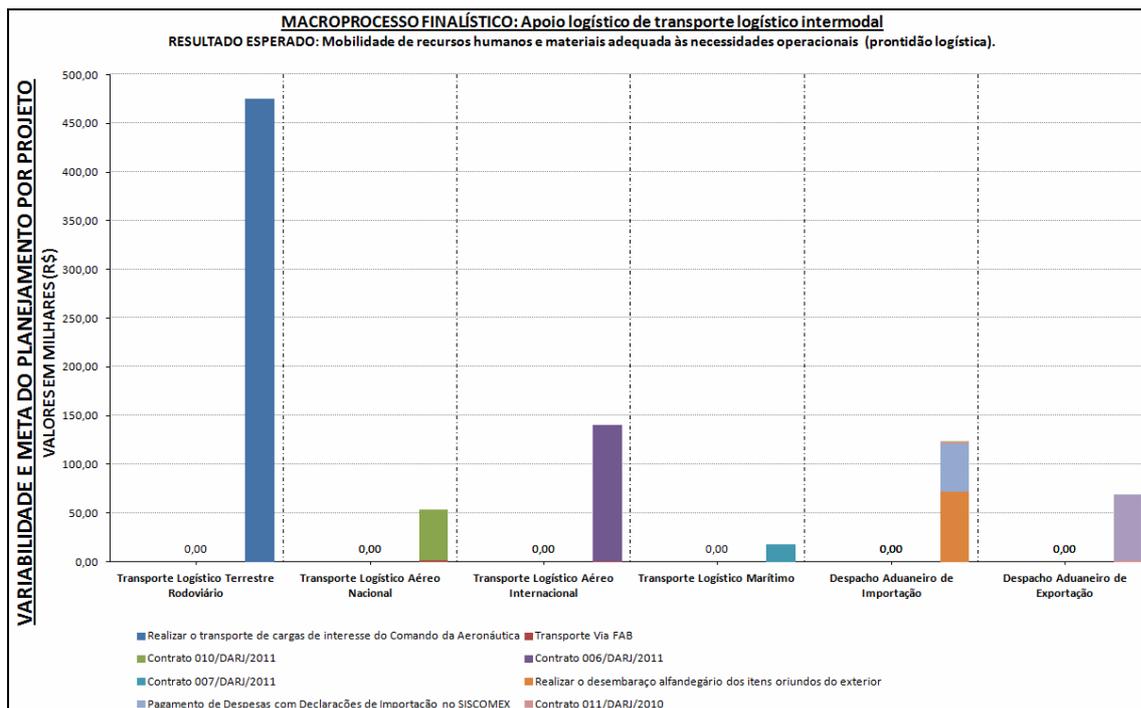


Gráfico 2.4.4.2 – Variabilidade do Planejamento por Projeto – (em R\$) – CELOG – Em cada série, as barras mais finas correspondem à meta estipulada de 15% de variabilidade, para mais e para menos, da diferença entre o valor creditado e o valor orçamentário disponibilizado (LOA + DESTAQUES), sendo o melhor resultado o valor zero.

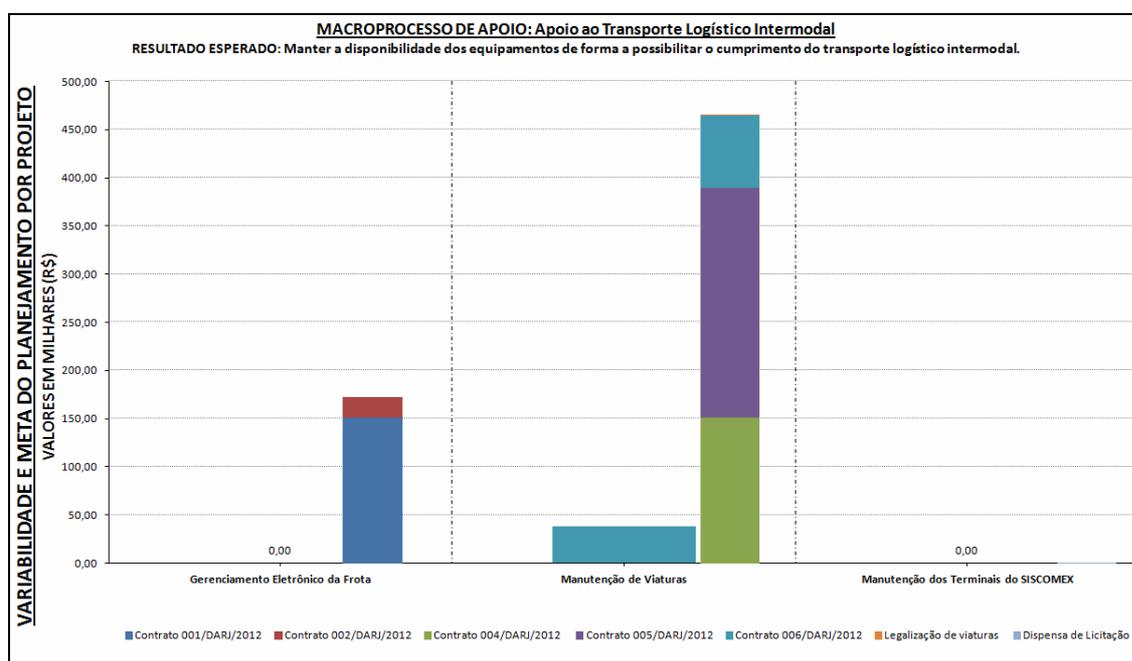


Gráfico 2.4.4.3 – Variabilidade do Planejamento por Projeto – (em R\$) – CELOG – Em cada série, as barras mais finas correspondem à meta estipulada de 15% de variabilidade, para mais e para menos, da diferença entre o valor creditado e o valor orçamentário disponibilizado (LOA + DESTAQUES), sendo o melhor resultado o valor zero.

MACROPROCESSO FINALÍSTICO – APOIO LOGÍSTICO DE TRANSPORTE LOGÍSTICO INTERMODAL – resultado esperado: mobilidade de recursos humanos e materiais adequada às necessidades operacionais (prontidão logística).

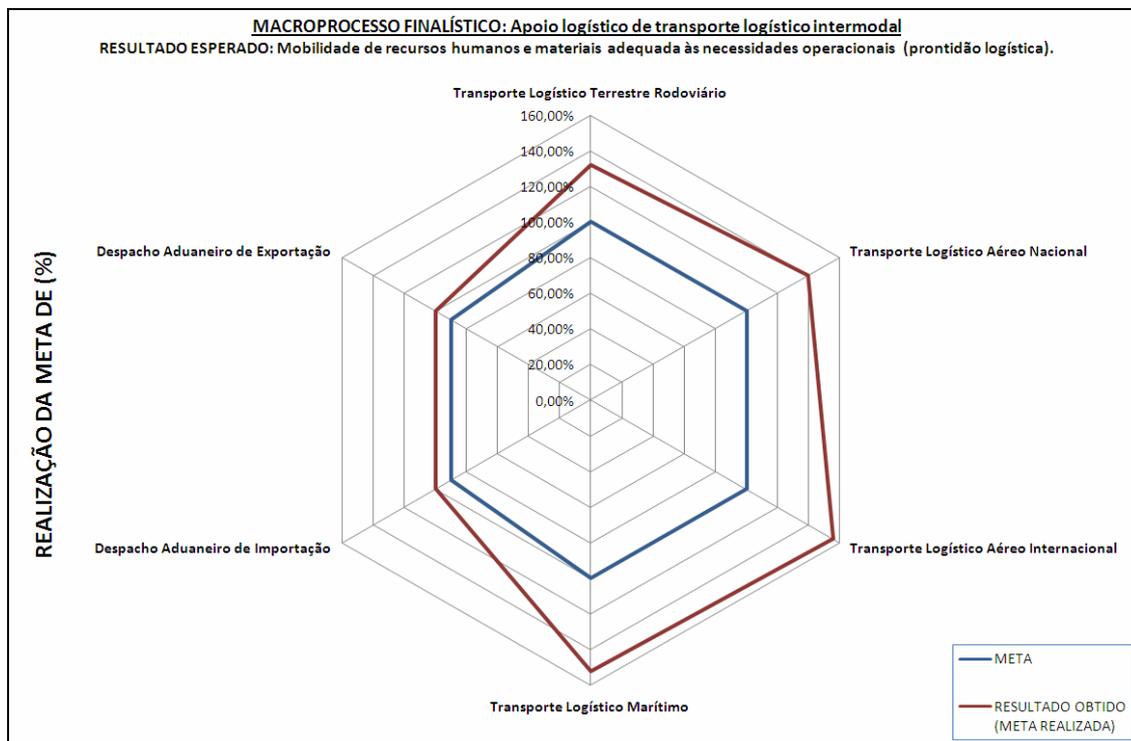


Gráfico 2.4.4.4 – Resultado Esperado – Prontidão logística – CELOG

MACROPROCESSO DE APOIO – ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS – resultado esperado: manter o funcionamento da infraestrutura de apoio

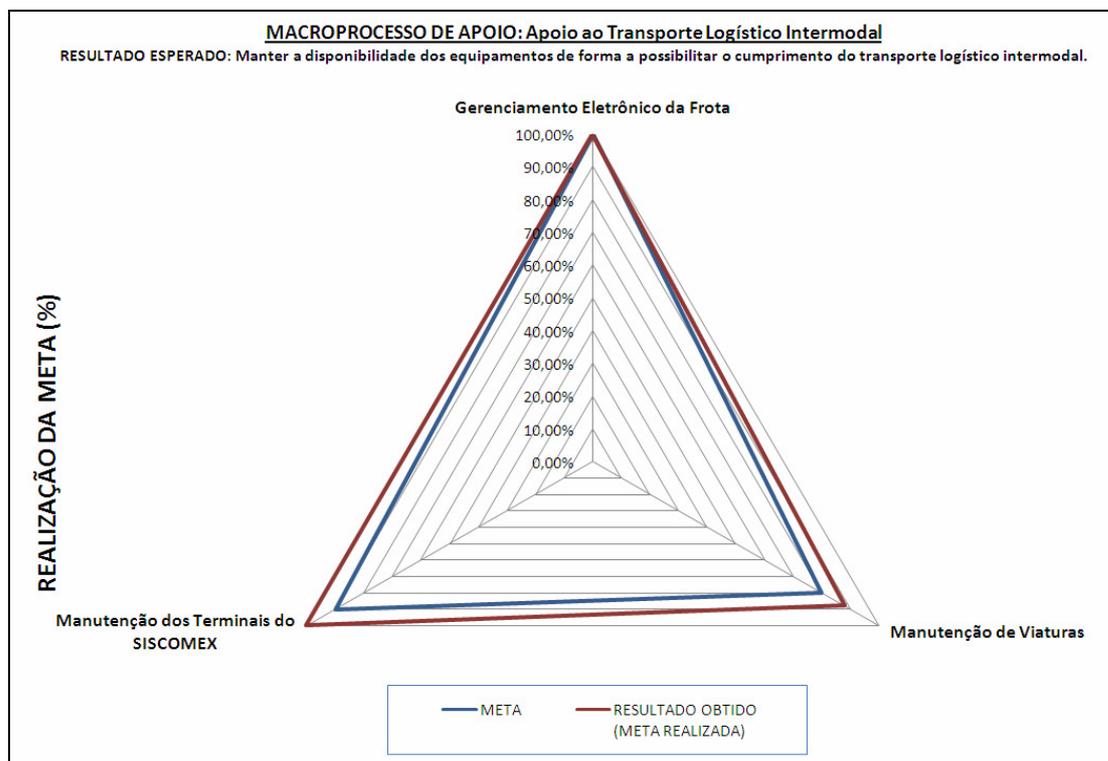


Gráfico 2.4.4.5 – Realização da Meta – Funcionamento da Infraestrutura – CELOG

MACROPROCESSO DE APOIO – GESTÃO DE PESSOAL – resultado esperado: estabelecer perfis profissionais, dimensionar a quantidade e propor capacitação dos RH

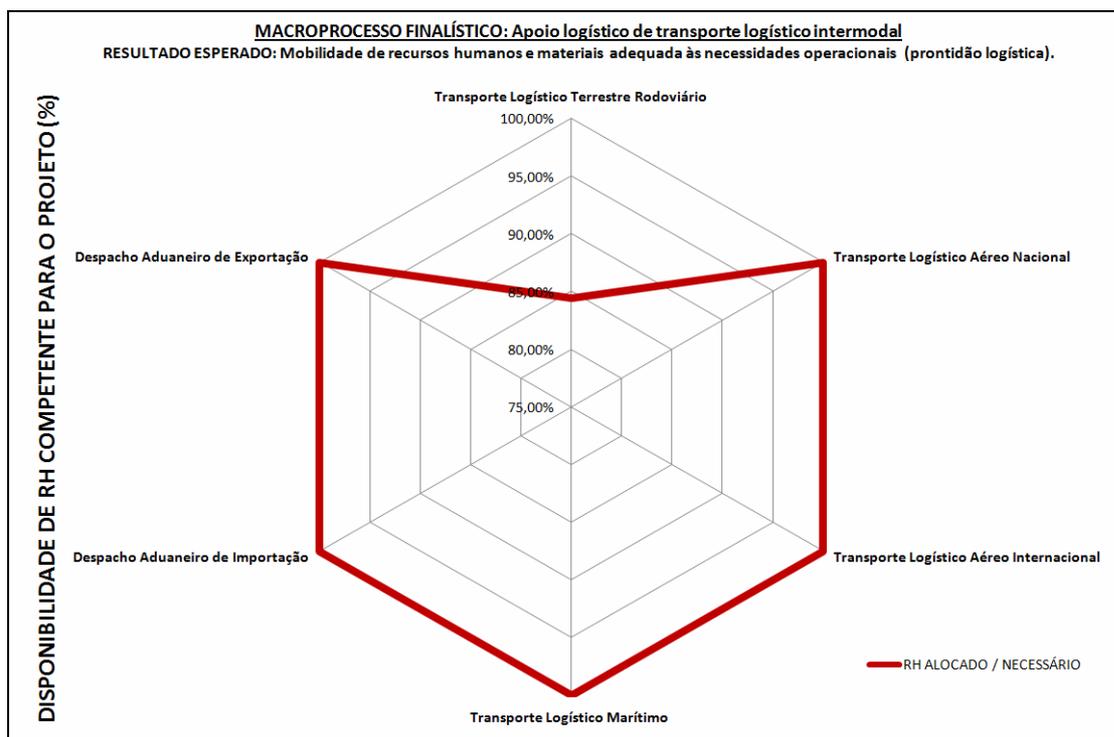


Gráfico 2.4.4.6 – Disponibilidade de RH – CELOG

Os recursos orçamentários foram executados pela UJ na qualidade de órgão gerenciador para aquisição de materiais e contratação de serviços de diversos programas dentro da Força Aérea Brasileira.

Realizaram-se aquisições centralizadas de produtos e serviços com a finalidade de atender a Aeronáutica como um todo. Foram adquiridos produtos como: combustível de aviação e automotivo, viaturas oficiais, gases, produtos químicos, pneus para aeronaves, tintas e solventes, materiais aeronáuticos, bélicos, dentre outros.

O CELOG não encontrou dificuldades para a execução dos recursos descentralizados em razão de novas atribuições ou por motivo de cancelamento e/ou modificação de ação realizada no exercício anterior.

No entanto, no que se refere às ações 14N3 e 14N6, com recursos inéditos na faixa de R\$ 132.649.000,00, um trabalho bastante recorrente e articulado foi necessário para a execução, uma vez que tais recursos visavam à aquisição de viaturas do PAC equipamentos, conforme termo de cooperação nº 21, de 13 de novembro de 2012 do Ministério da Defesa.

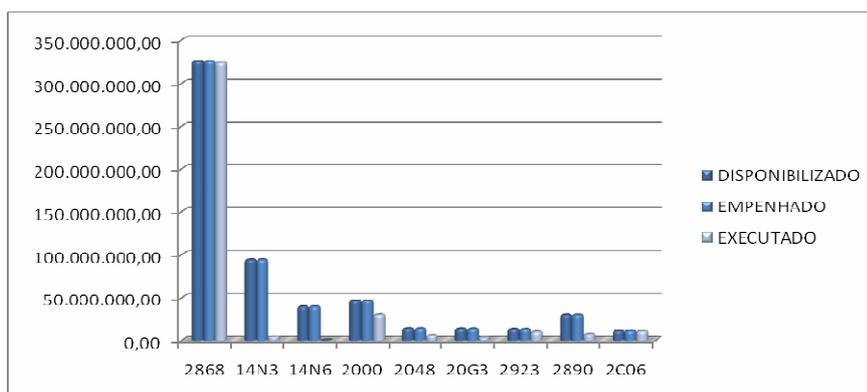


Gráfico 2.4.4.7 – Comparativo Recurso Disponibilizado X Empenhado X Executado - CELOG

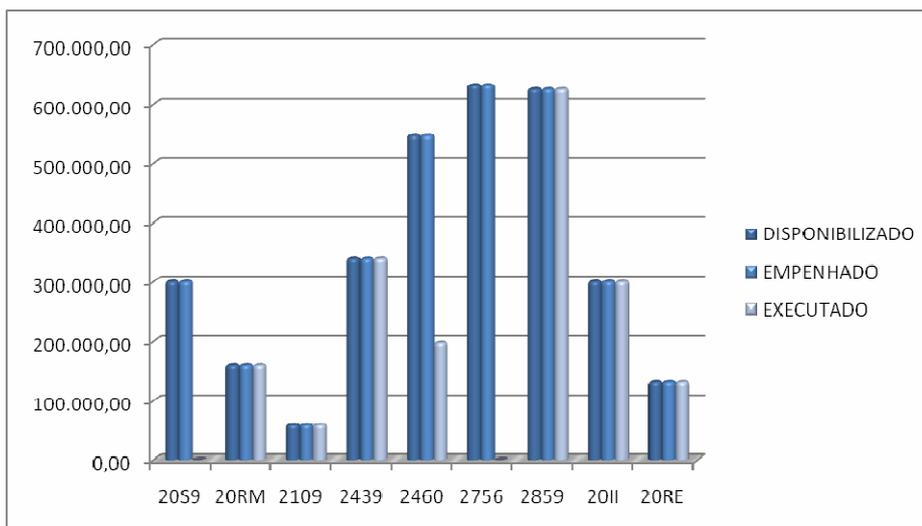


Gráfico 2.4.4.8 – Comparativo Recurso Disponibilizado X Empenhado X Executado – CELOG

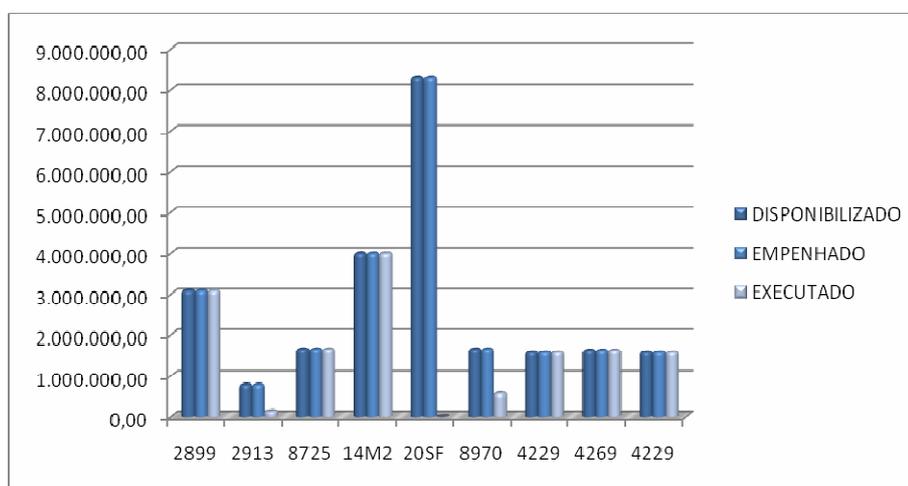


Gráfico 2.4.4.9 – Comparativo Recurso Disponibilizado X Empenhado X Executado – CELOG

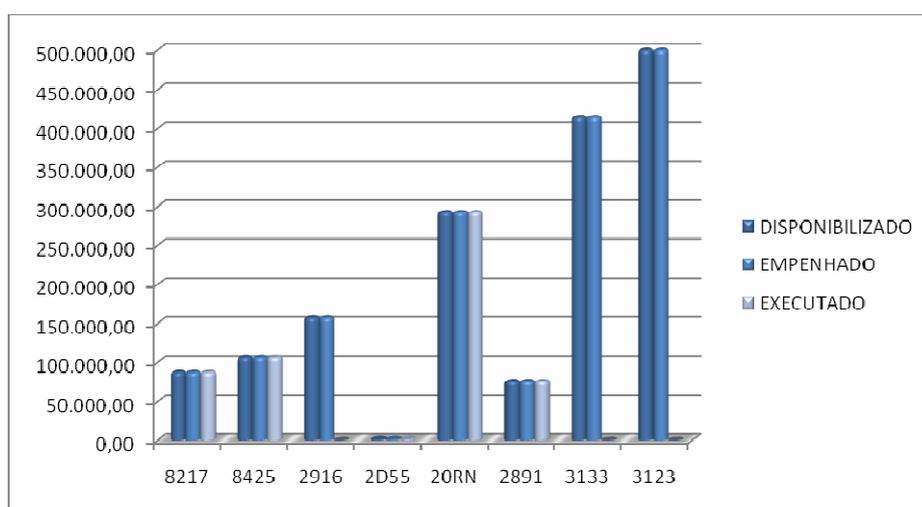


Gráfico 2.4.4.10 – Comparativo Recurso Disponibilizado X Empenhado X Executado – CELOG

2.4.5 – ILA

ANÁLISE:

Considere-se a **PPO** como o orçamento total referente à necessidade planejada para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados (PPO = 100%).

1. Índice IOA = porcentagem da PPO referente a todo o orçamento aprovado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados. **LOA = 67,61%**
2. Índice Orçamento Disponibilizado (LOA + destaques) = porcentagem da PPO referente a todo o orçamento disponibilizado para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados. **IOD = 92,72%**
3. Índice Execução do Planejamento (LOA + destaques/PPO) = porcentagem da PPO referente à parcela de todo o orçamento disponibilizado, destinada à execução das medidas necessárias atribuídas sobre os processos que contribuem para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos analisados. **IEP = 85,33%** (corresponde a 99,44% do IOD; portanto, praticamente todas as medidas executadas correspondem ao planejamento prévio existente na PPO).

Ao estratificarmos os índices acima, por ação orçamentária, verificam-se os possíveis prejuízos à execução das atividades relacionadas à finalidade prevista de cada ação.

A ação 2756, que não havia recebido recursos, foi atendida em toda a sua necessidade (IOD = 92,72%). Não houve variabilidade imposta à execução das medidas necessárias atribuídas sobre os processos que contribuem para alcançar os resultados esperados dos macroprocessos finalísticos.

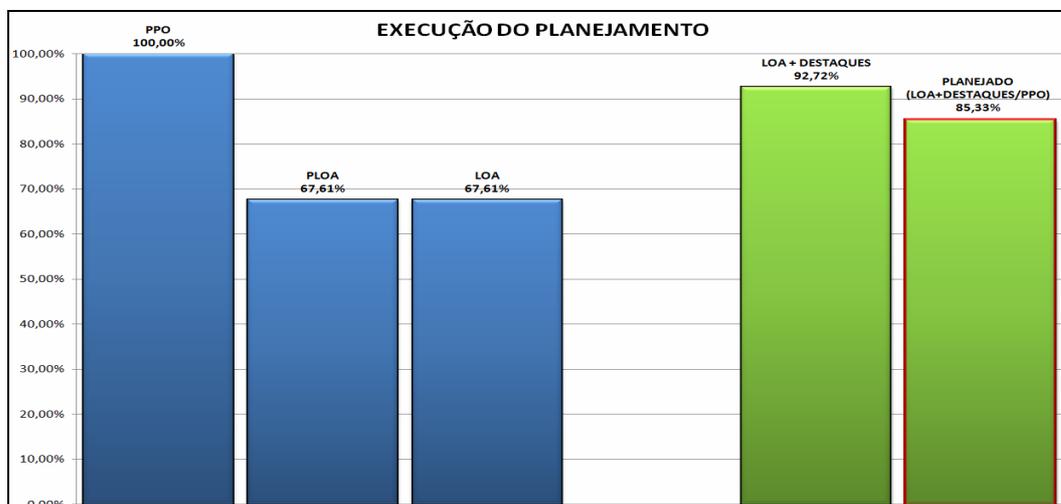


Gráfico 2.4.5.1 – Execução do Planejamento – ILA

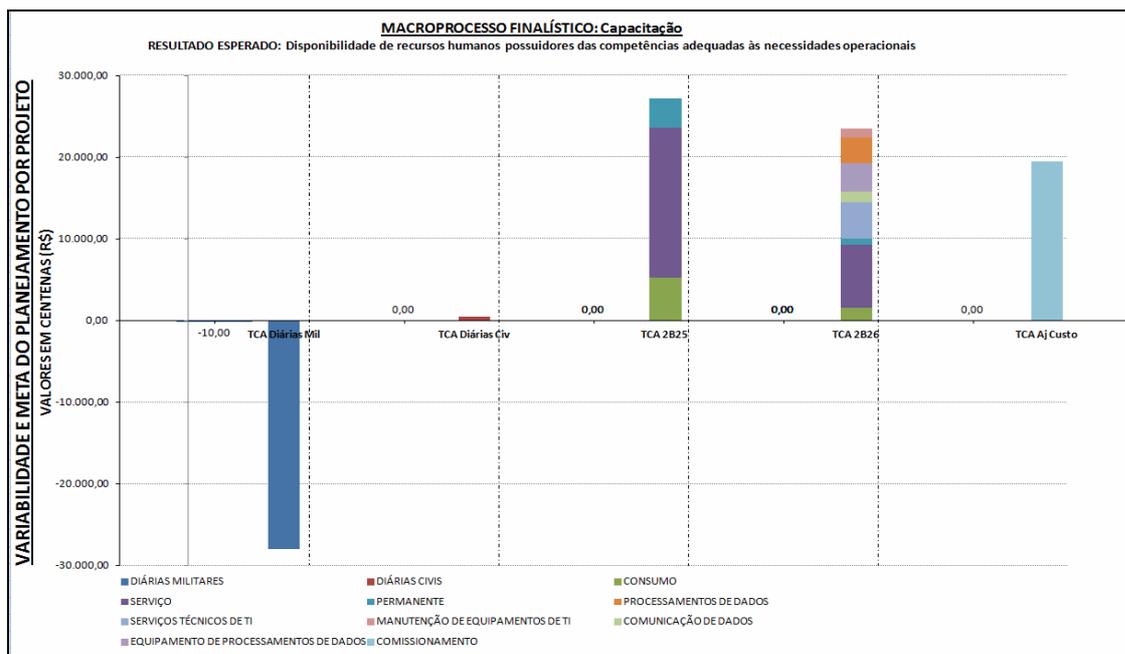


Tabela 2.4.5.2 – Variabilidade e Meta do Planejamento – CAPACITAÇÃO – ILA. Em cada série, as barras mais finas correspondem à meta estipulada de 15% de variabilidade, para mais e para menos, da diferença entre o valor creditado e o valor orçamentário disponibilizado (LOA + DESTAQUES), sendo o melhor resultado o valor zero.

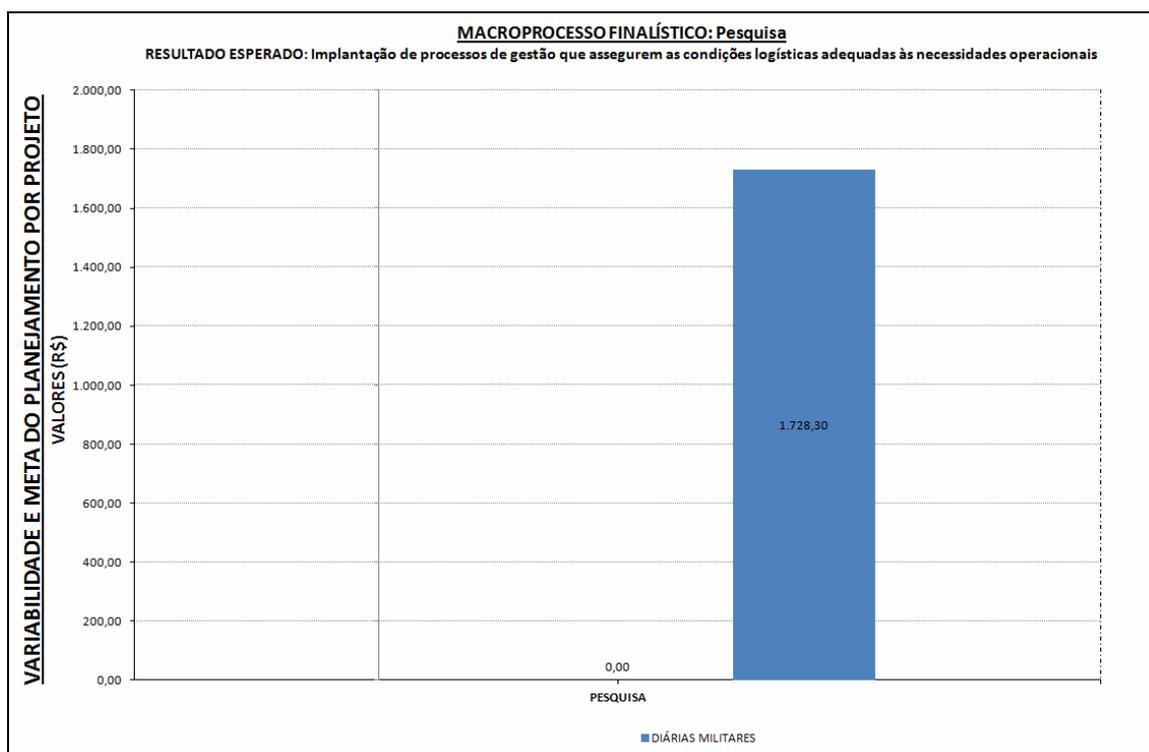


Tabela 2.4.5.3 – Variabilidade e Meta do Planejamento – PESQUISA – ILA. Em cada série, as barras mais finas correspondem à meta estipulada de 15% de variabilidade, para mais e para menos, da diferença entre o valor creditado e o valor orçamentário disponibilizado (LOA + DESTAQUES), sendo o melhor resultado o valor zero.

MACROPROCESSO FINALÍSTICO – CAPACITAÇÃO – resultado esperado: disponibilidade de recursos humanos possuidores das competências adequadas às necessidades operacionais.

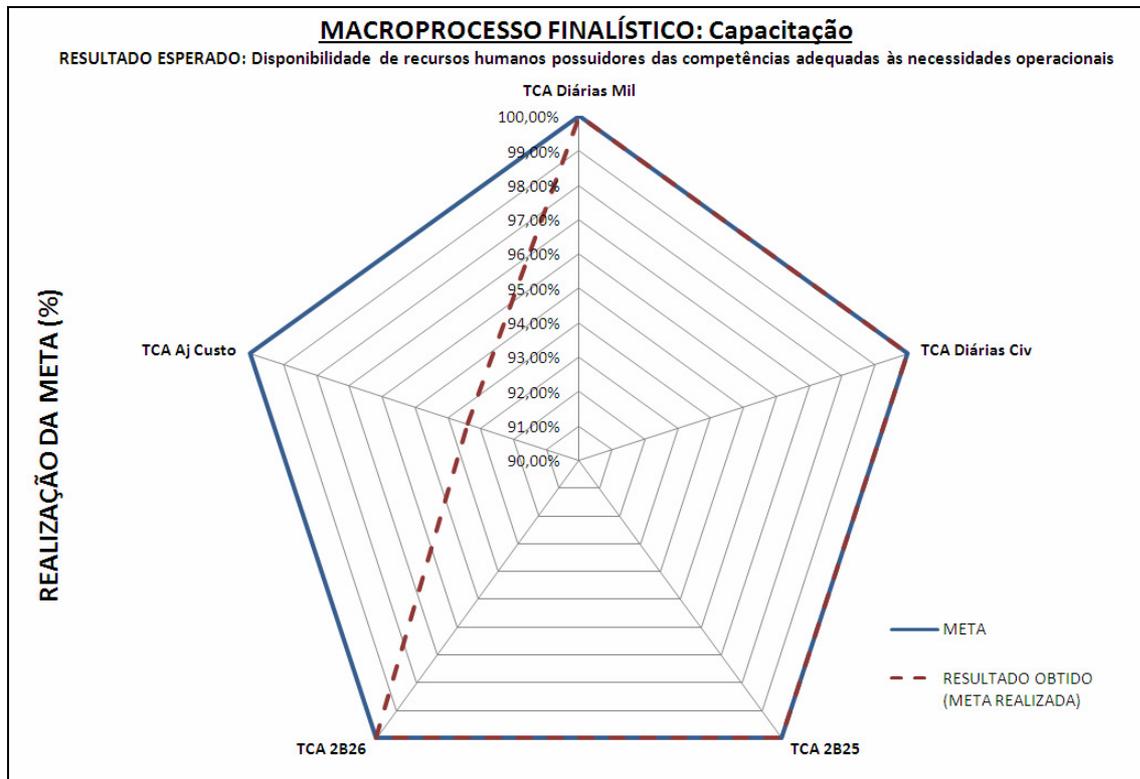


Tabela 2.4.5.4 – Realização da Meta – CAPACITAÇÃO – ILA

MACROPROCESSO FINALÍSTICO – PESQUISA – resultado esperado: implantação de processos de gestão que assegurem as condições logísticas adequadas às necessidades operacionais.

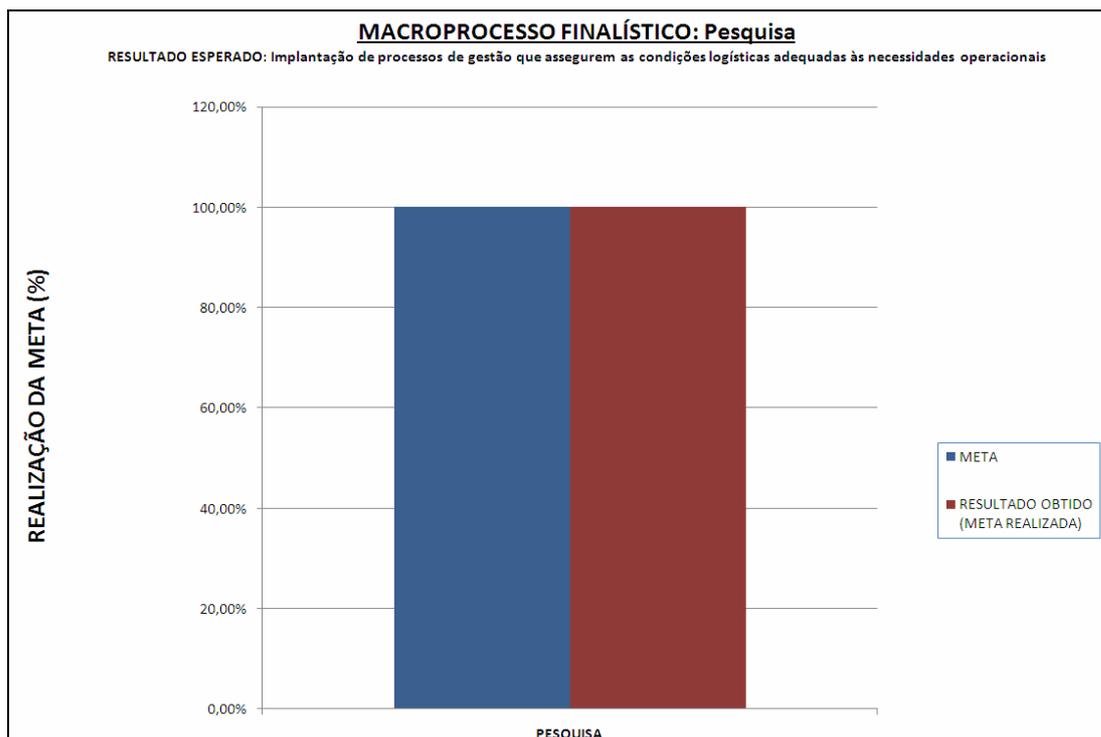


Tabela 2.4.5.5 – Realização da Meta – PESQUISA – ILA

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
	1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Análise Crítica: Os aspectos políticos e estratégicos da composição do monitoramento da gestão, aplicação de diretivas e modificações de status, que induzam mudanças de planejamento, são de competência do Comandante-Geral de Apoio. Desta forma, há de se considerar como positivo o sistema de controle interno da UJ, embora necessitando de aprimoramentos para aumento do desempenho.</p> <p>O Comandante-Geral de Apoio fixou os seguintes aspectos, que organizam, sistematizam e impactam a função de Controle Interno da UJ:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de sistemas de Tecnologia da Informação, buscando-se substituir o homem por instrumentos computacionais, visando, não só reduzir a quantidade de recursos humanos, como também sistematizar e agilizar os processos no âmbito do COMGAP. Esses sistemas devem funcionar como ferramentas de planejamento, controle e execução, inclusive na implementação de sistemas de Segurança Eletrônica. • Observação do controle contínuo dos gastos dos setores do COMGAP, buscando-se ser criterioso na aplicação dos recursos da Administração, com critérios e justificativas plausíveis. • Discussão e análise das situações sistêmicas oriundas do COMGAP. Após a tomada de decisão, caberá às organizações subordinadas perseverar na implementação de tais tarefas na íntegra, considerando uma gerência pautada na honestidade de propósitos, lealdade e disciplina intelectual, devendo ser defendidas como as idéias da Organização. • Implementação de uma política de capacitação dos Recursos Humanos, visando adequá-la às reais necessidades da Organização. • Fomento à troca de informações entre as Organizações homólogas, visando a melhorar os processos administrativos. • Implementação do Plano Estratégico do QG do COMGAP, com toda a documentação decorrente, até o nível de Indicadores de Gestão, de maneira a propiciar um Relatório de Gestão adequado às normas do Governo Federal. • Estudo e implementação dos Sistemas de Comando e Controle (C2) e de Sistemas de Apoio à Decisão (SAD) que acelerem as informações estratégicas para a tomada de decisão do COMGAP. • Implantação e customização, para todas as OM do COMGAP, da ferramenta Módulo de Trabalho Anual (MTA). Ao final de 2013, espera-se que todas as Diretorias, CELOG e ILA estejam com o módulo em pleno funcionamento e pessoal capacitado. • Edição e aprovação da ICA 175-4, que trata do trâmite de processos administrativos de gestão no âmbito da UJ. 					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

3.2 SISTEMA DE CORREIÇÃO

3.2.1 – CORREIÇÃO – PESSOAL CIVIL

O Comando-Geral de Pessoal é a Unidade responsável pelas atividades de correção do pessoal civil no âmbito do Comando da Aeronáutica, como integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar, em seu Relatório de Gestão, as informações pertinentes a este item.

3.2.2 – CORREIÇÃO – PESSOAL MILITAR

A correção do pessoal militar do Comando da Aeronáutica, ativa, reserva e reformado, encontra-se sistematizada por meio da Portaria nº 967/GC3, de 9 outubro de 2009, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAer) - Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975. A base legal da correção do pessoal militar encontra-se fundada na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no art. 142, Capítulo II das Forças Armadas e no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Subsidiariamente correção militar complementa no que couber o Conselho de Justificação - Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972; na Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas - Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972; Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica - Decreto nº 7.099, de 4 de fevereiro de 2010; o Conselho de Disciplina – Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972; e no Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica - Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993.

3.3 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

O Comando-Geral de Pessoal é a Unidade responsável pelas atividades de correção do pessoal civil no âmbito do Comando da Aeronáutica, como integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar, em seu Relatório de Gestão, as informações pertinentes a este item.

4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Nada a relatar.

4.1.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Nada a relatar.

4.1.2 INFORMAÇÕES SOBRE OBJETIVOS VINCULADOS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Nada a relatar.

4.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE INICIATIVAS VINCULADAS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Quadro A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	3123 – Despesas de caráter sigiloso – informadas no Anexo H
Descrição	Implantação de Novos Sistemas Bélicos
Objetivo	01IK - Implantação de novos sistemas bélicos
Órgão ou Unidade Responsável	DIRMAB

4.1.4 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Quadro A.4.4.1 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
Identificação da AÇÃO	
Código	2890 – Despesas de caráter sigiloso – informadas no Anexo H
Descrição	Manutenção e Suprimento de Material Bélico
Iniciativa	01HO – LOGÍSTICA OPERACIONAL DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA
Unidade Responsável	DIRMAB
Unidade Orçamentária	52111, 52911

Quadro A.4.4.2 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Ação						
Código		2048				
Descrição		Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico				
Iniciativa		01HO – Logística Operacional da Força Aérea				
Unidade Responsável		DIRMAB				
Unidade Orçamentária		52111				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
440.802.000,00	468.029.662,04	468.029.662,04	350.562.707,74	53.339.05,47	117.466.954,30	297.223.656,27
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	AERONAVES DISPONIBILIZADAS	UM	245	273	440.802.000,00	468.029.662,04

Análise crítica:

Só não houve um agravamento da situação de atendimento aos Programas de Trabalho (PTA) dos Parques graças às descentralizações de créditos de destaques de elevado valor para apoio à Ação 2048. Ainda, a liberação de créditos da Ação 2923, no valor de R\$ 14.810.182,93, para apoio às aeronaves que atendem ao Controle de Espaço Aéreo e Salvamento e Resgate (SAR) e, ainda, a Suplementação da própria Ação 2048,

totalizando o montante de R\$ 68.775.076,68 de recursos de reforço/destaques/suplementação.

Cabe ressaltar que os recursos recebidos de outras ações foram executados em coerência com as respectivas missões, sendo aplicados diretamente nas atividades de apoio logístico às aeronaves empregadas.

Ainda, o trabalho desempenhado visa criar um elo entre os Parques e o CELOG, aumentando a interação entre as Unidades para melhor atendimento dos interesses de ambas, reduzindo, desta forma, os esforços para aquisição dos materiais solicitados.

PRÉ-PO 2011(R\$)	RECEBIDO (R\$)			TOTAL RECEBIDO (%)	
	AÇÃO 2048 - LOA	AÇÃO 2048 – SUPLEMENTAÇÃO	DESTAQUES / DECEA	TOTAL	EM RELAÇÃO À PRÉ-PO
902.631.869,00	440.802.000,00	7.727.901,85	61.047.174,83	509.577.076,69	56,45

Quadro A.4.4.3 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Ação						
Código	3116					
Descrição	Modernização de equipamentos de comunicação e Eletrônica					
Iniciativa	01I0 (Adequação da frota de aeronaves militares)					
Unidade Responsável	DIRMAB					
Unidade Orçamentária	52911					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 140.000,00	R\$ 140.000,00	R\$ 140.000,00	0,00	0,00	140.000,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	01 CIPE modernizada	Unidade	18 rádios mod. RF-7800S-TR; 18 fones de ouvido e PTT modelo RF-3031HS003; 19 baterias modelo 12055-2105-01; 18 Carrier, radio set holster,spr, od green, PN 12055-6060-01;e 03 carregadores de bateria,	100%	140.000,00	140.000,00

Análise Crítica

O recurso foi aplicado na aquisição de equipamentos de comunicação para aparelhamento da CIPE-BR. O valor destinado ao investimento foi movimentado para Comissão Brasileira em Washington e monitorado por meio das requisições emitidas pelo PAMB-RJ. A emissão das requisições foi o primeiro passo para abertura do processo de licitação que passou por um período de cotação no mercado internacional (Fase Cotação), análise e aprovação pela UG (Mapa de aprovação - escolha do fornecedor). Tendo em vista que a configuração dos rádios a serem adquiridos não foi divulgada em tempo hábil, o processo de aquisição sofreu um retardo que teve, como consequência, a inscrição do recurso em restos a pagar.

Quadro A.4.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Ação

Código	2868					
Descrição	Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes de Aviação					
Iniciativa	01HO – Logística Operacional da Força Aérea					
Unidade Resp	DIRMAB					
Unidade Orçamentária	52111					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
307.462.700,00	405.889.890,76	405.532.981,81	403.564.449,62	----	---	376.559.964,08
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	m ³	150.402	146.405	307.462.700	405.889.890,76

Análise crítica

A Proposta Orçamentária solicitada alcançou o montante de R\$ 423.938.576,00, sendo baseada no preço médio do combustível de aviação do ano de 2011 e na meta de Esforço Aéreo prevista pelo EMAER, para o ano de 2012, de 181.380 horas de voo.

No entanto, a LOA aprovada para o ano de 2012 alcançou R\$ 307.462.700,00, dos quais R\$ 40.000.000,00 foram contingenciados em fevereiro e descontingenciados no terceiro trimestre, permanecendo o valor de R\$ 16.667,00 contingenciados no grupo 4 (capital), ficando a receber, ainda, no grupo 4 (capital) o montante de R\$ 113.559,68.

Além disso, recebeu-se suplementação de R\$ 29.191.494,74, Destaques (grupo 4) no valor de R\$ 2.752.999,00 e Destaques (grupo 3) no valor total de R\$ 66.482.697,02 para ressarcir gastos de combustível de aviação nas missões extras realizadas pelo COMAER, como missões de Cooperação em Ações de Defesa Civil, Conferência Rio +20, entre outras. Totalizou-se um aporte de R\$ 98.427.190,76.

Em síntese, houve uma redução do esforço aéreo previsto na PPO, de 181.380 horas para 158.900 horas, e o montante disponível para fazer face ao esforço alcançou R\$ 405.889.890,76.

Não houve dificuldades para a execução dos recursos descentralizados na ação 2868. Foram adquiridos combustíveis e lubrificantes de aviação, uma carreta de abastecimento e viaturas para as Unidades do COMAER por meio do Registro de Preços 045/CELOG/2011.

A meta física não atingida dentro do exercício deveu-se à chegada do crédito no final do ano de 2012, impossibilitando, desta forma, o recebimento dos itens empenhados e, conseqüentemente, a execução das fases da despesa posteriores ao empenho.

Grupo	LOA	DESTAQUES	SUPLEMENTAÇÃO	Total Recebido
3	R\$ 307.462.700	R\$ 66.482.697,02	R\$ 29.321.721,42	R\$ 405.889.890,76
4	R\$ 700.000,00	R\$ 2.752.999,00	-----	

Quadro A.4.4.5 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj	
Identificação da Ação	
Código	2899
Descrição	Suporte ao Desenvolvimento Industrial

Iniciativa	2058 – Política Nacional de Defesa					
Unidade Responsável	120071 – CELOG					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.088.024,00	3.088.024,00	3.088.024,00	3.088.024,00	0,00	0,00	3.088.024,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Serviços	R\$	100	100	3.088.024,00	3.088.024,00

Análise Crítica

Não houve dificuldades para a execução dos recursos descentralizados na ação 2899. Com tais recursos, foram contratados serviços técnico-especializados da Fundação de Ciência Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE), vinculados aos Processos Técnicos de Nacionalização (PTN) de Produtos Aeronáuticos e de Emprego Militar (PAEM). Tal contratação foi executada através do pregão 010/CELOG/2011.

QUADRO A.4.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ						
Identificação da Ação						
Código	8970					
Descrição	Aquisição de Veículos de Superfície					
Iniciativa	0111 - Adequação dos meios de apoio ao combate					
Unidade Responsável	DIRENG					
Unidade Orçamentária	52911					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.254.085,00	2.254.085,00	2.254.085,00	606.332,00	26.500,00	1.647.753,00	579.832,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Micro-ônibus	Unidade	4	2	753.685,00	390.332,00
2	Ônibus	Unidade	2	0	748.400,00	0,00
3	Van	Unidade	2	1	220.000,00	110.000,00
4	Veículo de Serviço	Unidade	6	4	159.000,00	106.000,00
5	Utilitário/Caminhonete	Unidade	4	0	208.000,00	0,00
6	Veículo Especial	Unidade	3	0	165.000,00	0,00

Análise Crítica

Ação 8970 – Foi atingido 95% da meta estabelecida no Programa de Trabalho da DIRENG para aquisição de veículos.

A crônica insuficiência de créditos para o atendimento das necessidades apresentadas na Proposta Orçamentária (R\$ 48.812.580,02 em 2012) tem provocado um envelhecimento gradativo da frota de veículos do Comando da Aeronáutica, que, em sua maioria, possuem mais de 10 anos de uso ou foram alienados sem a devida reposição. Tal problema gera a necessidade de maiores investimentos na manutenção de veículos já desgastados e interfere diretamente nos níveis de operacionalidade das OM.

Não houve dificuldades para a execução dos recursos descentralizados na ação 8970. Foram adquiridas viaturas para as Unidades do COMAER através do Registro de

Preços 045/CELOG/2011, conforme necessidades levantadas e repassadas para o CELOG através da DIRENG.

Quadro A.4.4.7 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj						
Identificação da Ação		14N3				
Descrição		Recuperação da Capacidade Operacional do Comando da Aeronáutica				
Iniciativa						
Unidade Responsável		Diretoria de Engenharia da Aeronáutica				
Unidade Orçamentária		120071 Centro Logístico da Aeronáutica				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
96.649.000,00	96.649.000,00	96.649.000,00	4.813.314,00	618.202,00	88.835.686,00	4.195.112,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	CAMINHÃO LEVE (PBT 3.500 Kg, carroceria aberta/carga seca)	Unidade	10	0	1.024.000,00	0,00
2	CAMINHÃO LEVE (capacidade de carga 5.000 Kg)	Unidade	12	10	1.666.728,00	1.388.940,00
3	CAMINHÃO MÉDIO/PESADO (capacidade de carga 8.100 Kg)	Unidade	8	6	1.361.656,00	1.021.242,00
4	CAMINHÃO BAÚ (capacidade de carga 8.300 Kg)	Unidade	11	11	1.912.306,00	1.912.306,00
5	CAMINHÃO TRUCADO (capacidade de carga 14.700 Kg)	Unidade	3	3	736.239,00	490.826,00
6	CAMINHÃO BASCULANTE (capacidade de carga 8.300 Kg)	Unidade	8	0	1.569.600,00	0,00
7	CAMINHÃO COLETOR/COMPACTADOR DE LIXO (PBT 9.000 Kg, cap. lixo compactado 6m³)	Unidade	5	0	887.500,00	0,00
8	CAVALO MECÂNICO (PBT 19.000 Kg, tração 4X2 ou 6X4)	Unidade	5	0	1.742.000,00	0,00
9	CAMINHÃO COM GUINDASTE HIDRÁULICO (capacidade de carga 15.000 Kg)	Unidade	5	0	2.173.950,00	0,00
10	CAMINHÃO COM ELEVADOR HIDRÁULICO E CESTO AÉREO (capacidade de carga 5.000 Kg)	Unidade	10	0	2.418.000,00	0,00
11	CAMINHÃO MILITAR (capacidade de carga 7.000 Kg)	Unidade	23	0	8.908.935,00	0,00
12	CAMINHÃO EQUIPADO COM COZINHA MODULAR PARA APOIO	Unidade	1	0	750.000,00	0,00

	EM OPERAÇÕES DE CAMPANHA					
13	CAMINHÃO LEVE (capacidade de carga 5.000 Kg)	Unidade	63	0	7.171.605,00	0,00
14	CAMINHÃO LEVE (PBT 3.500 Kg, carroceria aberta/carga seca)	Unidade	4	0	448.000,00	0,00
15	CAMINHÃO MÉDIO/PESADO (capacidade de carga 7.900 Kg)	Unidade	41	0	6.519.000,00	0,00
16	SEMIRREBOQUE (PBT 25.500 Kg - carroceria aberta)	Unidade	19	0	1.451.600,00	0,00
17	SEMIRREBOQUE (PBT 25.500 Kg - carroceria fechada)	Unidade	2	0	175.900,00	0,00
18	CAMINHÃO BAÚ (capacidade de carga 7.900 Kg)	Unidade	9	0	1.342.800,00	0,00
19	CAMINHÃO BAÚ (capacidade de carga 5.000 Kg)	Unidade	4	0	472.800,00	0,00
20	CAMINHÃO BAÚ (capacidade de carga 5.000 Kg, com plataforma hidráulica elevatória)	Unidade	2	0	252.998,00	0,00
21	CAMINHÃO TRUCADO (capacidade de carga 14.700 Kg)	Unidade	3	0	631.500,00	0,00
22	CAMINHÃO BAÚ TRUCADO (capacidade de carga 15.800 Kg)	Unidade	3	0	661.500,00	0,00
23	CAMINHÃO EQUIPADO COM GUINDASTE HIDRÁULICO (capacidade de carga 14.900 Kg)	Unidade	9	0	3.816.000,00	0,00
24	CAMINHÃO EQUIPADO COM ELEVADOR HIDRÁULICO E CESTO AÉREO (capacidade de carga 5.000 Kg)	Unidade	29	0	7.163.000,00	0,00
25	CAMINHÃO FRIGORÍFICO (capacidade de carga 7.900 Kg)	Unidade	5	0	1.236.400,00	0,00
26	CAMINHÃO LIMPA FOSSA (capacidade do tanque 3.500 litros)	Unidade	2	0	464.000,00	0,00
27	CAMINHÃO TANQUE (capacidade do tanque 7.000 litros)	Unidade	4	0	772.000,00	0,00
28	CAMINHÃO BASCULANTE (capacidade de carga 7.900 Kg)	Unidade	60	0	9.330.000,00	0,00
29	CAMINHÃO COLETOR/COMPACTADOR DE LIXO (PBT 8.200 Kg - cap. lixo compactado 6m³, PBT 16.000 Kg)	Unidade	15	0	2.788.350,00	0,00
30	CAMINHÃO	Unidade	7	0	1.687.000,00	0,00

	COLETOR/COMPACTADOR DE LIXO (PBT 16.000 Kg - cap. Lixo compactado 13,5 m³)					
21	CAMINHÃO GUINCHO-SOCORRO PESADO (capacidade de carga 12.000 Kg)	Unidade	10	0	2.650.000,00	0,00
32	CAMINHÃO GUINCHO-SOCORRO LEVE (capacidade de carga 6.000 Kg)	Unidade	7	0	1.596.000,00	0,00
33	CAVALO MECÂNICO (PBT 19.000 Kg, tração 6X2)	Unidade	18	0	4.733.316,00	0,00
34	CAMINHÃO MILITAR (capacidade de carga 7.000 Kg)	Unidade	34	0	13.124.000,00	0,00
35	SEMIRREBOQUE (PBT 25.500 Kg - carroceria aberta)	Unidade	Obs	0	10.317,00	0,00

Análise Crítica

Por intermédio da Medida Provisória nº 573, de 27/06/2012, convertida posteriormente na Lei nº 12.729, de 18/10/2012, abriu-se crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa, cabendo ao Comando da Aeronáutica o crédito de R\$ 93.649.000,00, para ser aplicado na recuperação da capacidade operacional do COMAER.

A meta física estabelecida pelo Governo para esta Ação foi de 300 veículos (Caminhões); contudo, em razão da grande quantidade de empresas que participaram da licitação e da maioria dos preços obtidos no Pregão 36/CELOG/2012 terem ficado bem abaixo do estimado, foi possível adquirir uma quantidade maior de veículos (451 unidades). O prazo de entrega dos veículos adquiridos está previsto para o período de janeiro a julho de 2013.

Conforme demonstrado na tabela acima, 30 veículos foram liquidados no exercício de 2012, tendo em vista que foram adquiridos (empenhados) nos meses de julho e agosto, utilizando-se o registro de preços referente ao Pregão 45/CELOG/2011. A grande maioria dos veículos adquiridos com recursos da Ação 14N3 foi contratada em dezembro de 2012.

Os recursos disponibilizados na Ação 14N3 contribuirão para a renovação da frota de caminhões do COMAER com mais de 10 (dez) anos de uso e para o preenchimento das vagas existentes na dotação de diversas Organizações Militares.

Obs: O saldo de R\$ 10.317,00, que restou desta Ação, foi utilizado na aquisição de mais 01 (um) semireboque (item 35). O valor total deste veículo foi obtido da seguinte forma: R\$ 10.317,00 (14N3 - PI 120099MD00057) + R\$ 993,00 (14N6 - PI 201015MP00037) + R\$ 65.090,00 (Recurso COMAER). Total R\$ 76.400,00.

Quadro A.4.4.8 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj	
Identificação da Ação	
Código	14N6
Descrição	Recuperação da Capacidade Operacional do Comando da Aeronáutica
Iniciativa	
Unidade Responsável	Diretoria de Engenharia da Aeronáutica
Unidade Orçamentária	120071 Centro Logístico da Aeronáutica

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
39.000.000,00	39.000.000,00	39.000.000,00	0,00	0,00	39.000.000,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	CAMINHÃO LEVE (cap. carga 5.000 Kg)	Unidade	4	0	455.340,00	0,00
2	CAM. LEVE (PBT 3.500 Kg, carroceria aberta/carga seca)	Unidade	3	0	336.000,00	0,00
3	CAMINHÃO MÉDIO/PESADO (capacidade de carga 7.900 Kg)	Unidade	3	0	477.000,00	0,00
4	SEMIRREBOQUE (PBT 25.500 Kg - carroceria aberta)	Unidade	2	0	152.800,00	0,00
5	CAMINHÃO BAÚ (capacidade de carga 5.000 Kg)	Unidade	4	0	472.800,00	0,00
6	CAMINHÃO BAÚ (capacidade de carga 5.000 Kg, com plataforma hidráulica elevatória)	Unidade	1	0	126.499,00	0,00
7	CAMINHÃO BAÚ TRUCADO (capacidade de carga 15.800 Kg)	Unidade	4	0	882.000,00	0,00
8	CAMINHÃO EQUIPADO COM GUINDASTE HIDRÁULICO (capacidade de carga 14.900 Kg)	Unidade	11	0	4.664.000,00	0,00
9	CAMINHÃO EQUIPADO COM ELEVADOR HIDRÁULICO E CESTO AÉREO (capacidade de carga 5.000 Kg)	Unidade	2	0	494.000,00	0,00
10	CAMINHÃO FRIGORÍFICO (capacidade de carga 7.900 Kg)	Unidade	4	0	989.120,00	0,00
11	CAMINHÃO LIMPA FOSSA (capacidade do tanque 3.500 litros)	Unidade	3	0	696.000,00	0,00
12	CAMINHÃO TANQUE (capacidade do tanque 7.000 litros)	Unidade	8	0	1.544.000,00	0,00
13	CAMINHÃO GUINCHO-SOCORRO LEVE (capacidade de carga 6.000 Kg)	Unidade	1	0	228.000,00	0,00
14	CAVALO MECÂNICO (PBT 19.000 Kg, tração 6X2)	Unidade	4	0	1.051.848,00	0,00
15	CAMINHÃO MILITAR (capacidade de carga 7.000 Kg)	Unidade	37	0	14.282.000,00	0,00
16	SEMIRREBOQUE (PBT 30.000 Kg - carrega tudo)	Unidade	2	0	327.600,00	0,00
17	VARREDEIRA (Capacidade reservatório de detritos 3.000 litros)	Unidade	16	0	10.320.000,00	0,00
18	CAMINHÃO COM COZINHA MODULAR PARA APOIO EM OPERAÇÕES DE CAMPANHA	Unidade	2	0	1.500.000,00	0,00
19	SEMIRREBOQUE (PBT 25.500 Kg - carroceria aberta)	Unidade	Obs	0	993,00	0,00

Análise Crítica

Por intermédio da Medida Provisória nº 573, de 27/06/2012, convertida posteriormente na Lei nº 12.729, de 18/10/2012, abriu-se crédito extraordinário em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPLOG) no valor de R\$ 1.713.000.000,00.

O MPLOG, por intermédio de um Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito, repassou para o Comando da Aeronáutica, o crédito de R\$ 39.000.000,00, para ser aplicado na recuperação da capacidade operacional do COMAER.

A meta física estabelecida pelo Governo (MPOG) para esta Ação foi de 142 veículos (Caminhões); contudo, a aquisição deste último lote contemplou veículos mais caros (varredeira, caminhão com guindaste hidráulico e caminhão militar) comprometendo o alcance da meta estabelecida.

Por outro lado, considerando as duas Ações (14N3 e 14N6) e comparando a meta estabelecida (300+142 = 442) com as quantidades efetivamente adquiridas (451+111 = 562) verificar-se-á a superação da meta combinada das duas ações, em 120 veículos.

Os veículos adquiridos com recursos da Ação 14N6 foram empenhados no mês de dezembro de 2012. O prazo de entrega dos veículos adquiridos está previsto para o período de maio a julho de 2013.

Os recursos disponibilizados na Ação 14N6 contribuíram para a renovação da frota de caminhões do COMAER com mais de 10 (dez) anos de uso e para o preenchimento das vagas existentes na dotação de diversas Organizações Militares.

A quantidade de caminhões adquiridos com recursos das Ações 14N3 e 14N6 totalizou 563 unidades (451 unidades 14N3 + 111 unidades 14N6 + 1 unidade saldos).

Quadro A.4.4.9 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj						
Identificação da Ação						
Código		2756				
Descrição		Manutenção e Suprimento de Material Contraincêndio				
Unidade Responsável		Diretoria de Engenharia da Aeronáutica				
Unidade Orçamentária		120071 Centro Logístico da Aeronáutica				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.706.400,00	7.706.400,00	7.706.400,00	7.701.950,79	0,00	4.449,21	7.701.950,79
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estudo e revisão, com exatidão, dos recursos necessários ao SISCON.	PTA, Relatórios SIAFI Anual, Demandas de Descentralização	- x -	- x -	0	0
2	Estudo do dimensionamento da frota ideal de viaturas contraincêndio.	Relatórios	- x -	- x -	0	0
3	Reativação da Especialidade de Bombeiro na EEAR.	Diárias + Passagens	120	120	220.400,00	220.400,00
4	Atualização da Legislação do SISCON.	Normas Atualizadas	- x -	- x -	0	0
5	Aquisição de materiais, equipamentos e serviços.	Repasses de Crédito para as OM	206	45	6.846.000,00	6.846.000,00
6	Inspeção Técnica aos Elos do SISCON.	Diárias + Passagens	480	480	320.000,00	320.000,00
7	Análise de terceirização dos serviços das OREI e OLEI.	Relatórios / Normas	- x -	- x -	0	0
8	Atualização Técnica de	Diárias + Passagens	480	480	320.000,00	320.000,00

	RH.					
--	-----	--	--	--	--	--

Análise Crítica:

No exercício de 2012 foram atendidas as necessidades do SISCON de 45 (quarenta e cinco) Organizações Militares, 12% além do previsto no Programa de Trabalho. A Ação teve uma redução significativa na fonte 250, demandando um replanejamento dos recursos disponibilizados através do convênio DIRENG-INFRAERO. A descentralização dos recursos foi aquém da real demanda, que extrapolou as metas inicialmente previstas.

Quadro A.4.4.10 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj						
Identificação da Ação						
Código	20SF					
Descrição	Adequação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional					
Iniciativa	2058 – Política Nacional de Defesa					
Unidade Responsável	120099 – DIRENG					
Unidade Orçamentária	20930 – Fundo Nacional de Aviação Civil					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.308.014,00	8.308.014,00	8.308.014,00	0,00	0,00	8.308.014,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Viaturas	R\$	100	0	8.308.014,00	0,00

Análise Crítica

Não houve dificuldades para a execução dos recursos descentralizados na ação 20SF. Foram adquiridas viaturas contraincêndio através do Registro de Preços 044/CELOG/2011 e conforme planejamento e necessidades passadas pela DIRENG.

A meta física não atingida dentro do exercício deveu-se à chegada do crédito no final do ano de 2012, impossibilitando, desta forma, o recebimento dos itens empenhados e, conseqüentemente, a execução das fases da despesa posteriores ao empenho.

Quadro A.4.4.11 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj						
Identificação da Ação						
Código	20SA					
Descrição	Sistemas Corporativos					
Iniciativa	044Y - Desenvolvimento e implantação de sistemas institucionais					
Unidade Responsável	Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.000.000,00	9.900.000,00	6.985.639,15	2.379.831,87	345.894,00	4.605.807,29	2.033.937,87
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema adequado	% execução física	11%	6,99%	11.000.000,00	6.985.639,15

Quadro A.4.4.12 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Ação						
Código	20SA					
Descrição	Sistemas Corporativos					
Iniciativa	044Y - Desenvolvimento e implantação de sistemas institucionais					
Unidade Responsável	Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica					
Unidade Orçamentária	52911 – Fundo Aeronáutico					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.000.000,00	10.333.333,00	4.416.157,16	2.734.759,43	4.585,10	1.681.397,73	2.730.174,33
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema adequado	% execução física	5%	2,21%	10.000.000,00	4.416.157,16

Análise Crítica

A Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI tem sob sua responsabilidade a coordenação e acompanhamento da execução da Ação 20SA, que compreende Projetos e Atividades na área de Tecnologia da Informação.

No ano de 2012, a Ação 20SA foi composta por 24 Projetos e 1 Atividade, sendo 19 pertencentes ao Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) e 5 Projetos Setoriais.

Quanto à questão orçamentária, solicitou-se na Proposta Orçamentária, fruto da consolidação das necessidades apresentadas pelos Gerentes de Projetos, o valor de R\$ 50.028.194,03, tendo sido aprovado na Lei Orçamentária Anual o valor de R\$ 21.000.000,00, o que representa 41,97% dos recursos orçamentários necessários para atender a Ação 20SA.

O valor aprovado na LOA sofreu contingenciamento de 52,38%, ocasionando, como dotação inicial da Ação, o valor de R\$ 11.000.000,00, assim distribuído:

Unidade Orçamentária	LOA	Plano de Ação
Comando da Aeronáutica	R\$ 11.000.000,00	R\$ 6.377.889,00
Fundo Aeronáutico	R\$ 10.000.000,00	R\$ 4.622.111,00

Vale salientar que, consideradas as necessidades apresentadas na PPO para 2012, na ordem de R\$ 50.028.194,03, apenas 22% foram atendidas no PA (R\$ 11.000.000,00), bem abaixo das necessidades apontadas pelos Gerentes de Projetos, o que ocasionou na não realização das metas preestabelecidas, fazendo com que alguns Projetos da Ação 20SA fossem paralisados. Em outros projetos, novas alternativas foram procuradas, como a transferência de atividades para anos posteriores, para manter a estratégia de atuação frente à deficiência orçamentária.

Torna-se relevante ressaltar, também, a importância de se definir os Projetos que se encontram em desenvolvimento daqueles que já estão na fase de manutenção.

Esta distinção tem, como consequência direta, permitir que novos Projetos listados no PEMAER não sofram descontinuidade ou mesmo paralisação por longos períodos de tempo, acarretando em desperdício de recursos orçamentários e, acima de tudo, em conhecimento adquirido. Neste cenário, destacam-se os Projetos SILOMS e SIGPES que, mesmo encerrados, fizeram uso de 43,6% do crédito aprovado no Plano de Ação de 2012 para sua manutenção.

A alteração deste cenário passa pela adoção de medidas tais como:

- a) Estudo e elaboração de parecer, pela DTI, sobre os Projetos existentes, atualmente, na Ação 20SA, quanto à viabilidade, continuidade etc;
- b) Fiel cumprimento das orientações contidas na DCA 400-6 (Ciclo de Vida de Projeto) pelos Gerentes de Projetos;
- c) Proposta de criação de Ação específica ou a inclusão na Ação 2000 (PI A000.00.406.00) dos custos de manutenção dos Projetos já encerrados; e
- d) Indicação de um dos Centros de Computação da Aeronáutica para compor a equipe do Projeto a ser criado.

Como eventos negativos destacam-se:

- Demora na liberação dos créditos orçamentários, o que prejudicou o pagamento de parcelas referentes a contratos celebrados e ainda em vigor no início do exercício, e
- Contingenciamento de 52,38% em relação ao valor aprovado na LOA.

No quadro referente à Unidade Orçamentária “Comando da Aeronáutica” o campo “Meta Financeira – Realizada” foi preenchido com o valor de R\$ 6.985.639,15, diferente daquele que foi aprovado no PA para 2012. Isso se deve ao descontingenciamento realizado no exercício em favor desta Unidade Orçamentária.

No quadro referente à Unidade Orçamentária “Fundo Aeronáutico” o campo “Meta Financeira – Realizada” foi preenchido com o valor de R\$ 4.416.157,16, diferente daquele que foi aprovado no PA para 2012. Isso se deve ao recolhimento feito pela SEFA.

Em face da necessidade de maior quantitativo de mão-de-obra para cumprimento de sua missão, a DTI, buscando alinhamento às orientações do COMGAP, realizou estudos para viabilizar a utilização de soluções alternativas, para cobrir esta necessidade, tais como: a utilização de Parceria Público Privada - PPP, de Convênios com Universidades Públicas, ou de termos de cooperação com as outras Forças Armadas. Além da disponibilização de meios para contratação de empresas especializadas na área de TI, com expertise em desenvolvimento e em suporte.

Quadro A.4.4.13 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ						
Identificação da Ação						
Código	2757					
Descrição	Manutenção e Suprimento de Simuladores					
Iniciativa	01HO – Logística operacional da Força Aérea Brasileira					
Unidade Responsável	Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.985.000,00	2.985.000,00	2.712.840,80	1.440.921,39	459.804,54	1.271.919,41	981.116,85
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Simulador mantido	unidade	14	12	2.985.000,00	2.712.840,80

Análise Crítica

A necessidade de recursos orçamentários para 2012, inserida no Sistema de Planejamento Orçamentário – SIPLORC, foi da ordem de R\$ 8.251.129,02. No Plano de Ação, contemplou-se R\$ 2.985.000,00, ou seja, apenas 26,18% das necessidades

programadas. Há que se considerar que essa diferença não comprometeu a execução no exercício de 2012, em função da não operacionalização dos simuladores das aeronaves C-105, P-3AM e AH-2, com início previsto para 2013.

As metas estabelecidas foram completamente cumpridas, permitindo alocação de parte dos recursos para cobertura do 1º trimestre de 2013, provocando uma superação, significativa, das metas estabelecidas.

Quadro A.4.4.14 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Centro de Computação da Aeronáutica de Brasília (CCA –BR)					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.670.023,62	1.670.023,62	1.670.023,62	551.411,31	0,00	1.118.612,31	551.411,31
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro A.4.4.14 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro (CCA-RJ)					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.809.759,93	3.809.759,93	3.809.759,93	2.858.433,06	0,00	951.326,87	2.797.155,80
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

QUADRO A.4.4.14 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Centro de Computação da Aeronáutica de São José dos Campos (CCA-SJ)					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.091.661,59	1.091.661,59	1.091.661,59	742.814,13	0,00	348.847,46	735.527,13
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

QUADRO A.4.4.14 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Centro do Correio Aéreo Nacional (CECAN)					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.633.109,18	2.633.109,18	2.633.109,18	2.633.109,18	0,00	0,00	2.633.109,18
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro A.4.4.14 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Centro Logístico da Aeronáutica (CELOG)					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
46.433.957,90	46.433.957,90	46.433.957,90	30.158.369,87	0,00	16.275.588,03	29.943.300,13
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro A.4.4.14 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Comando Geral de Apoio (COMGAP)					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.598.989,87	2.598.989,87	2.598.989,87	2.481.516,57	0,00	117.473,30	2.474.159,71
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

QUADRO A.4.4.14 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro (DARJ)					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.065.952,40	2.065.952,40	2.065.952,40	1.975.196,17	0,00	90.756,23	1.975.196,17
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

QUADRO A.4.4.14 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Diretoria de Engenharia da Aeronáutica (DIRENG)					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
762.174,69	762.174,69	762.174,69	518.929,85	0,00	243.244,84	495.259,39
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

QUADRO A.4.4.14 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB)					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.325.758,27	3.325.758,27	3.325.758,27	2.924.903,25	0,00	400.855,02	2.732.290,13
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

QUADRO A.4.4.14 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (DTI)					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.360.905,62	2.360.905,62	2.360.905,62	2.115.174,61	0,00	245.731,01	1.783.766,65
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

--	--	--	--	--	--	--

QUADRO A.4.4.14 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Instituto de Logística da Aeronáutica (ILA)					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
722.535,40	722.535,40	722.535,40	478.235,41	0,00	244.299,99	474.857,11
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

QUADRO A.4.4.14 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Parque de Material Bélico da Aeronáutica (PAMB)					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.414.324,80	2.414.324,80	2.414.324,80	2.218.010,24	0,00	196.314,56	2.207.810,73
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

QUADRO A.4.4.14 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Parque de Material Aeronáutico de Recife (PAMA-RF)					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.148.947,87	2.148.947,87	2.148.947,87	1.818.694,43	0,00	330.253,44	1.818.694,43
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

QUADRO A.4.4.14 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa (PAMA-LS)					

Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.403.625,85	5.403.625,85	5.403.625,85	4.587.864,24	0,00	815.761,61	4.560.746,63
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

QUADRO A.4.4.14 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos (PAMA-AF)					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.304.926,70	7.304.926,70	7.304.926,70	6.766.421,97	0,00	538.504,73	6.513.810,70
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

QUADRO A.4.4.14 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Parque de Material Aeronáutico do Galeão (PAMA-GL)					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.818.395,17	5.818.395,17	5.818.395,17	5.539.430,47	0,00	278.964,70	5.330.565,90
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

QUADRO A.4.4.14 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Parque de Material Aeronáutico de São Paulo (PAMA-SP)					
Unidade Orçamentária	52111 – Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.535.046,21	5.535.046,21	5.535.046,21	5.150.100,55	0,00	384.945,66	5.150.100,55
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

Os recursos descentralizados para a Ação Orçamentária 2000 atenderam às necessidades da vida vegetativa da UJ. Com o fito de economizar os recursos, a UJ procurou conscientizar o efetivo, por intermédio da Cadeia de Comando, na questão da economia de água, energia elétrica, materiais de consumo, além de enfatizar a necessidade de um uso racional dos telefones (fixos e celulares).

As OM do COMGAP foram incentivadas a realizar contratos racionais com os prestadores de serviços públicos – nas medidas cabíveis, a fim de possibilitar a redução de custos.

4.1.5 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4.1.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1 IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ		
Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Comando da Aeronáutica	52111	120002
Fundo Aeronáutico	52911	121002

4.2.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.2.4 Análise Crítica

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.3 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

A movimentação de interna e externa de créditos no âmbito do Comando da Aeronáutica é de responsabilidade da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA).

4.2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

A Unidade Jurisdicionada não executou, no exercício de 2012, créditos originários.

4.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

A Unidade Jurisdicionada não executou, no exercício de 2012, créditos originários.

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elementos de Despesa – Créditos Originários

A Unidade Jurisdicionada não executou, no exercício de 2012, créditos originários.

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação				Valores em R\$ 1,00	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2012	2011	2012	2011	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	599.067.101,18	478.231.015,83	562.734.486,81	472.981.820,79	
a) Convite	590.825,50	772.557,71	532.393,30	754.784,71	
b) Tomada de Preços	151.622,88	75.056,31	97.854,34	75.056,31	
c) Concorrência	99.315.214,44	96.311.699,21	96.909.406,56	96.227.797,04	
d) Pregão	499.009.438,36	381.071.702,6	465.194.832,61	375.924.182,73	
e) Concurso					
f) Consulta					
2. Contratações Diretas (g+h)	139.946.109,00	81.733.850,69	131.479.564,50	81.598.140,97	
g) Dispensa	27.454.773,66	9.943.743,50	26.508.636,08	9.858.782,86	
h) Inexigibilidade	112.491.335,34	71.790.107,19	104.970.928,42	71.739.358,11	
3. Regime de Execução Especial					
i) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (j+k)					
j) Pagamento em Folha					
k) Diárias					
5. Outros	4.155.663,13	3.579.625,99	4.121.470,28	3.541.502,24	
6. Total (1+2+3+4+5)	743.176.636,03	563.544.492,51	698.343.284,31	558.121.464,00	

Fonte: Siafi Gerencial – o quadro acima representa as despesas TOTAIS executadas pela UJ COMGAP e Unidades Subordinadas, à exceção das Comissões Aeronáuticas Brasileiras em Londres e Washington, cujo demonstrativo encontra-se agregado a este Relatório.

4.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3 – Outras Despesas Correntes	729.462.077,23	650.220.383,37	668.810.460,63	537.771.540,37	60.651.616,6	112.448.843,00	632.754.293,09	533.143.069,48
3390.30	458.085.611,25	380.310.170,35	427.040.942,64	330.224.396,67	31.044.668,61	50.085.773,68	413.250.062,49	326.229.896,48
3390.39	266.793.310,86	265.521.226,53	237.259.403,98	203.620.530,95	29.533.906,88	61.900.695,58	215.059.983,13	203.041.393,44
3390.15	3.209.281,90	2.816.764,62	3.209.281,90	2.816.764,62	0,00	0,00	3.197.429,35	2.778.640,87
3390.93	472.124,97	325.014,13	468.182,94	229.474,13	3.942,03	95.540	460.220,44	229.474,13
3391.47	406.083,97	450.333,65	371.071,58	260.948,45	35.012,39	189.385,2	348.731,28	260.948,45
3391.39	258.424,24	387.863,66	237.254,55	283.262,08	21.169,69	104.601,58	213.543,36	283.262,08
3390.37	129.170,00	0,00	116.253,00	0,00	12.917,00	0,00	116.253,00	0,00
3390.14	92.055,55	66.249,5	92.055,55	66.249,5	0,00	0,00	92.055,55	66.249,5
3390.33	10.780,00	13.040,00	10.780,00	340,00	0,00	12.700,00	10.780,00	340,00
3390.47	1.687,47	1.376,41	1.687,47	1.376,41	0,00	0,00	1.687,47	1.376,41
3390.32	1.483,70	126.053,96	1.483,70	72.464,47	0,00	53.589,49	1.483,70	55.755,03
3390.92	1.427,36	105.681,55	1.427,36	105.681,55	0,00	0,00	1.427,36	105.681,55
3390.36	635,96	1.557,54	635,96	1.557,54	0,00	0,00	635,96	1.557,54
3391.30	0,00	94.374,00	0,00	88.494,00	0,00	5.880,00	0,00	88.494,00
3390.35	0,00	677,47	0,00	0,00	0,00	677,47	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	274.859.643,32	63.064.821,12	74.366.175,4	25.772.952,14	200.493.467,92	37.291.868,98	65.588.991,22	24.978.394,52
4490.52	183.420.504,64	22.735.067,83	22.123.446,47	7.071.819,32	161.297.058,17	15.663.248,51	15.772.040,37	6.787.261,7
4490.51	54.433.397,3	15.402.273,1	15.895.535,83	6.166.958,71	38.537.861,47	9.235.314,39	15.091.469,50	6.166.958,71
4490.39	37.005.741,38	24.927.480,19	36.347.193,10	12.534.174,11	658.548,28	12.393.306,08	34.725.481,35	12.024.174,11
5 – Inversões Financeiras								
6 – Amortização da Dívida								

Fonte: Siafi Gerencial – o quadro acima representa as despesas TOTAIS executadas pela UJ COMGAP e Unidades Subordinadas, à exceção das Comissões Aeronáuticas Brasileiras em Londres e Washington, cujo demonstrativo encontra-se agregado a este Relatório.

4.2.4.2.3 Análise Crítica

Do total de recursos executados pelo COMGAP no exercício de 2012, extraíram-se as seguintes análises no que se refere à forma de contratação:

- 1) 67,1% foram licitados por intermédio de pregão;
- 2) 13,4% foram licitados por intermédio de concorrência;
- 3) 0,01% foram licitados por meio de tomada de preços;
- 4) 0,1% foram licitados por meio de convite;
- 5) 3,7% foram adquiridos/contratados mediante dispensa de licitação;
- 6) 15,09% foram adquiridos/contratados mediante inexigibilidade de licitação; e
- 7) 0,6% fazem referência às demais contratações/aquisições previstas na Lei 8.666, de 1993.

Constata-se, por conseguinte, que as licitações representaram 80,61% do total da execução dos recursos contra apenas 18,79% de contratações diretas. Em atendimento às orientações do Governo, o pregão transformou-se na modalidade mais empregada para aquisição/contratação no âmbito do COMGAP, seguida pela concorrência.

Ademais, outra análise extraída refere-se ao nível de investimentos, em relação às despesas correntes, que corresponde a apenas 37% do total.

Ainda no que diz respeito à execução orçamentária e financeira dos recursos, a eficiente gestão administrativa realizada pelas OM subordinadas ao COMGAP refletiu-se em uma acentuada diminuição do montante dos Restos a Pagar (RP), comparando o final do exercício de 2011 e de 2012, no que tange às despesas correntes.

Por outro lado, o aumento observado no montante de RP nas contas de investimentos deveu-se, principalmente, à tardia liberação de recursos para aquisição de veículos nas ações 14N3, 14N6 e 8970, o que impossibilitou a completa execução das fases da despesa dentro do exercício.

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não ocorreu no período.

5.1.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não ocorreu no período.

5.1.2 ANÁLISE CRÍTICA

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	1.226.480,11	0,00	1.226.480,11	0,00
2010	981,57	0,00	981,57	0,00
2009	24.867,00	0,00	24.867,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos	Pagamentos	Saldo a Pagar em

		Acumulados	Acumulados	31/12/2012
2011	95.812.586,21	744.854,41	89.756.470,38	5.311.261,42
2010	5.144.826,75	40.828,38	4.500.795,42	603.202,95
2009	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

5.2.1 ANÁLISE CRÍTICA

A estratégia adotada pelo COMGAP para pagamento dos RP mostrou-se eficaz, na medida em que não existem valores a pagar referentes aos exercícios de 2009, 2010 e 2011 (valores processados). Ainda, percebe-se acentuada queda nos montantes devidos (valores não processados) nestes exercícios, considerando o inicialmente inscrito.

5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

5.3.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

Não ocorreram transferências de recursos no período em análise.

5.3.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Não ocorreram transferências de recursos no período em análise.

5.3.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE PERMANECERÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEQUINTE

Não há.

5.3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE

Não há.

5.3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE

Não há.

5.3.6 ANÁLISE CRÍTICA

Considerando a não ocorrência de transferência de recursos no período, não há análise crítica.

5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.4.1 DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

A UJ e suas Unidades subordinadas não realizaram despesas por intermédio de suprimento de fundos no período.

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

A UJ e suas Unidades subordinadas não realizaram despesas por intermédio de suprimento de fundos no período.

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

A UJ e suas Unidades subordinadas não realizaram despesas por intermédio de suprimento de fundos no período.

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

A UJ e suas Unidades subordinadas não realizaram despesas por intermédio de suprimento de fundos no período.

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

A UJ e suas Unidades subordinadas não realizaram despesas por intermédio de suprimento de fundos no período.

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

A UJ e suas Unidades subordinadas não realizaram despesas por intermédio de suprimento de fundos no período.

5.4.1.6 Análise Crítica

A UJ e suas Unidades subordinadas não realizaram despesas por intermédio de suprimento de fundos no período.

5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	4.246	4.054	464	450
1.1. Militares (1.1.1+1.1.2)	3.964	3.772	463	447
1.1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	3.961	3.769	462	447
1.1.2. Reconvocados	3	3	1	0
1.2. Servidores Cíveis de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	282	282	1	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	282	282	1	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1 + 2.2)	933	751	339	120

2.1 Militares (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3)	933	718	338	118
2.1.1 Serviço Militar Obrigatório	189	189	252	104
2.1.2 Quadro Complementar de Oficiais Temporários	198	166	43	10
2.1.3 Tarefa por Tempo Certo	546	363	43	04
2.2 Civis	00	33	01	02
3. Total de Servidores (1+2)	5.179	4.805	803	570

Fonte: SIGPES

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1)	08
1.1 Civis	08
1.1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	08
2. Afastamentos (2.1+2.2)	24
2.1 Militares	24
2.1.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.1.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	21
2.1.3. Para Serviço em Organismo Internacional	01
2.1.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	02
2.2 Civis	0
2.2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1)	0
3.1 Civis	0
3.1.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.1.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.1.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.1.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.1.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	07
4.1 Militares	02
4.1.1. Doença em pessoa da família	0
4.1.2. Capacitação	02
4.2 Civis	05
4.2.1. Doença em pessoa da família	05
4.2.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2)	01
5.1 Militares	01
5.1.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.1.2. Atividade política	0
5.1.3. Interesses particulares	01
5.1.4. Mandato classista	0
5.2 Civis	0
5.2.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2.2. Serviço militar	0
5.2.3. Atividade política	0
5.2.4. Interesses particulares	0
5.2.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	4

6.1 Militares	4
6.2 Civis	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	44

Fonte: SIGPES

6.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão (1.1 + 1.2)	08	08	01	01
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	08	08	01	01
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	08	08	01	01
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	01	01	0	0
2. Funções gratificadas (2.1 + 2.2 + 2.3)	58	58	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	58	58	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	64	64	01	01

Fonte: SIGPES

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2 + 1.3)	1.203	1.058	1.302	285	46
1.1. Militares de Carreira	1.202	1.052	1.233	125	00
1.2. Reconvocados	0	0	0	3	0
1.3. Servidores Civis de Carreira	01	06	69	157	46
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)	73	85	8	0	0
2.1. Militares	73	85	8	0	0
2.2. Civis	0	0	0	0	0
3. Provedimento de cargo em comissão (3.1+3.2+3.3)	0	0	02	05	01
3.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
3.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	02	05	01
3.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0
4. Totais (1+2+3)	1.276	1.143	1.312	290	47

Fonte: SIGPES

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provedimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2 + 1.3)	0	0	25	70	1438	2007	133	43	4	
1.1. Militares de Carreira	0	0	0	0	1300	2004	130	42	4	
1.2. Reconvocados	0	0	0	0	2	1	0	0	0	
1.3. Servidores Civis de Carreira	0	0	25	70	136	22	3	1	0	
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)	0	0	0	0	0	117	26	14	0	
2.1. Militares	0	0	0	0	0	117	26	14	0	

2.2. <i>Civis</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Provimento de cargo em comissão (3.1+3.2+3.3)	0	0	0	0	03	05	0	0	0
3.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	0	0	0	0	03	05	0	0	0
3.3. <i>Funções gratificadas</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4. Totais (1+2+3)	0	0	25	70	1441	2129	159	57	4

Fonte: SIGPES

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (Valores em R\$)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retri- buições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Servidores em cargos efetivos											
Militares de Carreira (Ativa/Reconvocados)											
Exercícios	2012	219.278.975,99	0,00	742.199,34	77.530.005,32	22.513.726,34	1.907.554,13	13.247.129,77	627.828,65	10.827,63	335.858.247,17
	2011	218.315.742,89	25.936,96	224.592,85	67.325.840,06	22.164.331,04	6.799.947,59	4.653.836,21	283.299,51	3.971,55	319.797.498,66
	2010	181.283.767,67	29.390,56	2.523.751,35	58.024.720,44	31.276.828,43	3.142.824,31	4.956.086,18	0,00	0,00	281.237.368,94
Civis											
Exercícios	2012	7.178.803,56	48.304,39	2.462.930,00	806.156,87	868.502,39	502.843,03	1.005.246,60	0,00	83,35	10.580.814,27
	2011	8.543.551,78	159.298,41	3.336.177,03	1.560.530,27	1.012.510,40	763.271,45	1.821.587,75	2.335.034,99	0,00	19.531.962,08
	2010	7.369.345,46	36.897,43	2.717.202,06	480.431,47	719.410,22	113.235,13	131.851,98	0,00	0,00	11.568.373,75
Servidores com Contratos Temporários											
Militares (TTC / Oficiais Temporários / Serviço Militar Obrigatório)											
Exercícios	2012	44.371.895,59	0,00	4.541.000,19	3.835.771,91	1.952.422,97	171.962,24	1.772.813,21	28.947,60	238,05	56.675.051,76
	2011	18.653.130,06	0,00	539.149,12	5.659.410,90	394.820,22	142.697,75	2.109.345,20	3.024.235,46	0,00	30.522.789,71
	2010	9.845.377,49	0,00	479.620,80	4.195.072,15	255.958,04	1.335,00	1.644.048,76	0,00	0,00	16.421.412,24
Civis											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Militares											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Civis											
Exercícios	2012	49.683,20	0,00	25.832,00	11.842,64	6.796,04	3.648,00	0,00	0,00	0,00	94.153,88
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											

Civis											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Civis											
Exercícios	2012	25.388,64	0,00	0,00	0,00	0,00	3.648,00	0,00	0,00	0,00	29.036,64
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Civis											
Exercícios	2012	354.378,00	0,00	145.976,92	19.237,74	38.545,85	33.177,82	155.985,52	0,00	0,00	747.301,85
	2011	685.491,67	0,00	265.873,01	58.494,82	101.362,42	51.432,75	202.225,47	0,00	0,00	1.364.880,14
	2010	400.088,94	0,00	255.213,88	49.113,75	71.375,35	29.157,40	114.888,22	0,00	0,00	919.837,54

Fonte: Sítio eletrônico da SDPP - Relatórios

6.1.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS E PENSIONISTAS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, essa informação é gerenciada pela Diretoria de Administração de Pessoal (DIRAP), órgão de subordinação sistêmica do Comando-Geral de Pessoal (COMGEP) que, por sua vez, fará constar em seu Relatório de Gestão Consolidado as informações referentes a este cadastro.

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, de acordo com a explanação acima.

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, de acordo com a explanação acima.

6.1.5 ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

O Comando-Geral de Pessoal é a Unidade responsável pelas atividades relacionadas à gestão de pessoal no âmbito do COMAER, cabendo-lhe as informações pertinentes a este item.

6.1.6 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

O Comando-Geral de Pessoal é a Unidade responsável pelas atividades relacionadas à gestão de pessoal no âmbito do COMAER, cabendo-lhe as informações pertinentes a este item.

6.1.7 INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO

Não faz parte da natureza jurídica da UJ. A informação fará parte do Relatório de Gestão Consolidado do Comando-Geral de Pessoal (COMGEP).

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

Não faz parte da natureza jurídica da UJ. A informação fará parte do Relatório de Gestão Consolidado do Comando-Geral de Pessoal (COMGEP).

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

Não faz parte da natureza jurídica da UJ. A informação fará parte do Relatório de Gestão Consolidado do Comando-Geral de Pessoal (COMGEP).

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Não faz parte da natureza jurídica da UJ. A informação fará parte do Relatório de Gestão Consolidado do Comando-Geral de Pessoal (COMGEP).

6.1.8 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

A UJ COMGAP não é, no âmbito do Comando da Aeronáutica, o órgão central responsável pela área de recursos humanos, cabendo a atividade de gerenciamento de pessoal ao Comando-Geral de Pessoal (COMGEP), conforme explicitado em itens anteriores.

Não obstante, a UJ, em sua área de atuação, identificou alguns indicadores que considera importantes no desenvolvimento de suas ações dentro da gestão do exercício de 2012.

1 – Taxa de Ocupação do Efetivo:

Referência: Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Método de cálculo – quantidade prevista dividida pela existente, em porcentagem.

Lotação prevista – 5.179

Lotação efetiva – 4.805

Taxa de Ocupação – 93%

2 – Taxa de Rotatividade:

Referência: Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Método de cálculo – Média do Efetivo Ingresso mais Efetivo Egresso dividido pela Lotação Efetiva, em porcentagem.

Média Ingresso + Egresso – 688,5

Lotação Efetiva – 4.805

Taxa de Rotatividade – 14%

3 – Absenteísmo – Afastamentos não programados:

Referência: Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Método de cálculo – Total de Servidores Afastados dividido pela Lotação Efetiva.

Total de servidores Afastados – 44

Lotação Efetiva – 4.805

Taxa de Absenteísmo – 1%

4 – Faixa Etária do efetivo:

Referência: Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Método de cálculo – Porcentagem do efetivo por faixa etária

ATÉ 30 ANOS	31%
DE 31 A 40 ANOS	28%
DE 41 A 50 ANOS	32%
DE 51 A 60 ANOS	7%
ACIMA DE 60 ANOS	1%
Quadro 6.1.8.1 – Faixa Etária	
Fonte: IEM do EMGAP	

GRÁFICO DA FAIXA ETÁRIA

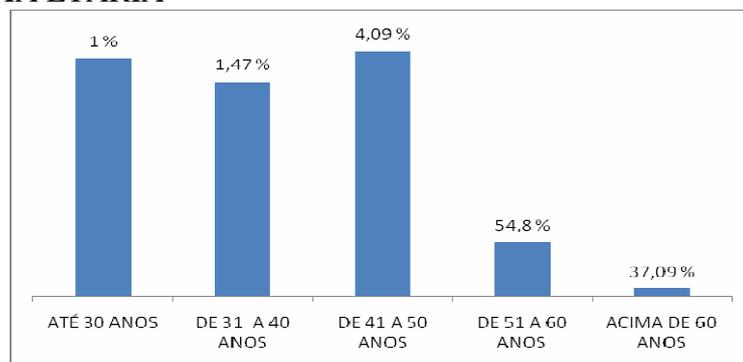


Gráfico 6.1.8.2 – Faixa Etária

Fonte: IEM do EMGAP

5 – Nível de Escolaridade do Efetivo:

Referência: Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Método de cálculo – Porcentagem do efetivo por Nível de Escolaridade - Levantamento do SIGPES

DOUTORADO	1%
MESTRADO	1,47%
PÓS-GRADUAÇÃO	4,09%
SUPERIOR	54,8%
NÍVEL MÉDIO	37,09%
FUNDAMENTAL	1,8%
FUNDAMENTAL INCOMPLETO	0,64%

Quadro 6.1.8.3 – Nível de Escolaridade

Fonte: IEM do EMGAP

GRÁFICO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE

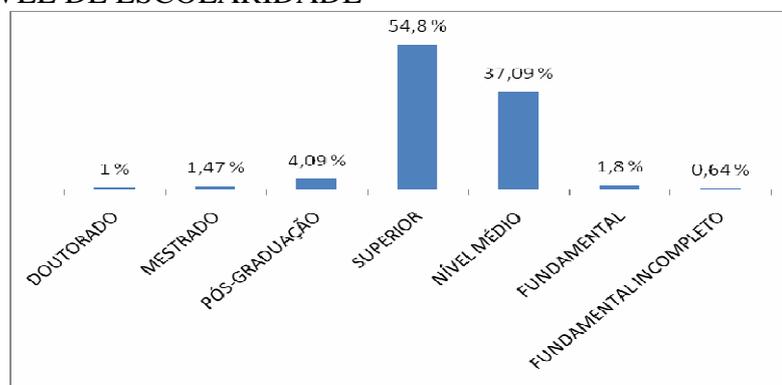


Gráfico 6.1.8.4 – Nível de Escolaridade

Fonte: IEM do EMGAP

6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Não ocorreu no período.

6.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Não ocorreu no período.

6.2.3 AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Não se aplica à natureza jurídica desta UJ.

6.2.4 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.6.17.1- Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: PARQUE DE MATERIAL BÉLICO DO RIO DE JANEIRO													
UG/Gestão: 120047/0001							CNPJ: 00.394.429/0068-18						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	14/PAMB/10	05.703.030/0001-88	24/01/11	23/01/14	9	9	-	-	-	-	P
2011	L	O	16/PAMB/10	10.479.861/0001-58	24/01/11	23/01/14	2	2	-	-	-	-	P
2010	L	O	01/PAMB/10	05.703.030/0001-88	14/04/10	13/04/13	6	5	-	-	-	-	P
2010	L	O	02/PAMB/10	10.479.861/0001-58	14/04/10	13/04/13	6	5	-	-	-	-	P
Observação: Os contratos 14 e 16/PAMB/2010 referem-se aos serviços prestados em favor do COMGAP.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Quadro A.6.17.2 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	
Unidade Contratante	
Nome: CENTRO LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA	
UG/Gestão: 120071/0001	CNPJ: 00.394.429/0116-50
Informações sobre os contratos	

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	90/CELOG/10	11.910.349/0001-87	01/11/10	01/12/13	6	6	-	-	-	-	P
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Quadro A.6.17.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO													
UG/Gestão: 120038/0001							CNPJ: 00.394.429/0030-45						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	03/DIRMAB/10	68.582.709/0001-86	25/01/2010	24/01/2013	19	19	-	-	-	-	P
2010	L	O	04/DIRMAB/2010	10.479.861/0001-58	25/01/2010	24/01/2013	12	12	-	-	-	-	P
Observação: O contrato nº 04/DIRMAB/2010 refere-se à limpeza das instalações da DTI e do CCA-RJ.													

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro A.6.17.4 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DO GALEÃO													
UG/Gestão: 120049/0001						CNPJ: 00.394.429/0072-02							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	03/PAMAGL/07	02.566.106/0001-82	27/02/07	01/03/13	29	29	-	-	-	-	P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Quadro A.6.17.5 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva								
Unidade Contratante								
Nome: DEPÓSITO DE AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO								
UG/Gestão: 120035/0001				CNPJ: 00.394.429/0045-21				
Informações sobre os contratos								
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados		Situação do Contrato

					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	01/DARJ/09	05.703.030/001-88	08/04/09	07/04/13	7	7	-	-	-	-	P
2009	L	O	03/DARJ/09	05.703.030/001-88	01/10/09	30/09/13	4	4					P

Observação:

LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro A.6.17.6 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE RECIFE													
UG/Gestão: 120020/0001							CNPJ: 00.394.429/0074-66						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	01/PAMARF/09	03.982.764/0001-18	10/09/09	10/08/13	11	11	4	4	-	-	P

Observação:

LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro A.6.17.7 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DOS AFONSOS													
UG/Gestão: 120046/0001							CNPJ: 00.394.429/0070-32						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	03/PAMAAF/10	28.871.366/0001-55	29/10/10	28/10/13	25	25	2	2	-	-	P
Observação:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

Quadro A.6.17.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE LAGOA SANTA													
UG/Gestão: 120026/0001							CNPJ: 00.394.429/0073-85						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	09/PAMALS/11	05.703.030/0001-88	24/06/11	23/06/13	36	36	-	-	-	-	P

Observação:
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

6.2.5 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra													
Unidade Contratante													
Nome: Centro Logístico da Aeronáutica													
UG/Gestão: 120071/00001						CNPJ: 00.394.429/0116-50							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	14	O	21/CELOG/11	51.619.104/0001-10	23/08/11	23/11/12	0	0	17	17	7	7	P
<p>Observações: Foram realizadas gestões deste Centro ao Comando Superior, pela necessidade de uma análise e providências envolvendo outros Órgãos Superiores do COMAER para atendimento das deliberações requeridas pelo TCU, em relação à substituição de pessoal, prestadores de serviços técnicos do contrato com a FUNCATE.</p> <p>Na área da UJ COMGAP, o CELOG é a única Organização que realiza locação de mão de obra para atividade não abrangida pelo Plano de Cargos.</p>													
LEGENDA													
Área: 1. <i>Conservação e Limpeza;</i> 2. <i>Segurança;</i> 3. <i>Vigilância;</i> 4. <i>Transportes;</i> 5. <i>Informática;</i> 6. <i>Copeiragem;</i> 7. <i>Recepção;</i> 8. <i>Reprografia;</i> 9. <i>Telecomunicações;</i> 10. <i>Manutenção de bens móveis</i> 11. <i>Manutenção de bens imóveis</i> 12. <i>Brigadistas</i> 13. <i>Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</i> 14. <i>Outras</i>						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							
Fonte: Subdivisão de Contratos													

6.2.6 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

A UJ não possui estagiários na sua estrutura.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

O item ora analisado refere-se a todos os veículos (e a gestão deste patrimônio) existentes no Comando da Aeronáutica, considerando ser, a DIRENG, o Órgão Central sistêmico para gerência do patrimônio mobiliário e imobiliário. Solicita-se ao leitor considerar eventuais sobreposições com Relatórios de Gestão de outras UJ.

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
- ICA75-1 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES;
 - ICA75-2 - INSTRUÇÃO PARA ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE SUPERFÍCIE;
 - ICA75-6 - CLASSIFICAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, EMPREGO, UTILIZAÇÃO E OPERAÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE E SUPERFÍCIE;
 - TCA75-1 - TABELA DE DOTAÇÃO DE VEÍCULOS DO COMANDO DA AERONÁUTICA;
 - PORTARIA nº 399/GC4, de 11/06/2010.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ – a frota de veículos do Comando da Aeronáutica é de importância vital para que as diversas Organizações Militares possam cumprir suas missões, sejam elas administrativas ou operacionais. Os veículos de transporte de superfície são classificados em três grupos, de acordo com seu emprego e sua categoria: Veículos para Transporte de Pessoal (Grupo I), Veículos para Transporte de Carga (Grupo II) e Veículos para Transporte Especializado (Grupo III). Dentro destes grupos, destacam-se os veículos empregados em atividades relacionadas aos aspectos operacional/segurança das OM, tais como: ambulâncias, carros patrulha, caminhões militares; cavalos mecânicos; semireboques; carros de operações; caminhões com guindaste hidráulico, etc. A falta ou indisponibilidade temporária destes veículos pode prejudicar significativamente a operacionalidade das OM.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo, geral e idade média:

Quadro 7.1.1 - Quantidade Total de Veículos Ativos e Idade Média da Frota por Código TDV			
Cod TDV	Tipo	Qtd Existentes	Idade Média
C-1	Caminhão Leve	92	13,87
C-2	Caminhão Médio/Pesado	49	12,65
C-3	Semi-Reboque	40	17,05
C-4	Furgão Leve	163	8,04
C-5	Caminhão Baú	40	7,90
C-6	"Pick up" Cabine Simples	128	11,54
C-7	Caminhão Trucado	6	13,67
C-8	Caminhão Baú Trucado	4	10,00
E-1	Ambulância de Remoção	99	7,95
E-2	Ambulância UTI	82	5,59
E-3	Carro Frigorífico	4	8,50
E-4	Carro-Tanque	25	17,60

E-5	Carro Basculante	131	13,53
E-6	Carro Coletor/Compactador de Lixo	14	14,71
E-7	Carro Guincho-Socorro Pesado	5	19,60
E-8	Carro Guincho-Socorro Leve	1	4,00
E-9	Cavalo-Mecânico	27	16,37
E-10	Empilhadeira	207	15,07
E-11	Trator Industrial	154	15,71
E-12	Trator de Rodas	281	16,60
E-13	Trator de Esteiras	19	20,58
E-14	Micro Trator com Aparador de Grama	180	9,91
E-15	Caminhão Equipado com Guindaste Hidráulico	20	9,70
E-16	Caminhão Equipado com Elevador Hidráulico e Cesto Aéreo	7	13,57
E-17	Retroescavadeira com Pá Carregadeira	7	8,00
E-18	Carro Limpa Pista	8	7,00
E-19	Carro Limpa Fossa	1	6,00
E-20	Varredeira	2	17,50
E-21	Outros Tipos	258	16,54
E-23	Reboque Água	1	19,00
P-0	Veículo de Representação	7	8,29
P-1	Veículo Especial	258	7,90
P-2	Veículo de Serviço	451	7,90
P-3	Utilitário (Caminhonete)	607	7,05
P-4	Jipe	71	11,44
P-5	Microônibus	132	8,06
P-6	Ônibus	205	12,19
P-7	Caminhão Militar	43	6,65
P-8	Motocicleta Normal	74	11,62
P-9	Motocicleta Policial	54	12,43
P-10	Motocicleta Trail	71	4,96
P-11	"Pick up" Cabine Dupla	451	8,22
P-12	Carro de Operações	54	5,74
P-13	Carro de Presos	36	4,47
P-14	Van	259	7,86
P-15	Carro Patrulha	83	3,72
P-16	Quadriciclo	1	2,00
Total		4.912	-

Fonte: SILOMS - Obs: Os dados da tabela acima foram extraídos do módulo de Transporte de Superfície do SILOMS. Tais dados podem apresentar algumas variações em relação às quantidades efetivamente existentes pelos seguintes motivos: veículos alienados e ainda não informados à DIRENG; veículos recebidos por doação ainda não legalizados e veículos adquiridos recentemente cujo recebimento ainda não foi informado à DIRENG.

d) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios);

- Gastos com combustíveis e lubrificantes:

Os créditos para combustíveis e lubrificantes no exercício de 2012 foram executados conforme tabela abaixo:

Plano de Ação (R\$)	Recebido (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Valor Pago (R\$)	Restos a Pagar (R\$)
10.000.000,00	9.952.521,38	9.952.521,38	6.155.357,39	5.986.964,33	3.797.163,99

Obs: Cabe salientar que todo o crédito recebido foi alocado no CELOG (OM responsável pela contratação dos combustíveis e pagamentos). Parte do crédito foi descentralizado, ao longo do exercício de 2012, para algumas OM e destinado à aquisição de lubrificantes ou, excepcionalmente, combustíveis (OM/localidades não cobertas pelos contratos do CELOG).

- Gastos com Seguro Obrigatório:

Plano de Ação (R\$)	Recebido (R\$)	Utilizado (R\$)	Saldo (R\$)
480.000,00	480.000,00	301.490,73	178.509,27

Obs: O crédito referente ao pagamento do seguro obrigatório foi descentralizado para as diversas OM do COMAER que possuem veículos, cabendo a estas a quitação do mesmo.

- Gastos com Manutenção:

OM JURISDICIONADA AO:	R\$
COMAR I	695.899,18
COMAR II	1.183.401,72
COMAR III	4.452.273,45
COMAR IV	1.041.289,63
COMAR V	672.446,27
COMAR VI	1.718.017,47
COMAR VII	852.472,63
TOTAL	10.615.800,35

Obs: A tabela acima contempla o gasto total com manutenção de todos os veículos pertencentes às diversas OM por localidade/jurisdição. Os dados foram extraídos dos relatórios anuais encaminhados pelas OM detentoras dos veículos.

e) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação: conforme estudo realizado pela Divisão de Transporte de Superfície da DIRENG, verifica-se que a modalidade de locação não se apresenta como uma alternativa viável e segura para a renovação da frota de veículos do COMAER, tendo em vista os elevados custos que envolvem a operação e as incertezas alusivas às garantias orçamentárias.

f) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte: para efetuar o gerenciamento centralizado das atividades do Sistema de Transporte de Superfície do COMAER, a DIRENG conta com uma Divisão de Transporte de Superfície, a qual possui duas Seções: DP-21 (Seção de Viaturas e Equipamentos) e DP-22 (Seção de Combustíveis e Lubrificantes). O controle da frota de veículos do COMAER é efetuado por intermédio de um módulo no SILOMS, ainda em desenvolvimento, que possibilita as seguintes funções: atualização do cadastro dos veículos; emissão de Registro FAB; baixa de veículos alienados ou doados; transferência de veículos entre OM e emissão de relatórios.

Todos os dados necessários para atualização do SILOMS e demais controles da Divisão de Transporte de Superfície são extraídos dos relatórios/documentos encaminhados pelos diversos Elos do SISTRAN: Relatório Anual de Veículos; Relatório/Prestação de Contas dos leilões; mensagens telegráficas; mensagem fac-símile; ofícios; etc.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

Não se aplica à natureza jurídica desta UJ.

7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

O item ora analisado refere-se a todos os imóveis (e a gestão deste patrimônio) existentes no Comando da Aeronáutica, considerando ser, a DIRENG, o Órgão Central sistêmico para gerência do patrimônio mobiliário e imobiliário. Solicita-se ao leitor considerar eventuais sobreposições com Relatórios de Gestão de outras UJ.

7.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	ACRE	9	9
4053	CRUZEIRO DO SUL	2	2
	RIO BRANCO	5	5
	TARAUACÁ	1	1
	TARAUACÁ	1	1
	ALAGOAS	3	3
	MACEIÓ	2	2
	PENEDO	1	1
	AMAPÁ	4	4
	AMAPÁ	2	2
	OIAPOQUE	1	1
	MACAPÁ	1	1
	AMAZONAS	62	62
	ATALAIA DO NORTE	1	1
	BARCELOS	1	1
	BENJAMIN CONSTANT	1	1
	BOCA DO ACRE	1	1
	CARAUARI	2	2
	COARÍ	1	1
	CUCUI	2	2
	EIRUNEPÉ	2	2
	HUMAITÁ	1	1
	ITACOATIARA	1	1
	JAPURÁ	1	1
	LÁBREA	2	2
	MANAUS	32	32
	MANICORÉ	1	1
	MOURA	1	1
	PARINTINS	1	1
	S. GABRIEL CACHOEIRA	5	5
	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	1	1
	TABATINGA	1	1
	TEFÉ	3	3
	YAUARETE	1	1
	BAHIA	67	67

ALAGOINHAS	1	1
ARRAIAL D'AJUDA	1	1
BARRA	1	1
BARREIRAS	2	2
BELMONTE	1	1
BOM JESUS DA LAPA	2	2
CAJAZEIRAS	1	1
CARAVELAS	6	6
CARINHANHA	1	1
CIPÓ	1	1
ILHÉUS	3	3
ONDINA	3	3
PAULO AFONSO	1	1
PORTO SEGURO	2	2
PRADO	1	1
SALVADOR	38	38
TAINHEIROS	1	1
V. DA CONQUISTA	1	1
CEARÁ	31	31
AQUIRAZ	1	1
CAMOCIM	1	1
CAUCAIA	2	2
CRATÉUS	1	1
CRATO	1	1
FORTALEZA	18	18
IGUATU	1	1
JUAZEIRO DO NORTE	2	2
QUIXADÁ	1	1
RUSSAS	1	1
SOBRAL	1	1
URUBURETAMA	1	1
DISTRITO FEDERAL	2416	2416
BRASÍLIA	1993	1993
CRUZEIRO NOVO	231	231
GAMA	153	153
GUARÁ	29	29
NÚCLEO BANDEIRANTE	1	1
TAGUATINGA	9	9
ESPÍRITO SANTO	5	5
SANTA LEOPOLDINA	1	1
SANTA TERESA	1	1
SÃO MATEUS	2	2
VITÓRIA	1	1
GOIÁS	39	39
ABADIÂNIA	1	1
ANÁPOLIS	27	27
ARAGARÇAS	3	3
FORMOSA	1	1
GOIÂNIA	3	3
JATAÍ	1	1
LUZIÂNIA	1	1
PLANALTINA	1	1
SANTA BÁRBARA	1	1
MARANHÃO	148	148

ALCÂNTARA	101	101
BALSAS	1	1
BARRA DO CORDA	1	1
BENEDITO LEITE	1	1
BREJO	1	1
CAROLINA	1	1
CAXIAS	1	1
COELHO NETO	1	1
GRAJAÚ	1	1
ICATU	1	1
IMPERATRIZ	1	1
PACO DO LUMIAR	1	1
PARNARAMA	1	1
SÃO LUÍS	35	35
MATO GROSSO	42	42
ALTA FLORESTA	1	1
BARRA DO GARÇAS	4	4
CÁCERES	1	1
CHAPADA DOS GUIMARÃES	3	3
NOVA XAVANTINA	1	1
PORTO ESPERIDIÃO	1	1
S. FÉLIX DO ARAGUAIA	1	1
SINOP	26	26
VÁRZEA GRANDE	4	4
MATO GROSSO DO SUL	19	19
CAMPO GRANDE	4	4
CORUMBÁ	4	4
COXIM	2	2
DOURADOS	1	1
JARAGUARI	1	1
MARACAJU	1	1
NIOAQUE	1	1
PONTA PORÃ	2	2
RIBAS DO RIO PARDO	1	1
TRÊS LAGOAS	2	2
MINAS GERAIS	72	72
ALFENAS	1	1
ARAGUARI	1	1
ARAXÁ	1	1
BARBACENA	25	25
BELO HORIZONTE	6	6
CAETÉ	1	1
CAXAMBU	1	1
CONFINS	1	1
DIVINÓPOLIS	1	1
GOV. VALADARES	1	1
LAGOA SANTA	6	6
MONTES CLAROS	6	6
PARACATU	1	1
POÇOS DE CALDAS	1	1
S. GONÇALO DO ABAETÉ	1	1
SANTOS DUMONT	2	2
SÃO LOURENÇO	1	1
STA.RITA DO SAPUCAÍ	1	1

TRÊS MARIAS	1	1
UBERABA	5	5
UBERLÂNDIA	7	7
VARGINHA	1	1
PARÁ	98	98
ABAETETUBA	1	1
ALENQUER	1	1
ALMEIRIM	2	2
ALTAMIRA	2	2
BAIÃO	1	1
BELÉM	64	64
BENEVIDES	1	1
BRAGANÇA	1	1
CACHIMBO	1	1
CONCEICAO ARAGUAIA	6	6
IGARAPÉ-AÇU	1	1
ITAITUBA	2	2
MARABÁ	3	3
MARACANÃ	1	1
MONTE ALEGRE	2	2
OURÉM	1	1
PORTEL	1	1
PORTO DE MOZ	1	1
SANTARÉM	2	2
SÃO FÉLIX DO XINGU	2	2
VIZEU	2	2
PARAÍBA	8	8
BAYEUX	3	3
CAJAZEIRAS	1	1
CAMPINA GRANDE	3	3
PATOS	1	1
PARANÁ	310	310
CASCADEL	3	3
CATANDUVAS	2	2
CURITIBA	14	14
FOZ DO IGUAÇÚ	10	10
LONDRINA	7	7
MARINGÁ	2	2
PARANAGUÁ	2	2
PAULA FREITAS	1	1
PRUDENTÓPOLIS	1	1
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	267	267
UMUARAMA	1	1
PERNAMBUCO	61	61
ARCOVERDE	2	2
EXU	1	1
FERNANDO DE NORONHA	6	6
JABOATÃO	2	2
PETROLINA	2	2
PIEIDADE/JABOATAO	2	2
RECIFE	44	44
SALGUEIRO	1	1
VITÓRIA DE STO ANTÃO	1	1
PIAUI	15	15

BARRAS	1	1
BOM JESUS	1	1
FLORIANO	1	1
OEIRAS	1	1
PARNAÍBA	8	8
SÃO RAIMUNDO NONATO	1	1
TERESINA	2	2
RIO DE JANEIRO	186	186
ANGRA DOS REIS	2	2
BARRA DO PIRAÍ	2	2
CAMPOS	2	2
ITABORAÍ	1	1
MACAÉ	5	5
MARICÁ	1	1
NOVA IGUAÇU	2	2
PETRÓPOLIS	12	12
RESENDE	1	1
RIO COMPRIDO	3	3
RIO DE JANEIRO	150	150
SÃO JOÃO DE MERITI	2	2
SAQUAREMA	2	2
SEPETIBA	1	1
RIO GRANDE DO NORTE	49	49
CAICO	1	1
CURRAIS NOVOS	1	1
FELIPE CAMARÃO	1	1
JARDIM DE ANGICOS	2	2
MACAÍBA	1	1
MOSSORÓ	2	2
NATAL	14	14
PARNAMIRIM	22	22
POÇO BRANCO	2	2
PUREZA	2	2
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	1	1
RIO GRANDE DO SUL	205	205
ALEGRETE	6	6
BAGÉ	2	2
CACEQUI	1	1
CANGUÇU	2	2
CANOAS	134	134
CRUZ ALTA	1	1
ELDORADO DO SUL	2	2
IJUÍ	1	1
JAGUARÃO	2	2
OSÓRIO	1	1
PELOTAS	1	1
PORTO ALEGRE	17	17
RIO GRANDE	1	1
SANTA CRUZ DO SUL	1	1
SANTA MARIA	21	21
SANTIAGO	3	3
SÃO BORJA	1	1
TAQUARA	1	1
TAQUARI	1	1

URUGUAIANA	3	3
VACARIA	2	2
VIAMÃO	1	1
RONDÔNIA	27	27
GUAJARÁ-MIRIM	4	4
JI-PARANÁ	2	2
PORTO VELHO	17	17
VILHENA	4	4
RORAIMA	6	6
BOA VISTA	5	5
CARACARAÍ	1	1
SANTA CATARINA	54	54
BOM JARDIM DA SERRA	1	1
CHAPECÓ	2	2
CONCÓRDIA	2	2
FLORIANÓPOLIS	7	7
JOAÇABA	2	2
JOINVILLE	2	2
LAGES	1	1
MAFRA	1	1
NAVEGANTES	3	3
SÃO JOSÉ	11	11
URUBICI	22	22
SÃO PAULO	109	109
BAURU	10	10
BRAGANÇA PAULISTA	1	1
CAMPINAS	1	1
CASTILHO	1	1
DIADEMA	1	1
GUARATINGUETÁ	6	6
GUARUJÁ	1	1
GUARULHOS	1	1
ITANHAÉM	2	2
ITAPECERICA DA SERRA	1	1
JACAREÍ	2	2
JAMBEIRO	1	1
LEME	1	1
MOGI DAS CRUZES	1	1
PENÁPOLIS	1	1
PINDAMONHANGABA	1	1
PIRASSUNUNGA	4	4
PRESIDENTE PRUDENTE	8	8
SANTANA DO PARNAÍBA	2	2
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	14	14
SÃO PAULO	27	27
SÃO ROQUE	13	13
SOROCABA	3	3
TANABI	6	6
SERGIPE	2	2
ARACAJU	1	1
SIMÃO DIAS	1	1
TOCANTINS	6	6
GURUPÍ	1	1
PORTO NACIONAL	1	1

	ARAGUACEMA	1	1
	PALMAS	3	3
	Subtotal Brasil	4053	4053
EXTERIOR		0	0
0			
	Total (Brasil + Exterior)	4053	4053

7.2.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	ALAGOAS	2	2
87	RIO LARGO	2	2
	BAHIA	1	1
	BOM JESUS DA LAPA	1	1
	CEARÁ	1	1
	FORTALEZA	1	1
	DISTRITO FEDERAL	8	8
	BRASÍLIA	6	6
	TAGUATINGA	2	2
	ESPÍRITO SANTO	1	1
	VITÓRIA	1	1
	GOIÁS	4	4
	ALTO PARAÍSO	1	1
	ANÁPOLIS	1	1
	IPAMERI	1	1
	SÃO LUIZ DO NORTE	1	1
	MATO GROSSO	4	4
	PORTO ALEGRE DO NORTE	1	1
	SINOP	1	1
	SORRISO	1	1
	TANGARÁ DA SERRA	1	1
	MATO GROSSO DO SUL	4	4
	CAMPO GRANDE	3	3
	CORUMBÁ	1	1
	MINAS GERAIS	6	6
	BURITIS	1	1
	CAETÉ	1	1
	NANUQUE	1	1
	RESSAQUINHA	1	1
	SACRAMENTO	1	1
	TEÓFILO OTONI	1	1
	PARÁ	1	1
	ITAITUBA	1	1
	PARANÁ	4	4
CURITIBA	2	2	
LONDRINA	1	1	
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	1	1	

	RIO DE JANEIRO	4	4
	CAMPOS	1	1
	ITAGUAÍ	1	1
	RIO DE JANEIRO	2	2
	RIO GRANDE DO SUL	3	3
	BUTIÁ	1	1
	PASSO FUNDO	1	1
	PORTO ALEGRE	1	1
	RORAIMA	1	1
	CARACARAÍ	1	1
	SANTA CATARINA	1	1
	FORQUILHINHAS	1	1
	SÃO PAULO	42	42
	ARARAQUARA	1	1
	ASSIS	1	1
	BAURU	14	14
	BRAGANÇA PAULISTA	1	1
	CAMPINAS	6	6
	EMBU-GUAÇU	1	1
	GUARULHOS	1	1
	ITAPEVI	1	1
	PERUS	1	1
	PIRASSUNUNGA	1	1
	PRESIDENTE PRUDENTE	1	1
	RIO CLARO	1	1
	S. BERNARDO DO CAMPO	1	1
	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	2	2
	SÃO PAULO	8	8
	UBATUBA	1	1
	Subtotal Brasil	87	87
EXTERIOR	INGLATERRA	8	8
	LONDRES	8	8
	ESTADOS UNIDOS	2	2
	MARYLAND	1	1
	WASHINGTON	1	1
	URUGUAI	1	1
	MONTEVIDÉU	1	1
	Subtotal do Exterior	11	11
	Total (Brasil + Exterior)	98	98

7.2.3 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

O quadro A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, por sua extensão, está anexo a este Relatório (Anexo A).

Análise Crítica:

A gestão de imobilizados no Comando da Aeronáutica (COMAER) é realizada de forma dual. A Diretoria de Engenharia (DIRENG) atua como órgão central do sistema, ao passo que as várias Unidades do COMAER, detentoras do imóvel, atuam como gestoras diretas do patrimônio.

A Divisão de Patrimônio da Subdiretoria de Patrimônio da DIRENG gerencia os bens patrimoniais imóveis (benfeitorias e terrenos) utilizados pelo COMAER por intermédio do SIGPIMA (Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imóvel da Aeronáutica), cuja modernização vem sendo tratada pela DIRENG em conjunto com o COMGAP e a DTI, com prazo previsto para início de operação em dezembro de 2013.

Dos mais de quatro mil terrenos utilizados pelo COMAER e cadastrados no SIGPIMA, em números aproximados, 32% são regularizados, com entrega formal pelo Sistema de Patrimônio da União ao Comando da Aeronáutica. Ainda, 60% estão legalizados, ou seja, possuem Registro de Imóveis em nome da União e estão em processo de regularização. Encontra-se em processo de legalização, para posterior regularização, cerca de 6% do total. O restante dos imóveis (2%) é propriedade de terceiros, em uso pelo COMAER por meio de contratos de utilização.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	
Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
X	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.

	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
X	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(2) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
X	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

8.2 Análise Crítica

No ano de 2012, foram realizadas as seguintes ações, consideradas importantes para a otimização da gestão da TI no COMAER:

- a) Publicou-se o Plano de Implantação de Governança de TI no STI;
- b) Revisou-se 90% da legislação do STI; sugeriu-se a edição de várias outras publicações, no sentido de melhor adequar o STI do COMAER às melhores práticas recomendadas pela APF;
- c) Foram capacitados integrantes da DTI na Gestão por Processos (BPM), tendo sido realizado curso interno à Organização, também, no sentido de que possam ser mapeados, descritos e formalizados todos os processos da Diretoria e dos CCA, por meio de Normatização interna (NPA – Norma Padrão de Ação).

9. GESTÃO AMBIENTAL DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Considerando, uma vez mais, a amplitude de propósitos (macroprocessos finalísticos) existentes na esfera do COMGAP, a dispersão geográfica entre os diversos entes da UJ e as diferentes estruturas administrativas que compõem cada organização, com diferentes níveis de complexidade de atuação, levou-se em conta para resposta aos quesitos de gestão e sustentabilidade ambiental o status da Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB), por ser a maior Diretoria, responsável por executar a parte mais significativa dos recursos disponíveis, por intermédio dos Parques de Material Aeronáutico.

Para o exercício de 2013, o COMGAP desenvolve ações no sentido de melhor divulgar a doutrina de gestão e sustentabilidade ambiental, conglomerando, simultaneamente, as informações pertinentes.

Desta forma, e tendo em mente a atuação centralizada do Grupamento de Apoio Logístico nas aquisições de natureza comum e contratação de serviços no exercício de 2013, aprimorar-se-ão os resultados voltados para a sustentabilidade ambiental no COMGAP.

QUADRO A.9.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					X
Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		

QUADRO A.9.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
Considerações Gerais: Como metodologia utilizada, foram reunidos o Gestor de Licitações da DIRMAB em conjunto com representantes de Seções do Gabinete desta, como infra-estrutura, material e subsistência.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Para análise deste item, também se levou em conta o status da Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB), por ser a maior Diretoria, responsável por executar a parte mais significativa dos recursos disponíveis.

A política de racionamento de papel na DIRMAB tem surtido o efeito desejado, considerando a expressiva redução obtida, na casa dos 21,59%, comparados os consumos registrados nos exercícios 2010 e 2012.

Também a política para diminuição do consumo de energia elétrica e água tem trazido os efeitos desejados. Muito embora exista um crescimento real do consumo, os seguintes aspectos devem ser considerados:

- Incremento do efetivo da DIRMAB, em escala superior ao aumento do consumo de água e energia elétrica;
- Crescimento físico da estrutura da Diretoria, com aumento do número de salas e da infraestrutura de suporte – em consequência direta do item anterior – também em escala superior ao aumento registrado no consumo de água e energia elétrica.

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão			Resultados	
Não houve.						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	2.019	2.136	2.575	26.226,81	26.639,49	34.204,83
Água	16.087,00	12.008,90	13.761,10	296.752,16	191.541,99	219.489,58
Energia Elétrica	351.725,50	342.627,20	346.490,80	144.072,91	134.267,50	133.149,71
			Total	467.051,88	352.448,98	386.844,12

Fonte: SISALMOX, Anexo X (Prestação de Contas – Consumo de Água) e Anexo AA (Prestação de Contas – Energia Elétrica).

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

10.1.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Não ocorreram.

10.1.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não ocorreram.

10.1.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Não ocorreram.

10.1.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA – DIRENG			000070
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	TCE 01-11/DIRENG	13	Ofício nº R-1/TEC 01-11/201
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA – DIRENG			000070
Descrição da Recomendação			
<p>A SEFA, até então Órgão de Controle Interno (OCI) do Comando da Aeronáutica, após a conclusão da Tomada de Contas TCE 01-11/DIRENG, sugeriu a adoção de medidas administrativas e alteração de procedimentos, a fim de evitar a ocorrência das discrepâncias que deram origem à medida corretiva ou outras discrepâncias similares.</p> <p>O COMGAP, por intermédio do 1º Despacho nº R-2/SSCOM/807, de 22 de fevereiro de 2013, recomendou à DIRENG a nomeação de Comissão para realização das tarefas sugeridas pela SEFA, concedendo prazo de 45 dias, após o recebimento do documento, para apresentação dos resultados alcançados.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Comissão da DIRENG			-
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O cumprimento das ações recomendadas pela SEFA e pelo COMGAP ainda se encontra no prazo concedido.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Esta análise será realizada após o cumprimento das medidas recomendadas pela SEFA (OCI) e pelo COMGAP.			

10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

10.3.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0

	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	1	2	7
	Entregaram a DBR	1	2	7
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte:

10.3.1.1 Análise Crítica

A apresentação de DBR por **Autoridades** e por ocupantes de **Cargos Eletivos** não se aplica à natureza jurídica da UJ. Os militares/servidores ocupantes de **Funções Comissionadas** cumpriram as exigências da Lei nº 8.730/93. Deve-se levar em consideração que a análise ora relacionada faz menção ao efetivo do Quartel-General do COMGAP.

O Setor de Pessoal da OM, sob supervisão do Agente de Controle Interno, realiza a coleta das DBR do pessoal obrigado, em versão impressa, mantendo-as sob custódia no cofre para eventuais verificações.

10.4 MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Conforme declarações em anexo.

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

As informações relacionadas no subitem 11 serão fornecidas pela Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA).

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

A UJ COMGAP, como um dos Órgãos de Direção Setorial do COMAER, é o principal responsável por prover o apoio logístico ao Comando da Aeronáutica e tem o compromisso em gerir os seus recursos de forma coordenada e plenamente alinhada com o cumprimento da sua missão institucional.

Este Relatório espelha a forma com que a UJ empregou os créditos orçamentários recebidos, buscando incessantemente a plena eficiência da sua administração, norteadas por objetivos claros e pré-estabelecidos, que obedecem rigorosamente às legislações em vigor e se orientam pelas linhas bases definidas pelo COMAER.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2013.

Ten Brig Ar HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR
Comandante-Geral de Apoio



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO GERAL DE APOIO

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações relativas aos contratos, convênios e termos de parceria firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 09 de agosto de 2010.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2013.

Ten Brig Ar HÉLIO PAES DE BARROS JUNIOR
Comandante-Geral de Apoio



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DO GALEÃO

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações relativas aos contratos, convênios e termos de parceria firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 09 de agosto de 2010.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Antonio Ricardo Pinheiro Vieira', written over a horizontal line.

Brig Ar ANTONIO RICARDO PINHEIRO VIEIRA
Diretor do PAMAGL



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DOS AFONSOS

DECLARAÇÃO

Eu, JOÃO LUIS FERNANDES DA SILVA, CPF nº 033.700.298-39, CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA, exercido no PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DOS AFONSOS, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 22 de abril de 2013.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'João Luis Fernandes da Silva', written over a faint circular stamp.

JOÃO LUIS FERNANDES DA SILVA

033.700.298-39



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE LAGOA SANTA

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações relativas aos contratos, convênios e termos de parceria firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 09 de agosto de 2010.

Lagoa Santa, 31 de janeiro de 2013


ADALBERTO FONTOURA GOMES Cel Av

Diretor do PAMA-LS



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE COMPUTAÇÃO DA AERONÁUTICA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

DECLARAÇÃO

Eu, André Luis Olsson Rodrigues, CPF nº 612.420.556-49, Chefe da Divisão Administrativa, exercido no Centro de Computação da Aeronáutica de São José dos Campos declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que esta Unidade Gestora não possui contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade, atendendo o estabelecido na Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São José dos Campos, 16 de abril de 2013.


André Luis Olsson Rodrigues

612.420.556-49

Chefe da Divisão Administrativa CCA-SJ



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE COMPUTAÇÃO DA AERONÁUTICA DE BRASÍLIA

DECLARAÇÃO

Eu, **Ana Maria Paes**, CPF nº 227.242.901-78, **Agente de Controle Interno - ACI**, exercido no **Centro de Computação da Aeronáutica de Brasília – CCA-BR** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 17 de abril de 2013.


Ana Maria Paes

227.242.901-78

ACI / CCA-BR



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
INSTITUTO DE LOGÍSTICA DA AERONÁUTICA

DECLARAÇÃO

Eu, Romulo Nunes Carlos 1º Ten Int, CPF nº 092.541.637-16, Gestor de Licitações exercido na Base Aérea de São Paulo, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 16 de abril de 2013.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'R' followed by a long horizontal stroke.

ROMULO NUNES CARLOS 1º Ten Int

CPF: 092.541.637-16
GESTOR DE LICITAÇÕES

ANEXO G



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO

DECLARAÇÃO

Eu, Sandra Regina Pereira da Silva, CPF nº 090.508.127-75, Gestor de Licitações, exercido na Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com o nome 'Sandra' claramente legível.

SANDRA REGINA PEREIRA DA SILVA 1º Ten Int

CPF nº 090.508.127-75

Gestor de Licitações - DIRMAB

RECEBI O ORIGINAL
EM <u>11/02/13</u>
Assinatura
<u>SIT LUIZ PEREIRA</u>
Nome Letra de Forma <u>10/21</u>

ANEXO G



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA

DECLARAÇÃO

Em virtude da compatibilização da extração de dados lançados no Sistema Integrado de Logística e material e de Serviços – SILOMS junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, declaro que as informações relativas aos contratos, convênios e termos de parceria firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no sistema Registro de Contrato de Despesa – RCD da SEFA.

São Paulo, 1º de fevereiro de 2013.


Brig Ar OSWALDO MACHADO DE SOUZA
Diretor do CELOG



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações relativas aos contratos, convênios e termos de parcerias firmados por esta Unidade Jurisdicionada no exercício de 2012 estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termo de Parceria – SICONV, conforme estabelece o Art. 19 da Lei 11.768, de 14 de agosto de 2008.//

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'FRANCISCO CARLOS MELO PANTOJA'.

Maj Brig Eng FRANCISCO CARLOS MELO PANTOJA
Diretor de Engenharia da Aeronáutica

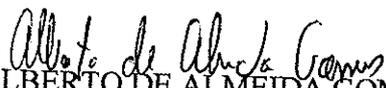


MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPÓSITO DE AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO

DECLARAÇÃO

Eu, Alberto de Almeida Gomes 1º Ten Int, CPF nº 109.915.407-35, Gestor de Licitações, exercido no Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2013.


ALBERTO DE ALMEIDA GOMES 1º Ten Int

109.915.407-35

Gestor de Licitações/ Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE RECIFE

DECLARAÇÃO

Protocolo COMAER nº 67114.000374/2013-41

Declaro que as informações relativas aos contratos, convênios e termos de parceria firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.465, de 12 de agosto de 2011, salvo pelos contratos abaixo indicados, os quais estão registrados no Sistema de Registro de Contratos de Despesa (RCD), gerenciado pelo Comando da Aeronáutica:

CONTRATO	OBJETO RESUMIDO	JUSTIFICATIVA
003/PAMARF/2012	Manutenção de componentes aeronáuticos	Limitações operacionais do sistema SIASG para registro de contratos a partir de licitações na modalidade pregão ara Registro de Preços.
004/PAMARF/2012	Manutenção de componentes aeronáuticos	
005/PAMARF/2012	Manutenção de componentes aeronáuticos	

Recife, 01 de fevereiro de 2013.


SALVADOR ELISIO TALZZIA Cel Av
Agente Diretor



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE SÃO PAULO**

DECLARAÇÃO

Eu, **FABIANO FERRAREZI DE FREITAS**, Cap Int, CPF Nº 255.606.908-21, Chefe da Subdivisão de Procura e Compras, exercido no Parque de Material Aeronáutico de São Paulo, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Paulo, 17 de abril de 2013.


FABIANO FERRAREZI DE FREITAS Cap Int

CPF Nº 255.606.908-21
Chefe da Subdivisão de Procura e Compras/PAMASP



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
PARQUE DE MATERIAL BÉLICO DA AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações relativas aos contratos, convênios e termos de parceria firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 09 de agosto de 2010.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2013.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Moure', written over the printed name of the signatory.

MARCEL GOMES MOURE
Diretor do PAMB-RJ



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE APOIO - UJ 1202**

DECLARAÇÃO

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente as situações orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO**, no tocante à/ao:

a) diferença entre o Resultado do Período, no Balanço Patrimonial, e o Resultado Patrimonial (Superávit/Déficit) apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, no valor de R\$ 1.709.198.996,73, referente, em parte, à conta contábil 2.4.6.2.0.00.00 (Ajustes Patrimoniais de Exercícios Anteriores – R\$ 69.406.219,32), motivada por lançamentos de Depreciação (conta contábil – 1.4.2.9.0.00.00) que figuraram diretamente no Patrimônio Líquido.

A diferença restante, no valor de R\$ 1.639.792.777,41, existente no Balanço Patrimonial do Subórgão/Gestão 1202/00001, deve-se, sobretudo, aos processos de incorporação/fusão de Unidades, envolvendo as UG/Gestões 120035/00001, 120038/00001, 120046/00001, 120047/00001, 120049/00001 e 120195/00001, esta última, incorporada ao Subórgão somente no ano de 2013.

b) título “Outras Compensações”, no valor de R\$ 136.730.114,79, existente no Balanço Patrimonial, referente, sobretudo, à conta contábil 1.9.9.9.1.00.00 (Bens e Valores em Trânsito), no valor de R\$ 122.861.463,43, motivada por lançamentos envolvendo as UG/Gestões 120020/00001, 120026/00001, 120068/00001 e 120071/00001.

A diferença restante, no valor de R\$ 13.868.651,36, existente no Balanço Patrimonial do Subórgão/Gestão 1202/00001, refere-se à conta contábil 1.9.9.9.5.00.00 (Credores – Compras Centralizadas), proveniente de lançamentos da UG/Gestão 120071/00001.

Declaro, ainda, que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI, não tendo sido objeto de análise.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 13 de março de 2013.


ANA PAULA SOARES DE ALCANTARA DO NASCIMENTO – 1º TEN QOEA SVA
Chefe da Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis
Contadora CRC-DF Nº 017367/O-0

Ciente:


ALEXANDRE VELLOSO GUIMARÃES - Cel Int
Chefe da Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis
Subsecretaria de Contabilidade
Contador CRC-DF nº 013386/O-8



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE APOIO - UJ 1202**

INFORMAÇÕES SOBRE AS ADOÇÕES DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Declaro que a Unidade Jurisdicionada, em cumprimento às orientações normativas elaboradas pela Unidade Gestora Setorial de Contabilidade do Comando da Aeronáutica, adotou procedimentos e práticas aplicáveis aos registros e às demonstrações contábeis consoantes as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e 16.10.

Especificamente em relação à avaliação e mensuração de Ativos e Passivos e concernente à depreciação dos itens do Ativo Permanente, a Unidade Jurisdicionada adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.10 e 16.9, respectivamente, da seguinte forma:

a) a vida útil econômica dos itens do Ativo Permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.4.2.1.2.00.00;

b) a depreciação foi realizada pelo método linear ou das cotas constantes, com as taxas de depreciação calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI;

c) a vida útil econômica dos bens bem imóveis, bem como os critérios de avaliação, mensuração e de depreciação obedecem às normas do Sistema de Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUNET;

d) a avaliação e a mensuração dos itens do Ativo e do Passivo obedeceram aos seguintes critérios:

- Disponibilidades – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;

- Créditos e Obrigações – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;

- Estoques – valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, quando aplicável;

- Imobilizado e Intangível – valor de aquisição/produção/construção, com previsão do

reconhecimento dos efeitos da depreciação ou da amortização, conforme o caso;

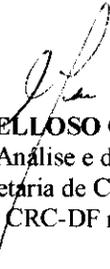
- Diferido – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no SIAFI, sendo aplicável aos saldos de recursos financeiros remanescentes na UJ, sem contrapartida de obrigações do passivo no encerramento do exercício.

e) a utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, especialmente, nos casos de reavaliação dos itens do Ativo Permanente e do registro da depreciação apresentou seus reflexos no resultado patrimonial do exercício e no Patrimônio Líquido.

Brasília-DF, 13 de março de 2013.


ANA PAULA SOARES DE ALCANTARA DO NASCIMENTO – 1º TEN QOEA SVA
Chefe da Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis
Contadora CRC-DF Nº 017367/O-0

Ciente:


ALEXANDRE VELLOSO GUIMARÃES - Cel Int
Chefe da Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis
Subsecretaria de Contabilidade
Contador CRC-DF nº 013386/O-8



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

WASHINGTON, D.C., 2013



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

WASHINGTON, DC, 2013

SUMÁRIO

Introdução	pág 06
1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	pág 08
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e Ações.....	pág 11
3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	pág 19
4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira	pág 21
5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	pág 26
6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	pág 29
7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	pág 35
8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento.....	pág 37
9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	pág 39
10. Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas	pág 41
11. Informações Contábeis.....	pág 42
12. Outras Informações Sobre a Gestão.....	pág 42

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BCA	Boletim do Comando da Aeronáutica
CABE	Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa
CABW	Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington
CELOG	Centro Logístico da Aeronáutica
COMAER	Comando da Aeronáutica
COMGAP	Comando Geral de Apoio
DECEA	Departamento de Controle do Espaço Aéreo
DIRAP	Diretoria de Administração do Pessoal
DPE	Data Prevista de Entrega
EBL	Escritório Brasileiro de Ligação
EMAER	Estado-Maior da Aeronáutica
FAB	Força Aérea Brasileira
GTE	Grupo de Transporte Especial
MTAB	Missão Técnica Aeronáutica Brasileira em Assunção
OACI	Organização Internacional de Aviação Civil
PAG	Processo Administrativo de Gestão
PPA	Plano Plurianual
PTA	Programa de Trabalho Anual
RADA	Regulamento de Administração da Aeronáutica
RICA	Regimento Interno do Comando da Aeronáutica
SDPP	Subdiretoria de Pagamento de Pessoal
SEFA	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	Sistema de Administração de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos do Governo Federal
SILOMS-EXT	Sistema Integrado de Logística de Materiais e Serviços - Exterior
SISMAB	Sistema de Material Aeronáutico e Bélico
TCU	Tribunal de Contas da União
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada

LISTA DE TABELAS , RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES , ETC.

TÍTULO	PÁGINA
Poder e Órgão de Vinculação	08
Organograma da CABW	09
Demonstração de Execução de Despesas	12
Evolução Creditícia	13
Tempo Médio Mensal	14
Indicadores	15
Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	19
Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	22
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	22
Despesas por Modalidade de Contratação	23
Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	24
Situação dos Restos a Pagar	26
Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos	27
Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	28
Força de Trabalho da UJ	29
Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	30
Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade	31
Demonstração dos Custos de Pessoal da UJ	32
Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância	34
Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	36
Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ	36
Gestão da Tecnologia da Informação	37
Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	39
Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	40
Autoridades e Servidores da UJ a Entregar DBR	41

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington (CABW), relativo ao exercício financeiro de 2012, está estruturado de acordo com o modelo de relatório de Gestão Individual, preconizado pela Portaria TCU nº 150/2012, de 03 de julho de 2012. Os valores monetários referentes à execução orçamentária estão apresentados em dólares americanos (US\$), por ser esta a moeda utilizada no SIAFI.

A CABW, de acordo com seu Regimento Interno, aprovado e publicado no BCA nº 240 de 20 de dezembro de 2011, tem como missão: *centralizar, dentro de sua área de atuação, as atividades logísticas de apoio e de serviços, a administração de contratos, bem como outras ações que lhe forem determinadas pelo seu comando superior. A atividade-fim da Unidade Gestora, portanto, é a aquisição de bens e serviços, no exterior.* É válido ressaltar os itens da Decisão Normativa TCU nº 150/2012 que não se aplicam à realidade desta OM, a saber:

- a) Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ – não se aplica à CABW, tendo em vista que no âmbito do COMAER, a avaliação de programas e de ações encontra-se na esfera de competência dos respectivos Gerentes de Programa e Coordenadores de Ação. Ademais, esta UG não teve, no exercício de 2012, a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA).
- b) Programação Orçamentária da Despesa – a CABW não é responsável pela programação orçamentária.
- c) Execução Orçamentária de créditos originários da UJ – A CABW não executou no exercício de 2012 crédito originário dela própria.
- d) Análise Crítica da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ – Como no âmbito do COMAER a avaliação de programas e de ações encontra-se na esfera de competência dos respectivos Gerentes de Programa e Coordenadores de Ação, a análise crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação será detalhada pelas UG que gerenciam ou coordenam tais Ações.
- e) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos – Não se aplica às Organizações do Comando da Aeronáutica.
- f) Transferências efetuadas no exercício – Esta UG não transferiu ou recebeu qualquer recurso mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição no exercício.
- g) Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ – Não se aplica às Organizações do Comando da Aeronáutica.
- h) Atendimento a Deliberações do TCU e Recomendações do Órgão de Controle Interno – A CABW não foi objeto de referência em deliberações do TCU no exercício financeiro de 2012.

É importante, ainda, destacar que o pagamento de pessoal, incluindo o pagamento de diárias, referente ao efetivo da CABW, é totalmente realizado pela Subdiretoria de Pagamento de Pessoal do Exterior (UG 120093).

Ressalta-se a busca constante por melhores preços no mercado e também a manutenção dos índices de qualidade, tanto para a aquisição de bens como para a prestação de serviços intermediados pela CABW.

O óbice mais significativo no desempenho da Atividade-fim da CABW concentra-se no cumprimento dos prazos previamente estabelecidos e planejados para algumas das fases do ciclo de aquisição do bem ou do serviço. Contribui para esta dificuldade o significativo aumento na quantidade de requisições inseridas especificamente para serviços de reparos e recuperação de equipamentos aeronáuticos. A singularidade dos diversos tipos de reparos e a necessidade de repetidas interações com os órgãos requisitantes têm prolongado o ciclo de aquisição dos serviços.

No que tange às realizações futuras, a CABW tem reavaliado continuamente os seus processos internos, ao mesmo tempo em que busca junto à SEFA e aos órgãos normativos da área logística da FAB (CELOG, COMGAP e DIRMAB) soluções de aperfeiçoamento dos processos de aquisição no exterior, com o fito de adequar as particularidades do mercado local aos princípios normativos da legislação brasileira (Lei 8.666/93 – Lei das Licitações e Contratos Administrativos).

A CABW, em seu Programa de Trabalho Anual (PTA 2012), possui os seguintes objetivos específicos:

- a) Modernizar os processos e ferramentas de gestão da CABW, a fim de incrementar as melhores práticas gerenciais, com foco nas atividades da missão;
- b) Aprimorar os Recursos Humanos, por meio de capacitação, intercâmbio de conhecimento e melhoria na qualidade do apoio e das instalações;
- c) Interagir com os clientes da CABW, visando a atender ao máximo suas expectativas; e
- d) Manter um controle de qualidade que contribua para o cumprimento da missão de modo mais eficiente e eficaz.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa / Comando da Aeronáutica			Código SIORG: 41066/48
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON			
Denominação Abreviada: CABW			
Código SIORG: 10399	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 120090
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00394429/0155-66
Principal Atividade: Defesa			Código CNAE: 8422-1/00
Telefones/Fax de contato:	00(XX) 1-202-4834031	00(XX)1-202-518 7326	(00(XX)1-202-518 7325
Endereço Eletrônico: cabw@cabw.org			
Página na Internet : http://www.cabw.org			
Endereço Postal: 1701 22nd Street, N.W., Washington, DC, 20008-1931, USA			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criada pelo Decreto nº 19.477, de 21 de agosto de 1945.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria CELOG nº 21-T/SPLC, de 1º de Novembro de 2011, aprovou o Regimento Interno da CABW			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
DCA 2-1 – Doutrina de Logística da Aeronáutica			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
120090	Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
120090		00001	

1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

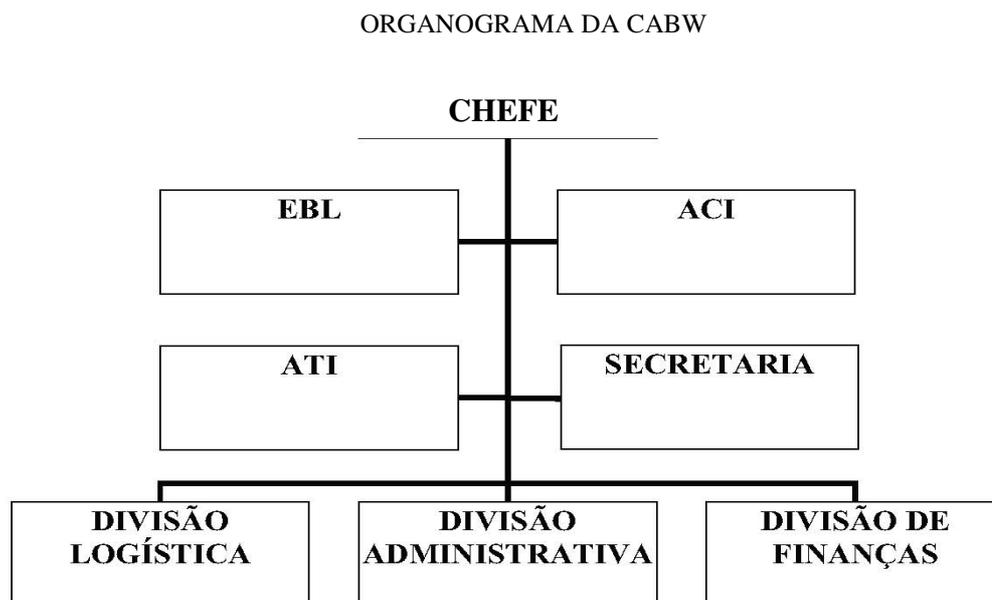
A categoria e finalidade da CABW como Organização Militar está estabelecida no RICA 21-125/2011 - REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON, aprovado pela Portaria CELOG nº 21-T/SPLC de 1º de Novembro de 2011 conforme publicação constante no BCA nº 240, de 20 de dezembro de 2011.

A CABW é a Organização do Comando da Aeronáutica no exterior que tem por finalidade centralizar, dentro de sua área de atuação, as atividades logísticas de apoio e de

serviços, a administração de acordos, ajustes e contratos, bem como outras que lhe forem determinadas.

Portanto, a atividade-fim desta Unidade Gestora é a aquisição de bens e serviços no exterior, em estrito cumprimento às Requisições e Requisitos **previamente planejados e emitidos** no Brasil pelos Órgãos competentes do Comando da Aeronáutica.

1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Fonte: RICA 21-125/2011

1.3.1 Competência dos Setores

- À Secretaria da Chefia da CABW compete: assessorar o Chefe da CABW no desenvolvimento e na execução de suas atividades, elaboração de documentos (Português/Inglês), apoio necessário para as missões na localidade de Washington e em viagens oficiais;

- Ao Escritório Brasileiro de Ligação - EBL, em Dayton, OH, compete: estabelecer a ligação com entidades governamentais ou privadas no interesse do COMAER;

- À Assessoria de Controle Interno (ACI) compete: assessorar o Agente Diretor e o Ordenador de Despesas da CABW, no cumprimento da legislação e das normas que regem o serviço administrativo, por meio da conferência dos documentos, segundo os aspectos moral, aritmético e formal-legal, conforme dispõe o Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA);

- À Assessoria de Tecnologia da Informação (ATI) compete: proceder todas as ações relacionadas à tecnologia da informação, previstas na legislação em vigor; manter ativos todos os serviços e equipamentos de informática existentes, manter o sistema de aquisição das Comissões no Exterior; prever e gerenciar a demanda de material e serviços de comunicação, hardware, software e segurança de informação necessária à CABW.

- À Divisão Administrativa compete: executar as atividades necessárias à vida vegetativa da CABW, no tocante à finanças, recursos humanos e infra-estrutura; apoio aos militares e/ou civis a serviço do Comando da Aeronáutica e em tratamento de saúde no exterior; e apoiar a Aditância dos Estados Unidos, as aeronaves em trânsito, as Representações e Delegações do COMAER naquilo que couber;

- À Divisão de Finanças compete contabilizar e controlar a movimentação financeira da CABW e os compromissos de responsabilidade do COMAER, em sua área de atuação; e

- À Divisão de Logística compete: executar as atividades de procura e compra de bens e serviços relativos às atividades logísticas, de habilitação e cadastro de empresas; receber e expedir o material adquirido na área comercial e na área militar, coordenando a necessidade de transporte logístico (aéreo, marítimo ou rodo-ferroviário), objetivando o envio e/ou recebimento para o Brasil, incluindo os desembarços alfandegários que se fizerem necessários.

1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Executar as atividades de procura e obtenção de bens e serviços relativos às atividades logísticas, de recebimento e expedição do material adquirido na área comercial e na área militar.

Atividades realizadas em sua plenitude na CABW por meio da Divisão Logística. Em relação à Gestão Financeira de 2012, todos os créditos recebidos foram executados em atendimento ao plano de aquisições.

1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO

Executar as atividades de apoio aos militares e civis do Comando da Aeronáutica, em serviço ou em tratamento de saúde, bem como a Adidância de Defesa e Aeronáutica (USA-CAN); atividades de auxílio as tripulações/aeronaves em trânsito, bem como às Representações e Delegações quando em sua área de atuação.

Atividades desenvolvidas em sua totalidade pela Divisão Administrativa incluindo ações no Canadá e em outros Estados Americanos. A atuação perante Órgãos Oficiais e Estrangeiros sofreu um grande incremento durante o transcorrer do ano.

1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS

Destacamos como principais Parceiros que colaboraram na consecução dos Objetivos da CABW as Comissões: Naval e do Exército Brasileiro sediadas em Washington, além do apoio constante do Banco do Brasil viabilizando rotineiramente as atividades da Divisão Financeira.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

O planejamento das Ações executadas pela CABW foi norteado em busca dos objetivos traçados e seu aprimoramento em decorrência da evolução dos fatos. Na área Administrativa a política de pessoal foi destaque presente em várias situações como: o recrutamento, a seleção, a contratação e a dispensa de Auxiliares Locais. Na área de apoio de pessoal externo destaca-se a: execução das atividades administrativas de apoio a comissões, delegações e representações, cursos ou pessoal em trânsito, bem como a prestação de apoio às Adidâncias. Na área financeira a administração dos recursos e compromissos financeiros foi fator essencial para a execução das metas estabelecidas, tendo como principal parceiro o Banco do Brasil. Na área Logística, atividade fim da unidade, o trabalho realizado foi em constante observação da evolução tecnológica dos materiais e equipamentos de interesse das Forças Armadas contribuindo assim para a execução, a coordenação e o controle das atividades relacionadas com a obtenção dos materiais solicitados.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

Na avaliação de riscos à respeito do cumprimento dos objetivos estabelecidos indicamos como problema potencial para as Comissões no Exterior a falta de regulamentação do artigo 123 da lei 8666/93 , Licitações e Contratos Administrativos. - *Em suas licitações e contratações administrativas, as repartições sediadas no exterior observarão as peculiaridades locais e os princípios básicos desta Lei, na forma de regulamentação específica.* Não foi regulamentada até hoje este artigo. No âmbito da CABW, não há avaliação das Ações que custeiam as atividades-fim. Este juízo é da esfera de competência, no Brasil, dos respectivos Gerentes de Programa e Coordenadores de Ação. As avaliações serão informadas pelas UG às quais estão vinculadas os Programas e Ações orçamentários.

2.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES:

COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON							
UG EXECUTORA: 120090				Dados referentes a: 31/12/2012			
DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DE DESPESA DA CABW							
FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	CRÉDITO MOV RECEBIDO	EMPENHOS EMITIDOS	EMPENHOS LIQUIDADOS	EMPENHOS A LIQUIDAR
05	211	1383	14M2	813,799.52	811,696.56	761,074.97	50,621.59
19	665	2056	1C68	294,878.26	294,878.26	-	294,878.26
05	122	2108	2000	5,996,505.58	5,996,505.58	3,316,779.41	2,679,726.17
05	151	2058	2048	83,786,095.83	83,786,095.83	61,089,341.26	22,696,754.57
05	128	2108	2055	15,602.50	15,602.50	15,602.50	-
05	302	2108	2059	545,834.59	545,834.59	179,673.76	366,160.83
05	182	1029	20G3	222,222.22	222,222.22	222,222.22	-
05	151	2058	20IH	184,289,374.55	184,289,374.55	40,048,858.44	144,240,516.11
05	244	2058	20II	218,084.92	218,084.92	190,077.47	28,007.45
05	151	2058	20SA	762,481.38	762,481.38	252,544.58	509,936.80
26	781	2058	20SF	729,417.02	729,417.02	-	729,417.02
05	542	2058	20T8	1,969,498.03	1,969,498.03	199,179.24	1,770,318.79
21	631	2066	2109	23,412.95	23,412.95	22,437.95	975.00
05	722	2058	2385	50,940.00	50,940.00	50,940.00	-
05	244	2058	2439	274,204.12	274,204.12	109,658.57	164,545.55
05	364	2058	2507	234,715.54	234,715.54	39,278.00	195,437.54
05	302	2108	2528	307,000.00	307,000.00	307,000.00	-
05	264	2058	2685	303,670.61	303,670.61	56,627.57	247,043.04
05	151	2058	2757	267,068.76	267,068.76	201,068.76	66,000.00
05	183	2108	2866	11,093.98	11,093.98	9,427.84	1,666.14
05	151	2058	2868	6,330,988.83	6,330,988.83	6,297,254.36	33,734.47
05	302	2108	2887	5,459,093.95	5,459,093.95	1,114,451.55	4,344,642.40
05	151	2058	2890	2,646,409.10	2,646,409.10	159,997.38	2,486,411.72
05	151	2058	2895	473,933.64	473,933.64	-	473,933.64
05	151	2058	2913	129,217.15	129,217.15	10,024.04	119,193.11
05	151	2058	2916	1,335,877.62	1,335,877.62	676,067.84	659,809.78
05	151	2058	2923	39,120,030.25	39,120,030.25	16,413,337.11	22,706,693.14
05	128	2058	2B25	81,046.38	81,046.38	9,564.85	71,481.53
05	212	2057	2C06	2,493,008.40	2,493,008.40	1,937,221.90	555,786.50
05	212	2058	2D55	10,490.69	10,490.69	4,980.20	5,510.49
05	722	2058	3116	74,634.81	74,634.81	-	74,634.81
05	151	2058	3123	7,442,508.54	7,442,508.54	-	7,442,508.54
05	151	2058	3133	22,829,282.45	22,810,044.24	3,182,016.56	19,628,027.68
05	722	2058	4222	73,644.93	73,644.93	-	73,644.93
05	153	2058	4229	1,185,854.65	1,185,854.65	750,844.85	435,009.80
05	151	2058	4404	509,700.08	509,700.08	106,414.75	403,285.33
05	722	2058	5134	59,636.87	59,636.87	3,254.44	56,382.43
05	126	2058	5261	21,200.00	21,200.00	-	21,200.00
06	151	2058	5408	8,695,652.72	8,695,652.72	185,283.00	8,510,369.72
19	572	2056	6239	339,439.73	339,439.73	-	339,439.73
19	571	2056	6240	14,987.41	14,987.41	-	14,987.41
05	126	2058	6515	2,397.00	2,397.00	2,397.00	-
19	572	2056	6704	100,194.98	100,194.98	3,070.00	97,124.98
19	572	2056	7F40	3,311,953.93	3,311,953.93	-	3,311,953.93
			8725	-	-	-	-
05	128	2058	8953	87,073.23	87,073.23	12,875.03	74,198.20
05	151	2058	8969	28,100,000.01	28,100,000.01	20,000,000.01	8,100,000.00
05	151	2058	8973	282,650.57	282,650.57	97,719.23	184,931.34
				412,326,808.28	412,305,467.11	158,038,566.64	254,266,900.47

FONTE: SILOMS-EXT

Na busca da eficiência dos meios utilizados visando o cumprimento dos Objetivos estabelecidos foram realizadas algumas alterações na rotina da Unidade como: remanejamentos internos de pessoal visando o melhor aproveitamento das capacidades individuais; alteração no fluxo de alguns processos Administrativos visando celeridade e aprimoramento nas conferências; elaboração de um projeto básico visando a realização de uma readequação nas instalações do Depósito com o objetivo de racionalizar as ações de recebimento, expedição e conferência dos materiais adquiridos.

Na análise da execução do plano de ações cumprido pela Unidade temos como fator complicador o volume de recursos descentralizados nos dois últimos meses do ano. Está situação prejudica o planejamento e execução dos processos de aquisição.

Na síntese final sobre a evolução dos créditos recebidos na Unidade durante o Exercício Financeiro de 2012 alcançamos uma execução de US\$ 412,326,808.28 (quatrocentos e doze milhões, trezentos e vinte e seis mil, oitocentos e oito dólares e vinte e oito centavos). Não foi executado o crédito correspondente a US\$ 21,341.15 (vinte e um mil, trezentos e quarenta e um dólares e quinze centavos) devido a inexistência de tempo hábil para a realização dos certames licitatórios.

EVOLUÇÃO CREDITÍCIA 2012



FONTE: SILOMS-EXT

2.4. INDICADORES

Além das ferramentas e procedimentos administrativos previstos em legislações pertinentes a Administração e Controle de Organizações Militares (e.g., o RADA), a CABW utiliza-se de Indicadores para medir diversos aspectos de seu desempenho, buscando sempre a melhor eficiência e eficácia na execução de sua missão.

Estes indicadores são sistêmicos, e estão contidos na principal ferramenta de execução de aquisições de bens e serviços, o SILOMS-Ext, sendo apurados e analisados em um módulo gerencial. Proporcionam um acompanhamento constante, no mínimo diário e no máximo mensal, das principais medidas do chamado “ciclo de obtenção”.

A seguir, serão detalhados os quatro principais indicadores institucionais da CABW:

- 1 - Tempo médio de dias gastos para Obtenção (TMO);
- 2 - Tempo médio de dias gastos para Pagamento (TMP);
- 3 - Tempo médio de dias de Armazenagem (TMA), antes do embarque para o Brasil; e
- 4 - Tempo médio de Compra (TMC).

CABW TEMPO MÉDIO MÊS A MÊS (EM DIAS)

TEMPO MÉDIO - 2012	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANO
TEMPO MÉDIO DE MÉDIO DE OBTENÇÃO/COMPRA	0	23	30	35	52	44	88	67	70	83	64	64	66

TEMPO MÉDIO DE MÉDIO DE ARMAZENAGEM/EMBARQUE	14	17	25	17	25	9	25	14	22	18	26	26	20

TEMPO MÉDIO DE MÉDIO DE COMPRA TOTAL	35	64	91	78	102	74	146	112	109	128	113	121	113

TEMPO MÉDIO DE PAGAMENTO	17	19	15	8	15	12	13	13	18	13	14	8	14

FONTE: SILOMS-EXT

Fórmula de Cálculo e Método de Medição:

• **TMO = Tempo Médio de Obtenção (em dias):**

$TMO = [\text{Soma (TO)} / RA]$, onde:

TO = DM - DI (tempo de obtenção em dias, entre Inclusão e Aprovação em cada requisição);

RA = Requisições Adquiridas, somente de Material Aeronáutico;

DM = Data da Aprovação do Mapa pelo Ordenador de Despesas da Comissão;

DI = Data da Inclusão da requisição.

Apurados a partir de todas as requisições de Material Aeronáutico que entraram em PO emitidas no mês (ou no ano, para média anual).

• **TMA = Tempo Médio de Armazenagem (em dias):**

$TMA = [\text{Soma (TA)} / RE]$, onde:

TA = DE - DR (tempo de armazenagem em dias, entre Recebimento e Embarque em cada requisição);

E = Requisições Embarcadas;

DE = Data do Embarque da requisição conforme Manifesto;

R = Data do Recebimento do material da requisição, conforme Volume.

Apurados a partir de todas as Requisições incluídas nos Manifestos expedidos no mês (ou no ano, para média anual).

• **TMC = Tempo Médio de Compra (em dias):**

$TMC = \text{Soma TMO} + \text{TMA} + \text{TMT}$, onde:

TMO = Tempo Médio de Obtenção/Compra;
TMA = Tempo Médio de Armazenagem/Embarque;
TMT = Tempo Médio de Transporte;

• **TMP = Tempo Médio de Pagamento (em dias):**

TMP = [Soma (TP) /FP], onde:

TP = DP - DF (tempo em dias entre Inclusão no Sistema e Pagamento para cada Fatura);

FP = Faturas Pagas;

DP = Data do Pagamento;

DF = Data da Chegada da Fatura, registrada no Sistema.

Apurados a partir de todas as Faturas pagas no mês (ou no ano, para média anual).

1 - TEMPO MÉDIO DE DIAS GASTOS PARA OBTENÇÃO (TMO)	
Objetivo da Mensuração	Medir o tempo de dias gastos para obtenção, considerando-se o ato da “requisição” ser inserida pelo Requisitante até a efetiva “aprovação de obtenção” do bem ou serviço pelo Ordenador de Despesas.
Identificação das Variáveis	TO = DM - DI (tempo de obtenção em dias, entre inclusão e aprovação de cada requisição) RA = Quantidade de Requisições Adquiridas, somente de Material Aeronáutico DM = Data da Aprovação do Mapa pelo Ordenador de Despesas DI = Data da Inclusão da requisição Apurados a partir de todas as requisições de Material Aeronáutico que foram empenhadas, baseado em Notas de Empenho – NE (ou PO, “purchase order”) emitidas no mês (ou no ano, para média anual)
Origem dos dados empregados na fórmula	SILOMS-EXT (Sistema Informatizado da CABW)
Fórmula do Indicador de Desempenho	TMO = [Soma (TO) / RA] Tempo Médio para Obtenção/Compra (em dias)
Periodicidade e Responsável pela Medição	Mensal, sob a responsabilidade da Divisão de Logística
Meta para o ano	≤ 30 dias
Data e Valor da Última Medição	31/12/12 - medida obtida: 66 dias
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	A meta não foi atingida. Neste caso há que se ressaltar que o sistema, uma vez iniciado o ciclo de obtenção, não faz distinção entre os tempos sob responsabilidade da CABW e os outros tempos (e passos) sob responsabilidade dos órgãos requisitantes. Inexistência de três preços válidos, ou então a necessidade de interação de corpo técnico (e.g., engenharia) para decisão de adjudicação, são exemplos de aumento no tempo médio que fogem da responsabilidade direta da CABW. A obtenção de serviços para recuperação e conserto de Equipamentos Aeronáuticos consome um tempo consideravelmente maior do que a obtenção de bens.

2 - TEMPO MÉDIO DE DIAS DE ARMAZENAGEM (TMA) NO DEPÓSITO DA CABW

Objetivo da Mensuração	Medir o tempo de armazenagem do material no depósito da CABW nos EUA (em Temple Hills, MD), <u>antes do embarque para o Brasil</u> em modal aéreo ou marítimo
Identificação das Variáveis	<p>TA = DE - DR (tempo de armazenagem em dias, entre o recebimento e o embarque de cada requisição)</p> <p>RE = Quantidade de Requisições Embarcadas</p> <p>DE = Data do Embarque da requisição conforme Manifesto</p> <p>DR = Data do Recebimento do material da requisição, conforme Volume</p> <p>Apurados a partir de todas as Requisições incluídas nos Manifestos expedidos no mês (ou no ano, para média anual)</p>
Origem dos dados empregados na fórmula	SILOMS-EXT (Sistema Informatizado da CABW)
Fórmula do Indicador de Desempenho	$TMA = [Soma (TA) / RE]$ <p>(Tempo Médio de Armazenagem/Embarque (em dias))</p>
Periodicidade e Responsável pela Medição	Mensal, sob a responsabilidade da Divisão de Logística
Meta para o ano	≤ 10 dias
Data e Valor da Última Medição	31/12/12 - medida obtida: 20 dias
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	<p>A meta não foi atingida.</p> <p>Neste indicador, existem determinados bens (materiais) de classificação sigilosa ou perigosa (e.g., alguns tipos de material bélico, cargas de assentos ejetáveis, certos produtos químicos, matérias primas destinadas à área de Pesquisa & Desenvolvimento, etc.) que são proibidas ou possuem sérias restrições quanto ao transporte comercial (modais aéreo e/ou marítimo).</p> <p>Muitas vezes a pequena gama de empresas homologadas para este tipo de transporte (cargas perigosas ou restritas) ou o alto custo deste tipo de transporte leva a que certas cargas permaneçam no depósito da CABW nos EUA aguardando transporte aéreo em aeronave militar da FAB.</p> <p>Em 2012 foram expedidos setenta containers de material pelo modal marítimo, média superior a um por semana, e cento e oitenta embarques aéreos, média superior a três por semana.</p>

3 - TEMPO MÉDIO DE COMPRA (TMC)

Objetivo da Mensuração	Medir o tempo médio do ciclo completo de aquisição de bens e serviços
Identificação das Variáveis	TMO= Tempo Médio de Obtenção TMA = Tempo Médio de Armazenagem TMT = Tempo Médio de Transporte (este indicador abrange tempos contidos em ciclos de responsabilidade de outras organizações do COMAER, tais como o Depósito de Aeronáutica no Rio de Janeiro – DARJ, os órgãos requisitantes (e seus armazéns de recebimento)
Origem dos dados empregados na fórmula	SILOMS-EXT (Sistema Informatizado da CABW)
Fórmula do Indicador de Desempenho	TMC = Soma TMO+TMA+TMT (Tempo Médio de Compra)
Periodicidade e Responsável pela Medição	Mensal, sob a responsabilidade da Divisão de Logística
Meta para o ano	≤ 90 dias
Data e Valor da Última Medição	31/12/12 - medida obtida: 113 dias
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	A meta não foi atingida Neste indicador, existe um componente (como citado acima da identificação das variáveis) que é o Tempo médio de Transporte (TMT), que contém a Data de Finalização da Requisição (efetivo recebimento e estocagem pelo usuário final no Brasil ou aplicação/consumo pelo usuário final). <u>Esta variável engloba tempos e passos no ciclo completo que fogem ao alcance da CABW</u> , a saber: o tempo de transporte em território brasileiro, pelos meios disponíveis (sob responsabilidade de outros órgãos do SISMAB) e o tempo de recebimento do bem ou serviço pelo usuário final no Brasil (o requisitante), que vai estocar ou aplicar o bem e finalizar a requisição no SILOMS. Somente então a contagem de tempo no ciclo total é encerrada.

4 - TEMPO MÉDIO DE DIAS GASTOS PARA PAGAMENTO (TMP)

Objetivo da Mensuração	Medir o tempo de dias gastos para pagamento dos fornecedores, considerando-se os dispositivos legais previstos, após o devido recebimento dos bens e serviços adquiridos pela CABW
Identificação das Variáveis	<p>TP = DP - DF (tempo em dias entre inclusão no Sistema e o respectivo Pagamento de cada Fatura)</p> <p>FP = Quantidade de Faturas Pagas</p> <p>DP = Data do Pagamento (considerado o último passo pelo sistema. A partir daí é emitido o cheque ou ordem bancária – “wire-transfer”)</p> <p>DF = Data da Chegada da Fatura, registrada no Sistema</p> <p>Apurados a partir de todas as Faturas pagas no mês (ou no ano, para média anual)</p>
Fórmula do Indicador de Desempenho	<p>TMP = [Soma (TP) /FP]</p> <p>Tempo Médio de Pagamento)</p>
Origem dos dados empregados na fórmula	SILOMS-EXT (Sistema Informatizado da CABW) – Anexo 01
Periodicidade e Responsável pela Medição	Mensal, sob a responsabilidade da Divisão Logística e da Divisão de Finanças
Meta para o ano	≤ 15 dias
Data e Valor da Última Medição	31/12/12 - medida obtida: 14 dias
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	A meta foi atingida

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS:

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					x
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.

3.2. SISTEMA DE CORREIÇÃO

3.2.1 CORREIÇÃO PESSOAL CIVIL

O Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) é a Unidade responsável pelas atividades de Correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

3.2.2 CORREIÇÃO PESSOAL MILITAR

A correção do pessoal militar do Comando da Aeronáutica, ativa, reserva e reformado, encontra-se sistematizada por meio da Portaria nº 967/GC3, de 9 outubro de 2009, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAer) - Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975. A base legal da correção do pessoal militar encontra-se fundada na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no art. 142, Capítulo II das Forças Armadas e no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Subsidiariamente correção militar complementa no que couber o Conselho de Justificação - Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972; na Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas - Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972; Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica - Decreto nº 7.099, de 4 de fevereiro de 2010; o Conselho de Disciplina – Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972; e no Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica - Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993.

A Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington não apresentou durante o presente ano nenhum fato desabonador em relação ocorrência de faltas disciplinares envolvendo o efetivo Militar.

3.3. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.

O Comando-Geral do Pessoal é a Unidade responsável pelas atividades de Correção do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correção do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

4. **PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

4.1. INFORMAÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4.2. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1 IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

QUADRO A.4.1 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
COMANDO DA AERONÁUTICA	52111	120002
FUNDO AERONÁUTICO	52911	121002

FONTE: SIAFI

4.2.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.3 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

QUADRO A.4.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em U\$1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG	Concedente	Recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
					1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	128,446,068.05
Natureza da Movimentação de Crédito	UG	Concedente	Recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
					4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	283,806,399.06	53,000.00	-

FONTE: SIAFI GERENCIAL

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

A Unidade Jurisdicionada não executou, no exercício de 2012, créditos originários.

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.3 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em U\$1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
a) Convite	19,431,663.29	25,317,702.04	19,431,663.29	25,317,702.04
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	1,891,527.70	4,822,850.45	1,891,527.70	4,822,850.45
d) Pregão	6,980,736.59	4,315,740.22	6,980,736.59	4,315,740.22
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)				
g) Dispensa	65,420,040.50	71,269,206.89	65,420,040.50	71,269,206.89
h) Inexigibilidade	58,021,564.12	55,441,619.54	58,021,564.12	55,441,619.54
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos	1,156,005.82	901,558.09	1,156,005.82	901,558.09
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha	-	-	-	-
k) Diárias	-	-	-	-
5. Outros	141,985.20	186,352.69	141,985.20	186,352.69
6. Total (1+2+3+4+5)	153,043,523.22	162,255,029.92	153,043,523.22	162,255,029.92

FONTE: SIAFI GERENCIAL

4.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve				
2º elemento de despesa	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve				
3º elemento de despesa	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve				
Demais elementos do grupo	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve				
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve				
2º elemento de despesa	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve				
3º elemento de despesa	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve				
Demais elementos do grupo	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve				
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	57,962,865.42	67,808,016.39	35,262,657.95	29,919,293.31	22,700,207.47	37,888,723.08	35,262,657.95	42,922,397.64
2º elemento de despesa	901,290.87	1,084,441.18	584,413.91	285,433.29	316,876.96	799,007.89	584,413.91	285,433.29
3º elemento de despesa	36,105.52	27,460.00	36,105.52	27,460.00	-	Não houve	36,105.52	27,460.00
4º elemento de despesa	69,545,806.24	94,201,352.45	51,146,034.78	51,667,487.31	18,399,771.46	42,533,865.14	51,146,034.78	51,667,487.31
5º elemento de despesa	Não houve	226.46	Não houve	Não houve	Não houve	226.46	Não houve	Não houve

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa	50,253,226.60	60,859,114.86	14,669,761.20	21,618,179.39	35,583,465.40	39,240,935.47	14,669,761.20	21,618,179.39
2º elemento de despesa	153,599,058.96	115,590,674.91	18,174,521.13	12,108,452.29	135,424,537.83	103,482,222.62	18,174,521.13	12,108,452.29
3º elemento de despesa	79,954,113.50	71,005,415.54	33,117,028.73	46,581,224.33	46,837,084.77	24,424,191.21	33,117,028.73	46,581,224.33
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	53,000.00	47,500.00	53,000.00	47,500.00	Não houve	Não houve	53,000.00	47,500.00
2º elemento de despesa	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve
3º elemento de despesa	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve
Demais elementos do grupo	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve
2º elemento de despesa	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve
3º elemento de despesa	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve
Demais elementos do grupo	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve

4.2.4.2.3 Análise crítica

Destaca-se que, no âmbito da CABW, não há avaliação das Ações que custeiam as atividades-fim. Este juízo é da esfera de competência, no Brasil, dos respectivos Gerentes de Programa e Coordenadores de Ação. As avaliações serão informadas pelas UG às quais estão vinculadas os Programas e Ações orçamentárias. Toda a execução orçamentária da CABW foi realizada estritamente de acordo com as diretrizes dos detentores dos recursos orçamentários, por meio dos Gerentes de Atividades e Programas. Não ocorreram fatos relevantes na CABW, durante o exercício financeiro de 2012, que dificultaram a execução dos créditos recebidos.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

Não ocorreu no período.

5.2. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.5.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Valores em U\$1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2009	119,252,045.57	204,984.07	102,410,216.46	16,636,845.04
2008	6,664,738.13	141,403.57	5,399,232.77	1,124,101.79
2007	3,382,234.18	1,256,586.77	1,259,817.66	865,829.75
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	361,087,238.71	2,244,791.20	339,730,390.83	19,112,056.68
2010	248,369,171.87	2,046,460.08	213,553,926.23	32,768,785.56

FONTE: SIAFI

5.2.1 ANÁLISE CRÍTICA

Em uma análise da situação sobre o controle dos saldos dos Restos à Pagar da Unidade, excluindo os Contratos Plurianuais, temos nos serviços contratados nossa maior dificuldade de processamento. Um dos motivos mais evidentes do excessivo prazo de finalização destes pedidos é que grande parte da frota de aeronaves da FAB é muito antiga, o que, acarreta longos prazos de execução, ou por obsolescência dos itens ou por até extinção dos fabricantes originais. Além de que em várias situações a demanda da FAB é muito pequena em relação aos lotes mínimos exigidos pelas empresas.

Estes aspectos são especialmente incidentes quando o serviço a ser licitado consiste em reparo ou recuperação de itens e equipamentos aeronáuticos (exportação temporária do Brasil) devido à falta de capacidade de produção interna no país.

Outro fator importante a ser observado na análise dos Restos a Pagar é que valores consideráveis estão associados à bens e serviços do setor de Pesquisa e Desenvolvimento da área de Ciência e Tecnologia, as quais demandam longos prazos de fornecimento.

Tendo em vista essas peculiaridades, a CABW tem se empenhado no objetivo de sempre observar a viabilidade técnica e econômica nas licitações de bens e serviços, interagindo com os requisitantes antes da adjudicação dos vencedores, de forma a buscar as melhores soluções e minimizar a ocorrência dos Restos a Pagar. Também faz parte da rotina da CABW o estrito acompanhamento do cumprimento das DPE pelos fornecedores, com o aumento e aperfeiçoamento de instrumentos de controle e penalização dos fornecedores.

A redução dos saldos inscritos nos Restos a Pagar na CABW vem ocorrendo mensalmente, sendo verificados por ocasião de cada Prestação de Contas. Os controles sobre os itens, principalmente os reparáveis, foram intensificados de modo a ocorrer inclusive cancelamentos. Não há impacto na gestão financeira da UG.

5.3. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

Não ocorreu no período.

5.4. SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.4.1 DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

QUADRO A.5.2 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

CÓDIGO DA UG	NOME DA UG	VALORES US\$
	EMAER	
120551	Adidância Argentina	112,076.15
120552	Adidância Bolívia	85,473.06
120557	Adidância Chile	153,273.52
120553	Adidância Colômbia	36,705.00
120558	Adidância Equador	52,600.58
120562	Adidância Estados Unidos	155,966.14
120577	Missão Técnica - MTAB	90,175.00
120559	Adidância Paraguai	70,330.00
120560	Adidância Peru	99,130.00
120561	Adidância Uruguai	58,920.00
120556	Adidância Venezuela	130,960.00
	DECEA	

120578	Delegação OACI-Montreal	50,000.00
120090	Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington (inclui EBL)	60,396.37
	TOTAL	1,156,005.82

5.4.1.2 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.3 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

SUPRIMENTO DE FUNDOS		
SITUAÇÃO	2012	
	QTD.	VALOR
PC NÃO APRESENTADAS	30	147,361.58
PC EM ANÁLISE	09	61,511.56
PC NÃO APROVADAS	-	-
PC APROVADAS	216	947,132.68

FONTE: SEÇÃO DE SUPRIMENTOS DE FUNDOS DA ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO (CABW)

5.4.1.3 Análise Crítica

Os valores constantes da tabela Despesas Realizadas por meio de Suprimentos de Fundos visaram atender à dez Adidâncias, uma Missão Técnica, uma Delegação, bem como a própria CABW e seu respectivo Escritório Brasileiro de Ligação em Ohio.

De acordo com orientações dos órgãos controladores, EMAER (Adidâncias) e DECEA (Delegação da OACI), os créditos foram descentralizados e as respectivas prestações de contas dos detentores foram analisadas e encaminhadas para a SEFA para posterior verificação e arquivamento. Não ocorreu durante o exercício de 2012 nenhum fato que fosse motivo de crítica por parte do setor de controle da CABW. A aplicação destes recursos está em conformidade com a legislação vigente.

5.5. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

6 **GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.**

6.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	14	14	04	04
1.1. Militares (1.1.1+1.1.2)	14	14	04	04
1.1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	14	14	04	04
1.1.2. Reconvocados	0	0	0	0
1.2. Servidores Cíveis de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	NA	NA	NA	NA
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	NA	NA	NA	NA
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	NA	NA	NA	NA
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1 + 2.2)	50	50	03	03
2.1 Militares (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3)	NA	NA	NA	NA
2.1.1 Serviço Militar Obrigatório	NA	NA	NA	NA
2.1.2 Quadro Complementar de Oficiais Temporários	NA	NA	NA	NA
2.1.3 Tarefa por Tempo Certo	NA	NA	NA	NA
2.2 Cíveis	NA	NA	03	03
2.2.1 Auxiliares Locais *	50	50	03	03
3. Total de Servidores (1+2)	64	64	07	07

FONTE: SEÇÃO DE PESSOAL DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA (CABW)

* Os auxiliares locais são aqueles abrangidos pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 (com as modificações da Lei nº 9.849/99 e Lei nº 10.667/2003) e pela Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, regulamentada no âmbito da Aeronáutica pelo Decreto nº 2.299, de 13 de agosto de 1997 (Auxiliares Locais).

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

6.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2 + 1.3)	0	2	10	2	0
<i>1.1. Militares de Carreira</i>	0	2	10	2	0
<i>1.2. Reconvocados</i>	NA	NA	NA	NA	NA
<i>1.3. Servidores Cíveis de Carreira</i>	NA	NA	NA	NA	NA
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)	1	8	15	10	16
<i>2.1. Militares</i>	NA	NA	NA	NA	NA
<i>2.2. Cíveis</i>	1	8	15	10	16
3. Provimento de cargo em comissão (3.1+3.2+3.3)	NA	NA	NA	NA	NA
<i>3.1. Cargos de Natureza Especial</i>	NA	NA	NA	NA	NA
<i>3.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	NA	NA	NA	NA	NA
<i>3.3. Funções gratificadas</i>	NA	NA	NA	NA	NA
4. Totais (1+2+3)	1	10	25	12	16

FONTE: SEÇÃO DE PESSOAL DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA (CABW)

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provisamento de cargo efetivo (1.1 + 1.2 + 1.3)	0	0	0	0	04	07	03	0	0
<i>1.1. Militares de Carreira</i>	0	0	0	0	04	07	03	0	0
<i>1.2. Reconvocados</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>1.3. Servidores Cíveis de Carreira</i>	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
<i>2.1. Militares</i>	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
<i>2.2. Cíveis</i>	NA	NA	NA	NA	41	09	NA	NA	NA
3. Provisamento de cargo em comissão (3.1+3.2+3.3)	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
<i>3.1. Cargos de Natureza Especial</i>	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
<i>3.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
<i>3.3. Funções gratificadas</i>	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
4. Totais (1+2+3)	0	0	0	0	45	16	03	0	0

FONTE: SEÇÃO DE PESSOAL DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA (CABW)

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

6.1.3 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.4 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES
(VALORES EM U\$)

Tipologias/ Exercícios	Venci- mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retri- buições	Gratifi- cações	Adicio- nais	Indeniza- ções	Benefícios Assistenciais e previdenciá- rios	Demais despesas variáveis			
Servidores em cargos efetivos										
Militares de Carreira										
Exercícios	2012	1,857,289.93						771,716.24		
	2011	1,921,838.71						733,847.01		
	2010	1,576,039.35						282,378.28		
Civis										
Exercícios	2012	3,044,263.71						226,927.29		
	2011	2,894,551.43						129,890.62		
	2010	2,720,866.00						160,658.56		
Servidores com Contratos Temporários										
Militares										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Civis										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Militares										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Civis										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Civis										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Civis										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Civis										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									

FONTE: SUBDIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL – SDPP EXTERIOR

6.1.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, essa informação é gerenciada pela Diretoria de Administração de Pessoal – DIRAP, órgão de subordinação sistêmica do Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que, por sua vez, fará constar em seu Relatório de Gestão Consolidado as informações referentes a este cadastro.

6.1.5 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Os indicadores gerenciais sobre recursos humanos serão apresentados no Relatório de Gestão do COMGEP, que é a UJ responsável pela gestão dos recursos humanos no âmbito do COMAER. Contudo, esta UJ, apesar da relevância da área de recursos humanos no cumprimento de sua missão, ainda está em fase de desenvolvimento de tais indicadores.

6.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

A CABW não possui estagiários em sua estrutura organizacional.

6.2.1 AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Não se aplica à natureza jurídica desta UJ.

6.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.5 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON													
UG/Gestão: 120090/00001						CNPJ: 00394429/0155 - 66							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	015/CABW/2010	Santos & Associates	30/03/2012	31/03/2013			3	3			A
Observação: Não há													
<p>LEGENDA</p> <p>Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

FONTE: DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA CABW

6.2.3 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Não houve contratos de prestação de serviço com locação de mão de obra no exercício.

7.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

A frota de veículos automotores de propriedade da CABW é composta de 01 caminhão baú para transporte de carga geral, 01 furgão para transporte de passageiros e 01 furgão para transporte de cargas leves.

O caminhão baú, modelo FORD TRUCK ano 2006, é utilizado para carga e descarga de material aeronáutico paletizado entre as aeronaves de apoio logístico e o armazém de recebimento e expedição, localizado em Temple Hills, próximo à Base Aérea de Andrews. Sua utilização não é constante, dependendo da frequência de aeronaves para transporte de material aeronáutico, mas possibilita menor tempo de envolvimento no carregamento pela preparação prévia da carga a ser enviada para o Brasil. Com 8750 milhas rodadas em 07 anos de uso, sua média anual de rodagem é de 1250 milhas. Apresenta bom estado de conservação e funciona a diesel, o que diminui o custo de manutenção. A necessidade de pronta-resposta para atender aeronaves inviabiliza a locação de veículos para cada carregamento. O furgão para transporte de 11 passageiros e bagagem, modelo DODGE SPRINTER 2008, destina-se ao apoio às tripulações em trânsito, assim como transporte urbano de militares a serviço em Washington. Com rodagem próxima a 55000 milhas em 05 anos, apresenta média aproximada de 11000 milhas por ano. Sua utilização é constante devido à frequência de aeronaves do GTE e à quantidade de militares em missão na cidade de Washington. A opção de locação é desvantajosa economicamente. O furgão cargueiro, modelo DODGE SPRINTER 2008, atende à necessidade de transporte de cargas leves dentro da cidade de Washington, atendendo também a todas as aeronaves que pousam na Base Aérea de Andrews. Funciona a diesel, com 28000 milhas em 05 anos de uso e média anual de 5600 milhas, representando baixo custo de manutenção. O seguro de todas as viaturas é feito numa apólice coletiva, representando custo médio mensal de US\$500.00 (quinhentos dólares) para os três veículos de propriedade da CABW. A quantidade média de consumo de diesel em 2012 foi de 35 galões por mês, representando custo de US\$ 150.50 (cento e cinquenta dólares e cinquenta centavos). Todos os controles são efetuados pela Seção de Transporte que consolida os dados na prestação de contas mensal da CABW.

7.1.1 FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES A SERVIÇO DA UJ, MAS CONTRATADA DE TERCEIROS

Como organização de apoio da FAB nos Estados Unidos, e trabalhando em conjunto com a Adidância Aeronáutica e de Defesa do Brasil, cabe à CABW atender às demandas de transporte de autoridades, missões representativas e comitivas. Assim, a CABW possui 05 veículos modelo SIENNA e 01 carro modelo AVALON em contrato de leasing. As viaturas estão distribuídas no prédio principal da CABW, no Escritório Brasileiro de Ligação em Dayton - OH e no armazém de recebimento e expedição, de forma a cumprir todas as atividades sob sua responsabilidade.

A fim de permitir a substituição gradual da frota, mantendo sempre viaturas em boas condições, existem três contratos em vigência, feitos na modalidade de licitação tipo convite. Contrato 102501, com a empresa Standard Leasing, término previsto para 18 de setembro de 2013,

com valor contratado de US\$19,296.00 (dezenove mil, duzentos e noventa e seis dólares), tendo sido pagos US\$11,256.00 (onze mil, duzentos e cinquenta e seis dólares) até o fim de 2012. Contrato 094562-3S, com a empresa Admiral Leasing, término previsto para 31 de dezembro de 2014, com valor contratado de US\$68,796.00 (sessenta e oito mil, setecentos e noventa e seis dólares), tendo sido pagos US\$22,932.00 (vinte e dois mil, novecentos e trinta e dois dólares) até o fim de 2012. Contrato 121461-2S, com a empresa Admiral Leasing, término previsto para 30 de setembro de 2015, com valor contratado de US\$35, 348.76 (trinta e cinco mil, trezentos e quarenta e oito dólares e setenta e seis centavos), tendo sido pagos US\$2,945.73 (dois mil, novecentos e quarenta e cinco dólares e setenta e três centavos) até o fim de 2012.

Os contratos de leasing cobrem 18.000 milhas anuais por veículo e o seguro da frota custa mensalmente em torno de US\$800.00 (oitocentos dólares). O consumo médio de combustível por carro é de 20 galões por mês, acarretando gasto mensal em torno de US\$430.00 (quatrocentos e trinta dólares) para todas as viaturas. Todos os controles são efetuados pela Seção de Transporte que consolida os dados na prestação de contas mensal da CABW.

7.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	-	-
	Município	-	-
	Subtotal Brasil	-	-
EXTERIOR	Estados Unidos	3	3
	Washington, D.C.	3	3
	Subtotal Exterior	3	3
Total (Brasil + Exterior)		3	3

FONTE: SEÇÃO DE PATRIMÔNIO DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA (CABW)

7.2.2 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.7.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (*)	Com Reformas	Com Manutenção
CABW	9707 00230.500-4	21	2	US\$ 145,700.00	11/08/1970	US\$ 6,900,000.00	-	US\$ 107,880.00
CABW (Depósito + Terreno)	Sem RIP	21	5	US\$ 649,000.00	12/09/1974	US\$ 1,009,000.00	-	US\$ 10,198.00
Total							-	US\$ 118,078.00

FONTE: SEÇÃO DE PATRIMÔNIO DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA (CABW)

(*) Reavaliado em 17SET2012

8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
x	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
x	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
x	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
x	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
x	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
x	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.

	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
x	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
x	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
x	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
x	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(1) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(2) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
x	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
x	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

8.2 ANÁLISE CRÍTICA

As atividades da ATI da CABW estão pautadas nas Normas internas: Procedimentos da ATI, Utilização dos Recursos de Computação e da Rede da CABW, Administração e Utilização do Sistema Informatizado de Gestão de Documentos da Aeronáutica e no Plano Específico de ATI 2012, aprovado em 23 de Janeiro de 2012. Este último é baseado na DCA 14-7 (Política do COMAER para Tecnologia da Informação). Todos os documentos estão atualizados. A quantidade de técnicos da equipe (03) é insuficiente e há necessidade de suspensão de vários projetos para atendimento à demanda diária. A especialização da equipe atual não permite intercâmbio de funções, pois há somente 01 técnico programador, 01 em segurança de rede e 01 para apoio ao usuário. Cabe salientar que a CABW, além de 64 usuários de TI, possui diversos softwares instalados e 17 servidores responsáveis pela manutenção de correio eletrônico, Intraer e Internet, Home Page da CABW e CABE e, principalmente, o SILOMS-EXT. Possui ainda as tarefas de realização do Backup do Banco de Dados, alimentação de dados no SIAFI, inclusão de dados do CD-Fiche, geração de arquivos e brifins para os diversos setores, cadastramento de empresas, instrução dos usuários dos sistemas e suporte técnico em todos os processos logísticos de aquisição,

recebimento e transporte executados no SILOMS-EXT. Por fim, sugere-se incrementar a seção com 01 técnico, principalmente na área de segurança dos sistemas, tendo em vista que a gerência de segurança pretere as demais atividades devido à sensibilidade das informações constantes nos bancos de dados da CABW.

9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.			x		
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			x		
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			x		
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).			x		
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			x		
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ()		Não(x)		
Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			x		
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.			x		
Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do			x		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	x				
Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.				x	
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				x	
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais: Não há.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

VALORES EM US\$1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
A Unidade não participa de nenhum programa de sustentabilidade.	-			-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)	800	900	0	2,824.00	3,533.00	0
Água (m ³)	58.078	78.655	72.288	2,149.50	2,355.72	2,120.16
Energia Elétrica (kw/h)	356.240	382.880	324.960	50,287.03	54,842.81	46,041.02
			Total	55,260.53	60,731.53	48,161.18

FONTE: DIVISÃO ADMINISTRATIVA (CABW)

10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Não ocorreu no período.

10.1.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Não ocorreu no período.

10.2. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

10.3. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93.

10.3.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

QUADRO A.10.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	14	-	-
	Entregaram a DBR	14	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

FONTE: SEÇÃO DE PESSOAL DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA (CABW)

10.3.1.1 Análise Crítica

Todos os quatorze integrantes da Administração entregaram para a seção de pessoal da UG as informações solicitadas (DBR), sendo que, cinco declarações foram entregues na forma de fotocópia e nove na forma de autorização de acesso por meio eletrônico.

10.4. MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

As informações relacionadas nos subitens do item 11 serão fornecidas pela SEFA.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

A Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington é uma organização atípica do COMAER. A Gestão de recursos na atividade Aeronáutica, por si só, também é peculiar, devendo-se considerar que, muitas vezes, os tempos médios de produção de itens ou equipamentos aeronáuticos não são regulares e frequentemente ultrapassam o período do ano-fiscal brasileiro.

Um dos motivos mais evidentes é que grande parte da frota de aeronaves da FAB é muito antiga (superior a 30 anos), o que, conseqüentemente, exige que as empresas fabricantes reabram linhas de produção, pois vários itens são obsoletos, de fabricação quase que artesanal ou descontinuada, além do que em várias situações a demanda da FAB é muito pequena em relação aos lotes mínimos exigidos pelas empresas.

Em relação ao desempenho das funções ratificamos que as limitações internas da CABW restringiram-se apenas à deficiências qualitativas de pessoal, deficiências estas que gradativamente são superadas com reciclagens e treinamentos, bem como realocação de tarefas, atividades e pessoal. No entanto, deve-se destacar que o volume de processos (PAG) administrados pela CABW, nos últimos anos, tem ultrapassado a marca anual de 3.800 por exercício.

Diversas medidas foram adotadas no sentido de amenizar este impacto, tais como automação de parte do processo de aquisição, modernização de ferramentas de TI, treinamento de pessoal, otimização do fluxo de informações e trâmite de documentação.

Washington, D.C., 01 de Março de 2013

Flávio Raimundo Feres Cel Av
=Chefe da Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON - UJ 120090**

DECLARAÇÃO

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente as situações orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO**, no tocante à/ao:

a) título “Outros Ingressos”, no valor de R\$ 11.632,63, existente no Balanço Financeiro, referente à variação cambial, tendo reflexo no título “Outros Dispendios”, no Balanço Financeiro da UG/Gestão 120999/00001 (Diferença Cambial);

b) título “Outras Compensações”, no valor de R\$ 34.730.601,03, existente no Balanço Patrimonial, referente, principalmente, à conta contábil 1.9.9.9.1.00.00 (Bens e Valores em Trânsito), no valor de R\$ 34.730.600,26, motivado, sobretudo, por lançamentos na conta contábil 1.9.9.9.1.02.02 (Bens Móveis Enviados), envolvendo as UG/Gestões 120020/00001, 120046/00001, 120047/00001, 120049/00001, 120080/00001 e 120127/00001;

c) diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, no valor de R\$ 0,03, existente no Balanço Patrimonial, referente ao título “Outros Ingressos” existente na Demonstração das Disponibilidades; e

d) diferença entre o Resultado do Período no Balanço Patrimonial e o Resultado Patrimonial (Superávit/Déficit) apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, motivada pela utilização de diferentes taxas de câmbio para a apresentação dos valores, no Balanço Patrimonial, dos exercícios de 2012 e 2011.

Declaro, ainda, que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI, não tendo sido objeto de análise.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 13 de março de 2013.


ANA PAULA SOARES DE ALCÂNTARA DO NASCIMENTO – 1º TEN QOEA SVA
Chefe da Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis
Contadora CRC-DF Nº 017367/O-0

Ciente:


ALEXANDRE VELLOSO GUIMARÃES - Cel Int
Chefe da Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis
Subsecretaria de Contabilidade
Contador CRC-DF nº 013386/O-8



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON - UJ 120090**

INFORMAÇÕES SOBRE AS ADOÇÕES DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Declaro que a Unidade Jurisdicionada, em cumprimento às orientações normativas elaboradas pela Unidade Gestora Setorial de Contabilidade do Comando da Aeronáutica, adotou procedimentos e práticas aplicáveis aos registros e às demonstrações contábeis consoantes as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e 16.10.

Especificamente em relação à avaliação e mensuração de Ativos e Passivos e concernente à depreciação dos itens do Ativo Permanente, a Unidade Jurisdicionada adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.10 e 16.9, respectivamente, da seguinte forma:

a) a vida útil econômica dos itens do Ativo Permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.4.2.1.2.00.00;

b) a depreciação foi realizada pelo método linear ou das cotas constantes, com as taxas de depreciação calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI;

c) a vida útil econômica dos bens bem imóveis, bem como os critérios de avaliação, mensuração e de depreciação obedecem às normas do Sistema de Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUNET;

d) a avaliação e a mensuração dos itens do Ativo e do Passivo obedeceram aos seguintes critérios:

- Disponibilidades – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;

- Créditos e Obrigações – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;

- Estoques – valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, quando aplicável;

- Imobilizado e Intangível – valor de aquisição/produção/construção, com previsão do reconhecimento dos efeitos da depreciação ou da amortização, conforme o caso;

- Diferido – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no SIAFI, sendo aplicável aos saldos de recursos financeiros remanescentes na UJ, sem contrapartida de obrigações do passivo no encerramento do exercício.

e) a utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, especialmente, nos casos de reavaliação dos itens do Ativo Permanente e do registro da depreciação apresentou seus reflexos no resultado patrimonial do exercício e no Patrimônio Líquido.

Brasília-DF, 13 de março de 2013.


ANA PAULA SOARES DE ALCANTARA DO NASCIMENTO – 1º TEN QOEA SVA
Chefe da Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis
Contadora CRC-DF Nº 017367/O-0

Ciente:


ALEXANDRE VELLOSO GUIMARÃES - Cel Int
Chefe da Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis
Subsecretaria de Contabilidade
Contador CRC-DF nº 013386/0-8

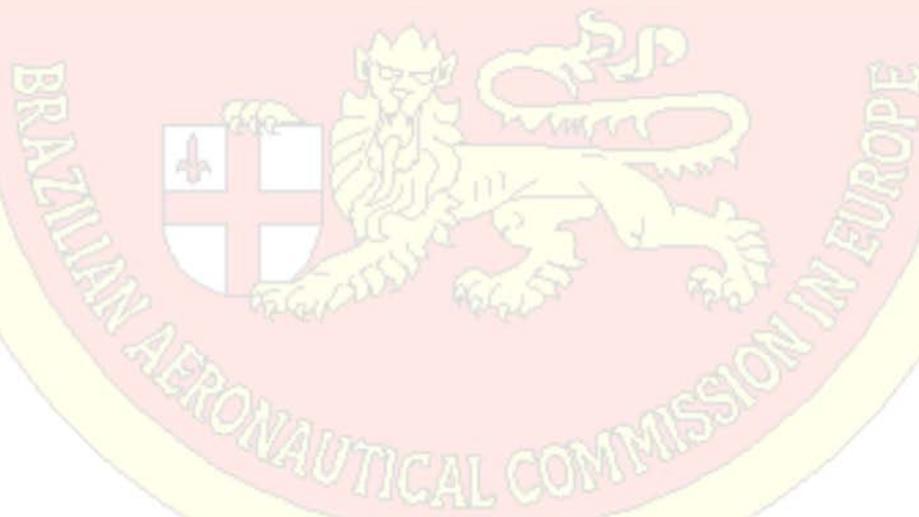


MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA NA EUROPA

C A B E



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012



Londres, 31.12.2012



MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA NA EUROPA

C A B E



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

Londres, 28/02/2013

SUMÁRIO

Introdução.....	Pág	6
Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	Pág	9
Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.....	Pág	14
Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	Pág	22
Programação e Execução da Despesa orçamentária e Financeira.	Pág	27
Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	Pág	33
Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.....	Pág	36
Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário.....	Pág	43
Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento.....	Pág	46
Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	Pág	48
Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas.....	Pág	51
Informações Contábeis.....	Pág	52
Outras informações sobre a Gestão.....	Pág	52
Anexo A.....	Pág	53
Anexo B.....	Pág	59

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CABE – COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA NA EUROPA

CELOG – CENTRO LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA

COMAER – COMANDO DA AERONÁUTICA

COMGAP – COMANDO-GERAL DE APOIO

COMGEP – COMANDO-GERAL DO PESSOAL

DCA – DIRETRIZ DO COMANDO DA AERONÁUTICA

DIRAP – DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

EMAER – ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

OM – ORGANIZAÇÃO MILITAR

RP – RESTOS A PAGAR

SDPP – SUBDIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

SEFA – SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA

SIAFI – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

SIGADAER – SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA E DOCUMENTOS DA AERONÁUTICA

SILOMS – SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA DE MATERIAL E DE SERVIÇOS

SILOMS-BMP – SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA DE MATERIAL E DE SERVIÇOS – MÓDULO DE BENS MÓVEIS PERMANENTES

SILOMS-EXT - SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA DE MATERIAL E DE SERVIÇOS – MÓDULO EXTERIOR

SPIUNet – SISTEMA DE GERENCIAMENTO DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO

UG – UNIDADE GESTORA

UJ – UNIDADE JURISDICIONADA

LISTA DE TABELAS , RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES , ETC.

Título	Página
Identificação da Unidade Jurisdicionada	9
Organograma Funcional	11
Requisições Processadas	17
Indicadores Institucionais	19
Indicadores Relacionados aos Processos Finalísticos	21
Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	23
Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	27
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	28
Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	30
Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	31
Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	33
Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos	34
Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	34
Força de Trabalho da UJ	36
Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da UJ	36
Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	38
Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade	38
Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2010, 2011 e 2012	39
Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	42
Frota de Veículos Automotores de Propriedade da UJ	43
Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso especial de propriedade da União	43
Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	44
Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	44
Gestão da Tecnologia da Informação da UJ	46
Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	48
Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	49
Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	51
Anexo A – Mapa de Macroprocesso	53
Anexo B - Gráficos dos Indicadores Institucionais	59

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa (CABE) está estruturado de acordo com as disposições da Instrução Normativa do TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

Dentre os itens da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, não se aplicam à realidade da CABE os seguintes:

- Informações sobre os Programas do PPA de responsabilidade da UJ;
- Transferência de Recursos;
- Programação de Despesas;
- Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF);
- Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ;
- Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ;
- Informações sobre a Gestão de Precatórios;
- Detalhamento da Estrutura de cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ;
- Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas;
- Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação;
- Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão;
- Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público;
- Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados;
- Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos;
- Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos;
- Informações sobre Locação de Mão de obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos Do Órgão;
- Composição do Quadro de Estagiários; e
- Informações Contábeis.

Os itens a seguir declarados, apesar de se aplicarem à realidade da CABE, não apresentaram conteúdo a ser declarado no Exercício de referência:

- Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos; e
- Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício.

Durante o exercício de referência, destaca-se, como principais realizações da gestão, as seguintes:

- O início do mapeamento dos processos internos, que proporcionou a revisão, a padronização de procedimentos, a otimização de pessoal e de tempo e criou uma Cadeia de Valor Agregado, tornando-se possível obter uma visão sistêmica dos processos organizacionais, constatando-se a interligação e/ou encadeamento dos macroprocessos, processos, subprocessos, e tarefas, tendo sido definido, até o momento, um Macroprocesso Finalístico e um de Apoio;

- A adoção de ações (reuniões, visitas, etc.) voltadas para uma maior aproximação com empresas de porte e de grande importância para a manutenção de alguns projetos da frota, como GE Aviation (A-29), Alenia (A-1), Thales (P-95) e Rosoboronexport (MI-35), o que permitiu uma melhoria significativa de qualidade no atendimento das necessidades às Unidades requisitantes sediadas no Brasil;
- A melhoria dos processos em uso na Seção de Material da Divisão de Logística, a fim de permitir um controle ainda maior acerca das datas previstas de entrega dos materiais, mantendo os históricos das requisições respectivas atualizados, cujos conteúdos são utilizados como dados de planejamento pelas Unidades requisitantes, no Brasil, e, também, como informações para avaliação do desempenho dos fornecedores. Como decorrência, os valores inscritos em Restos a Pagar encontram-se totalmente controlados, com os seus históricos totalmente atualizados no SILOMS-EXT, o que permite cada vez mais a conclusão de tais processos com a celeridade requerida pelas boas práticas vigentes no âmbito da Administração direta;
- As contas patrimoniais da CABE, em sua totalidade, encontram-se com seus controles em ordem e em dia, destacando-se o fato de a CABE ter realizado, durante o exercício de 2012, o registro do seu prédio sede no SPIUNet, permitindo um controle mais efetivo e transparente acerca das variações do patrimônio imóvel do COMAER no exterior;
- Na área patrimonial, destaca-se, também, o controle pormenorizado das contas de bens móveis em trânsito, no SIAFI, permitindo que a CABE certifique-se do recebimento dos materiais pelas Unidades requisitantes e o estrito cumprimento dos prazos legais determinados pela SEFA;
- A implantação do Módulo de Bens Móveis Permanentes (BMP) do Sistema Integrado de Logística de Material e Serviços (SILOMS) em substituição ao Sistema de Patrimônio (SISPAT), conforme preconizado pela Portaria SEFA nº 52/SUCONT-2, de 17 de abril de 2012, permitiu um melhor acompanhamento e um controle ainda mais efetivo sobre os registros dos Bens Móveis Patrimoniais sob a responsabilidade da CABE, bem como atendeu às orientações normativas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) concernentes à escrituração e ao controle dos referidos bens;
- O estabelecimento de uma sistemática de revisão das normas internas, por meio da Norma Padrão de Ação (NPA) nº 001F/12, de 15 de maio de 2012, o que permitiu que os processos internos mantenham-se em consonância com as prescrições legais dos Órgãos responsáveis pelos diversos processos de competência da CABE;
- A adoção de nova sistemática de avaliação de Auxiliares Locais, por meio da NPA nº 019C/12, de 15 de agosto de 2012, o que proporcionou ainda mais coerência entre os incrementos salariais dos funcionários e os respectivos desempenhos;
- A finalização de processo licitatório com a assinatura de um novo contrato de transporte logístico, proporcionando maior economicidade para a Administração;
- A inclusão de atividades de cunho social, no planejamento anual, a fim de trazer ainda mais coesão à equipe da CABE e harmonia ao ambiente de trabalho.

Para a realização dos objetivos traçados para o exercício de 2012, as principais dificuldades encontradas por esta UJ foram as seguintes:

- Dificuldade na obtenção ou reparo de componentes das aeronaves em operação na FAB. Muitas vezes em face à obsolescência do equipamento. Outras vezes pelo fato de o componente ter sido descontinuado pelo fabricante ou oficina, causando longos prazos de entrega ou preços acima dos valores de referência constantes dos catálogos respectivos;

- Apesar de 95% dos recursos orçamentários colocados à disposição da CABE serem executados por meio de contratos, por vezes, há aquisições de itens no varejo, para atendimento a requisições específicas. Nesses casos, a CABE enfrenta a falta de interesse de grandes Empresas em responder às licitações realizadas na modalidade convite, haja vista as quantidades reduzidas das requisições e os baixos valores envolvidos;
- Dificuldade em lidar com as diversidades legais, fiscais e econômicas dos diversos mercados (Europa, Ásia, África e Oceania) com os quais a Comissão interage na busca pela obtenção de bens e serviços em atendimento às necessidades do COMAER, cujas práticas, muitas vezes, são divergentes das disposições legais em vigor no Brasil, aliada à falta de regulamentação do preconizado no art. 123 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993;
- Espaço físico do prédio da CABE reduzido, carecendo de ambientes adequados para reuniões de trabalho, bem como para atividades de treinamento e refeições para o efetivo.

Para uma melhor compreensão acerca do disposto no presente Relatório, deve-se destacar que a CABE, com base na sua finalidade institucional, tem o desenvolvimento das suas atividades e o emprego de sua força de trabalho voltado, basicamente, para o atendimento das necessidades apresentadas pelas Unidades sediadas no Brasil, de acordo com os seus respectivos planejamentos. Sendo assim, não cabe a esta Comissão a avaliação crítica no que concerne ao alcance dos objetivos das Unidades requisitantes, mas apenas quanto ao efetivo cumprimento de sua missão.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1.3 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa/ Comando da Aeronáutica			Código SIORG: 48
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Número de Ordem:			
Denominação Completa: Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa			
Denominação Abreviada: CABE			
Código SIORG: 69134	Código na LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 120091
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.429/0042-89	
Principal Atividade: Defesa / Atividades de Logística Militar			Código CNAE: 8422-1/00
Telefones/Fax de Contato:	(00xx44)20 7440 4321	(00xx44)77 5382 2942	(00x44)20 7422 3642
E-mail: cabe@bace.org.uk			
Página na Internet: http://www.bace.org.uk			
Endereço Postal 16 Great James Street, London, WC1N 3DP, United Kingdom			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criada pelo Decreto nº 70.303, de 20 de março de 1972.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria CELOG nº 20-T/SPLC, de 1º de novembro de 2011, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 240, de 20 de dezembro de 2011.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
DCA 2-1 – Doutrina de Logística da Aeronáutica.			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
120091	Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
120091		00001	

1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa (CABE), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER), criada pelo Decreto nº 70.303, de 20 de março de 1972, tem por finalidade centralizar, dentro de sua área de atuação, as atividades logísticas de apoio e de serviços, a administração de acordos, ajustes e contratos, bem como outras que lhe forem determinadas, tudo de interesse e responsabilidade do COMAER.

À CABE compete:

- a execução das atividades logísticas e administrativas afins, concernentes à aquisição de bens e de serviços na área aeroespacial ou em outras áreas de interesse do COMAER;
- o processamento, a administração e a fiscalização de acordos, ajustes e contratos que estejam sob sua responsabilidade;

- a contratação de serviços e de pessoal para o desempenho de suas atividades, conforme regulamentação específica da legislação brasileira;

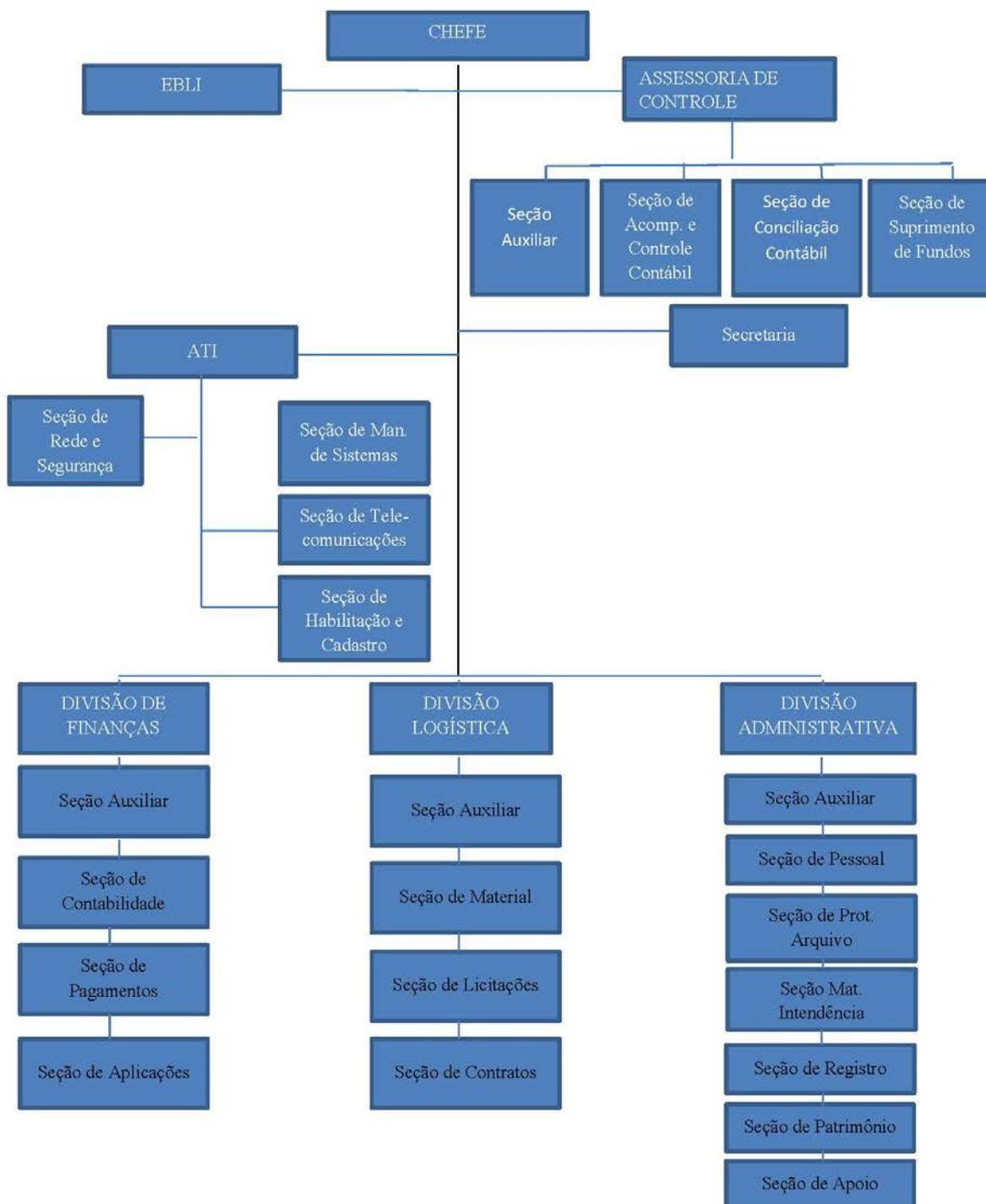
- o trato de transporte de bagagem e de pessoal movimentado dentro de sua área de atuação, de interesse e responsabilidade do COMAER;

- o apoio às Adidâncias, Comissões de Recebimento de Material ou Serviço (COMREC), delegações e representações do Comando da Aeronáutica sediadas em sua área de atuação, em cumprimento às ordens emanadas da autoridade competente;

- o apoio ao pessoal que esteja cumprindo missão transitória, permanente ou em tratamento de saúde em sua área de atuação e às aeronaves da Força Aérea Brasileira em trânsito, em estrito acordo com as orientações emanadas do Adido Aeronáutico ou autoridade competente.

Desta forma, todo o planejamento acerca dos objetivos e das suas respectivas ações, bem como as principais realizações no período, ocorreram em plena conformidade com a finalidade e as competências institucionais determinadas legalmente para a UJ, o que será demonstrado no item 2 do presente relatório.

1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Assessoria de Controle Interno: assessora o Agente Diretor e o Ordenador de Despesas da CABE, no cumprimento da legislação e das normas que regem o serviço administrativo, por meio da

conferência dos documentos, segundo os aspectos moral, aritmético e formal-legal, conforme dispõe o Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA);

Macroprocesso: participa de todos os Macroprocessos da UJ, seja finalístico ou de apoio.

Produto: atesta a legalidade dos atos administrativos praticados, bem como a respectiva adequação aos parâmetros normativos administrativos em vigor.

Divisão de Finanças: contabiliza e controla a movimentação financeira da CABE e os compromissos financeiros de responsabilidade do COMAER, em sua área de atuação.

Macroprocesso: Aquisição Logística;

Produto: aquisição, contabilização, remessa, pagamento e desembrço alfandegário de material logístico para o Brasil.

Divisão de Logística: executa as atividades logísticas de procura e compra de bens e serviços; de habilitação e cadastro de empresas, bem como de recebimento e expedição do material adquirido, adequando a necessidade de transporte logístico ao tipo de modal (aéreo, marítimo ou rodoviário) mais efetivo, levando-se em conta as diversas localidades dentro da área de atuação da CABE, incluindo o desembrço alfandegário que se fizer necessário;

Macroprocesso: 1 - Aquisição Logística;

Produto: aquisição, contabilização, remessa, pagamento e desembrço alfandegário de material logístico para o Brasil.

Divisão Administrativa: executa as atividades necessárias à manutenção da vida vegetativa da CABE, no tocante a recursos humanos e infraestrutura;

Macroprocesso: Manutenção da Vida Vegetativa da UJ.

Produto: fornecimento de todo o suporte de pessoal e material para que o Macroprocesso “Aquisição Logística” possa ser realizado.

1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

A CABE identificou um macroprocesso finalístico, o qual foi chamado de “Aquisição Logística” e está relacionado diretamente com a razão de existir da UJ, que é a centralização, dentro de sua área de atuação, das atividades logísticas de apoio e de serviços, que implicam a administração de acordos, ajustes e contratos, e o desenvolvimento de outras atividades que lhe forem determinadas pelo COMAER. O processo encontra-se disposto no [Anexo A](#).

A CABE atuou de várias formas para a melhoria do Macroprocesso, a própria tarefa de levantamento do Macroprocesso em si permitiu a revisão dos respectivos processos, com otimização da aplicação de recursos humanos e do tempo disponível.

Destaca-se, ainda, a realização de nova licitação para a contratação do Transporte Logístico que culminou com uma redução em torno de 50% com base nos custos do contrato anterior, bem como a melhoria de processos que permitiu a redução do tempo médio de liquidação e pagamento dos processos de obtenção de materias e serviços em atendimento às Unidades apoiadas, de 10 dias

para 8 dias, apesar da média de quantidade de pagamentos ter aumentado de 13 para 16 processos por dia.

1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO

Os processos inseridos no macroprocesso “Manutenção da Vida Vegetativa da CABE” se encontram em fase de mapeamento e são definidos como: “Manutenção de Imóveis”, “Controle e Manutenção de Viaturas”, “Controle de Efetivo”, “Aquisições Administrativas” e “Controle e Registro de Bens”.

Foram realizadas diversas ações para a melhoria dos processos tais como:

- ampliação do leque do prestadores de serviços de manutenção dos Próprios Nacionais Residenciais e do Prédio Sede da CABE, que culminou com a redução nos preços dos serviços em torno de 30% em comparação com média dos anos anteriores;
- elaboração de Norma Padrão de Ação para solicitação de serviços, permitindo um melhor gerenciamento das prioridades e da aplicação dos recursos financeiros disponíveis;
- revisão da Norma Padrão de Ação da Seção de Transporte de Superfície, tornando mais claro o fluxo processual para apoio de transporte e estabelecendo ações de controle mais eficazes;
- elaboração de Norma Padrão de Ação para apoio aos militares transferidos para a CABE, levando a uma distribuição de tarefas coordenada, de forma a permitir uma adaptação mais tranquila para os recém-chegados;
- revisão da Norma Padrão de Ação para avaliação de desempenho de Auxiliar Local, levando a uma maior valorização do bom profissional e dando transparência sobre o processo;
- revisão da Norma Padrão de Ação que regula a realização de horas extras, estabelecendo procedimentos de controle mais acurados;
- elaboração de Norma Padrão de Ação para registro e controle de pessoal, permitindo um controle mais eficaz do efetivo durante o expediente e seu direito à folgas e férias;
- revisão da Norma Padrão de Ação que regula o ressarcimento de despesas de Auxiliar Local em missão fora de sede, otimizando o emprego dos recursos em viagem à serviço;
- elaboração de Norma Padrão de Ação para aquisição de bens e serviços de destinados à manutenção da vida vegetativa da CABE, proporcionando maior celeridade no atendimento das necessidades, definição mais clara dos requisitos envolvidos e mecanismos que privilegiam o atendimento ao princípio da economicidade; e
- revisão da Norma Padrão de Ação que regula as atividades de controle e registro de bens móveis permanentes, em consonância com a implantação do SILOMS-BMP, resultando no controle total sobre tais bens, inclusive no que se refere ao material permanente sob a responsabilidade das Aditâncias apoiadas e à conciliação entre os registros pertinentes ao SILOMS-BMP e o saldo das contas correspondentes no SIAFI.

1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS

Os principais parceiros relacionados aos processos finalísticos são Stefanelli Spedizioni SRL (transporte logístico), Eurocopter (maior provedora de peças e reparos) e Banco do Brasil (instituição pagadora e garantidora de negócios, seja por meio de Carta de Crédito, seja por Garantia Bancária).

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

A CABE estabeleceu o seu Plano de Trabalho para o exercício de 2012 de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CELOG, por meio da ICA 400-33 - Programa de Trabalho Anual do CELOG e OM Subordinadas, de 2012, o qual, por sua vez, foi estabelecido em consonância com o PCA 11-1 - Plano Setorial do COMGAP – Período 2012-2013, bem como em obediência às suas competências constitucionais, legais e normativas.

Sendo assim, com base nas prescrições legais citadas no parágrafo anterior, a CABE buscou atingir os seguintes objetivos, ao gerenciar e executar os recursos sob sua responsabilidade e cumprir suas atribuições, durante o exercício de referência:

- Modernizar os processos e ferramentas de gestão da CABE, visando incrementar as melhores práticas gerenciais, concentrando nas atividades da missão;
- Otimizar o processo de recebimento e o trânsito de materiais (recebimento/remessa) de/para as OM no Brasil, com ênfase para os itens reparáveis;
- Interagir com os clientes internos e externos da CABE, buscando um relacionamento profissional e buscando o atendimento das expectativas de ambas as partes;
- Buscar a máxima eficiência administrativa nas atividades da CABE, através da modernização dos processos em uso e da implementação de novos controles e, em especial, nas propostas de aperfeiçoamento do sistema SILOMS-EXT, a fim do melhor gerenciamento das aquisições e controle de contratos;
- Considerar, em todos os planejamentos da Comissão, as atividades de apoio ao homem, na medida em que contribuam para a melhoria do padrão profissional e pessoal do efetivo;
- A preservação das instalações e bens sob responsabilidade da Comissão, deve ser preocupação de todo o efetivo;
- As atividades de formação e atualização profissional que contribuam para o cumprimento da missão da Organização, devem ser programadas para todo o efetivo da Comissão, objetivando a padronização e o amplo conhecimento dos processos administrativos em vigor.

Na busca pelo atingimento dos objetivos traçados, verificou-se que as principais realizações da UJ abrangem tanto os processos finalísticos, como aqueles considerados como de apoio.

Primeiramente, deve-se destacar o próprio mapeamento dos processos internos, que permitiu que a Unidade conhecesse melhor os procedimentos vigentes, revisando-os e padronizando-os, proporcionando ainda um emprego mais racional do pessoal e tempo disponíveis.

A maior aproximação com empresas de relevância no contexto da obtenção de materiais e serviços em atendimento às necessidades de certos projetos da frota, como GE Aviation (A-29), Alenia (A-1), Thales (P-95) e Rosoboronexport (MI-35), proporcionou, além de melhoria significativa de qualidade no atendimento das necessidades das Unidades requisitantes sediadas no Brasil, aprendizados na área da gerência de processos que foram incorporados ao trabalho citado no parágrafo anterior.

A melhoria dos processos em uso na Divisão de Logística, a fim de permitir um controle ainda mais apurado acerca das datas previstas de entrega dos materiais adquiridos e serviços contratados, aliada à finalização de processo licitatório com a assinatura de um novo contrato de transporte logístico, com revisão dos parâmetros de atendimento, tornando-os ainda mais alinhados à missão da Comissão, impactou positivamente na atuação da Administração da Unidade,

proporcionando informações imprescindíveis para o sucesso no cumprimento da missão atribuída a UJ.

O domínio pleno acerca das informações pertinentes às contas patrimoniais da Unidade (bens móveis de consumo, bens móveis permanentes e bens imóveis), inclusive no que se refere às contas de bens em trânsito, bem como a manutenção de tais registros em ordem e em dia, não só cumpre as prescrições legais vigentes, como também contribui para a transparência acerca das variações do patrimônio do COMAER no exterior.

No caso dos bens em trânsito, merece destaque especial o fato de as informações produzidas e mantidas em ordem e em dia serem de grande valia para o planejamento das atividades concernentes às Unidades requisitantes

Destaca-se, por fim, as realizações no âmbito dos processos de apoio, com o estabelecimento, primeiramente, de uma sistemática de revisão de normas internas, que instituiu uma obrigação periódica de revisão dos procedimentos em prática na Unidade, inclusive aqueles relacionados aos processos finalísticos.

No que concerne ainda aos processos de apoio, ressalta-se como de extrema relevância as ações voltadas para a valorização do pessoal do efetivo, como a adoção de uma nova sistemática de avaliação de Auxiliares Locais, apresentando-se como mais um fator de estímulo à melhoria de desempenho, e a inclusão das atividades de cunho social, no planejamento anual, a fim de trazer ainda mais coesão à equipe da CABE e harmonia ao ambiente de trabalho.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

Especificamente no que tange aos processos finalísticos de aquisição de materiais e contratação de serviços, por meio da Divisão de Logística, identificaram-se alguns riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos traçados para o exercício de referência das contas, são eles:

- A falta de regulamentação do Art. 123 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em licitações envolvendo um mercado vasto, como o da CABE (Europa, Asia, Africa e Oceania). Algumas Empresas, por exemplo, recusam-se a aceitar os termos do Edital da CABE, principalmente no que se refere às condições de pagamento, que prescreve o prazo de 30 dias do recebimento do material ou certificação do serviço prestado, para a realização do pagamento.
- A demora na definição do orçamento total a ser disponibilizado para o atendimento das necessidades das Unidades requisitantes, bem como o não conhecimento pleno das referidas necessidades logo no início do exercício, impacta diretamente nos prazos de obtenção e aumenta o risco de inscrição dos valores respectivos em Restos a Pagar.
- Diferença de fuso horário entre Londres – Reino Unido, sede da Comissão e o Brasil, dificultando, por vezes, a comunicação e a interação com as Unidades requisitantes.

Em análise dos riscos citados, a CABE mobilizou-se na melhoria constante dos Processos para mitigá-los ou até mesmo eliminá-los. Algumas ações foram adotadas, conforme abaixo:

- Revisão do Edital de Convite da CABE, mantendo a adequação aos princípios básicos da Lei nº 8.666/93 e, concomitantemente, mais próximo da realidade dos mercados correspondentes à área de atuação da UJ.
- Criação de uma Cadeia de Valor Agregado. Desta forma, tornou-se possível revisar e padronizar os macroprocessos da CABE, bem como ter uma visão sistêmica dos processos organizacionais como um todo, obtendo-se uma macro-visão da interligação e/ou

encadeamento dos macroprocessos, processos, subprocessos, e tarefas, identificando o melhor fluxo para execução dos mesmos.

- Estreitamento dos contatos com os elos sistêmicos de planejamento logístico, com o objetivo de acelerar a alocação dos recursos e possibilitar uma obtenção mais célere, a fim de evitar inscrições de valores em Restos a Pagar.

- Ajuste do horário de expediente da Comissão ao expediente das Unidades no Brasil, a fim de compensar a diferença de fuso horário existente. O resultado foi positivo, contribuindo para aumento da interação entre requisitantes, Comissão e fornecedores.

- Continuidade na adoção de ações voltadas para a constante melhoria do ambiente institucional, com o intuito de aumentar a motivação e estimular o trabalho em equipe, buscando, em última análise, um maior comprometimento na padronização de processos e eliminação de falhas, em etapas crescentes e sucessivas, visando uma maior eficiência, eficácia e efetividade no cumprimento da missão da Unidade.

No âmbito ainda da Divisão de Logística, mais especificamente no que se refere aos processos finalísticos desenvolvidos pela Seção de Material, constatou-se um risco que poderia causar prejuízo ao atendimento de um objetivo estabelecido para o exercício, relacionado com a execução dos valores inscritos em Restos a Pagar:

- Em função do prazo contratado para entrega dos materiais, as empresas poderiam solicitar o cancelamento da contratação, o qual poderia influenciar na manutenção operacional das aeronaves da Força Aérea, comprometendo o cumprimento da missão institucional da Aeronáutica.

A fim de mitigar o risco citado, realizou-se as seguintes ações:

- Priorizou-se, no âmbito da Seção, a atividade de acompanhamento e cobrança, junto às empresas fornecedoras, acerca do recebimento dos materiais adquiridos, cujos valores estão inscritos em Restos a Pagar, realizando-se uma reunião mensal com os setores envolvidos para tratar, especificamente, do referido assunto.

- Tal objetivo de priorizar a execução dos valores inscritos em Restos a Pagar foi estabelecido em 2010. Uma das ações que contribuiu para o sucesso no alcance das metas estabelecidas foi a alocação, na Comissão, desde 2011, de um Oficial para chefiar o setor responsável com conhecimento específico.

- Como estratégia de divulgação interna do objetivo traçado e dos resultados alcançados, é elaborado, mensalmente, um Relatório, divulgado para todo o efetivo, por mensagem eletrônica, evidenciando a diminuição crescente dos valores inscritos em Restos a Pagar em relação aos valores inicialmente inscritos.

- Por último, como mais uma ação destinada a mitigar o risco citado, é prática, sempre que uma empresa informa a impossibilidade de honrar o compromisso assumido, enviar-se uma Carta para ratificar os transtornos operacionais e administrativos que essa decisão poderia causar ao Comando da Aeronáutica e que, por tal motivo, a empresa poderia ser penalizada com a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

Ainda no âmbito dos processos finalísticos, foi identificado um risco que poderia prejudicar o cumprimento dos objetivos traçados para a Divisão de Finanças:

- Elevada dependência do Banco do Brasil S.A. para recebimento dos recursos financeiros provenientes do Brasil, bem como para o processamento dos pagamentos da Comissão. Uma mudança radical na política e sistemas do Banco poderia afetar o Macroprocesso "Aquisição Logística".

Nesse sentido, as ações identificadas como as mais cabíveis, destinadas a mitigar o risco citado foram as seguintes:

- Manutenção do número de Auxiliares Locais contratados e incremento da capacitação do pessoal com cursos e treinamentos internos.
- Realização de diversas reuniões de conscientização e esclarecimento acerca do papel da UJ e divulgação sobre os resultados alcançados durante o exercício de 2012.

Passando-se ao campo dos processos de apoio, dentro de um processo de análise ambiental verificou-se a oportunidade de utilização de uma área ociosa para o estabelecimento de um almoxarifado, o que permitiria maior agilidade no fornecimento de material de expediente e economia de recursos de armazenagem.

Dentro do mesmo projeto ocorreria também a expansão da copa, levando mais conforto aos funcionários no momento das refeições. Entretanto a avaliação de risco de tal objetivo apontou para a ameaça da escassez de recursos, a qual se mostrou verdadeira e presente, levando a administração a aumentar a frequência de aquisições de material de expediente com redução de volume, optando, assim, por aquisições do tipo *just in time*. Visando proporcionar melhor qualidade de vida aos funcionários no momento das refeições, foram adotados horários diferenciados de almoço, mitigando o impacto causado pela falta de espaço na copa.

A avaliação de risco sobre a capacidade de produção no ano de 2012 demonstrou a possibilidade de perda de mão de obra qualificada com a ocorrência de aposentadorias e demissões voluntárias. Assim, foi planejado para o final do exercício a aplicação de um Processo Seletivo Simplificado, que culminou com a contratação de dois funcionários e a manutenção de uma lista de potenciais funcionários com validade de dois anos.

Outro aspecto observado que poderia impactar negativamente a capacidade de produção foi a falta de uma política salarial transparente e justa, desse modo, foi elaborado e comunicado ao efetivo o posicionamento da Organização em relação ao pagamento de pessoal, sendo valorizado o desempenho individual e o tempo de serviço prestado à CABE.

2.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES:

Primeiramente, no que concerne ao Macroprocesso Finalístico “Aquisição Logística”, apesar de o número de requisições logísticas terem sofrido um aumento de 9,47% em relação a 2011, mais ainda inferior aos anos de 2009 e 2010, conforme demonstrado pelo Quadro a seguir, verifica-se a tendência de cada vez mais as necessidades das Unidades apoiadas serem atendidas, prioritariamente, conforme diretriz do próprio COMGAP, pela formalização de contratos: 95 % do orçamento colocado à disposição da CABE foi executado em atendimento a contratos.

QUADRO A.2.3 – REQUISIÇÕES PROCESSADAS

Ano	Requisições processadas	% comparação com ano anterior
2009	4767	- x -
2010	4482	- 5,97%
2011	3814	- 14,90%
2012	4175	+ 9,46%

Fonte: SILOMS-EXT

Haja vista o cumprimento efetivo da missão da CABE estar na entrega às Unidades requisitantes daquilo que foi especificado, entende-se que o transporte logístico é um dos processos mais relevantes para o alcance dos objetivos estabelecidos. Sendo assim, torna-se de extrema relevância o fato de ter sido firmado um novo contrato de transporte logístico, que foi o resultado de

um planejamento prévio, que resultou em uma licitação capaz de proporcionar um acordo com valores mais vantajosos para a Administração.

Cabe destacar que o objetivo de dominar de forma mais completa o processo de envio de material foi estabelecido desde 2010, tendo sido iniciado com a alocação, em 2011, de 1 (um) Oficial e 1 (um) Suboficial, na Comissão, para tratar especificamente da referida matéria.

Destaca-se que, em 2011, foi contratada 1 (uma) Auxiliar Local capacitada em Comércio Exterior com o objetivo de ser criada uma rotina lógica de envio do material, diminuindo-se o tempo de armazenagem sem aumentar o custo, bem como sem prejudicar o atendimento das necessidades da Força Aérea, ou seja, estabelecer uma rotina com excelência na relação custo-benefício, o que foi plenamente conquistado, com a colocação em prática dos conhecimentos adquiridos pelas pessoas citadas anteriormente.

Na Divisão de Finanças, todas as ações planejadas e inseridas no Plano de Trabalho da CABE foram cumpridas, destacando-se: maior da interação com a SEFA, que resultou na melhoria da prestação de contas das Aplicações Financeiras, que nos mês de outubro não apresentou erros; gestões junto ao Banco do Brasil em Londres, que culminou com a otimização do processo de remessa de Cartas de Pagamento, minimizando o tempo utilizado para tal atividade, com impactos positivos para o andamento do Macroprocesso "Aquisicao Logistica" da UJ.

No âmbito dos processos de apoio. Deve-se destacar que foram estabelecidos, para a Divisão Administrativa da CABE, objetivos voltados para a manutenção de imóveis, formalização de procedimentos, contratação e treinamento de pessoal, política salarial e controle de bens móveis, tendo sido adotadas ações adequadas e realizada a alocação de recursos para atingir esses objetivos.

Deve-se destacar que, visando prover a Organização de uma estrutura adequada as suas necessidades funcionais, foram planejados serviços preventivos de manutenção que foram plenamente executados, permitindo o funcionamento normal de todos os setores.

Haja vista a existência de procedimentos padronizados e formalmente estabelecidos ser de fundamental importância para que uma organização cumpra sua missão com eficiência, todos os processos administrativos foram reavaliados, padronizados e formalmente estabelecidos por intermédio de 34 Normas Padrão de Ação, permitindo a revisão do macroprocesso de apoio. Sendo assim, uma vez estabelecidos formalmente, os procedimentos administrativos foram treinados pelo efetivo, capacitando o pessoal para obtenção do melhor desempenho.

O controle efetivo dos bens móveis é extremamente importante para que a Organização possa ter uma estrutura adequada ao desenvolvimento de sua missão, possibilitando o emprego eficiente do material disponível. Nesse cenário, com o objetivo de permitir um melhor acompanhamento e um controle ainda mais efetivo sobre os bens móveis permanentes, bem como contemplar novos procedimentos contábeis demandados pela Secretaria do Tesouro Nacional, foi implantado o Módulo do Sistema Integrado de logística de Material e de Serviços (SILOMS), denominado Bens Móveis Permanentes (BMP), dedicado à escrituração analítica e ao controle dos Bens Móveis Permanentes, em substituição ao Sistema de Patrimônio (SISPAT).

2.4. INDICADORES

Em complemento aos subitens anteriores, apresentam-se os indicadores de desempenho da gestão desenvolvidos pela CABE para medir a efetividade dos seus principais processos, bem como os resultados alcançados pela gestão no exercício, cujos gráficos encontram-se no [Anexo B](#).

QUADRO A.2.4.1 - INDICADORES RELACIONADOS AOS PROCESSOS FINALÍSTICOS

Percentual de Requisições Adquiridas	
Objetivo da Mensuração	Percentual das requisições adquiridas no decorrer de um ano, em relação as inseridas no Sistema.
Identificação das Variáveis	Eficiência: 80% a 100% Excelente, 65% a 79% Ótimo, 50% a 64% Bom, 30% a 49% Regular, 15% a 29% Ruim e 0% a 14% Péssimo.
Origem dos dados empregados na fórmula	SILOMS-EXT (Sistema Informatizado da CABE)
Fórmula do Indicador de Desempenho	Nas requisições incluídas não são consideradas as requisições que entraram com discrepâncias (ex: fabricante inválido ou inexistente) e as canceladas ou suspensas pelo requisitante. Considera-se o número de requisições adquiridas, incluindo as da Administração - ADM / número total de requisições colocadas no SILOMS-EXT (Sistema Informatizado da CABE)
Periodicidade e Responsável pela Medição	Mensal / Divisão de Logística
Meta para o ano	≥ 65%
Data e Valor da Última Medição	83.54 % de Jan a Dez/2012
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Excelente
Tempo Médio de Dias Gastos para Obtenção	
Objetivo da Mensuração	Medir o tempo de dias gastos para obtenção.
Identificação das Variáveis	Eficácia: EFICAZ ≤60 Dias, INEFICAZ >60 dias
Origem dos dados empregados na fórmula	SILOMS-EXT (Sistema Informatizado da CABE)
Fórmula do Indicador de Desempenho	$TMO = [Soma (TO) / RA]$, onde: TO = DA - DI (tempo de obtenção em dias, entre Inclusão e Aquisição em cada requisição); RA = Requisições Adquiridas, somente de Material Aeronáutico; DA = Data da Aquisição da requisição conforme PO; DI = Data da Inclusão da requisição.
Periodicidade e Responsável pela Medição	Mensal / Divisão de Logística
Meta para o ano	≤ 60 dias
Data e Valor da Última Medição	60 dias de Jan a Dez/ 2012
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Eficaz
Tempo Médio de Dias Gastos para Pagamento	
Objetivo da Mensuração	Medir o tempo de dias gastos para pagamento.
Identificação das Variáveis	Eficácia: EFICAZ ≤30 Dias, INEFICAZ >30 dias
Origem dos dados empregados na fórmula	SILOMS-EXT (Sistema Informatizado da CABE)
Fórmula do Indicador de Desempenho	$TMP = [Soma (TP) / FP]$, onde: TP = DP - DF (tempo em dias entre Inclusão no Sistema e Pagamento pra cada Fatura); FP = Faturas Pagas; DP = Data do Pagamento (considerado o último passo pelo sistema. A partir daí é emitido o cheque ou wire-transfer); DF = Data da Chegada da Fatura, registrada no Sistema.
Periodicidade e Responsável pela Medição	Mensal/ Divisão de Finanças
Meta para o ano	≤ 30 dias
Data e Valor da Última Medição	8 dias de Jan a Dez /2012
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Eficaz

Tempo Médio de Dias de Armazenagem do Depósito da CABE	
Objetivo da Mensuração	Medir o Tempo de armazenagem do material nos depósitos da CABE.
Identificação das Variáveis	Eficácia: EFICAZ ≤45 Dias, INEFICAZ >45 dias
Origem dos dados empregados na fórmula	SILOMS-EXT (Sistema Informatizado da CABE)
Fórmula do Indicador de Desempenho	$TMA = [Soma (TA) / RE]$, onde: TA = DE - DR (tempo de armazenagem em dias, entre Recebimento e Embarque em cada requisição); RE = Requisições Embarcadas; DE = Data do Embarque da requisição conforme Manifesto; DR = Data do Recebimento do material da requisição, conforme Volume.
Periodicidade e Responsável pela Medição	Mensal/ Divisão de Material
Meta para o ano	≤ 45 dias
Data e Valor da Última Medição	18 dias de Jan a Dez /2012
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Eficaz
Percentual de Requisições Canceladas	
Objetivo da Mensuração	Medir o número de requisições canceladas.
Identificação das Variáveis	Eficiência: 0% a 20% EXCELENTE, 21% a 35% ÓTIMO, 36% a 50% BOM, 51% a 70% REGULAR, 71% a 85% RUIM e 86% a 100% PÉSSIMO.
Origem dos dados empregados na fórmula	SILOMS-EXT (Sistema Informatizado da CABE)
Fórmula do Indicador de Desempenho	Percentual calculado através do número de requisições canceladas / Número de requisições solicitadas junto a CABE.
Periodicidade e Responsável pela Medição	Mensal/ Divisão da Logística
Meta para o ano	≤ 35%
Data e Valor da Última Medição	10.87 % de Jan a Dez/2012
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Excelente
Percentual de Requisições Recotadas	
Objetivo da Mensuração	Percentual de requisições recotadas.
Identificação das Variáveis	Eficiência: 0% a 20% EXCELENTE, 21% a 35% ÓTIMO, 36% a 50% BOM, 51% a 70% REGULAR, 71% a 85% RUIM e 86% a 100% PÉSSIMO.
Origem dos dados empregados na fórmula	SILOMS-EXT (Sistema Informatizado da CABE)
Fórmula do Indicador de Desempenho	Percentual calculado através do número de requisições recotadas / Número de requisições solicitadas junto a CABE.
Periodicidade e Responsável pela Medição	Mensal/ Divisão de Logística
Meta para o ano	≤ 35%
Data e Valor da Última Medição	58.28 % de Jan a Dez/2012
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Regular

Fonte: SILOMS-EXT

INDICADORES RELACIONADOS AOS PROCESSOS DE APOIO:

Com o intuito de medir a efetividade dos principais processos de apoio desenvolvidos na CABE, foi emitida a NPA nº 026, de de 2012, a fim de estabelecer a utilidade e a mensuralidade dos respectivos indicadores.

Considerando que a missão da CABE, estabelecida em Regulamento específico, encontra-se ligada diretamente à aquisição e reparo de materiais em atendimento a necessidades apresentadas pelas Unidades requisitantes sediadas no Brasil, decidiu-se mensurar a efetividade dos processos de apoio com base na emissão de Notas de Empenho (NE), que é a demonstração inicial que o ciclo de uma determinada obtenção está chegando ao seu termo, restando somente a entrega e a remessa do item ao Brasil.

A exceção fica por conta do indicador “Absentéismo”, que será medido com base no total previsto de horas de trabalho mensal, conforme exempificado a seguir.

Deve-se destacar que a mensuração iniciar-se-á a partir do exercício de 2013, tendo sido utilizado o período de desde a criação, em 2012, para testes.

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Como o Indicador Consumo de Energia Elétrica está ligado diretamente à atividade, a meta estabelecida neste indicador fará uma relação entre a emissão de NE e o consumo de energia elétrica, de acordo com o descrito abaixo:

QUADRO A.2.4.2 - INDICADORES RELACIONADOS AOS PROCESSOS FINALÍSTICOS

Nome:	Consumo de Energia Elétrica
Objetivo:	Comparar o consumo de energia elétrica com a produção de NE
Fórmula:	Consumo mensal de energia elétrica/Produção mensal de NE
Unidade:	Kwh/NE
Frequência:	Mensal (término do último dia útil do mês)
Fonte:	Unidade Medidora de Consumo (Consumo Normal) SILOMS (Licitações/Gerenciamento de NE)
Responsável:	Seção de Apoio

Fonte: Divisão Administrativa da CABE

CONSUMO DE GÁS

Da mesma forma, o indicador Consumo de Gás está ligado diretamente à atividade da Comissão, sendo assim, a meta estabelecida neste indicador fará uma relação entre emissão de NE e consumo de gás em sede, de acordo com o descrito abaixo:

QUADRO A.2.4.3 - INDICADORES RELACIONADOS AOS PROCESSOS FINALÍSTICOS

Nome:	Consumo de Gás
Objetivo:	Comparar o consumo de gás com a produção de NE
Fórmula:	Consumo mensal de gás/Produção mensal de NE
Unidade:	m³/ NE
Frequência:	Mensal (término do último dia útil do mês)
Fonte:	Unidade Medidora de Consumo SILOMS (Licitações/Gerenciamento de NE)
Responsável:	Seção de Apoio

Fonte: Divisão Administrativa da CABE

CONSUMO DE ÁGUA

Da mesma forma, o indicador Consumo de Água está ligado diretamente à atividade da Comissão, sendo assim, a meta estabelecida neste indicador fará uma relação entre emissão de NE e consumo de água em sede, de acordo com o descrito abaixo:

QUADRO A.2.4.4 - INDICADORES RELACIONADOS AOS PROCESSOS FINALÍSTICOS

Nome:	Consumo de Água
Objetivo:	Comparar o consumo de água com a produção de NE
Fórmula:	Consumo mensal de água/Produção mensal de NE
Unidade:	m ³ / NE
Frequência:	Mensal (término do último dia útil do mês)
Fonte:	Unidade Medidora de Consumo SILOMS (Licitações/Gerenciamento de NE)
Responsável:	Seção de Apoio

Fonte: Divisão Administrativa da CABE

GASTO COM TELEFONIA

Da mesma forma, o Indicador Gasto com Telefonia está ligado diretamente à atividade da Comissão, sendo assim, a meta estabelecida neste indicador fará uma relação entre Emissão de NE e o gasto com telefonia, de acordo com o descrito abaixo:

QUADRO A.2.4.5 - INDICADORES RELACIONADOS AOS PROCESSOS FINALÍSTICOS

Nome:	Gasto com telefonia
Objetivo:	Comparar o gasto com telefonia com a produção de NE
Fórmula:	Gasto com telefonia/Produção mensal de NE
Unidade:	£/ NE
Frequência:	Mensal (Data da conta de telefone)
Fonte:	Conta de telefone SILOMS (Licitações/Gerenciamento de NE)
Responsável:	Seção de Apoio

Fonte: Divisão Administrativa da CABE

ABSENTEÍSMO

A ausência ao trabalho é um problema crítico que pode ter causas e consequências diversas, gerando atrasos no andamento dos trabalhos, sobrecarga nos funcionários, queda de produtividade e diminuição da qualidade dos serviços, comprometendo negativamente a missão da organização. O indicador de absenteísmo deve retratar somente o índice de falta ao trabalho por motivos involuntários, caracterizados na maioria das vezes por problemas de saúde ou problemas pessoais, conforme quadro abaixo:

QUADRO A.2.4.6 - INDICADORES RELACIONADOS AOS PROCESSOS FINALÍSTICOS

Nome:	Absenteísmo
Objetivo:	Estabelecer o índice de falta ao trabalho por motivos involuntários
Fórmula:	(Falta ao trabalho em horas/Horas previstas de trabalho)X100
Unidade:	%
Frequência:	Mensal (término do último dia útil do mês)
Fonte:	Sistema de controle de ponto
Responsável:	Seção de Pessoal

Fonte: Divisão Administrativa da CABE

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS:

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Análise Crítica:

Para analisar as afirmativas constantes do quadro, reuniram-se os Agentes da Administração representantes de todos os setores da Unidade, sem a participação de representantes do setor de controle interno.

Ambiente de Controle:

Primeiramente, constata-se que a alta administração tem o controle interno como ferramenta indispensável à avaliação das ações a serem adotadas com vistas ao cumprimento da missão da Unidade, possibilitando os ajustes necessários nos diversos processos administrativos para que sejam evitadas falhas que possam comprometer os objetivos organizacionais, contribuindo para a consecução dos resultados planejados.

Através de uma comunicação transparente e objetiva dirigida a todos os níveis da organização, os fluxos processuais são facilmente entendidos e revelam claramente os mecanismos de controle instituídos, os quais se encontram formalmente documentados em Normas Padrão de Ação e podem ser acessados por todos os funcionários na rede interna da Organização.

O estabelecimento formal de processo para avaliação, revisão e cancelamento das Normas Padrão de Ação age como mecanismo que garante e incentiva a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da Organização na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.

Através de publicação em Boletim Interno, com respaldo no Regulamento de Administração da Aeronáutica, no Regulamento de Organização, no Regimento Interno e nas Normas Padrão de Ação, a Organização estabelece formalmente as delegações de autoridade e competência acompanhadas de definições claras das responsabilidades dos envolvidos.

Avaliação de Risco

O Programa de Trabalho Anual da Organização estabelece formalmente seus objetivos e metas, identificando de forma clara os processos críticos para o alcance dos mesmos.

Através de reunião semanal, a Alta Administração avalia, de forma contínua, os riscos envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los, assim como a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis.

Embora os riscos sejam avaliados nas reuniões semanais, os mesmos não sofrem um processo formal de mensuração e classificação, o que justifica o valores 4 atribuídos.

Não houve a ocorrência de fraudes e perdas que fossem decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade, porém caso ocorram, a Organização está preparada com procedimentos formais para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.

A guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade são estabelecidos em Normas Padrão de Ação.

Procedimentos de Controle

As ações de supervisão e controle estão claramente estabelecidas no Regimento Interno e nas Normas Padrão de Ação, possibilitando ações preventivas e detecção, contribuindo para um eficaz gerenciamento dos riscos.

As Ações de controle adotadas são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle, possuindo custo apropriado ao benefícios auferido e funcionando consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.

Informação e Comunicação

A comunicação na Organização é executada por meio de Boletim Interno, Sistema de Gerenciamento de Documentos (SIGADAER) e por mensagens de correio eletrônico. A Informação divulgada internamente através dos meios existentes atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.

O fluxo de comunicação de documentos é formalmente estabelecido em Norma Padrão de Ação, sendo utilizado um sistema informatizado para o gerenciamento de documentos, permitindo a identificação tempestiva das informações relevantes, seu rastreamento, armazenamento e sua comunicação às pessoas adequadas.

Por fim, verifica-se que a visão perspectiva do Controle Interno no contexto de apoio, instrução e acompanhamento dos processos afetos à Unidade foi um dos facilitadores para que a Unidade conseguisse alcançar os objetivos traçados.

3.2. SISTEMA DE CORREIÇÃO

CORREIÇÃO PESSOAL CIVIL

O Comando-Geral do Pessoal é a unidade responsável pelas atividades de Correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

CORREIÇÃO PESSOAL MILITAR

A correição do pessoal militar do Comando da Aeronáutica, ativa, reserva e reformado, encontra-se sistematizada por meio da Portaria nº 967/GC3, de 9 outubro de 2009, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAer) - Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975. A base legal da correição do pessoal militar encontra-se fundada na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no art. 142, Capítulo II das Forças Armadas e no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Subsidiariamente correição militar complementa no que couber o Conselho de Justificação - Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972; na Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas - Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972; Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica - Decreto nº 7.099, de 4 de fevereiro de 2010; o Conselho de Disciplina – Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972; e no Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica - Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993.

No âmbito da Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa, no que concerne ao Pessoal Militar, durante o Exercício de 2012, não houve ocorrências disciplinares. Destaca-se que o efetivo médio de Pessoal Militar, durante o referido exercício, foi de 11 (onze) pessoas, sendo 9 (nove) Oficiais e 2 (dois) Graduados.

3.3. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.

O Comando-Geral do Pessoal é a unidade responsável pelas atividades de Correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**4.1 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ**

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA**4.2.1 IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ**

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Comando da Aeronáutica - SEFA	52111	120002
Fundo Aeronáutico	52911	121002

Fonte: SIAFI

4.2.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS**4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes**

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.3 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em USD

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	--	--	--	-0-	-0-	-0-
	Recebidos	120002	120091	24205.19.572.2056.6239	-0-	-0-	146,059.89
				24205.19.572.2056.6704	-0-	-0-	28,695.55
				52101.05.126.2058.5136	-0-	-0-	6,745.76
				52101.05.153.2058.4229	-0-	-0-	142,665.29
				52101.05.182.1029.20G3	-0-	-0-	1,244,929.95
				52101.05.211.1383.14M2	-0-	-0-	110,192.52
				52101.05.212.2058.2D55	-0-	-0-	32,887.87
				52101.05.722.2058.2385	-0-	-0-	4,632.44
				52101.05.722.2058.5134	-0-	-0-	1,035.00
				52111.05.122.2108.2000	-0-	-0-	2,076,222.02
				52111.05.128.2058.2B25	-0-	-0-	97,376.32
				52111.05.151.2058.2048	-0-	-0-	48,869,357.25
				52111.05.151.2058.2890	-0-	-0-	240,021.28
				52111.05.151.2058.2916	-0-	-0-	3,292,612.10
				52111.05.302.2108.2059	-0-	-0-	36,009.37
				52111.05.364.2058.2685	-0-	-0-	3,196.00
				52111.05.545.2058.4348	-0-	-0-	1,850.00
				52911.05.122.2108.2000	-0-	-0-	816,417.45
				52911.05.151.2058.2916	-0-	-0-	2,743,678.90
				52911.05.151.2058.2923	-0-	-0-	11,240,084.05
			52911.05.151.2058.3123	-0-	-0-	3,395,999.99	
			52911.05.151.2058.3133	-0-	-0-	10,450.00	
			52911.05.151.2058.5408	-0-	-0-	226,474.02	
						Total	74,767,593.02

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	--	--	--	-0-	-0-	-0-
	Recebidos	120002	120091	24205.19.572.2056.6704	50,473.50	-0-	-0-
				24205.19.665.2056.1C68	253,680.97	-0-	-0-
				52101.05.151.2058.123J	358,962,612.56	-0-	-0-
				52101.05.182.1029.20G3	679,419.69	-0-	-0-
				52101.05.212.2057.2C06	53,052.80	-0-	-0-
				52111.05.122.2108.2000	1,634,046.88	-0-	-0-
				52111.05.151.2058.123B	183,569,753.08	-0-	-0-
				52111.05.151.2058.20IH	51,566,688.12	-0-	-0-
				52111.05.151.2058.20SA	9,542.04	-0-	-0-
				52111.05.151.2058.2048	403,277.73	-0-	-0-
				52111.05.151.2058.2868	114,057.30	-0-	-0-
				52111.05.151.2058.2916	158,646.98	-0-	-0-
				52111.05.151.2058.8969	3,048,273.77	-0-	-0-
				52911.05.122.2108.2000	42,999.59	-0-	-0-
				52911.05.151.2058.2923	7,973,995.90	-0-	-0-
				52911.05.151.2058.3123	645,401.39	-0-	-0-
				52911.05.151.2058.3133	25,625,281.19	-0-	-0-
				52911.05.151.2058.5408	1,080,345.58	-0-	-0-
				52911.05.302.2108.2887	1,942,048.41	-0-	-0-
Total				637,813,597.48	-0-	-0-	

Fonte: SIAFI

4.2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

A Unidade Jurisdicionada não executou, no exercício de 2012, créditos originários.

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada (USD)		Despesa paga (USD)	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação				
a) Convite	10,144,910.12	6,907,732.02	10,144,910.12	6,907,732.02
b) Tomada de Preços	Não Houve	Não Houve	Não Houve	Não Houve
c) Concorrência	Não Houve	Não Houve	Não Houve	Não Houve
d) Pregão	Não Houve	Não Houve	Não Houve	Não Houve
e) Concurso	Não Houve	Não Houve	Não Houve	Não Houve
f) Consulta	Não Houve	Não Houve	Não Houve	Não Houve
2. Contratações Diretas				
g) Dispensa	423,391,331.76	46,810,284.82	423,391,331.76	46,810,284.82
h) Inexigibilidade	33,419,722.81	13,937,602.83	33,419,722.81	13,937,602.83
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos	1,033.591.26	901,098.47	1,033.591.26	901,098.47
4. Pagamento de Pessoal				
j) Pagamento em Folha	A cargo da SDPP	A cargo da SDPP	A cargo da SDPP	A cargo da SDPP
k) Diárias	A cargo da SDPP	A cargo da SDPP	A cargo da SDPP	A cargo da SDPP
5. Outros	16,386.54	56,927.64	16,386.54	56,927.64
6. Total	468,005,942.49	68,613,645.78	468,005,942.49	68,613,645.78

Fonte: SIAFI

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada (USD)		Liquidada (USD)		RP não processados (USD)		Valores Pagos (USD)	
1. Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
2º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
3º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
2º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
3º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
3. Outras Despesas Correntes								
Elemento de Despesa 30	29,331,664.20	12,681,881.26	20,628,859.58	3,304,976.39	8,702,804.62	9,376,904.87	20,628,859.58	3,304,976.39
Elemento de Despesa 33	1,053,384.20	1,516,752.78	430,874.95	844,427.73	622,509.25	672,325.05	430,874.95	844,427.73
Elemento de Despesa 36	140,496.83	139,041.95	140,496.83	134,726.81	0.00	4,315.14	140,496.83	134,726.81
Elemento de Despesa 39	44,241,914.22	28,832,157.65	26,385,345.18	16,200,684.84	17,856,569.04	12,631,472.81	26,385,345.18	16,200,684.84
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos em USD	
4. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Elemento de Despesa 30	28,533,199.51	25,726,074.13	8,209,777.86	12,623,589.92	20,323,421.65	13,102,484.11	8,209,777.86	12,623,589.92
Elemento de Despesa 39	233,277,938.81	40,205,224.23	202,733,097.96	25,379,786.08	30,544,840.85	14,825,438.15	202,733,097.96	25,379,786.08
Elemento de Despesa 52	375,996,262.25	126,487,404.16	209,477,490.13	10,125,456.01	166,518,772.12	116,361,948.15	209,477,490.13	10,125,456.01
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
2º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
3º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
2º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
3º elemento de despesa	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

4.2.4.2.3 Análise crítica

No âmbito do COMAER, a avaliação de programas e de ações encontra-se na esfera de competência dos respectivos gerentes de programa e coordenadores de ação. Sendo assim, destaca-se que os recursos recebidos foram executados conforme orientações recebidas das Unidades Gestoras apoiadas pela Comissão.

No que concerne aos recursos destinados à manutenção da vida vegetativa da Unidade, deve-se destacar que foram provenientes do Programa 2108 e da Ação 2000, na ordem de USD 602,734.87.

Tais recursos foram empregados pela CABE, em linhas gerais, da seguinte forma:

- aquisição de materiais de consumo de expediente, de informática, de limpeza e elétricos, para reposição do estoque de almoxarifado de Intendência, como também de Serviços Gerais, em níveis aceitáveis, para suprir as necessidades da CABE;
- aquisição de materiais e combustível para as viaturas, a fim de permitir a operacionalidade do setor de transporte no apoio às atividades administrativas da Comissão, além de contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos referidos veículos;
- aquisição de itens de mobiliário, dentre os quais mesas e cadeiras, para o atendimento de diversos setores da Comissão;
- realização de serviços de manutenção, aferição e recuperação de diversos equipamentos;
- realização de serviços de manutenção das instalações elétricas;
- realização de serviços de reparação, adaptação e manutenção do prédio da Comissão, incluindo pintura interna e troca de piso;
- cumprimento de compromissos relacionados à prestação de serviços públicos;
- realização de serviços de correio;
- realização de cursos pelos militares e auxiliares locais do efetivo desta Comissão;
- contratação de link de internet para o SILOMS_EXT;
- aquisição de equipamentos de tecnologia da informação para a CABE; e
- contratação de serviços para a manutenção da vida vegetativa da Organização, como limpeza das instalações, manutenção do sistema de climatização, manutenção de equipamentos e coleta de lixo.

Nesse contexto, os resultados alcançados foram plenamente satisfatórios dentro do quadro orçamentário apresentado, tendo a Administração trabalhado com efetividade, buscando sempre a otimização dos recursos alocados, sob a égide da legislação pertinente e das diretrizes emanadas dos Órgãos Superiores, de forma a bem cumprir a missão institucional que lhe é atribuída no âmbito do Comando da Aeronáutica.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

Não ocorreu no período.

5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em USD

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	20,830,659.66	356,491.80	18,210,821.83	2,263,346.03
2010	18,036,746.12	1,557,730.08	16,459,457.54	19,558.50
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2012	166,974,888.38	362,338.72	136,007,293.09	30,605,256.57
2011	37,899,063.65	413,579.89	34,474,032.46	3,011,451.30

Fonte: SIAFI

5.2.1 ANÁLISE CRÍTICA

A CABE tem priorizado o pagamento dos Restos a Pagar, fazendo o acompanhamento mensal e separado por tipo de contratação (aquisição de material aeronáutico, serviço de manutenção de reparáveis, contrato e aquisições administrativas). Cabe ressaltar que do valor total inscrito em Restos a Pagar, processado e não-processado, desde os respectivos anos de inscrição, resta apenas 14,70% a ser pago em 2013, sendo que a maior parte desse valor refere-se a parcelas de Contratos que tiveram o Cronograma Físico-Financeiro alterado devido a fatores não imputáveis a União ou a empresa contratada e sim a própria evolução da necessidade de renegociação amigável entre as partes.

Considerando que no exterior todos os recursos financeiros são enviados paralelamente ao envio dos recursos creditícios, destaca-se que os valores inscritos em Restos a Pagar não impactarão na gestão financeira da Unidade durante o Exercício de 2013.

A principal atividade da CABE é adquirir material logístico para a manutenção das diversas aeronaves empregadas pela Força Aérea Brasileira na manutenção da defesa e da soberania do Espaço Aéreo Brasileiro.

Deve-se considerar que o tipo de material empregado usualmente não consta dos estoques das empresas fabricantes, as quais, normalmente, somente iniciam a fabricação dos itens respectivos depois da emissão da Nota de Empenho, a fim confirmar a contratação. Deve-se levar em conta, ainda, o tempo de fabricação de cada item, o qual depende da sua complexidade, bem como do emprego de um rigoroso processo de controle de qualidade ao qual o material aeronáutico está sujeito. Desta forma, considera-se normal o fato de alguns processos demandarem mais de um Exercício Financeiro para serem concluídos.

5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

Não houve no período.

5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.4.1 DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

QUADRO A.5.4.1.1 – SUPRIMENTO DE FUNDOS – VISÃO GERAL

Nome da Representação Apoiada	Valor Utilizado em USD	Total Geral em USD
Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa	25.000.00	25,000.00
Escritório Brasileiro de Ligação em Israel	74,500.00	74,500.00
Comissão Coordenadora do Programa Aeronaves de Combate		85,871.84
Grupo de Acompanhamento e Controle na África do Sul	15,370.49	
Grupo de Acompanhamento e Controle na Empresa EADS-CASA	21,858.90	
Grupo de Acompanhamento e Controle na EUROCOPTER	29,362.97	
Representação do Comando da Aeronáutica do Brasil na Itália	19,279.48	
Estado-Maior da Aeronáutica		848,219.42
Aditância Aeronáutica do Brasil na África do Sul	57,500.00	
Aditância do Exército e Aeronáutica do Brasil na Alemanha	3,000.00	
Aditância Defesa e Aer. do Brasil na China, Coreia do Sul e Vietnã	148,402.76	
Aditância Naval e Aeronáutica do Brasil na Espanha	33,830.00	
Aditância de Defesa e Aeronáutica do Brasil na França e Bélgica	114,782.72	
Aditância Aeronáutica do Brasil na Inglaterra, Noruega e Suécia	152,668.18	
Aditância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica do Brasil no Irã	548.54	
Aditância de Defesa e Aeronáutica do Brasil na Itália	167,758.31	
Aditância do Exército e Aeronáutica do Brasil em Portugal	66,600.00	
Aditância Defesa, Naval, Exército e Aeronáutica do Brasil na Rússia	103,128.91	
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		1,033,591.26

Fonte: SIAFI

5.4.1.2 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.4.1.1 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Situação	Suprimento de Fundos					
	2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor em USD	Qtd.	Valor em USD	Qtd.	Valor em USD
PC não Apresentadas	00	0.00	00	0.00	00	0.00
PC Aguardando Análise	05	67,670.15	00	0.00	00	0.00
PC em Análise	23	327,954.25	00	0.00	00	0.00
PC não Aprovadas	00	0.00	00	0.00	00	0.00
PC Aprovadas	64	637,966.86	85	901,098.47	97	1,026,474.51
TOTAL CONCESSÕES	92	1,033,591.26	85	901,098.47	97	1,026,474.51

Fonte: Processo de Prestação de Contas da UJ – fevereiro de 2013

5.4.1.3 Análise Crítica

Uma das competências da Comissão é apoiar as Representações sediadas em sua área de atuação (Europa, Ásia, África e Oceânia). Desta forma, o funcionamento vegetativo de tais Representações, que não possuem autonomia administrativa, somente é possível, na maioria dos casos, por meio de concessão de suprimentos de fundos, por não ser viável a realização do procedimento normal de aplicação dos recursos. Nesse sentido, além das dificuldades operacionais que envolvem um apoio logístico de tal natureza, deve-se ressaltar que a maioria dos fornecedores locais, por atuarem no varejo, não aceitam pagamento por meio de transferência bancária proveniente de outro país.

Tais concessões, bem como a análise das prestações de contas respectivas, são realizadas por meio do Módulo 8 do Manual do Comando da Aeronáutica 172-3 (digital), e demais disposições legais pertinentes ao assunto, destacando-se o Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA), de 2004.

Após a análise dos respectivos processos de prestações de contas e emissão de relatório próprio, a CABE os remete para apreciação final por parte da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, a qual emite as orientações pertinentes, quando porventura são necessários quaisquer ajustes.

5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

5.6 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PRECATÓRIOS.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	14	14	04	04
1.1. Militares (1.1.1+1.1.2)	11	11	04	03
1.1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	11	11	04	03
1.1.2. Reconvocados	00	00	00	00
1.2. Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	03	03	00	01
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	03	03	00	01
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	00	00	00
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00	00	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	00	00	00	00
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1 + 2.2)	40	33	01	02
2.1 Militares (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3)	00	00	00	00
2.1.1 Serviço Militar Obrigatório	00	00	00	00
2.1.2 Quadro Complementar de Oficiais Temporários	00	00	00	00
2.1.3 Tarefa por Tempo Certo	00	00	00	00
2.2 Civis	40	33	01	02
3. Total de Servidores (1+2)	54	47	05	06

Fonte: Planilhas de Controle de Efetivo de Militares e Civis – Seção de Pessoal da Divisão Administrativa da CABE.

Obs.: Os civis temporários (2.2) são aqueles abrangidos pela Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, regulamentada no âmbito da Aeronáutica pelo Decreto nº 2.299, de 13 de agosto de 1997 (Auxiliares Locais).

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1)	00
1.1 Civis	00
1.1.1. Exercício de Cargo em Comissão	00
1.1.2. Exercício de Função de Confiança	00
1.1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	00
2. Afastamentos (2.1+2.2)	00
2.1 Militares	00
2.1.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	00
2.1.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	00
2.1.3. Para Serviço em Organismo Internacional	00
2.1.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	00

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
2.2 Civis	00
2.2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	00
2.2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	00
2.2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	00
2.2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	00
3. Removidos (3.1)	00
3.1 Civis	00
3.1.1. De ofício, no interesse da Administração	00
3.1.2. A pedido, a critério da Administração	00
3.1.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	00
3.1.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	00
3.1.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	00
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	00
4.1 Militares	00
4.1.1. Doença em pessoa da família	00
4.1.2. Capacitação	00
4.2 Civis	00
4.2.1. Doença em pessoa da família	00
4.2.2. Capacitação	00
5. Licença não remunerada (5.1+5.2)	00
5.1 Militares	00
5.1.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	00
5.1.2. Atividade política	00
5.1.3. Interesses particulares	00
5.1.4. Mandato classista	00
5.2 Civis	00
5.2.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	00
5.2.2. Serviço militar	00
5.2.3. Atividade política	00
5.2.4. Interesses particulares	00
5.2.5. Mandato classista	00
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	03
6.1 Militares	00
6.2 Civis	03
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	03

Fonte: Planilha de Controle de Efetivo de Civis – Seção de pessoal da Divisão Administrativa da CABE

Observações:

- 02 (dois) Civis, sendo uma Servidora julgada "incapaz" definitivamente para o Serviço Público Federal por junta de saúde oficial e aguardando aposentadoria; e uma Servidora afastada por prescrição médica e em processo de concessão de licença para tratamento de saúde, de acordo com a Orientação Normativa MPOG/SRH nº 03, de 23 de fevereiro de 2010, e 3º Despacho nº 308/4EM/4668, de 29 de março de 2010, do COMGEP (Proc. Nº 67103.000198/2009-DV – Ref. Of. nº 52/SPE/CABE/193, de 12 nov. 2009); e

- 01 (um) Civil Auxiliar Local afastado por licença de saúde, conforme a Cláusula nº 12 do Contrato de Trabalho e a Cláusula nº 9.3 do Guia Funcional, em consonância com o “Employment Rights Act 1996” do Reino Unido (leis trabalhistas locais).

6.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2 + 1.3)	00	02	07	02	03
<i>1.1. Militares de Carreira</i>	00	02	07	02	00
<i>1.2. Reconvocados</i>	00	00	00	00	00
<i>1.3. Servidores Civis de Carreira</i>	00	00	00	00	03
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)	05	15	04	05	04
<i>2.1. Militares</i>	00	00	00	00	00
<i>2.2. Civis</i>	05	15	04	05	04
3. Provimento de cargo em comissão (3.1+3.2+3.3)	00	00	00	00	00
<i>3.1. Cargos de Natureza Especial</i>	00	00	00	00	00
<i>3.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	00	00	00	00	00
<i>3.3. Funções gratificadas</i>	00	00	00	00	00
4. Totais (1+2+3)	05	17	11	07	07

Fonte: Seção de Pessoal da Divisão Administrativa da CABE.

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2 + 1.3)	00	00	00	00	01	04	08	01	00
<i>1.1. Militares de Carreira</i>	00	00	00	00	01	01	08	01	00
<i>1.2. Reconvocados</i>	00	00	00	00	00	00	00	00	00
<i>1.3. Servidores Civis de Carreira</i>	00	00	00	00	00	03	00	00	00
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)	00	00	00	00	12	19	00	02	00
<i>2.1. Militares</i>	00	00	00	00	00	00	00	00	00
<i>2.2. Civis</i>	00	00	00	00	12	19	00	02	00
3. Provimento de cargo em comissão (3.1+3.2+3.3)	00	00	00	00	00	00	00	00	00
<i>3.1. Cargos de Natureza Especial</i>	00	00	00	00	00	00	00	00	00
<i>3.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	00	00	00	00	00	00	00	00	00
<i>3.3. Funções gratificadas</i>	00	00	00	00	00	00	00	00	00
4. Totais (1+2+3)	00	00	00	00	13	23	08	03	00

Fonte: Seção de Pessoal da Divisão Administrativa da CABE.

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

6.1.3 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratifi- cações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Servidores em cargos efetivos											
Militares de Carreira											
Exercícios	2012	\$1,630,681.21	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	\$502,003.33	0.00	0.00	\$2,132,684.54
	2011	\$1,508,766.02	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	\$486,265.80	0.00	0.00	\$1,995,031.82
	2010	\$1,210,961.68	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	\$213,801.74	0.00	0.00	\$1,424,763.42
Civis											
Exercícios	2012	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2011	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Servidores com Contratos Temporários											
Militares											
Exercícios	2012	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2011	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Civis											
Exercícios	2012	\$177,468.08	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	\$122,988.89	0.00	0.00	\$300,456.97
		£1,012,989.26	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	£32,935.62	0.00	0.00	£1,045,924.88
	2011	\$199,077.36	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	\$129,362.80	0.00	0.00	\$328,440.16
		£851,036.44	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	£28,402.34	0.00	0.00	£879,438.78
	2010	\$199,077.36	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	\$129,094.13	0.00	0.00	\$328,171.49
		£677,232.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	£42,424.96	0.00	0.00	£719,656.96
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Militares											
Exercícios	2012	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2011	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Civis											
Exercícios	2012	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2011	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratifi- cações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Civis											
Exercícios	2012	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2011	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Civis											
Exercícios	2012	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2011	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Civis											
Exercícios	2012	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2011	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Fonte: SDPP

6.1.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ. Essa informação é gerenciada pela Diretoria de Administração de Pessoal – DIRAP, órgão de subordinação sistêmica do Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que, por sua vez, fará constar em seu Relatório de Gestão Consolidado as informações referentes a este cadastro.

6.1.5 ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

Não se aplica à realidade da UJ.

6.1.6 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

Não se aplica à realidade da UJ.

6.1.7 INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO

Não faz parte da natureza jurídica desta UJ. Esta informação encontrar-se-á no Relatório de Gestão do COMGEP.

6.1.8 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Os indicadores gerenciais sobre recursos humanos serão apresentados no Relatório de Gestão do COMGEP, que é a UJ responsável pela gestão dos recursos humanos no âmbito do COMAER. Contudo, esta UJ, considerando a relevância da sua área de recursos humanos no cumprimento de sua missão, desenvolveu o seguinte indicador:

Conforme Norma Interna nº 028/12, de 13 de janeiro de 2012, a CABE realiza o controle diário de frequência do efetivo por meio de sistemas eletrônicos de ponto (cartão de porta e estação de trabalho) e de formulários oficiais do órgão (justificativa de ausência, férias e horas extras), recebidos das divisões via SIGADAER, processando os dados e emitindo aos respectivos chefes um relatório mensal de assiduidade com todas as situações que envolvem o comparecimento do funcionário ao trabalho. O setor de pessoal também compila alguns dados e elabora gráficos comparativos da evolução de determinados aspectos da frequência (ausência por motivo de saúde, por exemplo), em períodos trimestrais ou maiores, para avaliação da Comissão quanto ao impacto desses fatores na execução do trabalho.

6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Não se aplica à realidade da CABE.

6.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Não se aplica à realidade da CABE.

6.2.3 AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Não se aplica à natureza jurídica desta UJ.

6.2.4 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Comissão Aeronáutica do Brasil na Europa													
UG/Gestão: 120091						CNPJ: 0039449004289							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	BRAZILIA/0001	G&G Cleaning Contractors Ltd/ EXEVA509	01/10/11	01/10/13	3	3	0	0	0	0	P

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Divisão Administrativa da CABE

6.2.5 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Não houve contratos de prestação de serviço com locação de mão de obra no exercício.

6.2.6 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Esta UJ não possui estagiários em sua estrutura.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS

QUADRO A.7.1- FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PROPRIEDADE DA UNIDADE

JURISDICIONADA

VIATURA	PLACA	Nº DO CERTIFICADO DE PROPRIEDADE	BOLETIM DE INCLUSÃO EM CARGA	IDADE EM ANOS	KM MÉDIA ANUAL
VOLVO, S80 2.4 SE	118D811	V117/Serial nº A021900	10/08, de 15/05/08	6	6,400
VOLKSWAGEN, Shuttle	118D872	V117/Serial nº A027308	09/11, de 28/04/11	2	5,520
VOLKSWAGEN, Shuttle	118D873	V117/Serial nº A027309	09/11, de 28/04/11	2	5,716

Fonte: Divisão Administrativa da CABE

A constituição e a forma de utilização da frota de veículos são reguladas pela TCA 75-1/2011 e ICA 75-6/2011 pela do COMAER.

A existência de uma frota é de fundamental importância para o cumprimento da missão da organização, permitindo, além das ações de representação do COMAER, o apoio logístico às missões da Força Aérea Brasileira no Reino Unido e o atendimento às necessidades administrativas da CABE.

A frota é administrada por um setor de transporte, composto por dois funcionários que coordenam todos os gastos associados a sua manutenção, como combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas e seguros obrigatórios. Os serviços são supervisionados por um Chefe de Divisão e controlados por um Agente de Controle Interno, com o uso de formulários de movimentação, consumo e gastos, permitindo assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A frota é composta por veículos adquiridos, uma vez que a locação dos mesmos resultaria em maior custo e menor disponibilidade de ação, o que poderia comprometer o cumprimento da missão da organização.

7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
EXTERIOR	Londres – Reino Unido	01	01
TOTAL		01	01

Fonte: SPIUNet

7.2.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
EXTERIOR	Londres – Reino Unido	07	07
TOTAL		07	07

Fonte: Processo de Prestação de Contas da Unidade – dezembro de 2012.

7.2.3 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel em USD			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
120091	970700242. 500-0	21	BOM	300.000,00	31.08.12	4,408,822.08	0.00	0.00
Total							0.00	0.00

Fonte: SPIUNet

Análise Crítica:

O imóvel utilizado com sede da Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa ocupa um terreno com área de 198 m², localizado em 16 Great James Street – Camden – Londres – Inglaterra – Código Postal WC1N 3DP, conforme Contrato de Compra e Venda, de 5 de outubro de 1972, registrado no H. M. Land Registry com o Título de Número 286201, em 22 de novembro de 1972.

O imóvel se constitui de uma edificação de quatro pavimentos, de área construída e área útil iguais de 324,99 m², foi adquirido pelo valor de £ 175,500.00, em nome e de propriedade absoluta da União (República Federativa do Brasil) e incorporada, a contar da mesma data, ao patrimônio do Comando da Aeronáutica. O estado de conservação do referido imóvel, de idade aproximada de 283 anos, é considerado bom.

No SIAFI, a Conta 142111000 (Imóveis de Uso Especial) apresenta o saldo, em 31 de dezembro de 2012, no valor de USD 8,987,214.24, entretanto no SPIUNet consta o valor de USD 4,408,822.08, equivalente a R\$ 8,987,214.24. Tal diferença se deve ao fato de que o valor lançado em Reais no SPIUNet foi transportado para o SIAFI como Dólares Americanos. A Secretaria do Patrimônio da União foi comunicada, tendo informado que está tomando medidas para a solução da discrepância junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

A CABE contratou, por intermédio de leasing, sete imóveis destinados a servir como residências, que não constituem patrimônio da União.

O primeiro imóvel, localizado em 17, Hyde Park Street – Bairro de Westminster – Londres – Inglaterra – Código Postal W2 2JW, conforme Contrato de Leasing, de 26 de abril de 1984, é uma edificação de quatro pavimentos, de área construída e área útil iguais de 230,00 m², registrada junto ao H. M. Land Registry sob o Título de Número LN174020, em 15 de junho de 1984, em nome da Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa. O estado de conservação do referido imóvel, de idade

aparente de 56 anos, é considerado “Bom”. O referido imóvel está avaliado em £ 3,172,500.00.

O segundo imóvel, localizado em 05, Marston Close – Bairro de Camden – Londres – Inglaterra – Código Postal NW6 4EU, conforme Leasing original de 03 de junho de 1970, sendo este transferido para a CABE em 20 de novembro de 1979, é uma edificação de três pavimentos, de área construída de 221,00 m2 e área útil de 230,00 m2, registrada junto ao H. M. Land Registry sob o Título de Número NGL132953, em 17 de dezembro de 1979, em nome da Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa. O estado de conservação do referido imóvel, de idade aparente de 49 anos, é considerado “Bom”. O referido imóvel está avaliado em £ 1,175,000.00.

O terceiro imóvel, localizado em 08, Marston Close – Bairro de Camden – Londres – Inglaterra – Código Postal NW6 4EU, conforme Leasing original de 13 de julho de 1966, sendo este transferido para a CABE em 18 de janeiro de 1980, é uma edificação de três pavimentos, de área construída de 220,00 m2 e área útil de 230,00 m2, registrada junto ao H. M. Land Registry sob o Título de Número NGL301166, em 18 de janeiro de 1980, em nome da Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa. O estado de conservação do referido imóvel, de idade aparente de 38 anos, é considerado “Bom”. O referido imóvel está avaliado em £ 1,200,000.00.

O quarto imóvel, localizado em 30, The Marlowes – Bairro de Westminster – Londres – Inglaterra – Código Postal NW8 6NA, conforme Contrato de Leasing, de 30 de junho de 1967, é uma edificação de três pavimentos, de área construída de 220,00 m2 e área útil de 235,00 m2, registrada junto ao H. M. Land Registry sob o Título de Número NGL43742, em 17 de agosto de 1979, em nome da Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa. O estado de conservação do referido imóvel, de idade aparente de 49 anos, é considerado “Bom”. O referido imóvel está avaliado em £ 1,980,000.00.

O quinto imóvel, localizado em 11, Merton Rise – Bairro de Camden – Londres – Inglaterra – Código Postal NW3 3EN, conforme Contrato de Leasing, de 19 de novembro de 1970 é uma edificação de três pavimentos, de área construída de 220,00 m2 e área útil de 235,00 m2, registrada junto ao H. M. Land Registry sob o Título de Número NGL149892, em 20 de dezembro de 1979, em nome da Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa. O estado de conservação do referido imóvel, de idade aparente de 54 anos, é considerado “Bom”. O referido imóvel está avaliado em £ 1,187,500.00.

O sexto imóvel, localizado em 92, Woodsford Square, Addison Road – Bairro de Kensington – Londres – Inglaterra – Código Postal W14 8DT, conforme Contrato de Leasing, de 28 de junho de 1974, é uma edificação de quatro pavimentos, de área construída de 228,00 m2 e área útil de 235,00 m2, registrada junto ao H. M. Land Registry sob o Título de Número NGL245900, em 18 de julho de 1979, em nome da Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa. O estado de conservação do referido imóvel, de idade aparente de 45 anos, é considerado “Bom”. O referido imóvel está avaliado em £ 3,100,000.00.

O sétimo imóvel, localizado em 63, Buttermere Court, Boundary Road – Bairro de Westminster – Londres – Inglaterra – Código Postal NW8 6NS, conforme Contrato de Leasing, de 28 de julho de 1972, é uma edificação de um pavimento, de área construída e área útil iguais de 70,00 m2, registrada junto a City of Westminster, em 28 de maio de 1980, em nome da Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa, e incorporada, a contar de 03 de dezembro de 1981, ao Comando da Aeronáutica. O estado de conservação do referido imóvel, de idade aparente de 31 anos, é considerado “Bom”. O referido imóvel está avaliado em £ 733,333.00.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO**8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)****QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA**

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição. Faltou publicar
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
X	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(-) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato. Não houve o caso.
	(-) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos). Não houve o caso.
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

8.2 ANÁLISE CRÍTICA

A característica principal da Unidade é de utilização dos programas desenvolvidos pelo Sistema de Tecnologia da Informação do Comando da Aeronáutica, no Brasil, por ser uma Comissão de pequeno porte em termos de usuários. Desta forma, a Assessoria de Tecnologia da Informação da Unidade caracteriza-se por ser um elo do Sistema acima mencionado com o Usuário final dos programas.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.			X		
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 					
Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 					
No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					X
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 					Lâmpadas econômicas e Novo Sistema de Aquecimento, ainda não instalado até o fim do exercício, a fim de proporcionar menor consumo de gás.
No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					X
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 					Papel e cartuchos para impressora.
No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	Sim ()		Não ()		
Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				X	
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 					Somente cartuchos para impressora.
Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o					X
					Divulgação mensal

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 					
Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 					X
<p>Considerações Gerais: A CABE realiza os seus certames licitatórios em território europeu, onde os requisitos de Gestão Ambiental são extremamente rigorosos e somos praticamente obrigados, mesmo que não explicitamente, a incluir, subjetivamente, critérios similares em nossas licitações. Os produtos fabricados na Europa, que não seguem os requisitos de redução de consumo de energia desapareceram do mercado. Todos os materiais consumíveis são recicláveis, independente de requisito técnico colocado pelo comprador. Já, no que diz respeito a metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos, essa foi uma pesquisa dentre todos os Getores da UJ, em Reunião da Administração, prevalecendo o consenso.</p> <p>LEGENDA: Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Destaca-se que, na sua esfera de atuação, a CABE vem buscando adotar medidas menos agressivas ao meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente.

Assim, passou a adquirir cartuchos reciclados de tinta para o seu parque de impressoras e efetuar coleta seletiva de resíduos sólidos com vistas à reciclagem de papel e plástico. Na área da Divisão Administrativa foi instalada uma clarabóia, permitindo o aproveitamento da luz natural. As novas aquisições têm sido pautadas na economia de energia, utilizando equipamentos, como impressoras, sistemas de telefonia e de informática com menor consumo.

Ações educativas e de controle permitiram um desempenho significativo ao se comparar o aumento de 40% do efetivo ocorrido em julho de 2011 com os consumos de papel, água e energia ocorridos em 2012.

Sobre o aumento de energia vale observar que houve uma demanda superior à esperada em virtude de uma falha no sistema de aquecimento à gás das instalações, resultando em maior utilização do sistema de aquecimento elétrico.

Embora esta Comissão não tenha aderido a nenhum programa específico de gestão ligado à sustentabilidade ambiental, conseguiu reduzir, no ano de 2012, o consumo de papel em 33,6 % em relação à 2011, retornando ao patamar de consumo de 2010, apesar do significativo aumento do efetivo que ocorreu em 2011.

A centralização da distribuição de papel pela Seção de Material de Intendência, a qual é a responsável por controlar e dotar as impressoras de uso comum com a quantidade de papel necessária e suficiente para execução das atribuições da CABE, foi um fator decisivo para o alcance da referida economia.

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
- X-		- X-		- X-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valorem USD		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	415	625	410	1,682.41	2,533.75	1,662.14
Água	258m ³	232m ³	274m ³	545.19	471.18	543.59
Energia Elétrica	71,50kw	64,26 kw	62,265 kw	11,145.41	8,643.04	8,010.44
			Total	13,373.01	11,647.97	10,216.17

Fonte: Divisão Administrativa da CABE

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS**10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO****10.1.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**

Não houve no período.

10.1.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não houve no período.

10.1.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Não houve no período.

10.1.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não houve no período.

10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93.**10.3.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93**

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	01	01	01
	Entregaram a DBR	01	01	01
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	01	01	09
	Entregaram a DBR	01	01	09
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	00	00	00
	Entregaram a DBR	00	00	00
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00

Fonte: Setor de Pessoal da Divisão Administrativa da CABE

10.3.1.1 Análise Crítica

A fim de complementar as informações do Quadro A.10.5, cabe destacar que a atividade de acompanhamento da entrega das DBR pelas pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/93, nesta Comissão, desenvolve-se da seguinte forma: a Divisão Administrativa, responsável pela Gestão de Recursos Humanos, gerencia a recepção das DBR. Devido à pequena quantidade de pessoas obrigadas a apresentar a DBR, o gerenciamento respectivo é manual. A documentação pertinente é recebida em papel, permanecendo em arquivo confidencial: em envelope lacrado e dentro de cofre existente no Setor de Pessoal, disponível para eventuais exames por parte dos órgãos competentes.

10.4 MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Não se aplica à realidade da UJ.

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

As informações relacionadas nos subitens do item 11 serão fornecidas pela SEFA.

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

A gestão dos recursos sob a responsabilidade da Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa é realizada com base nos planejamentos de necessidades de Unidades Gestoras sediadas no Brasil. Os bens e serviços obtidos destinam-se, principalmente, à manutenção de aeronaves e equipamentos afins, bem como aplicados na atividade de controle do espaço aéreo e de ciência e tecnologia.

Verifica-se, portanto, que as atividades apoiadas, por si só, possuem características bastante peculiares, devendo-se considerar que, muitas vezes, devido à complexidade do bem ou serviço a ser obtido, os tempos médios de produção ou execução não são regulares e frequentemente extrapolam o período de um exercício.

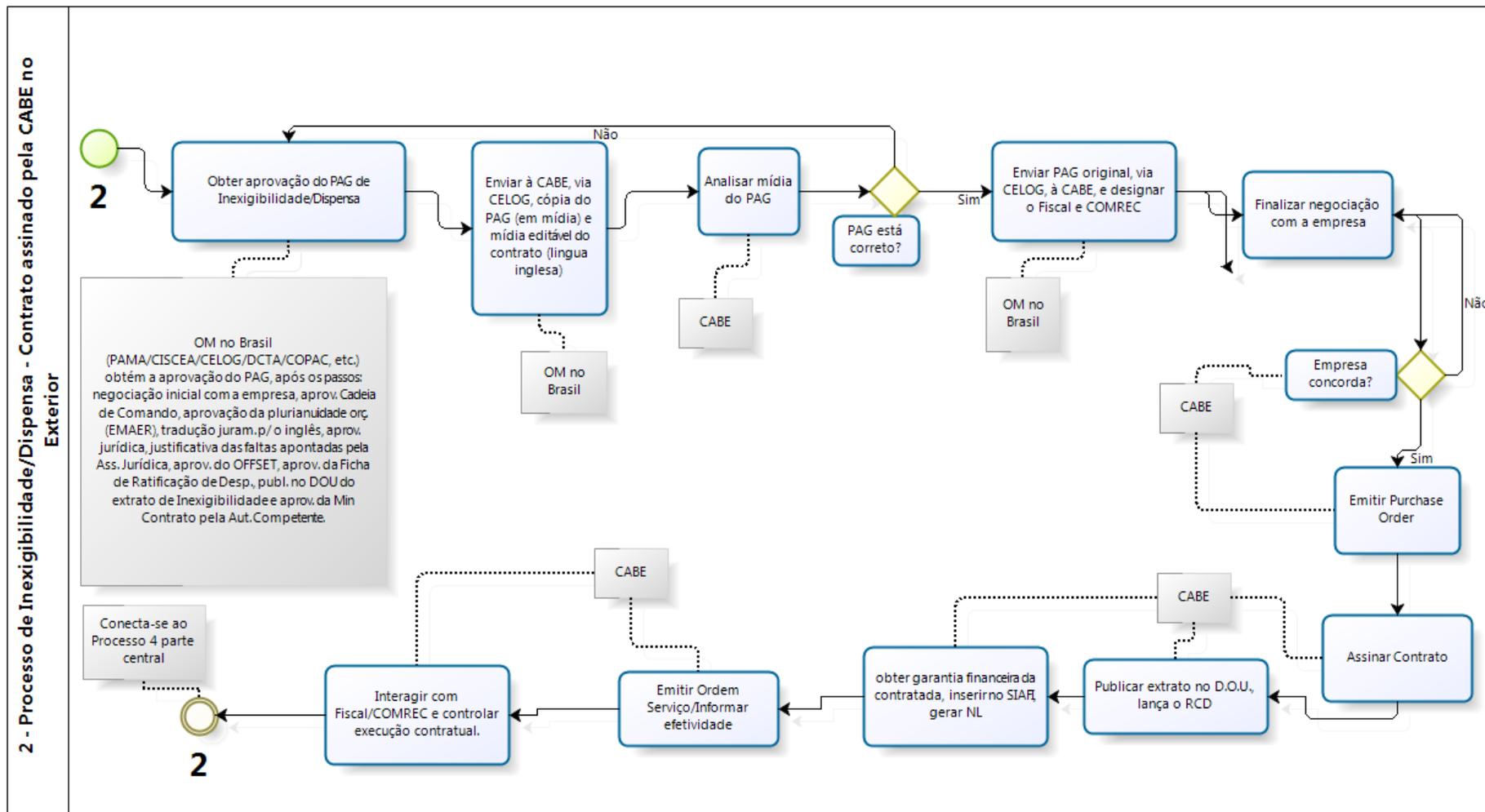
Deve-se ressaltar, também, que as aeronaves que compõem o acervo do Comando da Aeronáutica são bastante antigas, com tempo de utilização, em alguns casos, superior a 30 anos, o que, conseqüentemente, exige que os fabricantes implementem processos de produção especiais em atendimento às demandas do COMAER, haja vista vários itens serem obsoletos, de fabricação quase artesanal ou descontinuada. Outra questão bastante relevante, em determinados casos, é o fato de a demanda apresentada ser muito baixa em relação aos lotes mínimos exigidos pelas empresas.

Tais questões têm sido amenizadas com uma maior aproximação com os referidos fabricantes, bem como com a priorização da implementação de contratos como meio de atendimento às necessidades da frota.

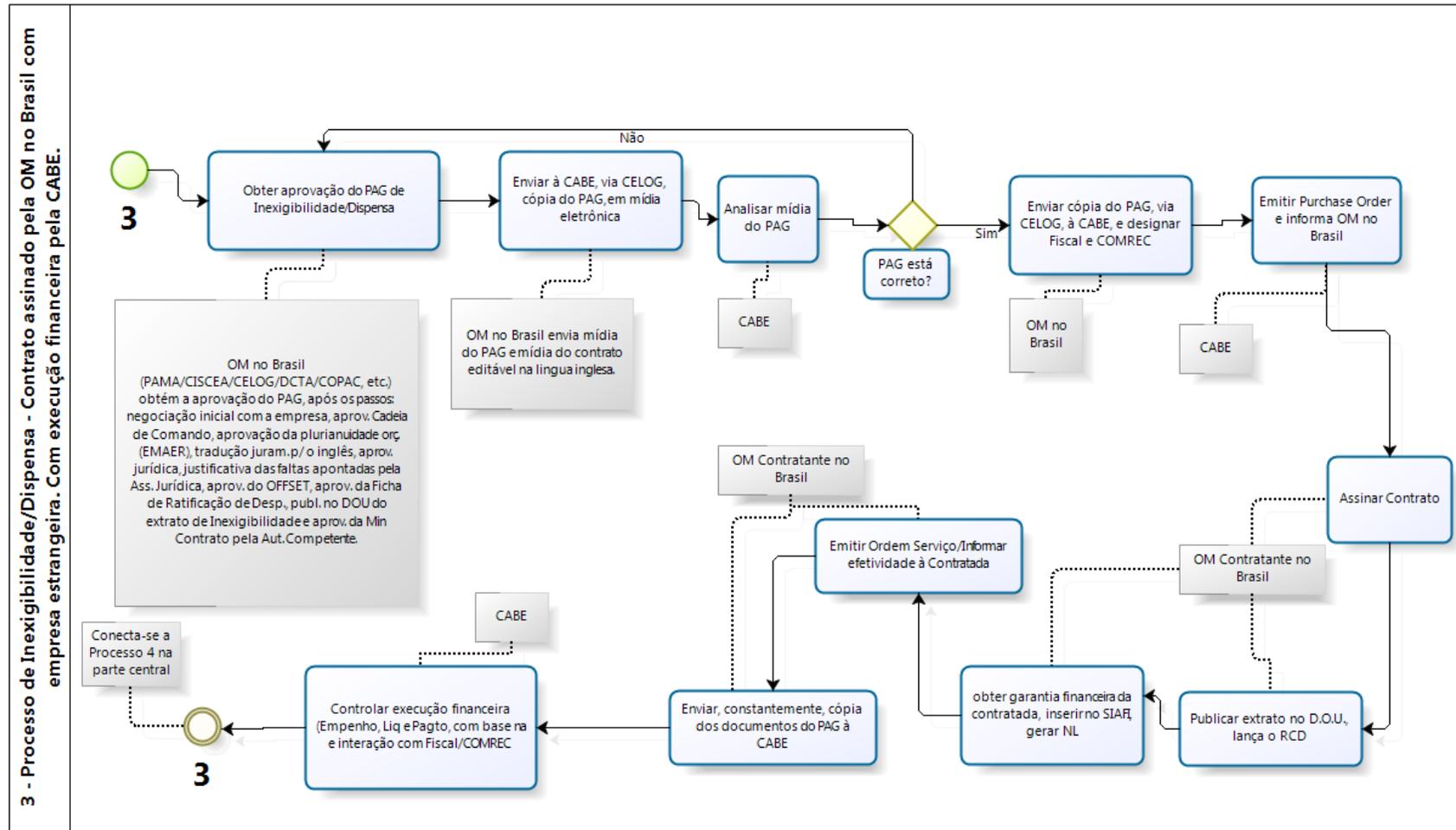
Londres, 28 de Fevereiro de 2013.

José Antônio **Moraes** de Oliveira Filho Cel Av
Chefe da CABE

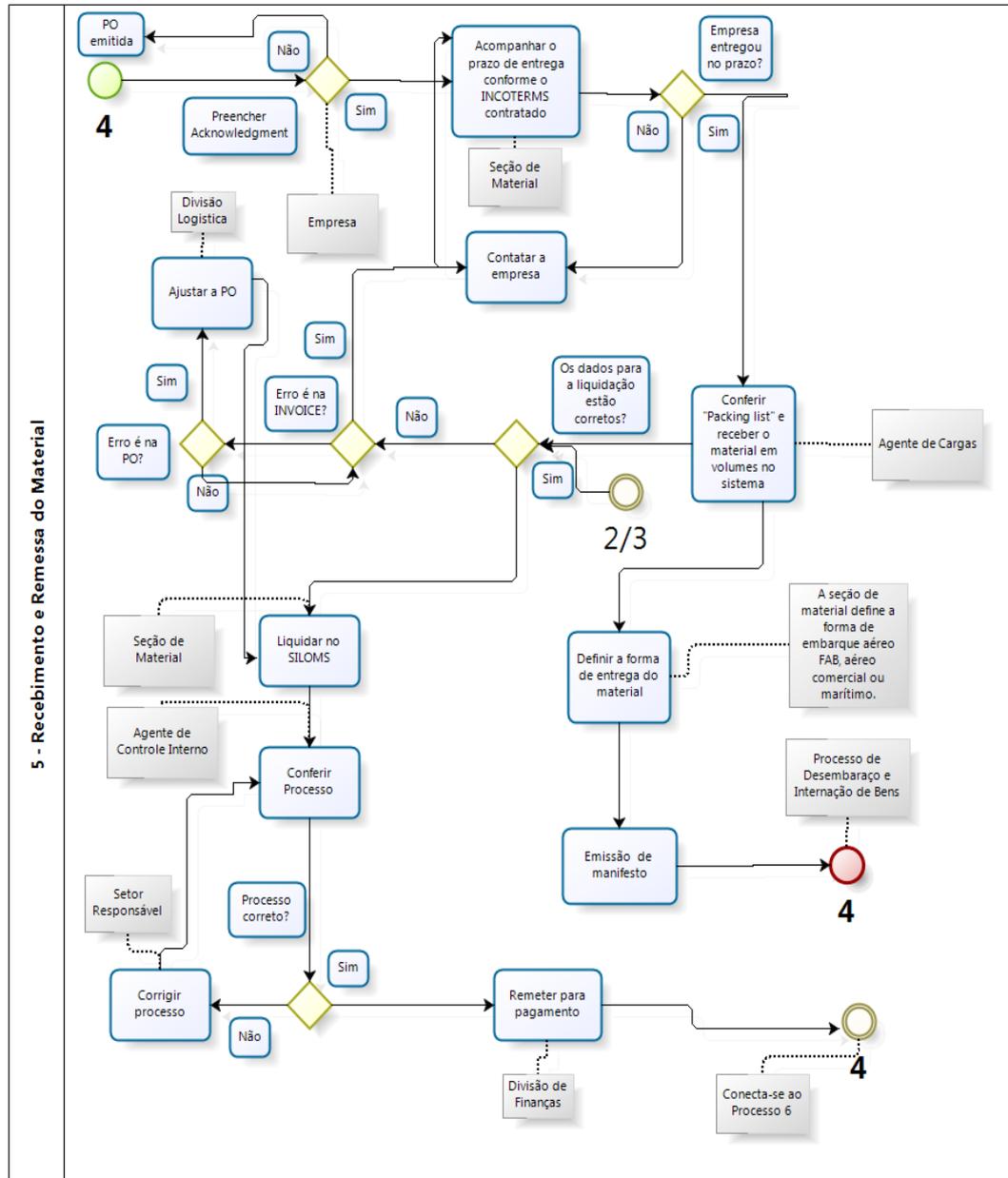
II. Processo de Inexigibilidade/Dispensa – Contrato assinado pela CABE no exterior



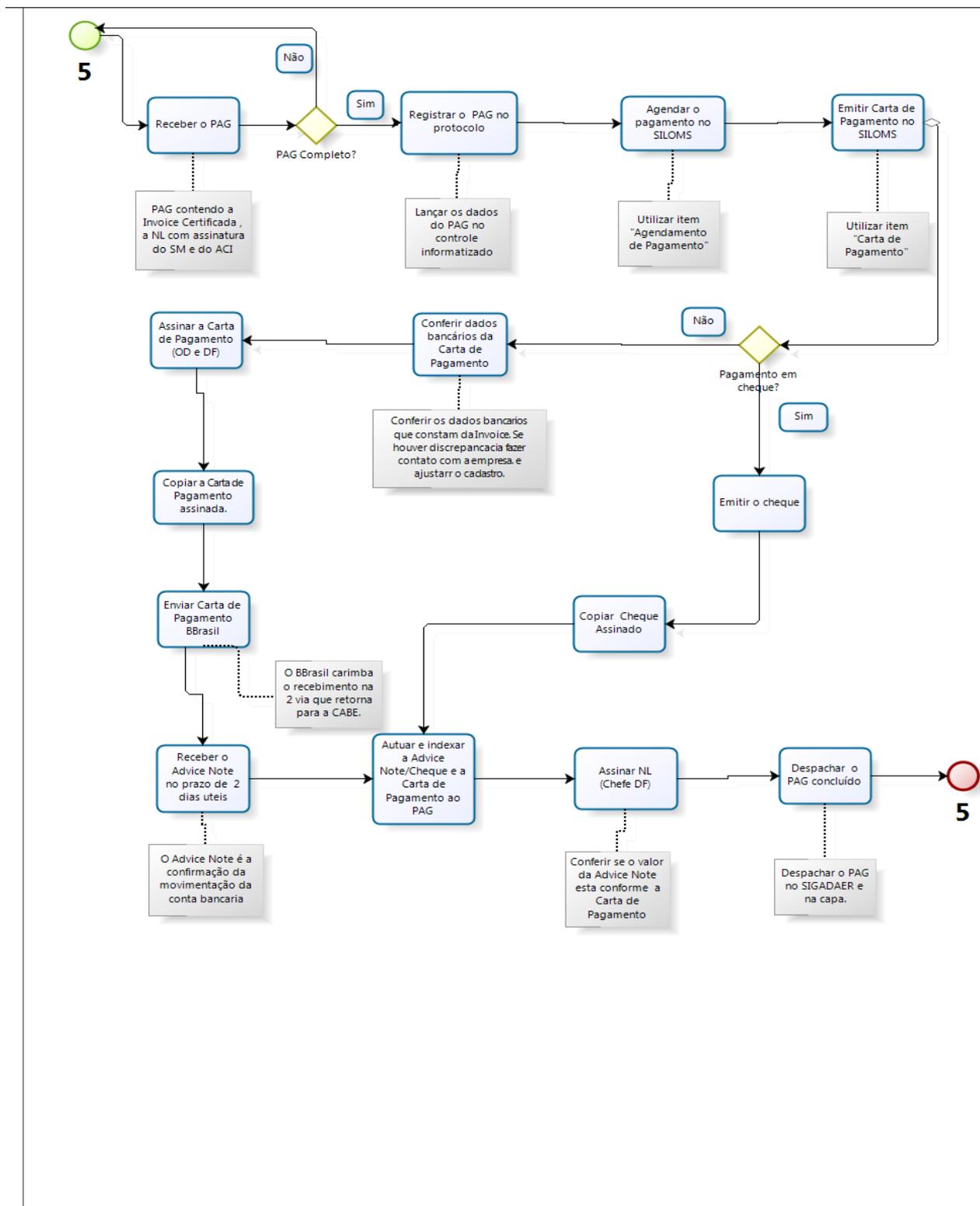
III. Processo de Inexigibilidade/Dispensa – Contrato assinado pela OM no Brasil com empresa estrangeira, com execução financeira pela CABE



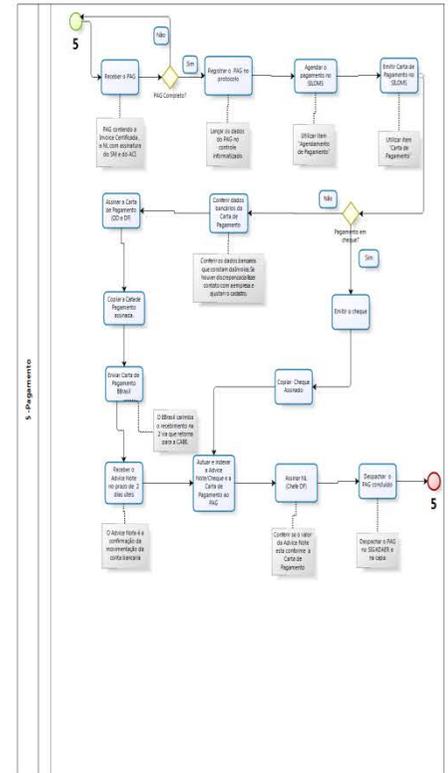
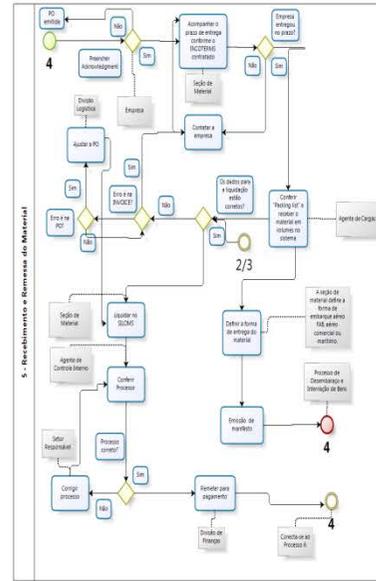
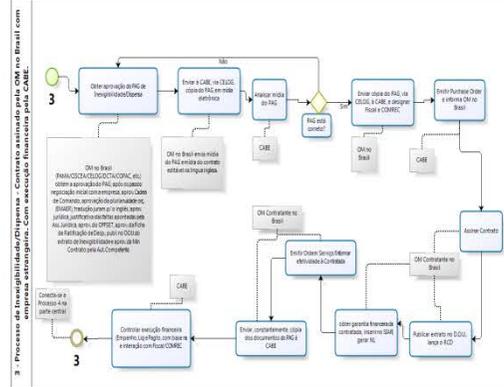
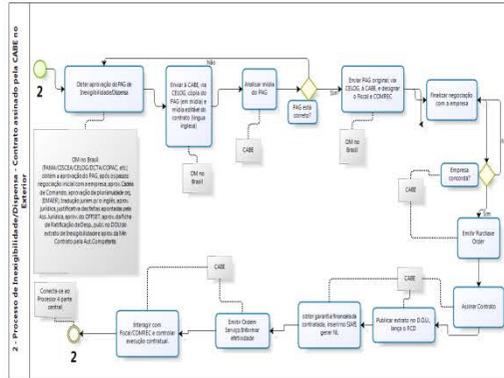
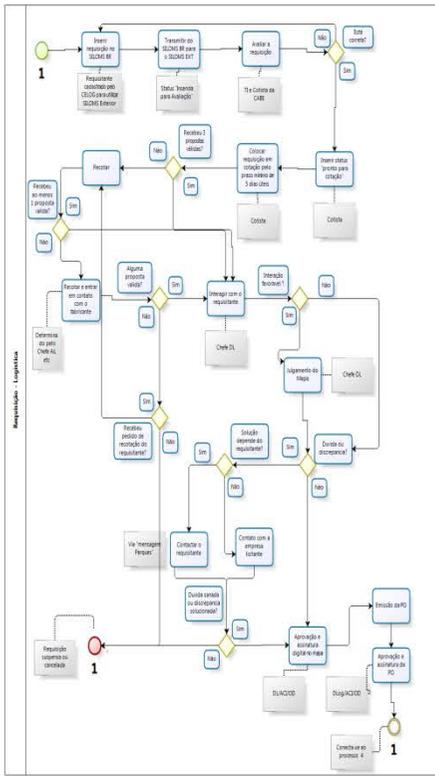
IV. Recebimento e Remessa do Material



V. Pagamento

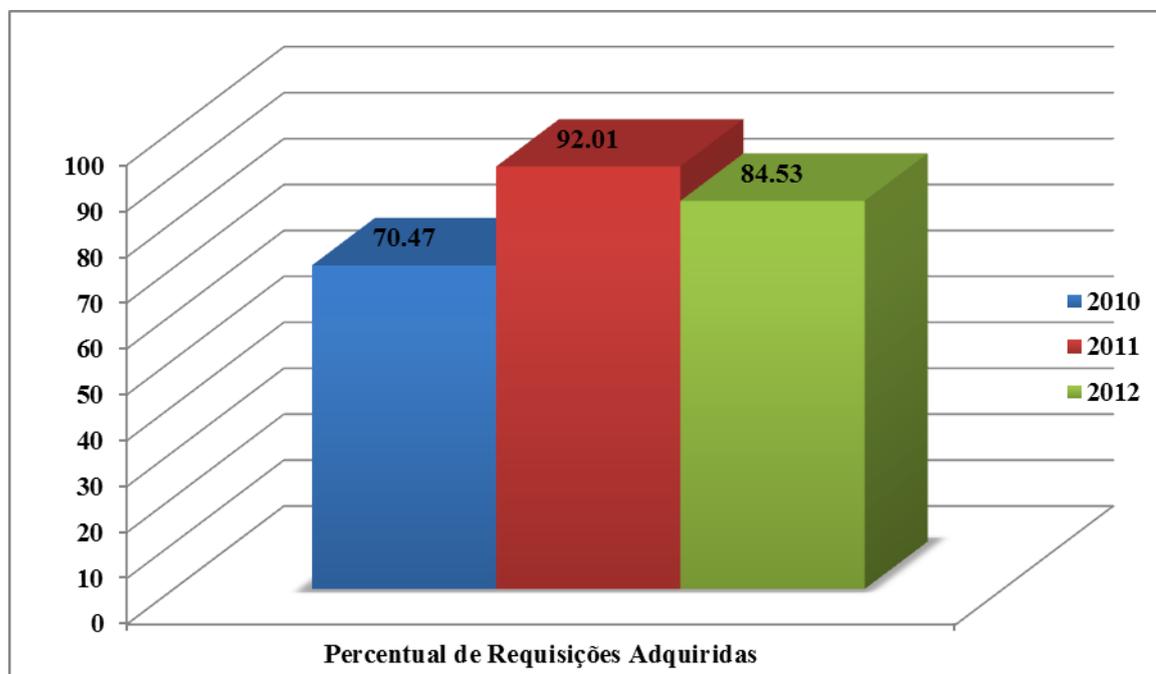


VI. Visão geral



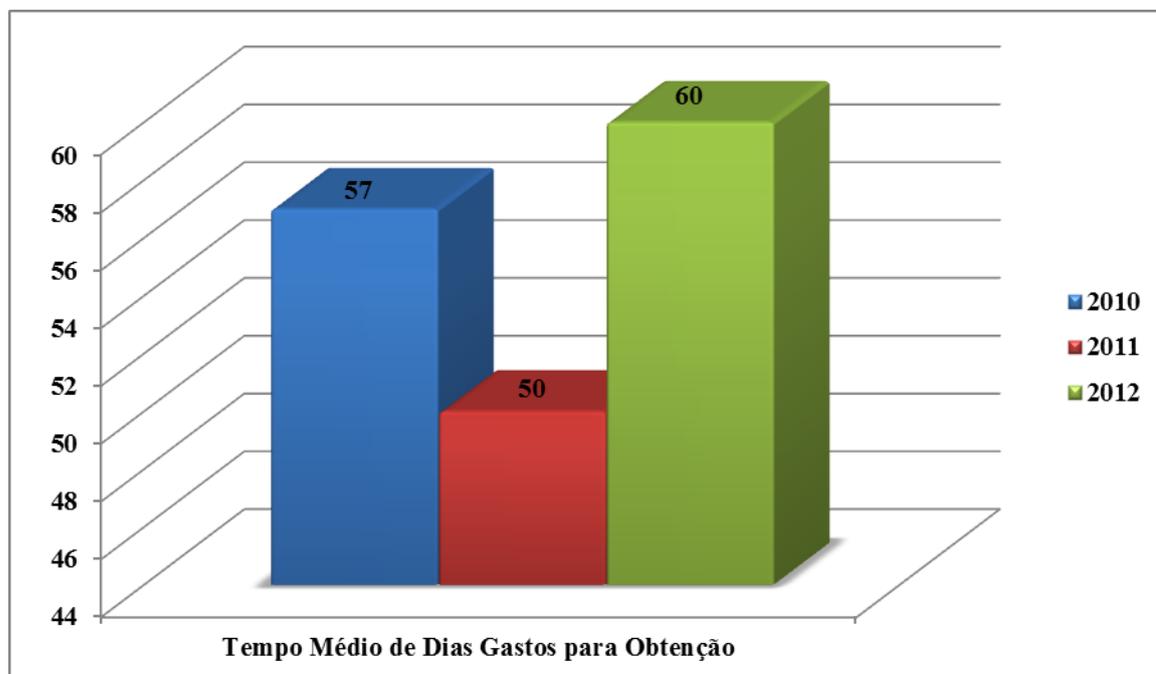
ANEXO B

I. Percentual de Requisições Adquiridas



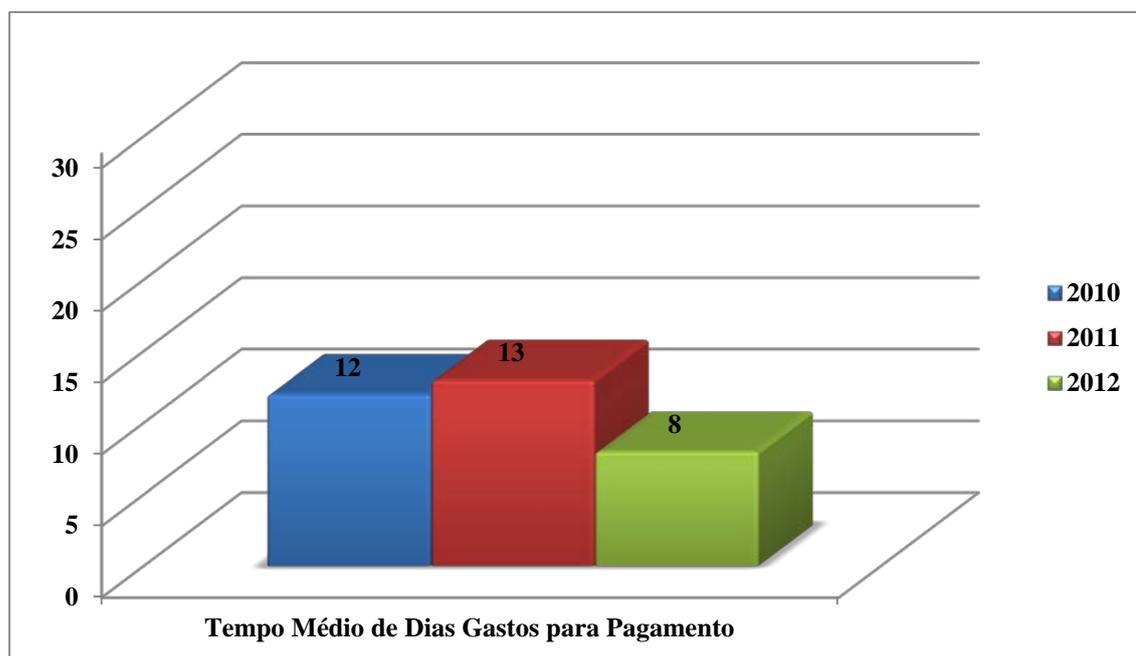
Fonte: Indicadores Institucionais

II. Tempo Médio de Dias Gastos para Obtenção



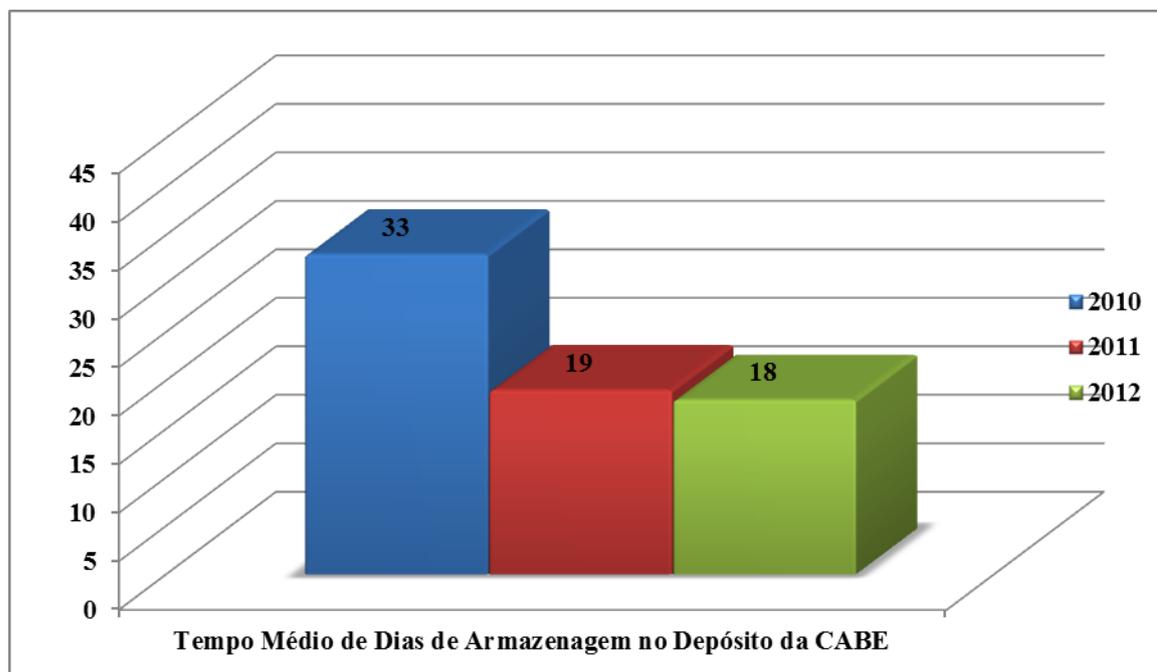
Fonte: Indicadores Institucionais

III. Tempo Médio de Dias Gastos para Pagamento



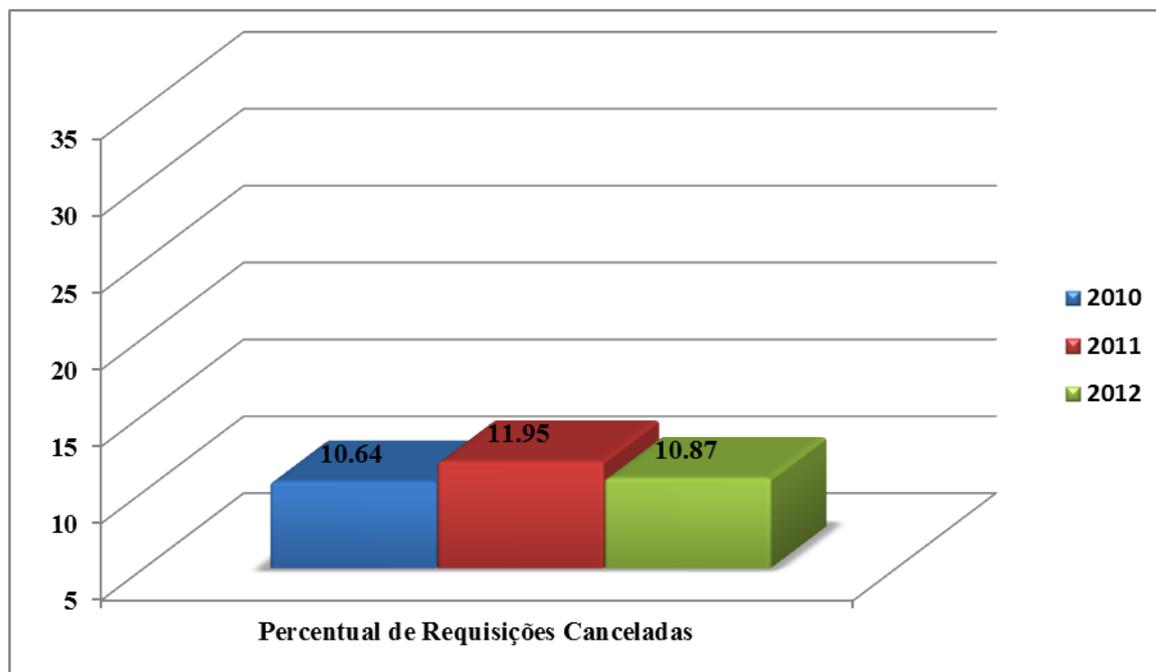
Fonte: Indicadores Institucionais

IV. Tempo Médio de Dias de Armazenagem no Depósito da CABE



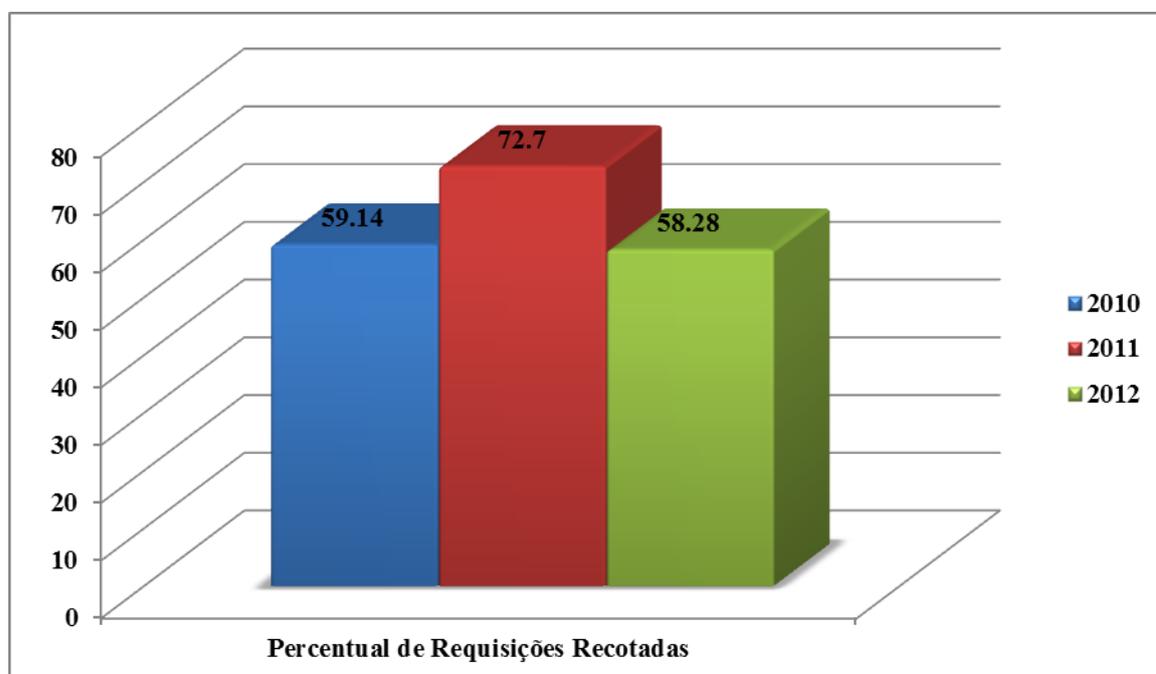
Fonte: Indicadores Institucionais

V. Percentual de Requisições Canceladas



Fonte: Indicadores Institucionais

VI. Percentual de Requisições Recotadas



Fonte: Indicadores Institucionais



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA NA EUROPA - UJ 120091**

DECLARAÇÃO

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente as situações orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO**, no tocante à/ao:

a) título “Outros Ingressos”, no valor de R\$ 288,13, existente no Balanço Financeiro, referente à variação cambial, tendo reflexo no título “Outros Dispêndios”, no Balanço Financeiro da UG/Gestão 120999/00001 (Diferença Cambial);

b) título “Outras Compensações”, no valor de R\$ 347.244,65, existente no Balanço Patrimonial, referente, principalmente, à conta contábil 1.9.9.9.1.00.00 (Bens e Valores em Trânsito), no valor de R\$ 347.244,47, motivado, sobretudo, por lançamentos na conta contábil 1.9.9.9.1.02.02 (Bens Móveis Enviados), envolvendo as UG/Gestões 120026/00001 e 120080/00001;

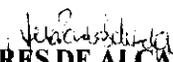
c) diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, no valor de R\$ 0,02, existente no Balanço Patrimonial, referente ao título “Outros Dispêndios” existente na Demonstração das Disponibilidades; e

d) diferença entre o Resultado do Período no Balanço Patrimonial e o Resultado Patrimonial (Superávit/Déficit) apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, motivada pela utilização de diferentes taxas de câmbio para a apresentação dos valores, no Balanço Patrimonial, dos exercícios de 2012 e 2011.

Declaro, ainda, que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI, não tendo sido objeto de análise.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 13 de março de 2013.


ANA PAULA SOARES DE ALCANTARA DO NASCIMENTO – 1º TEN QOEA SVA
Chefe da Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis
Contadora CRC-DF Nº 017367/O-0

Ciente:


ALEXANDRE VELLOSO GUIMARÃES - Cel Int
Chefe da Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis
Subsecretaria de Contabilidade
Contador CRC-DF nº 013386/O-8



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA NA EUROPA - UJ 120091**

INFORMAÇÕES SOBRE AS ADOÇÕES DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Declaro que a Unidade Jurisdicionada, em cumprimento às orientações normativas elaboradas pela Unidade Gestora Setorial de Contabilidade do Comando da Aeronáutica, adotou procedimentos e práticas aplicáveis aos registros e às demonstrações contábeis consoantes as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e 16.10.

Especificamente em relação à avaliação e mensuração de Ativos e Passivos e concernente à depreciação dos itens do Ativo Permanente, a Unidade Jurisdicionada adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.10 e 16.9, respectivamente, da seguinte forma:

a) a vida útil econômica dos itens do Ativo Permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.4.2.1.2.00.00;

b) a depreciação foi realizada pelo método linear ou das cotas constantes, com as taxas de depreciação calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI;

c) a vida útil econômica dos bens bem imóveis, bem como os critérios de avaliação, mensuração e de depreciação obedecem às normas do Sistema de Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUNET;

d) a avaliação e a mensuração dos itens do Ativo e do Passivo obedeceram aos seguintes critérios:

- Disponibilidades – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;

- Créditos e Obrigações – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;

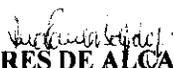
- Estoques – valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, quando aplicável;

- Imobilizado e Intangível – valor de aquisição/produção/construção, com previsão do reconhecimento dos efeitos da depreciação ou da amortização, conforme o caso;

- Diferido – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no SIAFI, sendo aplicável aos saldos de recursos financeiros remanescentes na UJ, sem contrapartida de obrigações do passivo no encerramento do exercício.

e) a utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, especialmente, nos casos de reavaliação dos itens do Ativo Permanente e do registro da depreciação apresentou seus reflexos no resultado patrimonial do exercício e no Patrimônio Líquido.

Brasília-DF, 13 de março de 2013.


ANA PAULA SOARES DE ALCANTARA DO NASCIMENTO – 1º TEN QOEA SVA
Chefe da Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis
Contadora CRC-DF Nº 017367/O-0

Ciente:


ALEXANDRE VELLOSO GUIMARÃES - Cel Int
Chefe da Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis
Subsecretaria de Contabilidade
Contador CRC-DF nº 013386/0-8